



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E CIÊNCIA**  
**DA INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

**OS ESPAÇOS E OS DIÁLOGOS DA FORMAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DA**  
**ARQUIVÍSTICA COMO DISCIPLINA NO BRASIL**

**Angelica Alves da Cunha Marques**

**ORIENTADORA: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> GEORGETE MEDLEG RODRIGUES**

Brasília

2007

**ANGELICA ALVES DA CUNHA MARQUES**

**OS ESPAÇOS E OS DIÁLOGOS DA FORMAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DA  
ARQUIVÍSTICA COMO DISCIPLINA NO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Departamento de Ciência da Informação e Documentação da Universidade de Brasília como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

**ORIENTADORA: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> GEORGETE MEDLEG RODRIGUES**

**CID/FACE – UnB**

**Brasília**

**2007**

---

MARQUES, Angelica Alves da Cunha

Os espaços e os diálogos da formação e configuração da Arquivística como disciplina no Brasil/ Angelica Alves da Cunha Marques. – Brasília: CID/UnB, 2007.

298 fl. (Dissertação de Mestrado). Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Georgete Medleg Rodrigues.

1. Arquivística. 2. Graduação em arquivologia. 3. Associações de arquivistas. 4. Formação dos docentes. 5. Produção científica. I. Título.

M357E

---



## FOLHA DE APROVAÇÃO

**Título:** “Os espaços e os diálogos da formação e configuração da Arquivística como disciplina no Brasil”.

**Autor:** Angélica Alves da Cunha

**Área de concentração:** Transferência da Informação

**Linha de pesquisa:** Gestão da Informação e do Conhecimento

Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação do Departamento de Ciência da Informação e Documentação da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Ciência da Informação**.

Dissertação aprovada em: 27 de fevereiro de 2007.

Aprovado por:

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Georgete Medleg Rodrigues  
Presidente – Orientador (UnB/PPGCInf)

---

Profa Dra Fernanda Antonia da Fonseca Sobral  
Membro Interno – (UnB/SOL)

---

Profa. Dra Miriam Paula Manini  
Membro Interno – (UnB/PPGCInf)

---

Profa. Dra Eleonora Zicari Costa de Brito  
Suplente – (UnB/Hist)

*À minha mãezinha, Alice, pelo amor incondicional.*

## **AGRADECIMENTOS**

Fica aqui registrada a minha mais sincera gratidão a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, propiciaram a realização deste projeto de vida.

À minha família amada, pelo apoio e superação de todos os momentos de ausência – minha mãezinha, Alice, por acreditar na concretização de todos os meus sonhos; meu pai, Paulo, pela forma diferente, mas segura de amar; meu irmão, Ruber, por mesmo sem saber o que se passava, ter estado comigo.

A meu esposo e amor, Otacílio, pelo cuidado, cumplicidade e paciência infinitos.

À Jô, por ter aceitado me orientar num Projeto de Iniciação Científica, por todos os ensinamentos, paciência, dedicação, amizade, confiança e orientação impecável.

À Miriam Paula Manini, pela sensibilidade e disponibilidade em ajudar.

Ao Professor Armando Malheiro e à Professora Fernanda Sobral, pelo comprometimento e pelas orientações valiosas na análise do projeto de pesquisa.

A todos os professores dos Cursos de graduação em Arquivologia que responderam e distribuíram os questionários desta pesquisa.

Aos responsáveis pelas associações de arquivistas, pelas informações prestadas.

Aos funcionários do Arquivo Nacional – em especial ao Satiro Nunes –, ao Túllio Ramos de Moraes (CEDOC/UnB), ao Roberto Muniz e à Patrícia Simas (CNPq), pela presteza no atendimento à pesquisa.

À Professora Heloísa Bellotto, à Astréa de Moraes e Castro e à Nilza Teixeira, pela gentileza na concessão das entrevistas.

À Luciana Coutinho e à Érika Guimarães, pelo auxílio nas traduções.

À Marta Cardoso, pela transcrição das entrevistas.

Ao Vanderlei Batista dos Santos, por toda atenção e gentileza, em vários momentos da pesquisa.

Aos colegas e ex-colegas de trabalho do Banco de Brasília, da Secretaria de Turismo do Distrito Federal e da Câmara Legislativa do DF, pela compreensão.

Aos professores e colegas do Curso de Arquivologia e do Curso de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília, por todo o ensinamento.

Às secretárias desse Programa de Pós-graduação, por toda gentileza.

À Ana Lucia de Abreu Gomes, pela amizade e generosidade.

*Quando viu Alice, o gato somente deu um largo sorriso. Parecia amigável, pensou a menina. Mas como tinha longas garras e uma porção de dentes, ela achou melhor tratá-lo muito respeitosamente.*

*– Gatinho de Cheshire... – começou, meio timidamente, por não saber se esse nome iria agradá-lo. No entanto, ele sorriu mais.*

*“Bom, ele parece estar gostando”, pensou Alice.*

*E prosseguiu:*

*– Poderia me dizer, por favor, que caminho devo tomar para ir embora daqui?*

*– Isso depende muito de para onde quer ir – respondeu o gato.*

*– Para mim, acho que tanto faz... – disse a menina.*

*– Nesse caso, qualquer caminho serve – afirmou o gato.*

*– ... contanto que eu chegue a algum lugar – completou Alice, para se explicar melhor.*

*– Ah, mas com certeza vai chegar, desde que caminhe bastante.*

*(Lewis Carrol, 1865)*

## RESUMO

Esta pesquisa tem como objeto de estudo o processo de formação e configuração da Arquivística como disciplina científica no Brasil. Aponta três questões centrais: qual é a trajetória dessa formação; como a Arquivística se configura no campo científico; e quais são as suas relações com as outras disciplinas nesse processo. A hipótese norteadora é a de que a configuração do campo científico da Arquivística é igual à interação entre o seu campo disciplinar e extradisciplinar. Nesse sentido, tem como objetivo geral compreender a trajetória dessa formação e configuração, os espaços e vínculos da Arquivística na Universidade, seus movimentos e diálogos com as outras disciplinas e áreas do conhecimento e o papel das associações de arquivistas nessa trajetória. Como objetivos específicos, retraça a história da criação dos Cursos de graduação em Arquivologia no Brasil; identifica o *locus* acadêmico-institucional da disciplina e avalia as razões dos seus vínculos nas universidades; mapeia a formação dos docentes desses Cursos, os eventos de caráter científico promovidos pelas associações de arquivistas e a produção científica com temáticas relacionadas à área. Como um estudo descritivo, todas as suas fases mostram-se interdependentes, a partir da reconstrução da trajetória histórica da área – estudo explicativo, baseado no *Método da História Cruzada*. O universo da pesquisa compreende todos os Cursos de Arquivologia do Brasil (inclusive o corpo docente), as associações de arquivistas, os Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação e aqueles com linhas de pesquisa, identificados por nós como sendo possível desenvolver pesquisa com temas arquivísticos e as pessoas que participaram da criação do Curso de Arquivologia da UnB. Os procedimentos metodológicos consistem no levantamento e fontes primárias e da bibliografia relacionada à Arquivística e daquela que subsidia o estudo dos contornos das suas relações extradisciplinares; pesquisa documental no Fundo Arquivo Nacional (RJ), no acervo do CEDOC da UnB e na publicação *Mensário do Arquivo Nacional*; questionários endereçados aos docentes dos Cursos de graduação em Arquivologia; realização de entrevistas com pessoas que participaram do processo de criação e implantação do Curso de Arquivologia da UnB; pesquisas nos sítios das universidades que abrigam Cursos de Arquivologia, nos sítios das associações de arquivistas, nos sítios dos Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação e aqueles mais próximos à Arquivística e no Banco de Teses da CAPES; envio de correspondências a essas associações e aos Cursos de Biblioteconomia do Brasil. A análise da trajetória da Arquivística no Brasil demonstra que a sua formação, como disciplina, parece ter sido consequência direta e imediata da necessidade prática de habilitação de profissionais especializados para o tratamento e organização dos arquivos brasileiros, com grande participação do Arquivo Nacional e das associações de arquivistas, sobretudo da AAB. Além disso, a sua configuração atual parece ser decorrente dos diálogos estabelecidos com outras disciplinas, quanto aos vínculos institucionais dos seus Cursos de graduação, quanto à formação/titulação dos docentes desses Cursos e quanto à produção científica, com temáticas relacionadas à área. Esses três aspectos apontam para uma intensa proximidade entre a Arquivística e Ciência da Informação, embora a sua trajetória seja marcada pela tradição histórica.

**Palavras-chave:** Arquivística; graduação em Arquivologia; associações de arquivistas; formação dos docentes; produção científica.



## ABSTRACT

This research has as main object of study the process of formation and configuration of the Archival Science as it discipline scientific in Brazil. It points three central questions: which is the trajectory of this formation, as the Archival Science is configured in the scientific area and which are its relations with the others disciplines in this process. The hypothesis is of that the configuration of the scientific area of the Archival Science is equal to the interaction between its area and the over that area. In this direction, it has as main objective to understand the trajectory of this formation and configuration, the spaces and bonds of the Archival Science in the university, its movements and dialogues with the others disciplines and areas of the knowledge and the incumbency of the archivists associations in this trajectory. As specific aim, it retraces the history of the creation of the Courses of graduation in the Archival Science in Brazil, identifies academic-institutional *locus* of it discipline and it evaluates the reasons of its bonds in the universities, identify the formation of the professors of the Courses, the scientific events promoted by the archivists associations and the scientific production with thematics that has connections with the area. As a descriptive study, all its phases are showing as a link, from the reconstruction of the historical trajectory of the area – explaining the study based in the *Method of Crossed History*. The universe of this research reaches all the Courses of Archival Science of Brazil (also the professors), the archivists associations, the Programs of Post-graduation in Information Science and those with research lines, identified for us as being possible to develop research with archival subjects and the people who had participated of the creation of the Course of Archival Science of the UnB. The methodological procedures consist of the survey of primaries sources and of the bibliography related to the Archival Science and of that it subsidizes the study of the contours of its relations over the area; documentary research in the Arquivo Nacional Funds (RJ), in the holdings of CEDOC of the UnB and the publication *Mensário do Arquivo Nacional*; addressed questionnaires to the professors of the Courses of graduation in Archival Science; accomplishment of interviews with people who had participated of the process of creation and implantation of the Course of Archival Science in UnB; research in the sites of the universities that shelter Courses of Archival Science, in sites of the associations of archivists, in the sites of the Programs of Post-graduation in Information Science and those next ones to the Archival Science and in the Data Base of Thesis of the CAPES; sending correspondences to the these associations and the Courses of Library Science of Brazil. The analysis of the trajectory of the Archival Science in Brazil demonstrates that its formation, as discipline, seems to have been direct and immediate consequence of the practical necessity of qualification of specialized professionals for the treatment and organization of the Brazilian archives, with great participation of the Arquivo Nacional and the associations of archivists, over all the AAB. Moreover, its current configuration seems to be decurrent of the dialogues established with others disciplines, in terms of the institutional bonds of its Courses of graduation, the formation/title of the professors of these Courses and the scientific production, with thematic related to the area. These three aspects point with respect to an intense proximity between the Archival Science and the Information Science, even so its trajectory is marked by the historical tradition.

**Keywords:** Archival Science; graduation in Archival Science; associations of archivists, formation of the professors; scientific production.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura n. 1: Diagrama do campo científico da Arquivística.....	78
Figura n. 2: Diagrama do campo da Ciência da Informação .....	79
Figura n. 3: Proposta de implantação de Curso de Arquivologia na Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal .....	95
Figura n. 4: Proposta de implantação do Curso de Arquivologia no Departamento de Geografia e História da UnB .....	104
Figura n. 5: Temáticas predominantes nos Congressos Brasileiros de Arquivologia (1972-2006).....	140
Figura n. 6: Temáticas predominantes nos eventos científicos organizados pela ABARQ, ARQ-SP, AARS, AABA e .....	141
Figura n. 7: Relações da Arquivística com a História, Biblioteconomia, Informática, Administração, Direito e Ciência da Informação. ....	145
Figura n. 8: Formação dos docentes dos Cursos de Arquivologia (2005-2006) – Graduação.....	152
Figura n. 9: Titulação dos docentes dos Cursos de Arquivologia (2005-2006) – Mestrado. ....	153
Figura n. 10: Titulação dos docentes dos Cursos de Arquivologia (2005-2006) – Doutorado. ....	154
Figura n. 11: Produção científica relacionada à Arquivística nos Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação do Brasil (1972-out/2006).....	157
Figura n. 12: Temáticas predominantes nas dissertações e teses com temáticas relacionadas à Arquivística (1972-out/2006) .....	165
Figura n. 13: Temáticas predominantes dos projetos de iniciação científica dos Cursos de Arquivologia e de Biblioteconomia do Brasil (1994-2005). ....	169
Figura n. 14: Configuração do campo científico da Arquivística no Brasil .....	176

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Tipologia dos campos de pesquisa em Arquivística .....	32
Quadro 2: Atributos do <i>Modo 1</i> e do <i>Modo 2</i> de Produção do Conhecimento .....	50
Quadro 3: Comparação entre a universidade tradicional e a interdisciplinar.....	52
Quadro 4: Definições de <i>disciplina</i> .....	54
Quadro 5: Critérios para caracterização da natureza de uma disciplina.....	56
Quadro 6: Classificação dos níveis de <i>intensidade de integração</i> entre disciplinas .....	60
Quadro 7: Modalidades de relações entre disciplinas .....	61
Quadro 8: Definições de <i>interdisciplinaridade</i> .....	62
Quadro 9: Modalidades de <i>interdisciplinaridade</i> .....	64
Quadro 10: Definições de <i>multidisciplinaridade</i> .....	65
Quadro 11: Definições de <i>pluridisciplinaridade</i> .....	66
Quadro 12: Definições de <i>transdisciplinaridade</i> .....	67
Quadro 13: Congressos Brasileiros de Arquivologia promovidos pela AAB .....	117
Quadro 14: Eventos promovidos pela ABARQ, ARQ-SP, AARS, AABA e AAERJ .....	119
Quadro 15: Pesquisas desenvolvidas no âmbito do PIBIC, no Curso de Arquivologia da UnB.....	128
Quadro 16: Pesquisas desenvolvidas no âmbito do PIBIC nas demais universidades onde têm cursos de graduação em Arquivologia.....	129
Quadro 17: Pesquisas desenvolvidas nos cursos de Biblioteconomia do Brasil, no âmbito do PIBIC, com temáticas relacionadas à Arquivística .....	130
Quadro 18: Cursos de pós-graduação no Brasil cujas linhas de pesquisa indicam a possibilidade de realização de pesquisas com temas relacionados à Arquivística .....	133
Quadro 19: Presença de docentes dos Cursos de Arquivologia nos Programas de Pós-graduação dos departamentos/faculdades/institutos/centros aos quais estão vinculados.....	135
Quadro 20: Vínculos acadêmico-institucionais dos Cursos de Arquivologia no Brasil.....	150
Quadro 21 – Áreas de formação e titulação dos docentes dos Cursos de Arquivologia.....	151
Quadro 22: Cursos de pós-graduação dos docentes dos Cursos de Arquivologia em universidades diferentes de onde trabalham.....	155
Quadro 23: Cursos de pós-graduação dos docentes dos Cursos de Arquivologia nas mesmas universidades onde trabalham .....	156
Quadro 24: Aprovação dos docentes dos cursos de Arquivologia quanto à vinculação desses cursos aos Departamentos de Ciência da Informação .....	158
Quadro 26: Temáticas predominantes nos projetos de iniciação científica produzidos no Curso de Arquivologia da UnB .....	167
Quadro 27: Temáticas predominantes nos projetos de iniciação científica produzidos nos Cursos de Arquivologia da UEL, UFSM, UFBA e UNIRIO .....	168
Quadro 28: Temáticas predominantes nos projetos de iniciação científica produzidos nos Cursos de Biblioteconomia.....	169
Quadro 29 – Dissertações e teses com temáticas relacionadas à Arquivística.....	221

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AAB – Associação dos Arquivistas Brasileiros

AABA – Associação dos Arquivistas da Bahia

AAERJ – Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro

AAPR – Associação dos Arquivistas do Estado do Paraná

AARQES – Associação dos Arquivistas do Espírito Santo

AARS – Associação de Arquivistas do Rio Grande do Sul

ABARQ – Associação Brasileira de Arquivologia

ABECIN – Associação Brasileira de Ensino em Ciência da Informação

AEUDF – Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal

ALA – Associação Latino Americana de Arquivos

AN – Arquivo Nacional

ANCIB – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação

ANPUH – Associação Nacional dos Professores Universitários de História

APBAD – Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas

APHA – Associação de Pesquisa Histórica e Arquivística

ARQ-SP – Associação de Arquivistas de São Paulo

BN – Biblioteca Nacional

C & T – Ciência e Tecnologia

CAM – Congresso de Arquivologia do Mercosul

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CBA – Congresso Brasileiro de Arquivologia

CCH – Centro de Ciências Humanas (UEL)

CCJEA – Centro de Ciências Jurídicas, Econômicas e Administrativas (UFSM)

CCSH – Centro de Ciências Sociais e Humanas (UFSM)

CCT – Conselho Científico e Tecnológico

CECA – Centro de Educação, Comunicação e Artes (UEL)

CEDOC – Centro de Documentação

CEFET – Centro de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca

CEPE – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (UFSM)

CFE – Conselho Federal de Educação

CI – Ciência da Informação

CIA – Conselho Internacional de Arquivos

CID – Departamento de Ciência da Informação e Documentação (UnB)

CNA – Congresso Nacional de Arquivologia

CNE – Conselho Nacional de Educação

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CNRS – *Centre National de la Recherche Scientifique*

CONARQ – Conselho Nacional de Arquivos

CONSUNI – Conselho Universitário (UnB)

CPA – Curso Permanente de Arquivos

CRSH – *Conseil National de Recherche en Sciences Humaines du Canada*

CUN – Conselho Universitário (UFES)

DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público

DDI – Departamento de Documentação e Informação (UFBA)

DEOPS – Departamento de Ordem Política e Social

DEPA – Departamento de Estudos e Processos Arquivísticos (UNIRIO)

DFPI – Departamento de Fundamentos e Processos Informacionais (UFBA)

DOU – Diário Oficial da União

EBD – Escola de Biblioteconomia e Documentação

ECA – Escola de Comunicações e Artes (USP)

EDIBCIC – *Encuentro Asociación de Educadores e Investigadores de Bibliotecología, Archivología, Ciencias de la Información y Documentación de Iberoamérica y el Caribe*

FACE – Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação (UnB)

FAPEMIG – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais

FAPERJ – Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

FCAR – *Fonds Concerte d'Aidé à la Recherche*

FEFIEG – Federação das Escolas Federais Isoladas da Guanabara

FEFIERJ – Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro

FFC – Faculdade de Filosofia e Ciências (UNESP)

FFLCH – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (USP)

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FID – Federação Internacional de Documentação

FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos

IC – Iniciação Científica

ICI – Instituto de Ciência da Informação (UFBA)

IDORT – Instituto de Desenvolvimento e Organização Racional do Trabalho

IEB – Instituto de Estudos Brasileiros (USP)

IFLA – *International Federation of Library Association and Institution*

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

INTEGRAR – Congresso Internacional de Arquivos, Bibliotecas, Centros de Documentação e Museus

ISAD(G) – Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística

MAN – Mensário do Arquivo Nacional

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MHN – Museu Histórico Nacional

OEA – Organização dos Estados Americanos

ONU – Organização das Nações Unidas

PAPPE – Unidade de Planejamento, Avaliação, Pesquisa e Programas Especiais do Ministério da Saúde

PGI – Programa Geral de Informação

PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

PPGR – Programas de Pós-graduação

PRODABEL – Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte

PUC – Pontifícia Universidade Católica

PUCCAMP – Pontifícia Universidade Católica de Campinas

RAMP – *Records Archives Management Program*

RBPG – Revista Brasileira de Pós-graduação

SINAR – Sistema Nacional de Arquivos

SPA – Seção de Associação Profissional

TAC – Tabela de Áreas do Conhecimento

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UEL – Universidade Estadual de Londrina

UEPB – Universidade Estadual da Paraíba

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UFR – *Unité de Formation et de Recherche*

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFSM – Universidade Federal de Santa Maria

UnB – Universidade de Brasília

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNESP – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

UniCEUB – Centro Universitário de Brasília

UNIFAI – Centro Universitário Assunção

UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

USP – Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	19
1.1	Contextualização do problema .....	19
1.2	Problema da pesquisa: objeto e questões centrais .....	21
1.3	Objetivos.....	22
1.3.1	Objetivo geral .....	22
1.3.2	Objetivos específicos.....	22
1.4	Justificativa.....	22
1.5	Hipótese .....	24
1.6	Metodologia.....	25
1.6.1	Fases da pesquisa e procedimentos de coleta de dados.....	29
1.6.2	Universo da pesquisa.....	35
1.6.3	Recorte temporal .....	36
1.7	Revisão de literatura: trajetória da Arquivística como disciplina.....	36
1.7.1	O <i>campo</i> disciplinar da Arquivística .....	42
1.8	Referenciais teóricos: uma visão do campo científico da Arquivística.....	48
1.8.1	A formação do campo disciplinar.....	52
1.8.2	Os movimentos do campo extradisciplinar .....	58
2.	OS ESPAÇOS DOS DIÁLOGOS .....	83
2.1	Os cursos de Arquivologia no ensino superior.....	85
2.1.1	O Curso de Arquivologia da UNIRIO.....	100
2.1.2	O Curso de Arquivologia da UFSM.....	101
2.1.3	O Curso de Arquivologia da UFF .....	102
2.1.4	O Curso de Arquivologia da UnB .....	103
2.1.5	O Curso de Arquivologia da UEL .....	108
2.1.6	O Curso de Arquivologia da UFBA .....	109
2.1.7	O Curso de Arquivologia da UFRGS.....	111
2.1.8	O Curso de Arquivologia da UFES.....	111
2.1.9	O Curso de Arquivologia da Unesp/Marília.....	112
2.1.10	Outros Cursos .....	113
2.2	Eventos científicos promovidos pelas associações de arquivistas.....	114
2.2.1	A Associação dos Arquivistas Brasileiros e os Congressos Brasileiros de Arquivologia.....	115
2.2.2	Os eventos científicos promovidos pela ABARQ, ARQ-SP, AARS, AABA e AAERJ.....	118
3.	OS DIÁLOGOS NO ESPAÇO ACADÊMICO: A PESQUISA NA GRADUAÇÃO E NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO.....	120



3.1	A configuração da pesquisa em Arquivística no plano internacional .....	123
3.2	A configuração da pesquisa em Arquivística no Brasil.....	126
3.2.1	Diálogos extradisciplinares nas pesquisas da graduação.....	127
3.2.2	Diálogos extradisciplinares nas pesquisas de pós-graduação.....	131
4.	ANÁLISE DOS RESULTADOS: UMA VISÃO DA TRAJETÓRIA E DO CAMPO CIENTÍFICO DA ARQUIVÍSTICA NO BRASIL .....	137
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	171
6.	RECOMENDAÇÕES.....	177
7.	REFERÊNCIAS .....	179
7.1	BIBLIOGRAFIA .....	179
7.2	Fontes primárias .....	195
7.2.1	Arquivo Nacional .....	195
7.2.2	AAB.....	199
7.2.3	CNPq .....	201
7.2.4	UnB.....	202
7.2.5	UNESP/Marília.....	203
8.	GLOSSÁRIO.....	204
	APÊNDICES .....	207
	APÊNDICE A – Orientações para o preenchimento do questionário encaminhado aos docentes dos cursos de graduação em Arquivologia.....	208
	APÊNDICE B – Questionário encaminhado aos docentes dos cursos de graduação em Arquivologia.....	210
	APÊNDICE C – Roteiro de entrevista com as pessoas envolvidas na criação e implantação do curso de graduação em Arquivologia da Universidade de Brasília.....	216
	APÊNDICE D – Entrevista com Heloísa Liberalli Bellotto.....	218
	APÊNDICE E – Quadro 29.....	221
	APÊNDICE F – Informações gerais sobre os Cursos de Arquivologia .....	229
	ANEXOS.....	231
	ANEXO A – Estrutura da Faculdade de Estudos Sociais Aplicados da UnB.....	232
	ANEXO B – Exposição de motivos, do Arquivo Nacional .....	233
	ANEXO C – Parecer do CFE incluindo a formação de arquivistas no sistema universitário.....	237
	ANEXO D – Parecer n. 249/72, de 08 de março de 1972.....	239
	ANEXO E – Concessão de mandato universitário ao CPA .....	242
	ANEXO F – Pessoal especializado em arquivos terá passo decisivo com funcionamento de Escola Superior.....	245
	ANEXO G – Transferência do CPA para o espaço universitário.....	248
	ANEXO H – Proposta de criação do curso de graduação em Arquivologia da UnB.....	251
	ANEXO I – Solicitação de auxílio à UNESCO para implantação do curso de Arquivologia da UnB .....	262
	ANEXO J – Solicitação de auxílio ao embaixador do Brasil na UNESCO para implantação do curso de Arquivologia da UnB.....	263
	ANEXO L – Recomendação para a criação do Curso de Arquivologia da UnB .....	264
	(Reunião de aprovação da criação do Curso de Arquivologia da UnB).....	267

ANEXO N – Resolução do Conselho Universitário n. 32, de 25 de setembro de 1990 .....	269
ANEXO O – Aprovação da criação do Curso de Arquivologia da UFRGS .....	270
ANEXO P – Proposta de Criação do Curso de Arquivologia da UNESP/Marília.....	271

## 1. INTRODUÇÃO

### 1.1 Contextualização do problema

*“A prática da arquivística está intimamente ligada à existência dos arquivos. Porém, a estruturação destes hábitos de trabalho em torno de um mesmo objeto e o aparecimento de princípios próprios aos arquivos constituem um fenômeno contemporâneo” (Rousseau e Couture, 1998).*

O Jornal do Brasil, num domingo do início da década de 1970, chama a atenção para os “Diplomas dos cursos avulsos e seminários [que] têm pequeno valor”. Cursos de jornalismo dinâmico, música, línguas, protética, datilografia, taquigrafia, assistência social, etc., têm, como freqüentadores, estudantes – que buscam auxílio para alguma pesquisa –, funcionários públicos e escriturários, que são “enganados na tentativa de conseguir melhores colocações em seus empregos ou, até mesmo, outro trabalho com melhores condições financeiras” (SÉRGIO, 1972).

Na contramão desse cenário enganador, a Arquivística (ou Arquivologia)<sup>1</sup> dá os primeiros passos rumo à conquista de espaço na universidade: é aprovado o Parecer n. 212, de 7 de março de 1972, pelo Conselho Federal de Educação (CFE)<sup>2</sup>, que autoriza a criação dos Cursos de Arquivologia em nível superior (CASTRO, 1979; AAB, 1978). No mesmo ano, é organizado pela Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), de 15 a 20 de outubro, na cidade do Rio de Janeiro, o I Congresso Brasileiro de Arquivologia (CBA), no qual é apresentado um projeto de currículo para os primeiros cursos de graduação em Arquivologia no Brasil (CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 1979a). Quase no final da década de 1970, esses cursos são implantados no espaço universitário: em 1977, com a transferência do Curso Permanente de Arquivos (CPA) – que funcionava desde 1960 no Arquivo Nacional (AN) – para a Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro (FEFIERJ), atual Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)<sup>3</sup>,

---

<sup>1</sup> As duas formas são admitidas no Brasil, ambas significando a disciplina que tem por objeto “o conhecimento da natureza dos arquivos e das teorias, métodos e técnicas a serem observados na sua constituição, organização, desenvolvimento e utilização” (DICIONÁRIO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 1996, p. 5).

<sup>2</sup> O Conselho Federal de Educação, atual Conselho Nacional de Educação (CNE), foi criado pela Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961 e dentre as suas atribuições constava “opinar sobre a incorporação de escolas ao sistema federal de ensino, após verificação da existência de recursos orçamentários”. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/index.php?option=content&task=view&id=113&Itemid=207>>. Acesso em: 13 out. 2006.

<sup>3</sup> Originou-se das Escolas Federais Isoladas, do extinto Estado da Guanabara, com a sigla de FEFIEG, criada pelo Decreto-Lei no 773, de 20/08/1969. Tal federação teve como objetivo reunir e integrar estabelecimentos isolados de ensino superior que pertenciam a três ministérios: Ministério do Trabalho, Comércio e Indústria;

conforme Decreto n. 79.329, de 02 de março de 1977 (MARIZ, 2003, p. 15; ARQUIVO NACIONAL, 1977a, p. 33) – e com a criação dos cursos de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Na década de 1980, a Arquivística tende a se posicionar no âmbito da Ciência da Informação (CI)<sup>4</sup>, como aponta Silva et al (1999, p. 154) e, no Brasil, há um movimento para que a maioria dos cursos de graduação nessa área sejam implantados na década de 1990, contribuindo para o processo de reconhecimento da disciplina no País (CUNHA; RODRIGUES, 2003a, p. 2).

Atualmente, existem dez cursos de graduação em Arquivologia no Brasil, distribuídos nas regiões sul, sudeste, centro-oeste e nordeste, nas seguintes universidades: UNIRIO, UFSM, UFF, Universidade de Brasília (UnB), Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) – Campus Marília – e Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), este último criado em 2006.

Ainda existem oito associações de arquivistas, no País: a Associação dos Arquivistas Brasileiros, a Associação Brasileira de Arquivologia (ABARQ), a Associação de Arquivistas de São Paulo (ARQ-SP), a Associação de Arquivistas do Rio Grande do Sul (AARS), a Associação dos Arquivistas da Bahia (AABA), a Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro (AAERJ), a Associação dos Arquivistas do Espírito Santo (AARQES) e a Associação dos Arquivistas do Estado do Paraná (AAPR).

Dos lugares de formação em Arquivística, apontados por Couture, Martineau e Ducharme (1999, p. 27) – as universidades, as escolas associadas à administração pública, as instituições nacionais de arquivo, as associações profissionais, as organizações e o meio de trabalho – destacamos as universidades, embora tenhamos de sublinhar o relevante papel do AN e da AAB, bem como das demais associações de arquivistas, no processo de formação e

---

Ministério da Saúde; Ministério da Educação e Cultura (MEC). Com a fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, em 1975, a FEFIEG teve nome e sigla alterados passando a denominar-se Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro (FEFIERJ). A partir desse ano, tornou-se um todo orgânico, constituído por departamentos reunidos em centros, com estrutura para a coordenação do ensino e da pesquisa. Em 1977, foram incorporados à FEFIERJ, o CPA e o Curso de Museus (do Museu Histórico Nacional). Finalmente, em 5 de junho de 1979, pela Lei 6.655, foi transformada a FEFIERJ em UNIRIO, à época Universidade do Rio de Janeiro. A UNIRIO passou a ser denominada Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro em 27 de outubro de 2003. Disponível em: <<http://www.escolabio.kit.net/historico.htm>>. Acesso em 03 set. 2006.

<sup>4</sup> Alguns autores utilizam o termo *Ciência da Informação* no plural, “para designar uma área mais ampla e que a informação, seu objeto de estudo, tem as mais diferentes interpretações”, como aponta Pinheiro (1999). Sem entrar nessa discussão, utilizaremos o termo no singular, como uma área próxima da Arquivística.

de configuração da Arquivística como disciplina no Brasil. Como nos lembram Rousseau e Couture (1998, p. 55), “O espírito de corpo profissional manifesto pela criação de associações profissionais constitui uma etapa importante no desenvolvimento da profissão. Com efeito, é nelas que assenta doravante o reconhecimento profissional e a promoção social”.

É importante ressaltar que esta pesquisa foi amadurecida a partir de um projeto de iniciação científica, desenvolvido de 2002 a 2003 (CUNHA; RODRIGUES, 2003b) e que foi ponto de partida das inquietações que a perpassam.

## 1.2 Problema da pesquisa: objeto e questões centrais

A obra inspiradora desta pesquisa foi um estudo de uma pesquisadora canadense, denominado *L'Archivistique: son histoire, ses acteurs depuis 1960* (GAGNON-ARGUIN, 1992). Nesse estudo, a autora aponta como aspectos principais que apóiam o desenvolvimento de uma disciplina: a presença de um corpo científico, o desenvolvimento de programas de estudo, a instalação de uma estrutura para a pesquisa e a escolha de um campo de saber<sup>5</sup>. Como aspectos secundários, mas não menos importantes, ela destaca o aumento do número de estudantes, a melhora na infra-estrutura de ensino, o financiamento ao ensino e à pesquisa, o aparecimento de um número significativo de cargos de professores universitários e a existência de lugares de encontros e de trocas de experiências científicas (GAGNON-ARGUIN, 1992, p. 211, tradução nossa).

Considerando esses aspectos, esta pesquisa tem como **objeto** o estudo da formação e configuração da Arquivística como disciplina no Brasil e aponta como **questões centrais**:

- Qual é a trajetória dessa formação?
- Como a Arquivística se configura no campo científico?
- Quais são as suas relações com as outras disciplinas nesse processo?

---

<sup>5</sup> Utilizaremos a expressão *campo científico* conforme a concepção de Bourdieu (1983a, p. 122), ou seja, como “o espaço de jogo de uma luta concorrencial”, abrangendo tanto o *campo disciplinar* (em relação à autonomia de uma disciplina), como o *campo extradisciplinar* (quanto ao conjunto de relações entre disciplinas). Já a expressão *campo do conhecimento* será utilizada como sinônimo de *campo do saber*, relacionando-se à produção científica de uma disciplina. Essas diferenças serão aprofundadas nos referenciais teóricos, mas já aproveitamos este espaço para agradecer à Professora Fernanda Sobral, por nos ter alertado e orientado sobre essas distinções, durante a avaliação do projeto de pesquisa. De toda forma, não sabemos até que ponto Gagnon-Arguin utiliza a expressão *campo de saber* relacionando-a à autonomia e/ou à produção científica da Arquivística, embora, no seu texto, pareça estar mais próxima do sentido de autonomia.

## 1.3 Objetivos

### 1.3.1 Objetivo geral

Compreender a trajetória da formação e configuração da Arquivística como disciplina científica no Brasil, seus espaços e vínculos na Universidade, seus movimentos e diálogos com as outras disciplinas e áreas do conhecimento e o papel das associações de arquivistas nessa trajetória.

### 1.3.2 Objetivos específicos

Tendo-se em vista o problema da pesquisa e as questões dela decorrentes, apontamos como objetivos específicos:

- a) Pesquisar a história da criação dos cursos de graduação em Arquivologia no Brasil;
- b) Identificar o *locus* acadêmico-institucional da disciplina e avaliar as razões dos seus vínculos nas universidades;
- c) Mapear a formação dos docentes desses cursos;
- d) Mapear os eventos de caráter científico, promovidos pelas associações de arquivistas do Brasil;
- e) Mapear a produção científica com temáticas relacionadas à área.

## 1.4 Justificativa<sup>6</sup>

No Brasil, o nascimento do Arquivo, como instituição, dá-se no século XIX, quando é criado o AN, com a denominação de *Arquivo Público do Império*. Entretanto, é necessário aguardar mais de um século para que a Arquivística seja reconhecida academicamente. Isso ocorre na década de 1970, quando da criação dos primeiros cursos de graduação nas universidades públicas.

Além disso, é naquela década que o movimento associativo, congregando os profissionais da área, tem início, com a criação da AAB, em 20 de outubro de 1971

---

<sup>6</sup> Parte das reflexões acerca da justificativa desta pesquisa foram por nós apontadas num artigo sobre *A inserção da Arquivística nos cursos de pós-graduação stricto sensu no Brasil* (RODRIGUES; MARQUES, 2005a).

(BOTTINO, 1994, p. 12). Essa entidade, embora de caráter corporativo, possibilitou, por meio dos seus congressos brasileiros, a divulgação dos trabalhos que vinham sendo desenvolvidos nas instituições de arquivo, além de congregar pesquisadores cujas temáticas se aproximavam das preocupações dos arquivistas. Contudo, esses congressos eram, no início, essencialmente, um grande fórum de debates para os problemas práticos da Arquivística.

Até a criação desses cursos, as reflexões sobre a área originavam-se, basicamente, nas instituições arquivísticas e estavam estreitamente vinculadas às necessidades de resolução dos problemas que se impunham no cotidiano dessas instituições quanto ao tratamento dos seus acervos arquivísticos. Nesse aspecto, o AN desempenhou um papel fundamental: formou técnicos de alto nível, produziu uma bibliografia técnica importante, traduziu e divulgou autores essenciais para a Arquivologia.

Entretanto, como destacado por Rousseau e Couture (1998, p. 257), a formação e a pesquisa em Arquivística não é a finalidade dos Arquivos Nacionais. À semelhança de outras disciplinas, prosseguem os autores, é essencial que tanto a formação quanto a pesquisa em Arquivística devam ser confiadas aos estabelecimentos de ensino superior. Da mesma forma, essas não são tarefas das associações profissionais.

Nesse sentido, o estudo da trajetória de uma disciplina, como argumenta Gagnon-Arguin (1992, p. 179, tradução nossa), deve ter em vista o conjunto de elementos interativos que evoluem no tempo. Silva et al também pontuam a importância de estudos dessa natureza, considerando a lacuna na literatura arquivística e a necessidade de se envidarem esforços para a realização de uma pesquisa e de reflexões metódicas (SILVA et al, 1999, p. 17 e 203).

No Brasil, Fonseca (2004), ao tecer um breve pano de fundo da Arquivística no Brasil, aponta lacunas na historiografia da área referente à época anterior à década de 1970.

Diante dessas reflexões e das lacunas apontadas na literatura, quanto a uma abordagem mais exaustiva da evolução da Arquivística no Brasil e considerando a sua situação atual, que já conta com dez cursos de graduação, com pesquisadores e estudos nas universidades e uma crescente presença profissional no mercado de trabalho, além de uma forte participação das instituições arquivísticas nos debates e reflexões sobre o fazer da área, acreditamos que a busca de respostas aos questionamentos propostos mostra-se relevante na sua contribuição para a identificação: dos atores envolvidos na formação da Arquivística como disciplina no Brasil; do papel das instituições de arquivo e das associações profissionais, sobretudo do AN e da AAB, na criação dos cursos de graduação em Arquivologia; dos fatos/demandas que deram origem a esses cursos; de quando, onde e por quem essas demandas começaram a ser discutidas; e da pesquisa com temáticas relacionadas à área, particularmente daquela realizada

no âmbito da graduação – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) – e nos Programas de Pós-graduação (PPGR).

Assim, esperamos que este estudo proporcione a compreensão do processo de concepção e criação de espaços para a Arquivística na Universidade, a qual, por sua vez, permita a identificação das razões da vinculação institucional dos cursos de graduação em Arquivologia e as atuais relações da área com outras disciplinas.

Em suma, esperamos que a trajetória da Arquivística, que pretendemos delinear numa *perspectiva histórica*, como nos aponta Rodrigues (2006), permita-nos, dentre outros aspectos, compreender as razões de inserção da disciplina – utilizando uma expressão de Couture, Martineau e Ducharme (1999) – num ou noutro *lugar de formação* no Brasil.

## 1.5 Hipótese

O pressuposto subjacente a esta pesquisa é o de que a Arquivística, em seu processo de formação como disciplina científica no Brasil, estabeleceu diálogos com outras disciplinas/áreas do conhecimento. Nesse processo,

- as associações de arquivistas tiveram relevante papel como espaços de interlocução entre as demandas do mundo do trabalho e os estudos e reflexões advindos da Universidade;
- os vínculos institucionais dos cursos de Arquivologia, a formação dos seus docentes e a produção científica relacionada à área refletem e configuram esses diálogos.

Nesse sentido, tomamos como hipótese que a configuração do campo científico da Arquivística no Brasil é igual à interação entre os seus campos disciplinar e extradisciplinar:

Campo científico da Arquivística = campo disciplinar ↔ campo extradisciplinar



## 1.6 Metodologia

O presente estudo caracteriza-se, predominantemente, como uma pesquisa descritiva e explicativa. Assim, como um estudo descritivo, todas as suas fases se mostram interdependentes, tendo em vista a compreensão da situação atual da Arquivística, a partir da reconstrução da trajetória histórica da área – estudo explicativo.

O aspecto quantitativo da pesquisa consiste num mapeamento: de uma amostra significativa de projetos de iniciação científica, de dissertações e teses, representativos da produção científica com temáticas relacionadas à área; do número de professores que compõem os quadros docentes dos cursos de graduação em Arquivologia e das suas respectivas formações; e do número de eventos científicos promovidos pelas associações de arquivistas do País.

Quanto ao tratamento dos dados coletados, estes são analisados conforme propõem Marconi e Lakatos, por meio do método histórico, o qual, segundo essas autoras, “preenche os vazios dos fatos e acontecimentos, apoiando-se em um tempo, mesmo que artificialmente reconstruído, que assegura a percepção da continuidade e do entrelaçamento dos fenômenos” (MARCONI; LAKATOS, 2005, p. 107) e à luz dos conceitos centrais de *campo científico* e de *habitus* (BOURDIEU, 1983a e 1983b) e de *disciplina científica* (MORIN, 2005a; JAPIASSU, 1976; GEERTZ, apud GOMES, 2001; POMBO; GUIMARÃES; LEVY, 1994).

Dentre os métodos históricos, para os objetivos desta pesquisa, pareceu-nos apropriado o *Método da História Cruzada*, proposto por Werner e Zimmermann (2003). Segundo esses autores, a produção do conhecimento nas ciências humanas trouxe a necessidade de se repensar os métodos de pesquisa utilizados, até então, para as ciências ditas “puras”. Os estudos relacionais vigentes – comparação e transferência – não seriam suficientes para esse “novo” campo do saber, marcado pela “mundialização” e pela “virada culturalista”. Era preciso sair da linearidade e refletir sobre o contexto histórico dos acontecimentos, na sua dinâmica. A partir de uma concepção dinâmica, o *Método da história cruzada* foi pensado como um instrumento de análise relacional no âmbito da historicidade de estudo.

Ultrapassando essas visões de abordagem do objeto de estudo, consideradas por Werner e Zimmermann, simplistas, a proposta desses autores traz como mensagem um “empreendimento auto-reflexivo” (2003, p. 115), que pode ser gerador de sentido. O *método da história cruzada* concebe, basicamente, os cruzamentos como uma matriz para os objetos. Segundo eles, o ponto de interseção desses cruzamentos seria “onde se podem produzir

acontecimentos suscetíveis de afetar em graus diversos os elementos em presença, segundo sua resistência, permeabilidade ou maleabilidade, e de seu entorno” (WERNER; ZIMMERMANN, 2003, p. 95-96). Nessa abordagem, “as entidades ou os objetos de pesquisa não são apenas considerados uns em relação com os outros, mas igualmente uns através dos outros” (WERNER; ZIMMERMANN, 2003, p. 96). Há um desdobramento do objeto de estudo, que, em construção, mostra várias possibilidades de combinações (ou interseções) na sua abordagem. Daí a vivacidade e a dinâmica do objeto, que é constantemente reconstruído com cruzamentos, algumas vezes inéditos, outras, ressignificados, complementares.

Nessa pluralidade de movimentos é que, no desenvolvimento desta pesquisa, dentre outros aspectos, buscamos a identificação dos contextos de criação dos primeiros cursos de Arquivologia. Assim, pretendemos apreender a trajetória da Arquivística como disciplina científica, no Brasil, na sua complexidade interativa, como processo histórico.

Ainda nessa acepção relacional, quatro aspectos são considerados pelos autores – por eles denominados de *grandes famílias* –, em função do objeto do cruzamento e do seu observador.

O primeiro aspecto relaciona-se aos *cruzamentos intrínsecos ao objeto*. No âmbito do *Método da história cruzada*, nega-se o reducionismo do objeto de pesquisa a esquemas lineares ou de causalidades simples:

Seja qual for o ponto de partida, o cruzamento comporta, nestes estudos, como matriz de base para a construção do objeto que será, em cada caso, mais ou menos fortemente apropriado à análise dos momentos anteriores ou posteriores aos pontos de interseção propriamente ditos (WERNER; ZIMMERMANN, 2003, p. 99).

Assim, esse método pode nos ajudar a compreender a trajetória de formação da Arquivística e como essa disciplina se configura no campo científico, pois, dentre tantas oportunidades de cruzamentos que propicia, abre-nos a possibilidade de estudar o relevante papel, na criação dos cursos de graduação em Arquivologia, de instituições que perpassam essa trajetória, como o AN e a AAB.

O segundo aspecto refere-se ao *cruzamento dos pontos de vista*. Werner e Zimmermann defendem o voluntarismo e a parcialidade do observador, quando este identifica e desenha os contornos do seu objeto de pesquisa, ao construir sua problemática. “[...] a adoção de um ou de vários pontos de vista particulares sobre o objeto já é resultado de diferentes operações de cruzamento” (WERNER; ZIMMERMANN, 2003, p. 99).

O terceiro aspecto contempla as *relações entre o observador e o objeto*. Os autores entendem que há uma interdependência entre os métodos de pesquisa e o seu objeto, quando

há uma relação dinâmica entre o pesquisador e a pesquisa. Assim, eles apontam um entrecruzamento em que “objetos e pontos de vista se constituem em uma interação cruzada” (WERNER; ZIMMERMANN, 2003, p. 100), que muito nos interessa: a dinâmica na observação da trajetória da Arquivística sugere, portanto, o nosso envolvimento, uma vez que nos identificamos com e nessa trajetória<sup>7</sup>.

O quarto aspecto diz respeito ao *cruzamento de escalas*. Para Werner e Zimmermann “[...] os objetos empíricos relevam de muitas escalas ao mesmo tempo e escapam a abordagens de foco único” (2003, p. 102). Considerando que as escalas são partes integrantes da análise, os autores consideram-nas sob dois pontos de vista: um espacial e outro temporal. O primeiro remete à pluralidade de cenas, de lógicas e de interações do objeto; o segundo, concebe as temporalidades do observador, do objeto e de suas interferências na relação entre empiria e metodologia. Nesse sentido, temos a consciência de que é imprescindível um olhar dinâmico sobre essa trajetória, diante do qual tanto o objeto quanto a sua análise se ajustam em diferentes momentos da pesquisa. Dessa forma, esperamos que o estudo dos seus contextos não se torne engessado; pelo contrário, deverão ser reconstruídos.

Devemos destacar, também, o que esses autores denominam de “processo situado de categorização”, que, no nosso caso, relaciona-se à justaposição entre a paisagem (contexto) e o próprio objeto de pesquisa – a trajetória da formação da Arquivística como disciplina, que apresenta fatos históricos datados e estruturados por problemáticas que perpassam sua constituição.

Ainda é importante ressaltar que

[...] a história cruzada relaciona, geralmente, em escala nacional, formações sociais, culturais e políticas, partindo da suposição que elas mantêm relações entre si. Ela enseja por outro lado uma reflexão acerca da operação que consiste em ‘cruzar’, tanto no plano prático como no intelectual (WERNER; ZIMMERMANN, 2003, p. 90).

Nesse aspecto, o *Método da História Cruzada* parece aproximar-se do *construtivismo social* – “que procura romper totalmente com a separação entre condições sociais e condições cognitivas” – e do conceito de *arenas transepistêmicas*, proposto por Knorr-Cetina e retomado por Sobral (2001, p. 206), que considera, “no processo de produção do conhecimento, as decisões negociadas dos pesquisadores e de outros atores não-científicos mas que também participam do processo, muitas vezes com interesses nos resultados das pesquisas (empresários, governo, ONG’s etc)”. A partir desses conceitos, Sobral propõe o

---

<sup>7</sup> É essencial ressaltar que minha graduação foi em Arquivologia, ponto de partida para todos os questionamentos que embasaram o projeto do mestrado, o que aumenta o meu envolvimento com o objeto desta pesquisa.

conceito de *campo transcience*, o qual “mostra que o processo de produção do conhecimento envolve vários atores sociais [...], além dos cientistas (que têm o maior peso neste conceito), fazendo com que o processo de legitimação também se viabilize no campo social” (SOBRAL, 2001, p. 207-208).

Nessa perspectiva, não poderíamos nos esquecer das influências do cenário internacional nessa trajetória, das diferenças regionais do Brasil, da historicidade das instituições de arquivo (arquivos públicos e mesmo privados) e das associações de arquivistas que, de alguma forma, perpassam a história de criação dos cursos de graduação, das influências políticas, sociais e culturais dessas instituições e dos acontecimentos que marcam a história do País, que parecem interferir e contribuir para a formação da identidade profissional, acadêmica e institucional da Arquivística.

Sinteticamente, a relação que estabelecemos entre o objeto deste estudo e o *Método da história cruzada* pode ser compreendida pelo processo de historicização da trajetória da área, considerando que “historicizar significa articular o dado fundamental da reflexividade e as temporalidades múltiplas que entram na construção do objeto desde que o consideramos como uma produção situada no tempo” (WERNER; ZIMMERMANN, 2003, p. 110).

Essa perspectiva também se entrecruza, embora de forma limitada, com o tipo de epistemologia proposto por Japiassu<sup>8</sup>, fundamentado “no material fornecido pela história das ciências, na medida em que esta é analisada, não em sua dinâmica interna apenas, mas em seu modo real e efetivo de realização” (JAPIASSU, 1981, p. 4). O autor explica que

Em outras palavras, interessa-me estudar, não a história das ciências, mas as ciências segundo sua história. Assim entendida, a história das ciências se converte em epistemologia. Esta procura estudar e analisar as ciências, não apenas em suas condições psicológicas e técnicas, mas em suas condições históricas e sócio-econômico-culturais. Enquanto tal, não corresponde apenas a um gosto pelos fatos ou idéias do passado (JAPIASSU, 1981, p. 4).

Japiassu propõe, portanto, uma leitura epistemológica da ciência, na qual o objeto é construído, do presente para o passado, inspirando-nos no nosso estudo da trajetória da Arquivística.

---

<sup>8</sup> Japiassu entende *epistemologia* como “uma disciplina que se interessa menos em descrever os métodos, os resultados ou a linguagem ‘da’ ciência, ou da ‘razão’ nas ciências, do que elaborar uma *reflexão crítica* permitindo-nos descobrir e analisar os *problemas* tais como eles se colocam ou se omitem, se resolvem ou desaparecem, na prática efetiva dos cientistas. Trata-se de uma disciplina permitindo-nos submeter a prática científica a uma reflexão que, diferentemente da filosofia clássica da ciência, aplica-se, não à ciência feita, acabada, verdadeira, de que deveríamos estabelecer as condições de possibilidade e de coerência, de que deveríamos fornecer todos os seus títulos de legitimidade, mas às ciências *em vias de se fazerem*, em seu desenvolvimento histórico, vale dizer, em sua *processualidade*” (JAPIASSU, 1981, p. 96).

### 1.6.1 Fases da pesquisa e procedimentos de coleta de dados

Para cumprir os objetivos propostos, esta pesquisa se desdobrou nas seguintes etapas:

a) Levantamento da bibliografia relacionada à Arquivística e daquela que pudesse subsidiar nosso estudo dos contornos e relações extradisciplinares da área – sobretudo obras da Sociologia, da Filosofia, da Educação, da História e da CI;

b) A pesquisa sobre a história da criação dos cursos de graduação em Arquivologia no Brasil deu-se a partir de uma pesquisa documental<sup>9</sup> no Fundo Arquivo Nacional, custodiado por esta instituição, no acervo do Centro de Documentação (CEDOC) da UnB e na publicação *Mensário do Arquivo Nacional* (MAN)<sup>10</sup>, além da elaboração e encaminhamento, às coordenações dos dez cursos de graduação em Arquivologia, de orientações (Apêndice A) para o preenchimento de um questionário (Apêndice B), que contemplava, em sua segunda parte, questões relacionadas à identificação de cada curso.

Esse questionário compreendia quatro partes: 1) identificação do informante; 2) identificação do curso; 3) identificação do corpo docente; e 4) avaliação dos docentes sobre o vínculo institucional do Curso de Arquivologia na sua universidade e com a grande área do conhecimento, conforme a classificação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Ao todo, eram 31 questões, abertas e fechadas.

Devido à dificuldade em delimitar com precisão a composição dos quadros docentes dos cursos de Arquivologia<sup>11</sup>, para fins de pré-teste, esse instrumento foi, inicialmente, encaminhado por correspondência eletrônica a um grupo de professores dos quais tínhamos acesso aos endereços eletrônicos e, posteriormente, entregues, pessoalmente, a outro grupo que participou do VI Congresso de Arquivologia do Mercosul (CAM), em Campos do Jordão/São Paulo (SP), em outubro de 2005.

---

<sup>9</sup> Pesquisa realizada em abril de 2006.

<sup>10</sup> O MAN era uma publicação periódica mensal do AN, “surgido em janeiro de 1970, sob a própria supervisão do diretor do órgão federal, com uma tiragem de 1500 exemplares, [...] e 17.300 exemplares editados e distribuídos, como as demais publicações, para todo país, Europa, América do Norte, América do Sul e América Central, além de países isolados nos restantes continentes” (ABRANTES, 1976, p. 26). A pesquisa que realizamos no MAN contemplou as publicações de 1970 a 1977, conforme os interesses deste trabalho.

<sup>11</sup> É essencial ressaltar que, considerando a dinâmica interna de cada curso de Arquivologia, não foi possível delimitar nosso universo de pesquisa, quanto ao número exato de professores que compõem os quadros docentes desses cursos. Esses números devem, portanto, ser bastante relativizados, por diversas razões, como o fato de nem todos os cursos estarem vinculados a departamentos, havendo, nesses casos, professores que ministram disciplinas comuns à Arquivologia e a outros cursos, como, por exemplo, à Biblioteconomia. Outras vezes, por questões de afinidade ou mesmo por razões contratuais, alguns docentes acabam ministrando disciplinas específicas da Arquivologia, sem, contudo, pertencerem ao quadro docente permanente da área.

Posteriormente, em janeiro de 2006, já com alguns ajustes, o questionário foi postado para os coordenadores dos nove cursos de Arquivologia, existentes até então<sup>12</sup>, para que eles o respondessem e o distribuíssem aos demais professores que ministrassem disciplinas específicas da Arquivologia. Nessa mesma época, o questionário também foi entregue pessoalmente e encaminhado, via *e-mail*, aos professores do curso de Arquivologia da UnB.

Nesse ínterim, insistimos no seu reenvio, por correspondência eletrônica, aos professores dos demais cursos. Em abril de 2006, diante do baixo retorno de respostas, contatamos, por telefone, as coordenações dos Cursos e reenviamos o questionário por correspondência tradicional.

Foram, também, realizadas entrevistas (pessoalmente e por correspondência) com pessoas que participaram do processo de criação e implantação do curso de Arquivologia da UnB, a partir de um roteiro semi-estruturado de perguntas (Apêndice C). Inicialmente, esse roteiro foi encaminhado, por correspondência eletrônica, à professora Heloísa Liberalli Bellotto (Apêndice D)<sup>13</sup>, que participou da implantação do curso no então Departamento de Biblioteconomia<sup>14</sup>. Em seguida, entrevistamos, pessoalmente, a arquivista Astréa de Moraes e Castro<sup>15</sup>, cujo papel foi relevante na história de criação desse curso, propondo um currículo mínimo e participando ativamente nas primeiras negociações, com os departamentos de História e de Biblioteconomia, para a sua implantação. Além disso, ela elaborou o projeto que originou o Parecer n. 212, de 7 de março de 1972; participou das negociações para a implantação do curso de Arquivologia na Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal (AEUDF) e no Centro Universitário de Brasília (UniCEUB) e dirigiu o Núcleo Regional da AAB, em Brasília, em 1979.

Tentamos diversos contatos, por telefone e por e-mail, com a chefe do Departamento de Biblioteconomia da UnB à época dessas mudanças, professora Lídia Alvarenga, que, segundo Castro, teria mediado, entre ela e a professora Bellotto, as iniciativas de implantação do curso nesse departamento. No entanto, apesar dos esforços, não conseguimos contatá-la, e, portanto, não foi possível entrevistá-la.

---

<sup>12</sup> O questionário foi encaminhado à coordenação do curso de Arquivologia da UEPB somente em setembro de 2006, uma vez que o curso começou a funcionar no segundo semestre de 2006.

<sup>13</sup> Perguntas respondidas, por *e-mail*, em 20 de novembro de 2005.

<sup>14</sup> Conforme um estudo de 1998, da historiadora Maria Goretti Vieira Vulcão, do CEDOC/UnB (Anexo A), o atual Departamento de Ciência da Informação e Documentação denominava-se *Departamento de Biblioteconomia* até 1992, quando teve seu nome mudado pela Resolução n. 010 do Conselho Universitário, de 30 de março de 1992.

<sup>15</sup> Entrevista concedida no dia 07 de dezembro de 2005.

c) O mapeamento dos vínculos acadêmico-institucionais dos cursos de graduação em Arquivologia, ou seja, dos departamentos/faculdades/institutos/centros que abrigam esses cursos, foi feito a partir da segunda parte do questionário enviado às coordenações desses cursos e da realização de pesquisas nos seus sítios;

d) A identificação da formação e titulação dos docentes desses cursos deu-se com a utilização da terceira parte do mesmo questionário;

e) O mapeamento dos eventos de caráter científico<sup>16</sup>, promovidos pelas associações de arquivistas do Brasil, foi feito a partir de visitas aos seus sítios e de correspondências eletrônicas a elas enviadas. Nessa parte da pesquisa, adotamos como recorte temporal o período compreendido entre 1972 (realização do primeiro CBA) e 2006 (identificação de temas de eventos da área organizados pelas associações regionais).

Para a análise quantitativa e qualitativa desses eventos, procedemos da seguinte forma:

- mapeamento das associações de arquivistas do Brasil, por meio de pesquisas na Internet;
- visitas aos sítios das associações identificadas, em busca de informações relativas aos seus históricos;
- elaboração e envio de correspondências eletrônicas a essas associações, solicitando a relação dos eventos da área por elas promovidos (instituição, data e tema do evento);
- pesquisa nos Anais dos CBA's;
- classificação dos eventos mapeados, segundo seus temas, a fim de identificarmos as preocupações teóricas predominantes, conforme os campos de pesquisa propostos por Couture, Martineau e Ducharme (1999) e a *classificação facetada*, proposta por Ranganathan e retomada por Araújo (2006).

É essencial ressaltar que toda a classificação temática adotada nesta pesquisa se dá com base na proposta de Couture, Martineau e Ducharme (1999), que propõem nove campos de pesquisa, conforme quadro reproduzido a seguir:

---

<sup>16</sup> Não foram considerados os eventos de caráter técnico ou de treinamento promovidos por essas associações, como oficinas, cursos, palestras, etc., mas somente aqueles que apontam para reflexões de interesse para a Arquivística.

**Quadro 1: Tipologia dos campos de pesquisa em Arquivística**

	<b>Campos de pesquisa</b>	<b>Descrição do conteúdo</b>
<b>1</b>	Objeto e finalidade da arquivística	Arquivos enquanto objetos de intervenção (informação/documento/arquivos) Finalidade: conservação, acesso, eficácia administrativa etc. Utilidade dos arquivos
<b>2</b>	Arquivos e sociedade	Papel social e lugar da arquivística na sociedade Arquivística, enquanto disciplina Arquivística, enquanto profissão
<b>3</b>	História dos arquivos e da arquivística	História dos arquivos Desenvolvimento dos princípios e das bases da arquivística
<b>4</b>	Funções arquivísticas	Produção, avaliação, aquisição, classificação, descrição, conservação e difusão
<b>5</b>	Gestão dos programas e dos serviços de arquivos	Teoria e prática das organizações Planificação e avaliação dos programas Gestão, <i>marketing</i> e relações públicas
<b>6</b>	Tecnologias	Informática aplicada aos arquivos Sistemas de informação, telecomunicações e redes
<b>7</b>	Suportes e tipos de arquivos	Arquivos audiovisuais, eletrônicos, iconográficos e textuais Microformas e outros suportes ou tipos de arquivos
<b>8</b>	Meio profissional dos arquivos	Instituições governamentais Instituições de ensino e de pesquisa Instituições religiosas Outras instituições
<b>9</b>	Problemas particulares relativos aos arquivos	Ética Acesso à informação e proteção da vida privada Outros

Fonte: Couture, Martineau e Ducharme (1999, p. 76).

Inicialmente, tentamos classificar cada evento, pelo seu tema geral, dentro de um desses nove campos de pesquisa. No entanto, percebemos que esse tipo de classificação não seria suficiente para abarcar os assuntos apresentados em cada tema. Essa diversidade de assuntos demandava, portanto, uma classificação em mais de um campo.

Buscando, então, uma classificação não excludente dos temas gerais dos eventos, de modo a considerá-los em mais de um campo de pesquisa, buscamos classificá-los, por aproximação a esses campos de pesquisa, com base na classificação facetada.

Segundo Araújo (2006, p. 1168), a classificação facetada “suruiu com o objetivo de organizar coleções de documentos em sistemas dinâmicos e multidimensionais. Assim, antes de mais nada, deve-se ter em mente que a classificação facetada constitui uma das teorias da classificação bibliográfica”. Assim, esse autor, ao recorrer a Barbosa<sup>17</sup>, lembra que “O diferencial do sistema classificatório proposto por Ranganathan é a utilização de uma estrutura dinâmica, multidimensional, com a introdução do termo faceta ‘que ficou sendo, nos modernos estudos sobre teoria da classificação, o substituto de característica’” (BARBOSA, 1969 apud ARAÚJO, 2006, p. 1171).

<sup>17</sup> BARBOSA, Alice. *Teoria e prática dos sistemas de classificação bibliográfica*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, 1969.



Nessa abordagem, tomamos os campos de pesquisa apontados por Couture, Martineau e Ducharme (1999) como facetas, ou seja, como caracterizadores temáticos. Assim, um evento poderia ser classificado dentro de mais de um campo temático de pesquisa.

Ainda no contexto das associações, realizamos, também, uma entrevista com a bibliotecária Nilza Teixeira<sup>18</sup>, que contribuiu de forma relevante para a criação e manutenção do Núcleo da AAB de Brasília.

f) Em relação à produção científica com temáticas relacionadas à área, nosso mapeamento se concentrou em duas linhas: das pesquisas no âmbito da graduação (projetos de iniciação científica desenvolvidos nos cursos de Arquivologia e nos cursos de Biblioteconomia) e das pesquisas no âmbito da pós-graduação (dissertações e teses desenvolvidas em PPGR em Ciência da Informação e naqueles próximos às temáticas contempladas pela Arquivística).

Para a identificação dos projetos de iniciação científica, a pesquisa centrou-se na análise de três situações: a) dos projetos do curso de Arquivologia da UnB; b) dos projetos dos outros oito cursos de graduação em Arquivologia existentes à época do mapeamento; c) e dos projetos desenvolvidos nos cursos de Biblioteconomia do Brasil. Neste último caso, destacaram-se os projetos que tinham, por objeto de estudo, temas arquivísticos ou, pelo menos, relacionados à Arquivística. Não foram incluídos no universo da pesquisa outros cursos que têm afinidades com a Arquivologia, como, por exemplo, a História, a Administração e a Comunicação<sup>19</sup>. A inclusão da Biblioteconomia deveu-se à proximidade acadêmico-institucional desta última com a Arquivologia, estando ambas, em geral, nos departamentos de CI.

No projeto de iniciação científica que deu origem a esta pesquisa, identificamos a participação de professores e alunos dos cursos de Arquivologia no PIBIC (CUNHA; RODRIGUES, 2003b). Naquele momento, foram mapeados todos os projetos desenvolvidos na UnB, dentro do referido curso. Esse mapeamento foi atualizado com consultas nos anais dos Congressos de Iniciação Científica da UnB e com pesquisas nos documentos da Coordenação do PIBIC dessa Universidade.

---

<sup>18</sup> Entrevista concedida no dia 13 de dezembro de 2005.

<sup>19</sup> Sabemos que pesquisas com temáticas relacionadas à Arquivística são, também, produzidas em outros cursos, como no curso de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), onde foi identificado um projeto de iniciação científica com o título “Digitalização do acervo do Laboratório de Fotodocumentação Sylvio de Vasconcellos”. No entanto, pelos limites de uma pesquisa de mestrado, não tivemos condições de estender nosso mapeamento para além dos Cursos de Arquivologia e de Biblioteconomia do Brasil.

Para o levantamento dos projetos dos demais cursos de Arquivologia, foram enviadas correspondências tradicionais e eletrônicas aos departamentos que abrigam os outros nove cursos (com exceção do curso da UEPB, que não existia à época, como já explicamos).

É importante ressaltar que o levantamento dos projetos desenvolvidos nos cursos de Arquivologia foi sendo atualizado desde 2002, quando teve início nosso PIBIC. Portanto, as correspondências foram enviadas repetidas vezes aos departamentos. Além disso, foi enviada uma mensagem a uma lista de discussão *on-line* sobre Arquivologia, solicitando informações sobre a existência desses projetos<sup>20</sup>.

Os projetos de iniciação científica, com temáticas relacionadas à Arquivística, produzidos nos cursos de Biblioteconomia do Brasil, foram identificados por meio de correspondências tradicionais enviadas a todos os cursos, identificados na Internet, num total de 42<sup>21</sup>.

Após o mapeamento dos temas dos projetos de iniciação científica, buscamos identificar em que medida eles correspondiam à classificação proposta por Couture, Ducharme e Martineau (1999), sob a perspectiva da classificação facetada (ARAÚJO, 2006).

Para o mapeamento das dissertações e teses, identificamos, inicialmente, os programas de pós-graduação do Brasil, distribuídos em universidades federais e privadas que poderiam, em princípio, abrigar linhas de pesquisa ou temáticas próximas da Arquivística. De antemão, esclarecemos que, embora os cursos de pós-graduação *lato sensu* pareçam ocupar um papel considerável na formação dos arquivistas, não os consideramos no universo pesquisado, pela dificuldade de mapeá-los e qualificá-los, particularmente quanto às monografias produzidas nesses cursos.

Em seguida, buscamos verificar a existência de programa(s) de pós-graduação no departamento/faculdade/instituto/centro ao qual cada curso de Arquivologia está vinculado e a participação, em número, de docentes de Arquivologia nos respectivos programas de pós-graduação.

Por fim, para a identificação das dissertações e teses com temáticas relacionadas à Arquivística, visitamos os sítios de diversos programas de pós-graduação *stricto sensu*<sup>22</sup>. Posteriormente, realizamos pesquisas no Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a exemplo da metodologia seguida

---

<sup>20</sup> Essa mensagem foi enviada para: <arquivo@yahoogrupos.com.br>, em 25 jul. 2005.

<sup>21</sup> Na verdade foram enviadas 41 cartas, pois não o fizemos para o curso de Biblioteconomia da UnB. Os projetos de iniciação científica produzidos nesse Curso foram identificados nos anais do PIBIC dessa Universidade.

<sup>22</sup> Os principais programas de pós-graduação que pesquisamos foram em: Ciência da Informação, História, Administração e Comunicação.

por Fonseca (2004)<sup>23</sup>. Essa autora utilizou como filtros temáticos *Arquivos, Arquivologia e Arquivística*. Nós utilizamos apenas os dois últimos filtros, tendo em vista a atualização do mapeamento do projeto de iniciação científica (CUNHA; RODRIGUES, 2003b) e desse trabalho de Fonseca. A classificação das pesquisas mapeadas também foi realizada de acordo com os campos de pesquisa propostos por Couture, Martineau e Ducharme (1999) e com a *classificação facetada* (ARAÚJO, 2006).

Na apresentação dos resultados da pesquisa, em alguns casos são utilizados gráficos; em outros, quadros e, ainda, gráficos e quadros para representar os mesmos dados, dependendo da quantidade e qualidade das informações.

### 1.6.2 Universo da pesquisa

Sob a perspectiva do *Método da história cruzada*, partimos do pressuposto de que o universo desta pesquisa se constitui de uma teia complexa de relações, que inclui as instituições de arquivo, com destaque para o AN, as associações profissionais, em especial a AAB, as universidades que possuem cursos de graduação em Arquivologia, os programas de pós-graduação mais próximos à Arquivística (Ciência da Informação, História, Comunicação e áreas afins) e as pesquisas com temáticas relacionadas à área e à comunidade científica, formada por arquivistas, pelos docentes desses Cursos e por pesquisadores que estudam essas temáticas.

Assim, o universo da pesquisa contempla algumas pessoas envolvidas na criação do curso de graduação em Arquivologia da UnB e do extinto Núcleo da AAB em Brasília<sup>24</sup>, docentes dos cursos de graduação em Arquivologia do Brasil<sup>25</sup> e dissertações e teses com temáticas relacionadas à área.

---

<sup>23</sup> Nesse estudo, Fonseca (2004) faz o mapeamento da produção do conhecimento arquivístico, quanto aos artigos de periódicos e às dissertações e teses. Jardim (1998) também identifica os artigos publicados, com temáticas relacionadas à Arquivística, em periódicos de Ciência da Informação, Biblioteconomia, Administração e História, no período de 1990 a 1995. Diante desses estudos, esta pesquisa não contemplará o levantamento de periódicos ou de artigos com temas arquivísticos.

<sup>24</sup> Pelo limite de tempo do mestrado, não foi possível visitar os demais cursos de graduação em Arquivologia e as associações de arquivistas do Brasil, o que impossibilitou a realização de entrevistas com pessoas envolvidas na criação desses cursos e dessas instituições e de uma pesquisa documental mais exaustiva, lacuna que apontaremos nas recomendações de pesquisa.

<sup>25</sup> Não foi possível identificar o número total de docentes dos cursos de graduação em Arquivologia, uma vez que os seus sítios não disponibilizavam essa informação à época do nosso levantamento de dados e que as respostas ao item do nosso questionário, quanto à essa questão, devem ser nuançadas, conforme explicado no quadro 19.

### 1.6.3 Recorte temporal

O recorte temporal inicial desta pesquisa situa-se em **1960**, considerando que, apesar de os cursos do AN terem sido criados juntamente com os da BN, em 1911, somente em 1958, com a reforma do Regimento do AN – Decreto 44.862 de 21 de novembro – é que se pensou na sua instalação (ARQUIVO NACIONAL, 1970a, p. 4-5) e em 1960, entrou em funcionamento o CPA (ARQUIVO NACIONAL, 1974b, p. 13), conforme já destacado na seção 1.1.

Quanto ao nosso recorte temporal final, definimos o ano de **2006**<sup>26</sup>, devido à atualização do mapeamento dos cursos de graduação em Arquivologia, bem como dos seus quadros docentes, das associações profissionais de arquivistas e dos seus eventos, das dissertações e teses com temas relacionados à área e da pesquisa documental realizada no AN.

## 1.7 Revisão de literatura: trajetória da Arquivística como disciplina

Na perspectiva internacional, Rousseau e Couture apontam que “A disciplina arquivística desenvolveu-se em função das necessidades de cada época. Ela é constituída por um *savoir-faire* que se foi acumulando ao longo dos anos. Os métodos de trabalho mudaram, mas encontramos geralmente as mesmas preocupações funcionais” (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 48).

Outro autor que se destaca no estudo da trajetória da Arquivística é o professor português Armando Malheiro da Silva, que, em parceria com outros estudiosos, publicou, dentre outras, uma obra de referência para a área: *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação* (SILVA et al, 1999). Nessa obra, os autores abordam a história dos arquivos, desde as primeiras práticas conhecidas da escrita e da disciplina lembrando que: até o século XIII, os arquivos serviam aos interesses da História; no século XIV, passaram a servir aos interesses da Administração; no século XV, predominou uma ótica instrumental; nos séculos XVII e XVIII, intensificou-se a procura dos arquivos em função do valor secundário dos documentos.

Quanto aos movimentos da prática e da teoria arquivística, eles pontuam que:

---

<sup>26</sup> Apesar da pesquisa não cobrir todo o ano de 2006, uma vez que os questionários foram devolvidos até março e a atualização das dissertações e teses ter sido concluída em outubro desse ano.

Os depósitos de documentos aumentaram consideravelmente a partir do século XVI (em número, em extensão e em diversidade de acervos), mas o caráter prático da profissão manteve-se inalterável e o conceito de serviço foi sempre relativamente fechado. Só mais tarde, com a abertura do sistema político e burocrático e com o advento de novas preocupações sociais é que, efectivamente, surgirá a teorização arquivística. A partir de então estarão criadas as condições para que surja uma disciplina autônoma e para que os arquivos se afirmem como sistemas de informação (SILVA et al, 1999, p. 81).

Nesse sentido, Silva et al (1999) explicam que:

A partir do século XVI, as rotinas da profissão começam a ser freqüentemente disciplinadas por normas regulamentares, algumas inclusive de caráter oficial. Não obstante o conteúdo programático das mesmas, verifica-se que elas têm já iminentes princípios gerais de natureza arquivística, os quais irão adquirir depois a forma de postulados, levando ao nascimento de uma nova disciplina – a Arquivística – como construção conceptual e sistemática do saber adquirido por uma prática milenar da gestão dos arquivos (SILVA et al, 1999, p. 93).

No entanto, até o século XVIII a Arquivística é marcada por uma fase técnica e custodial:

“papéis” antigos de temática político-administrativa, incunábulo e outras raridades bibliográficas e gabinetes de curiosidades (para cuja difusão muito contribuíram o Humanismo, a Renascença, o colecionismo diversificado e mais ou menos esclarecido de grandes Mecenas) tendiam a formar uma realidade única e inseparável. Tendência desenvolvida na Modernidade e aí subvertida pela necessidade iluminista de classificar, de separar ideias e coisas e de buscar a pretensa objectividade científica (tanto no plano natural e físico, como no plano humano e social), pelo aparecimento do Estado-Nação, pelo fomento capitalista e pela complexificação global das sociedades. A uma fase sincrética e custodial sucedeu, até o final do século XVIII, uma fase técnica e custodial (1898-1980) que atravessa, actualmente, uma progressiva e irreversível viragem rumo a um paradigma que se antevê científico e pós-custodial (SILVA, 2002, p. 575).

No século XIX,

O Iluminismo deu veste cultural à Arquivística, mas foi também germe de consideráveis desvios. A fase imediata será caracterizada precisamente por um penoso esforço de reconstrução da teoria e da prática arquivística, no sentido de uma disciplina autônoma com objecto próprio e uma metodologia adequada (SILVA et al, 1999, p. 96).

Nesse cenário, Ortega, ao considerar as outras disciplinas que trabalham com documentação/informação, lembra- nos que

Em fins do século XIX, a Biblioteconomia e a Documentação apresentavam um desenvolvimento em grande parte inseparável: surgiram em consequência das mesmas necessidades, empregavam processos e instrumentos comuns [...], tinham objetivos quase idênticos e em muitos casos deviam seu progresso aos mesmos homens. Havia, no entanto, uma tentativa dos documentalistas em evitar os instrumentos e até mesmo os termos adotados pela Biblioteconomia, o que levou, muitas vezes, a que aqueles seguissem os caminhos já trilhados e até descartados por esta. A diferença da Documentação era que pretendia fazer uma análise de conteúdo mais profunda. Da mesma forma, os arquivos apresentavam problemas semelhantes de organização. A Biblioteconomia, a Documentação e a custódia dos arquivos [...] eram tratadas de forma única: no entanto, interesses

particulares começaram a dividir estas atividades em grupos separados, os quais passaram a adotar atitudes de intolerância entre si (ORTEGA, 2004).

No século XX, mais precisamente durante a 2ª Guerra Mundial, a Arquivística passou a ser concebida como descritiva, quando entrou em crise de “identidade” com a História, passando a predominar uma vertente tecnicista ao longo do século.

Nesse processo evolutivo há uma nítida sobreposição da teoria relativamente à prática: os diversos *constructo* sócio-culturais – Arquivo, Biblioteca e Museu – foram tendo uma correlação com disciplinas científico-técnicas legitimadoras de profissões emergentes e exercidas nesses *constructo*, ou seja, nesses ‘lugares de memória’ institucionalizados (SILVA, 2002, p. 576).

A Arquivística, a Biblioteconomia, a Documentação e a Museologia “surgiram e têm girado na órbita do desenvolvimento positivista da História, adquirindo, de início, a condição subsidiária de ‘ciências auxiliares’” (SILVA, 2002, p. 56), relacionada ao paradigma “historicista, empírico-tecnista, documentalista, empírico-patrimonialista, etc.”. Esse paradigma, segundo esse autor, enfatiza a “experiência sensorial (empirismo) dos artefactos e bens culturais (património) que substancializam o Arquivo, a Biblioteca e o Museu” (SILVA, 2002, p. 577) e “que, mais tarde, foi posta em causa e substituída por uma infrene [...] estratégia autonomista” (SILVA, 2002, p. 56).

Nesse processo, no século XXI, iniciam-se as “novas preocupações” no âmbito da Arquivística (SILVA et al, 1999, p. 192), que

[...] passou a ser encarada de um ângulo diverso do que até então prevalecia, assumindo-se como disciplina diferente. Conquistou um estatuto novo, de independência, sem perder, contudo, os elos anteriores, e procura ascender a um plano de igualdade relativamente às demais ciências (SILVA et al, 1999, p. 17).

Não ignorando essa longa trajetória, gostaríamos de chamar a atenção para a década de 1970, que, de acordo com os mesmos autores, foi marcada por fatos que contribuíram para a afirmação da Arquivística em todo o mundo (SILVA et al 1999, p. 149-154). Dentre esses fatos, gostaríamos de destacar:

- as preocupações quanto à reconstituição dos patrimônios arquivísticos nacionais e com as questões de natureza técnica;
- a criação do Programa Geral de Informação (PGI), em 1976, para servir de ponto de convergência às atividades da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em matéria de informação especializada, de documentação e de arquivos;

- a criação do Programa de Gestão dos Documentos e dos Arquivos (RAMP)<sup>27</sup>, pelo Conselho Internacional de Arquivos (CIA), em 1977;
- a publicação do *Manuel d'Archivistique (Direction des Archives de France, 1970)*, da obra *Le Respect des fonds en Archivistique: principes théoriques et problèmes pratiques* (Michel Duchein, 1977) e da obra *Archives administration: a manual for intermediate and smaller organizations and for local government* (Michael Cook, Grã-Bretanha, 1977);
- o aprofundamento das questões teóricas que mais tiveram significado para o desenvolvimento científico da disciplina;
- os importantes avanços para o reforço da componente teórica da Arquivística nos Estados Unidos e no Canadá;
- e o movimento associativo como expressão do “reforço do papel dos profissionais de arquivo”: criação da AAB (1971) e da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (APBAD), em 1973.

Ainda nessa década, dentre outros eventos relacionados aos arquivos, acontece a Conferência Internacional da Mesa Redonda de Arquivos, em Kiev (Rússia), em setembro de 1975, que tem como tema principal “A formação continuada e a promoção nos arquivos” (AAB, 1974a).

Diante desses marcos, Silva et al consideram que:

Em termos globais, pode-se afirmar que os anos 70 foram uma época de aprofundamento de questões essenciais para a formulação de um corpo teórico susceptível de suportar uma fundamentação científica da Arquivística. Verifica-se ainda que os problemas gerados pela sociedade da informação imanente, com todas as implicações que a evolução tecnológica veio determinar, começam a ter a sua expressão também nos arquivos. Conseqüentemente, surgem novas formas de encarar a aproximação da Arquivística à área das ciências da informação, embora ainda não haja uma afirmação inequívoca e fundamentada desta postura, a qual irá desenvolver-se na década seguinte e ganhar maior expressão nos anos 90 (SILVA et al, 1999, p. 155).

No Brasil, o início da década de 1970, num contexto mais amplo, é chamado de anos do “milagre”, pelo grande desenvolvimento econômico, apesar da “maior repressão política já havida no País”, como aponta Schwartzman (2001, p. 3). Segundo ele,

Em 1964, depois de um período de instabilidade política, os militares se apossaram do poder, dando início a uma ampla reorganização das instituições políticas e econômicas, com a promessa (que seria adiada por vinte anos) de um rápido retorno à vida civil. A política econômica recessiva adotada no fim dos anos 1960 tinha reduzido a taxa de inflação, e a modernização do aparelho estatal, combinada com a modernização do mercado interno e um influxo de capital externo, resultou em taxas de crescimento de 10% ao ano e em um sentido de confiança no País que levou ao projeto de fazer com que o Brasil alcançasse o status de potência mundial em uma ou duas décadas. Com população de 100 milhões, um território de

---

<sup>27</sup> Sigla de *Records Archives Management Program*.

8 milhões de quilômetros quadrados e o maior parque industrial da América Latina, esse projeto ambicioso não parecia absurdo (SCHWARTZMAN, 2001, p. 3-4).

Nesse cenário, “alguns órgãos governamentais começaram a fornecer recursos para projetos de desenvolvimento científico e tecnológico” (SCHWARTZMAN, 2001, p. 5): foram criados novos programas de pós-graduação, a matrícula nos cursos de graduação se elevou a taxas altíssimas e “grandes somas de dinheiro foram destinadas à pesquisa” (SCHWARTZMAN, 2001, p. 253). Ainda é importante lembrar que esses acontecimentos têm seus antecedentes na década de 1960:

Em 1968, o ensino superior passou por uma profunda reorganização e entrou em uma década de rápida expansão. Ainda no final dos anos 1960, foram criados vários órgãos, e começaram a ser organizados fundos para a ciência e tecnologia, conduzindo a uma expansão sem precedentes de instituições de ensino de pós-graduação e de pesquisas (SCHWARTZMAN, 2001, p. 254).

A reforma da Educação Superior no Brasil de 1968 espelhou-se, segundo o mesmo autor, em elementos característicos das universidades de pesquisa norte-americanas:

os departamentos, que levaram à eliminação do tradicional sistema de cátedras; o sistema de créditos, que acabou com os programas dos cursos seriados e anuais; as instituições de pesquisas; os programas de pós-graduação, que conferem graus de mestrado e doutorado; e um “ciclo básico” nas universidades, que foi concebido com o intuito de prover uma espécie de educação geral, de tipo “colegial”, nos dois primeiros anos de aulas. Todas as instituições de ensino superior deveriam convergir para esse modelo; não se previa diferenciação institucional ou de papéis (SCHWARTZMAN, 2001, p. 282).

Apesar desse modelo, o cenário brasileiro da década de 1970 é marcado por ambições nacionalistas. Na prática, há um afastamento crescente do ‘modelo único’ de pesquisa, ensino e extensão prescrito nessa reforma (SCHWARTZMAN, 2001, p. 315). Assim, “em meados da década de 1970, já estava claro que, ao lado de sua face autoritária, o regime militar estava abrindo novos espaços para a ciência, a tecnologia e a educação superior” (SCHWARTZMAN, 2001, p. 5).

Segundo Barros, nessa época,

[...] os governos militares passam a dar ênfase à inclusão da política científica e tecnológica na estratégia global de desenvolvimento. Foi uma época que se caracterizou pelo primado do racionalismo administrativo expresso em planos nacionais de desenvolvimento, inclusive de ciência e tecnologia. Efetivou-se um planejamento centralizado com ideais nacionalistas, cujas prioridades científicas e tecnológicas passaram a ter existência nas diretrizes políticas e ações do Estado (BARROS, 1997, p. 26).



Assim, essa década foi também marcada por rearranjos institucionais que “visavam maior eficiência no sistema nacional de C&T<sup>28</sup>” (BARROS, 1997, p. 27), pela política de pós-graduação e pela especialização<sup>29</sup>.

De acordo com depoimento de Darcy Closs<sup>30</sup>, “Já em 1974 os programas de apoio à implantação e consolidação de cursos não atendiam às necessidades da crescente demanda por treinamento e capacitação em cursos de pós-graduação, tanto no país como no exterior” (CLOSS, 2002, p. 72). Nesse mesmo ano é criado o Conselho Nacional de Pós-graduação, que passa a funcionar em 1975. “O Conselho ainda estava em fase de implantação. A maioria das diretrizes e projetos era apresentada pela Capes, que desempenhou papel importante com a apresentação e a aprovação do I Plano Nacional de Pós-graduação” (CLOSS, 2002, p. 77). Portanto, de 1974 a 1989, dá-se a institucionalização da pós-graduação nacional, como “importância estratégica para o desenvolvimento do ensino superior” (FERREIRA; MOREIRA, 2002, p. 67).

Na década de 1970, a Arquivística brasileira dá os primeiros passos rumo à conquista de espaço na Universidade e, a exemplo do contexto internacional descrito por Silva et al (1999), tem sua trajetória marcada por acontecimentos que a definiriam como disciplina. Dentre esses acontecimentos, Fonseca aponta (2004, p. 106-115):

- a criação da AAB;
- o fortalecimento conjuntural das instituições arquivísticas públicas, sob a liderança do AN, na década de 1980;
- como desdobramentos da modernização que se estendeu por toda a década de 1980: a criação do Fórum de Diretores de Arquivos Estaduais; o debate em torno de um Projeto de Lei para os arquivos brasileiros; o lançamento da Revista *Acervo*, pelo AN; a participação de arquivistas brasileiros, como palestrantes, num Congresso Internacional de Arquivos; e a ocupação de um cargo na Secretaria Executiva do CIA e da presidência e vice-presidência da Associação Latinoamericana de Arquivos (ALA), por brasileiros;
- a consolidação da Universidade como espaço político e acadêmico na configuração do campo arquivístico com: o significativo aumento dos cursos de graduação em Arquivologia no País; uma melhor qualificação do corpo docente desses cursos; um aumento da contribuição de autores vinculados à Universidade na produção científica da área; um

---

<sup>28</sup> Ciência e Tecnologia.

<sup>29</sup> Mais uma vez agradecemos à professora Fernanda Sobral pelas orientações quanto à contextualização da pesquisa.

<sup>30</sup> Diretor da CAPES de 1974 a 1979. Conforme entrevista às organizadoras da obra *Capes, 50 anos: depoimentos ao CPDOC/FGV* (FERREIRA; MOREIRA, 2002, p. 68-83).

aumento de possibilidades de áreas de concentração em Arquivologia nos cursos de pós-graduação existentes no País; o êxodo de quadros das instituições arquivísticas para a Universidade e para outras instituições de formação; e, a implementação e consolidação do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ).

É, também, nessa década, que se dá o reconhecimento da profissão de arquivista – Lei 6.546, de 04 de julho de 1978 – e de técnico de arquivo – Decreto 82.590, de 06 de novembro de 1978 (ESPOSEL, 1994, p. 117).

No campo epistemológico-institucional, a década de 1980 testemunha a inclusão da Arquivística no âmbito das Ciências da Informação e há um movimento para a criação de mais cursos de graduação em Arquivologia na década de 1990, contribuindo para o processo de reconhecimento da disciplina (CUNHA; RODRIGUES, 2003a, p. 2).

Além disso, é promulgada a Lei 8.159, em 08 de janeiro de 1991, que disciplina a política nacional de arquivos públicos e privados.

### 1.7.1 O *campo*<sup>31</sup> disciplinar da Arquivística

Mais próxima à perspectiva desta pesquisa, a obra de Gagnon-Arguin (1992), como já observamos anteriormente, foi fundamental para nossa investigação da trajetória da Arquivística no Brasil. Essa autora estudou a Arquivística na província de Quebec (Canadá), como profissão e como disciplina, a partir de 1960, destacando os fatos, pessoas e instituições envolvidos na sua trajetória. Ela buscou contextualizar a evolução da disciplina, considerando os aspectos políticos, sociais, culturais, econômicos e tecnológicos que marcaram a história das instituições e dos serviços de arquivo quebequenses, bem como as correntes de pensamento que a perpassaram. Ao considerar a profissão de arquivista, Gagnon-Arguin aponta as características desse profissional, sua imagem social e o papel da Associação dos Arquivistas do Quebec para o desenvolvimento da Arquivística naquele País. Quanto à disciplina, essa autora retrata o corpo científico, os programas de estudo, a pesquisa na área e sua identidade disciplinar – aspectos que gostaríamos de destacar.

---

<sup>31</sup> Bourdieu (1983a), como já explicamos, utiliza a expressão *campo científico*, que será retomada nos nossos referenciais teóricos. Utilizamos a expressão *campo disciplinar* como sinônima de *campo científico*, numa concepção de complementaridade de relações com outras disciplinas, que chamamos de *campo extradisciplinar*. Ou seja, entendemos que há uma sobreposição entre o *campo disciplinar* e o *campo extradisciplinar*, na configuração do *campo científico* da Arquivística, como apontamos na hipótese da pesquisa.

Nesse sentido, Gagnon-Arguin, ao recorrer a Blume (1975)<sup>32</sup>, lembra que:

A disciplina repousa sobre uma estrutura cognitiva composta de um corpo científico, de princípios e métodos de trabalho, assim como de uma autonomia para se relacionar com os domínios de atividade que lhe são conexos. Ela possui, assim, uma estrutura social na qual se inscrevem os programas de formação oferecidos a diferentes níveis e em estabelecimentos reconhecidos. Ela supõe a presença de professores e de estudantes, de programas de pesquisa e de lugares de trocas científicas. Os elementos exteriores necessários ao seu desenvolvimento são os postos disponíveis aos professores ou aos pesquisadores do domínio ou os postos no seio social, o aparelho de legitimação e o grau de utilização social do saber (GAGNON-ARGUIN, 1992, p. 179-180, tradução nossa).

Nessa abordagem, ela analisa a identidade disciplinar da área, considerando suas relações com outras disciplinas e aponta que “A Arquivística deve definir o campo de estudo no qual ela vai se inserir”, a partir das seguintes questões: levando em conta seu desenvolvimento recente, a Arquivística pode ser considerada uma ciência auxiliar da História? A gestão de documentos poderá fazer parte, um dia, das ciências da Administração? Como se tecem os vínculos entre a Arquivística e a Ciência da Informação? Qual é o verdadeiro lugar dessa disciplina em emergência no conjunto dos campos do saber? (GAGNON-ARGUIN, 1992, p. 206-207, tradução nossa).

No caso da Arquivística quebequense, a autora lembra a institucionalização recente da sua formação, com o seu reconhecimento como domínio de pesquisa, pelos organismos financiadores, antes mesmo do estabelecimento da formação universitária (GAGNON-ARGUIN, 1992, p. 180). Segundo ela, quatro programas de estudo destacaram-se, contribuindo para esse reconhecimento: o da *École Normale de Cap-Rouge* (1969-1975), o de *Certificat d'études supérieures de l'Université Laval* (1967-1971) e os programas de certificado de primeiro ciclo<sup>33</sup> oferecidos, a partir de 1983, pela *École de Bibliothéconomie et des Sciences de l'Information de l'Université de Montréal*, bem como os programas de mestrado da *Université de Montreal* e da *Université Laval* (GAGNON-ARGUIN, 1992, p. 181).

Sobre a institucionalização do conhecimento, essa autora referencia Eliot Friedson, que identifica quatro etapas do reconhecimento institucional: pelo estabelecimento de associações profissionais, pela criação de outros estabelecimentos de ensino, pelo reconhecimento do diploma como base dos estudos superiores e pelo seu reconhecimento pelos empregadores (FRIEDSON<sup>34</sup>, 1986 apud GAGNON-ARGUIN, 1992, p. 201, tradução

<sup>32</sup> BLUME, Stuart S. D'une perspective extrinsèque en sociologie de la science. *Sociologie et sociétés*, v. VII, n. 1, maio/1975.

<sup>33</sup> Os estudo de *primeiro ciclo* do Canadá equivalem à graduação no Brasil.

<sup>34</sup> FRIEDSON, Eliot. *Professional Powers: a Study of the Institutionalization of Formal Knowledge*. Chicago: University of Chicago Press, 1986.

nossa). A autora afirma que a Arquivística de Quebec entrou nesse processo de reconhecimento em 1983.

Na Espanha, a formação acadêmica dos arquivistas inicia-se com a Escola Superior de Diplomática, em 1857 (RODRÍGUEZ BARREDO, 2001, p. 127). Bonal Zazo lembra que o desenvolvimento da Arquivística naquele País foi favorecido pelos seguintes fatores: legislação dos arquivos, associativismo profissional, grupos de trabalho e introdução da disciplina no meio acadêmico (BONAL ZAZO, 2003, p. 351).

No plano nacional, um trabalho que muito se aproxima desta pesquisa é a tese de Maria Odila Fonseca (2004), já citada. A autora tece reflexões sobre as relações entre a Ciência da Informação e a Arquivística, por meio da análise do desenvolvimento histórico das duas áreas e da produção científica em Arquivística (periódicos, dissertações e teses). Fonseca aponta, como pressupostos implícitos, o fato de os arquivos, as instituições arquivísticas e os arquivistas serem os principais objetos de interesse da área (FONSECA, 2004, p. 13), além do fato de a Arquivística, no Brasil, não se caracterizar pela produção de reflexões de caráter epistemológico. Como pressupostos explícitos, ela considera que:

- há uma produção do conhecimento arquivístico na década de 1980 nos PPGR em CI;
- que traz como consequência uma nova pauta de reflexões para uma redefinição da Arquivologia como campo de saber autônomo;
- quando a informação arquivística, então, aparece como um novo objeto de interesse da Ciência da Informação (FONSECA, 2004, p. 14-15).

Como questão central, a autora destaca:

[...] a possibilidade de investigar se a emergência de novos espaços de produção do conhecimento arquivístico e de uma nova prática de reflexões em torno da redefinição dos objetos prioritários da Arquivologia se verifica no Brasil.

Na medida em que, historicamente, a produção do conhecimento arquivístico tem se estabelecido em relação privilegiada com instituições arquivísticas e com a sua missão institucional de gerenciar grandes massas documentais oriundas da administração pública, indaga-se: a emergência destes novos espaços pode ser identificada com a pesquisa universitária de pós-graduação, especialmente referida à programas de pós-graduação em Ciência da Informação? (FONSECA, 2004, p. 15).

Nesse sentido, a autora propõe-se a “Analisar as características da reformulação em torno das áreas predominantes de reflexão e pesquisa dentro da Arquivologia, identificando um quadro de interseção de interesses com a Ciência da Informação” (FONSECA, 2004, p. 15), mencionando o interesse quanto ao mapeamento da possível interdisciplinaridade entre as duas disciplinas (FONSECA, 2004, p. 118). Assim, as contribuições desse estudo se situam, principalmente, nas reflexões propostas acerca do delineamento dos contornos da Arquivística

como campo de conhecimento e das suas fronteiras acadêmicas, sobretudo em relação à Ciência da Informação (FONSECA, 2004, p. 15-16).

Inicialmente, a autora aborda a origem histórica da Ciência da Informação, as principais tentativas de conceituação sobre a disciplina e seu objeto de estudo e suas relações interdisciplinares. Depois, remete-se às origens e circunstâncias da emergência da Arquivologia, buscando, nos estudos de Silva et al (1999)<sup>35</sup>, Duranti (1993)<sup>36</sup>, Le Goff (1990)<sup>37</sup> e Foucault (1990)<sup>38</sup>, a compreensão da história dos registros arquivísticos e dos arquivos. São, então, tecidas reflexões quanto às relações entre a Arquivologia e os pressupostos da Modernidade e sua consolidação como saber autônomo na busca para soluções de eficácia e eficiência para os problemas da gestão documental da Administração Pública.

Fonseca também aborda a criação das instituições arquivísticas e sua importância na configuração da área. Busca, ainda, reflexões acerca das controvérsias do conceito de *arquivo* e da divergência em torno da Arquivologia, do(s) seu(s) objeto(s), dos arquivistas e do seu papel social nos nossos dias. Assim, a autora apóia-se na afirmação de alguns autores da área quanto ao momento de grandes transformações que estamos vivendo, identificado como um momento de mudança de paradigma (FONSECA, 2004, p. 87).

No capítulo 5 da tese, intitulado “Quadros em movimento”, são apresentados os dados relativos à produção do conhecimento na Arquivística – mapeamento das dissertações, teses e periódicos nacionais e internacionais, com temáticas relacionadas à área (FONSECA, 2004, p. 116)<sup>39</sup>. Fonseca ainda questiona as possibilidades de se

1) (re)-afirmar que uma nova pauta de reflexões vem contribuindo para uma redefinição da Arquivologia como campo de saber autônomo, em especial no sentido de rediscutir seus objetos e objetivos tradicionais? 2) (re)afirmar que esta “nova pauta” identifica-se com a pesquisa de pós-graduação, apontando para a (re)definição de locus de produção do conhecimento e de marcos interdisciplinares com a Ciência da Informação? (FONSECA, 2004, p. 153).

Em relação à primeira questão, a autora implicitamente responde que: “[...] uma nova questão de reflexões não leva, por si só, ao fortalecimento da Arquivística como campo interdisciplinar autônomo e independente. Outras questões se impõem” (FONSECA, 2004, p.

<sup>35</sup> SILVA, Armando Malheiro da. et al. *Arquivística: teoria e prática de uma Ciência da Informação*. Porto: Afrontamento, 1999.

<sup>36</sup> DURANTI, Luciana. The archival body of knowledge: archival theory, method and practice, and graduate and continuing education. *Journal of Education for Library and Information Science*, v. 34, n. 1, 1993, p. 8-24.

<sup>37</sup> LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

<sup>38</sup> FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

<sup>39</sup> Retomaremos essa parte da pesquisa de Fonseca no capítulo 3 desta dissertação.

154)<sup>40</sup>. Respondendo à segunda questão, Fonseca (2004, p. 153) afirma que há uma pauta renovadora das reflexões dentro da área.

Fonseca aponta, ainda, diversos aspectos relacionados à fragilidade da identidade da Arquivística, pontuando que a informação não tem sido vista como objeto privilegiado da disciplina (FONSECA, 2004, p. 11-12). Quanto aos problemas dessa natureza, no âmbito nacional, dentre aqueles citados pela autora que mais se aproximam das nossas preocupações, destacam-se as necessidades de reflexão quanto:

- ao reconhecimento das fronteiras da Arquivística e de suas possibilidades interdisciplinares;
- à pouca unidade em torno do conceito de arquivo e à divergência em torno da Arquivologia e de seu(s) objeto(s) e em torno dos arquivistas e de seu papel social;
- à fragilidade da Arquivologia como campo de conhecimento autônomo;
- aos limites quanto à configuração disciplinar da Arquivologia, que não são objetos de suas investigações;
- à delicadeza da terminologia arquivística, quando da tradução de termos e conceitos intrinsecamente associados a realidades político-administrativas muito específicas;
- aos limites nacionais e corporativos da comunidade arquivística, que está longe de ser uma comunidade científica;
- à interdisciplinaridade, que não é uma questão emergente na área, havendo uma necessidade anterior, que é a definição da disciplinaridade;
- à fragilidade das instituições arquivísticas brasileiras, nos dias atuais.

Jardim, por sua vez, ao estudar o Estado brasileiro como “campo informativo, lócus de saberes e práticas informacionais” (1999, p. 24), mapeia vários problemas decorrentes da “opacidade” das políticas públicas arquivísticas.

A transparência informacional do Estado, prevista nos princípios constitucionais de 1988, permaneceu aquém da sua opacidade informacional, fenômeno historicamente associado ao projeto de Estado no Brasil e sua reprodução. Um traço histórico do Estado brasileiro, a opacidade constitui uma das suas características estruturais, expressa tanto em conjunturas de governos autoritários como naqueles de teores democráticos. A opacidade informacional não é uma questão de governo. Trata-se de um atributo do Estado e um tributo pago pela sociedade civil (JARDIM, 1999, p. 197).

---

<sup>40</sup> A autora (2004) parece não distinguir os conceitos de *campo disciplinar* (autonomia) e *campo interdisciplinar* (relações da área com outras disciplinas). Para nós, esses conceitos, apesar de não excludentes, são distintos e complementares na trajetória da Arquivística como disciplina.

Embora sua pesquisa foque aspectos mais voltados para a política e para as práticas da área, Jardim salienta que essas questões não são objeto de reflexão no plano acadêmico (JARDIM, 1999, p. 198).

A partir desse breve histórico, gostaríamos de nos orientar pelas questões propostas, ou seja: qual é a trajetória da formação da Arquivística como disciplina no Brasil? Como ela se configura no campo científico? Quais são as suas relações com outras disciplinas nesse processo?

Acreditamos que a compreensão dessa trajetória requer uma ultrapassagem do contexto prático da área e uma busca de reflexões, alinhada com os apontamentos de alguns autores, relacionados ao desenvolvimento de uma ciência/disciplina. A fim de compreendermos as possíveis relações extradisciplinares da Arquivística nesse seu processo de formação, recorreremos principalmente a Japiassu (1976), Follari (1982), Morin (2005a), Bourdieu (1983a) e a Pombo, Guimarães e Levy (1994).

Ainda é importante ressaltar que essa questão da identidade da Arquivística como disciplina é um aspecto que muito nos interessa para a visão do campo científico (esta revisão de literatura) e do seu *campo extradisciplinar* (nossos referenciais teóricos), ou seja, as relações que a Arquivística estabelece com outras disciplinas no seu processo de formação e configuração, no âmbito dos seus vínculos institucionais, da formação dos docentes dos cursos de graduação e da sua produção científica.

Nesse sentido, Morin (2005a) fala de um *olhar extradisciplinar*, de *invasões e migrações interdisciplinares*, de *objetos e projetos inter-poli-transdisciplinares*, de *esquemas cognitivos reorganizadores* a fim de tecer reflexões *para além das disciplinas*. Essas expressões e conceitos se inserem no que ele chama de “espantosa variedade de circunstâncias que fazem progredir as ciências, quando rompem o isolamento entre as disciplinas” (MORIN, 2005a).

Inspirados nessa fala, optamos pela expressão *campo extradisciplinar da Arquivística* para designar o conjunto e os processos de relações que essa disciplina estabelece com outras disciplinas e áreas do conhecimento. Esse *campo extradisciplinar* não é concebido como exterior ou separado do *campo disciplinar*; muito pelo contrário: é *extradisciplinar* na abordagem das relações *entre* a Arquivística e as outras disciplinas, que acabam por influenciar na sua configuração como *campo científico*.

## 1.8 Referenciais teóricos: uma visão do campo científico da Arquivística <sup>41</sup>

Pombo, Guimarães e Levy (1994, p. 27), ao refletirem sobre os diálogos entre disciplinas, instiga-nos a pensar o *entre* ciências, ponderando:

Temos, por um lado, que considerar o território de cada uma delas como necessariamente móvel, configurando-se plasticamente à medida que mudam as condições internas e externas, e, por outro lado, que identificar áreas que se possam eventualmente entrecruzar, a partir de um trabalho em que se procuram estabelecer conexões possíveis. Pensar a sua disciplina não é só pensá-la na sua especificidade, no tipo de problemas que apropria como seus mas, também, complementarmente, nas zonas de sombra que deixa à sua volta, naquilo que oculta ou exclui como resto, precisamente à medida que se configura e desenvolve, zonas onde, muito provavelmente, outras disciplinas se vão instalando e construindo, criando-se assim zonas de tensão feitas de distância e aproximação.

Diante dessas reflexões, perguntamos: em seu processo de constituição como disciplina científica e de autodeterminação epistemológica (JAPIASSU, 1976), com que outras disciplinas a Arquivística se encontra, ou seja, estabelece diálogos? Quais são as fronteiras que a Arquivística estabelece com outras áreas? Esses diálogos chegam a se realizar em níveis interdisciplinares? Ou, contraditoriamente, a Arquivística estaria inserida num processo de buscas, em outras áreas, de conceitos, instrumentos e métodos para refletir e ordenar a pesquisa – a “interdisciplinaridade solitária” –, a exemplo da Ciência da Informação, como pontua Aldo Barreto (2006)?

No contexto histórico ao qual nos referimos no item anterior, é válido lembrar que, também, na década de 1970, tão marcante no desenvolvimento da Arquivística como disciplina, estão as origens da corrente interdisciplinar, como aponta Follari (1982) e Francelin (2004)<sup>42</sup>: é no início dos anos 1970 que a interdisciplinaridade aparece na Europa, principalmente na França e na Itália, quando “insurgem os movimentos estudantis, reivindicando um novo estatuto de universidade e de escola” (FAZENDA, 1994, p. 18). Como movimento, a interdisciplinaridade tinha, naquela época, a idéia de *totalidade* como categoria mobilizadora (FAZENDA, 1994, p. 18-19). Em 1972, é compilada, pela Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), uma importante obra sobre o assunto: *L'interdisciplinarité – problèmes d'enseignement et de recherche dans les universités –*

---

<sup>41</sup> Esta parte da pesquisa se desenvolveu a partir de um trabalho intitulado *Movimentos da Arquivística no processo de sua consolidação como disciplina: algumas considerações sobre interdisciplinaridade*, que apresentamos no II CNA, realizado em Porto Alegre/RS, de 23 a 27 de julho de 2006 (RODRIGUES; MARQUES, 2006a).

<sup>42</sup> Parece não haver consenso quanto à década em que a interdisciplinaridade ganha forma: enquanto esses autores apontam a década de 1970, Fazenda (1994) afirma que o movimento interdisciplinar tem suas origens em meados da década de 1960.



resultante das discussões e reflexões de diversos estudiosos, num encontro que aconteceu em Nice (França), em setembro de 1970.

Esse movimento emerge, portanto, no contexto da pós-modernidade, o qual é caracteristicamente marcado pelo pensamento complexo (MORIN, 2005b), sistêmico (BERTALANFFY, 1977), plural (FRANCELIN, 2004) e pela “hibridização da produção do conhecimento” (KLEIN<sup>43</sup>, 2004 apud MACEDO, 2005), perpassado por um novo modo de produção do conhecimento, denominado por Gibbons et al (2002) de “Modo 2”.

Esses autores distinguem o modo oriundo da produção tradicional de conhecimento, marcado pela disciplinaridade – “Modo 1” – do modo produzido em contextos econômicos e sociais de transdisciplinaridade das últimas décadas do século XX – “Modo 2”. A emergência deste último, segundo eles, “é profunda e demanda a adequação do conhecimento familiar produzido nas instituições, nas universidades, nos estabelecimentos de pesquisa do governo ou nas corporações empresariais” (GIBBONS et al, 2002, p. 1, tradução nossa). Eles questionam como o *Modo 1* transformou o modo de produção característico da pesquisa disciplinar, largamente institucionalizada nas universidades<sup>44</sup>, no *Modo 2*, caracterizado pela transdisciplinaridade e institucionalizado num sistema socialmente distribuído, mais heterogêneo e flexível.

Gibbons et al lembram que, inicialmente, o *Modo 1* era satisfatório. Os cientistas de outrora descobriram que o caminho mais eficiente era aquele da especialização no domínio cognitivo, a profissionalização no domínio social e a institucionalização no domínio político. Esse modelo padrão liderou a difusão da ciência de uma área de atividade a outra e tendeu a excluir aqueles que resistiram ao seu controle. A estrutura disciplinar do conhecimento refletiu o sucesso desse modelo padrão de controle social e cognitivo. Mas depois de algum tempo, o número de graduados voltados para o campo da pesquisa, com algumas habilidades específicas, foi demasiado grande para que todos fossem absorvidos dentro da estrutura disciplinar. Conseqüentemente, o número de lugares relacionados à pesquisa aumentou, constituindo a base social do *Modo 2*.

---

<sup>43</sup> KLEIN, Julie Thompson. Interdisciplinarity and complexity: an evolving relationship. *Emergence: Complexity and Organization*, v. 6, n. 1/2, 2004, p. 2-10. Disponível em: <[http://emergence.org/ECO\\_site/ECO\\_Archive/Issue\\_6\\_1-2/Klein.pdf](http://emergence.org/ECO_site/ECO_Archive/Issue_6_1-2/Klein.pdf)>. Acesso em: 06 mar. 2007.

<sup>44</sup> Processo denominado, por Japiassu (1976), de “patologia do saber”, caracterizado, sobretudo, pela excessiva especialização, que marca as sociedades modernas desde o século XIX (GERINI, 2005). Como campo de luta, a Universidade é apresentada, por Japiassu como “*lugar por excelência onde se veicula a ideologia do conhecimento científico, também chamado de racional e objetivo*” (1981, p. 69). Criticamente, ele aponta o “esmigalhamento do conhecimento”, marcado pela especialização, que revela uma “inteligência esfacelada”.

Visto de outra perspectiva, pode-se também dizer que a criação de vários novos lugares é um resultado esperado do processo de massificação da educação e da pesquisa. [...] As interações entre esses diferentes lugares de conhecimento desencadeou uma fase caracterizada pela explosão do número de interconexões e de possíveis configurações do conhecimento e das habilidades (GIBBONS et al, 2002, p. 10, tradução nossa).

Para diferenciar esses dois modos, Gibbons et al (2002) elencam alguns atributos que os caracterizariam, conforme quadro que segue:

**Quadro 2: Atributos do *Modo 1* e do *Modo 2* de Produção do Conhecimento**

	<b><i>Modo 1</i> de produção do conhecimento</b>	<b><i>Modo 2</i> de produção do conhecimento</b>
<b>Âmbito dos problemas</b> (contexto)	Contexto conduzido pelos interesses propriamente acadêmicos de uma comunidade específica.	Contexto de pesquisa aplicada
<b>Âmbito científico</b>	Disciplinar	Transdisciplinar
<b>Âmbito organizacional</b>	Homogêneo e hierárquico	Não-hierárquico, heterogêneo e transitório
<b>Controle qualitativo</b>	Avaliação dos pares que constituem a comunidade científica de uma disciplina específica.	Socialmente, é mais “responsável” e reflexivo que o <i>Modo 1</i> , incluindo um grupo maior, temporário e heterogêneo de praticantes, que se unem para atender interesses diversos, dos diferentes atores sociais envolvidos.

Fonte: elaboração própria, com base em Gibbons et al (2002, p. 3, tradução nossa).

Os atributos do *Modo 2 de Produção do Conhecimento*, segundo esses autores, podem ser assim descritos:

- *Conhecimento produzido no contexto de aplicação*: o conhecimento é sempre produzido num processo de contínua negociação e, portanto, não ignora os interesses dos vários atores envolvidos, sendo socialmente distribuído (GIBBONS et al, 2002, p. 3-4, tradução nossa);
- *Transdisciplinaridade*: no *Modo 2*, a forma final de solução é alcançada, normalmente, com a contribuição de mais de uma disciplina, processo denominado *transdisciplinaridade*, a qual, segundo os autores, possui quatro características (GIBBONS et al, 2002, p. 4-6, tradução nossa):

1. É gerada e sustentada no contexto de aplicação. A solução não aparece isolada, mas decorre da aplicação do conhecimento;
2. O conhecimento transdisciplinar desenvolve suas estruturas teóricas distintas, seus métodos de pesquisa e seus modos de prática, embora não possa se situar em limites disciplinares;
3. A difusão do conhecimento dá-se em redes de comunicação e sua avaliação ocorre em configurações diversas;

4. É dinâmica. O *Modo 2* é marcado, especialmente, mas não exclusivamente, pela interação mais próxima da produção do conhecimento. No *Modo 1*, a resolução de um dado problema pode ser feita a partir de outra resolução, mas, no *Modo 2*, esta não precisa estar restrita a uma disciplina e os envolvidos não precisam retornar aos pressupostos da disciplina para validar a resolução;

- *Heterogeneidade e diversidade organizacional*: como o *Modo 2* é produzido numa grande variedade de organizações, bem como em programas de pesquisa nacionais e internacionais, sua produção é heterogênea quanto às habilidades e às experiências das pessoas envolvidas. Assim, a constituição de uma equipe para a resolução de problemas muda de acordo com as exigências demandadas pela resolução (GIBBONS et al, 2002, p. 6-7, tradução nossa);

- *Responsabilidade social e reflexão*: no *Modo 2*, a sensibilidade do impacto da pesquisa é construída desde o seu início, formando parte do contexto de aplicação. A concepção da questão da pesquisa não é apenas em termos científicos e técnicos, mas, também quanto aos interesses dos diferentes indivíduos e grupos que estão fora do sistema científico e tecnológico. Nesse sentido, a reflexão sobre os valores referentes às aspirações humanas e seus projetos demanda diferentes tipos de conhecimento relacionados às humanidades (GIBBONS et al, 2002, p. 7-8, tradução nossa);

- *Controle de qualidade*: na perspectiva disciplinar da ciência, a avaliação dos pares acontece em canais individuais ligados à solução de problemas, considerados centrais no avanço de uma disciplina. São utilizados critérios baseados em interesses intelectuais, conforme as preocupações das pessoas envolvidas na disciplina considerada. O controle de qualidade no *Modo 2* é mais amplo que aquele do *Modo 1*, de acordo com a variedade de experiências demandadas para a resolução de um dado problema. Logo, é um controle multidimensional (GIBBONS et al, 2002, p. 8, tradução nossa).

Essas perspectivas de distinção entre o *Modo 1* e o *Modo 2* de produção do conhecimento parecem aproximar-se da distinção entre a “universidade tradicional” e aquela “interdisciplinar”, trazida por Berger (1972, p. 55, tradução nossa) e aqui reproduzida:

**Quadro 3: Comparação entre a universidade tradicional e a interdisciplinar**

	<b>Universidade tradicional</b>	<b>Interdisciplinar</b>
ensino...	escolar abstrato	vivo concreto
visando à transmissão...	de um saber de um saber antigo	de um saber-fazer de um saber renovado
pela prática de uma pedagogia... e privilegiando...	da repetição os conteúdos	da descoberta as estruturas
o ensino repousa sobre uma...	aceitação passiva de um corte acadêmico e definitivo do saber	reflexão permanente de ordem epistemológica e crítica
a universidade...	instala-se em um “esplêndido isolamento” e institui um saber que é a morte da vida	supera o corte universidade/sociedade, saber/realidade
ela impõe...	um sistema puramente hierárquico e um “cursus honorum” <sup>45</sup> esclerosante	uma reestruturação segundo critérios funcionais do conjunto da instituição
ela favorece...	o isolamento e a concorrência	a atividade e a pesquisa coletivas

Fonte: Berger (1972, p. 55, tradução nossa).

### 1.8.1 A formação do campo disciplinar

A trajetória de uma ciência, em outras palavras, sua evolução, como bem argumenta Kuhn, passa por revoluções, ou seja, “episódios de desenvolvimento não-cumulativo, nos quais um paradigma mais antigo é total ou parcialmente substituído por um novo, incompatível com o anterior” (KUHN, 2005, p. 125). Mas, como alerta o autor, esse processo, apesar de aparentemente linear, é marcado por idas e vindas a um somatório de experiências, às vezes isoladas, que se compartilham e se consolidam em comunidades científicas: “um conjunto de valores compartilhados entra em interação com as experiências particulares comuns a uma comunidade de especialistas, de tal modo que a maior parte do grupo acabe por considerar que um conjunto de argumentos é mais decisivo que outro” (KUHN, 2005, p. 248-249).

Nessa abordagem, Kuhn apresenta sua definição de *paradigmas científicos* – “realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência” (KUHN, 2005, p. 13). Assim, “Um ‘paradigma’ é aquilo que os membros de uma comunidade partilham e, inversamente, uma comunidade científica consiste em homens que partilham um paradigma” (KUHN, 2005, p. 221).

<sup>45</sup> Significa “caminho das honras”, referindo-se ao percurso seqüencial das magistraturas exercidas pelos políticos da Antiga Roma. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Cursus\\_honorum](http://pt.wikipedia.org/wiki/Cursus_honorum)>. Acesso em: 15 jan. 2007.

Nesse sentido, ao analisarem a obra de Kuhn, Nehmy et al (1996) afirmam que, nela,

é extremamente recorrente a idéia de que a ciência é uma prática social cujo alicerce não está assentado sobre uma lógica ou uma racionalidade imanente a esta atividade, mas no consenso de uma determinada comunidade de cientistas a respeito de “*quais são os problemas que devem ser enfrentados e qual a forma de resolvê-los*” (NEHMY et al, 1996, p. 10).

Agregada a essa definição, a epistemologia da ciência, sugerida por Japiassu, indica que o estudo da história das ciências pode mostrar as pesquisas e descobertas científicas, “vinculadas a uma concepção de mundo historicamente determinada” e, também, mostrar “em seguida, e em sentido inverso, que as revoluções científicas jamais aparecem a não ser consecutivamente a rupturas com essas visões de mundo” (JAPIASSU, 1981, p. 5).

Relacionadas a essa reflexão, podemos recorrer às definições de *habitus* e de *campo científico*, propostas por Bourdieu. Em relação à primeira definição, ele explica que *habitus* é “entendido como um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma *matriz de percepções, de apreciações e de ações*” (BOURDIEU, 1983b, p. 65).

Quanto à segunda definição, o mesmo autor afirma:

O campo científico, enquanto sistema de relações objetivas entre posições adquiridas (em lutas anteriores), é o lugar, o espaço de jogo de uma luta concorrencial. O que está em jogo especificamente nessa luta é o monopólio da *autoridade científica* definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social; ou, se quisermos, o monopólio da *competência científica*, compreendida enquanto capacidade de falar e de agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade), que é socialmente outorgada a um agente determinado (BOURDIEU, 1983a, p. 122-123).

Ele pontua, assim, a existência, num dado *campo científico*, de uma dinâmica concorrencial entre os membros (pares) que o compõem, onde entra em cena um verdadeiro jogo de interesses e de valores que lhes conferem credibilidade, definido pelo monopólio da *autoridade e da competência científica*.

Portanto,

O campo científico é sempre o lugar de uma luta, mais ou menos desigual, entre agentes desigualmente dotados de capital específico e, portanto, desigualmente capazes de se apropriarem do produto do trabalho científico que o conjunto dos concorrentes produz pela sua colaboração objetiva ao colocarem em ação o conjunto dos meios de produção científica disponíveis (BOURDIEU, 1983a, p. 136).

Ainda em relação a esse conceito, é importante destacar que os conflitos, ou seja, “a luta concorrencial” a que o autor se refere faz parte de uma lógica interna de funcionamento ao próprio campo científico. Dessa forma,

A estrutura do campo científico se define, a cada momento, pelo estado das relações de força entre os protagonistas em luta, agentes ou instituições, isto é, pela estrutura da distribuição do capital específico, resultado das lutas anteriores que se encontra objetivado nas instituições e nas disposições e que comanda as estratégias e as chances objetivas dos diferentes agentes ou instituições (BOURDIEU, 1983a, p. 133).

Portanto, “A estrutura da distribuição do capital científico está na base das transformações do campo científico e se manifesta por intermédio das estratégias de conservação ou de subversão da estrutura que ela reproduz” (BOURDIEU, 1983a, p. 134)<sup>46</sup>.

Sobral, ao retomar esses conceitos e estudos de Foucault (Arqueologia do saber) sobre as relações de poder na Sociologia do Conhecimento, lembra-nos que o campo científico é “um espaço onde estão engajados objetivos científicos, nos quais é muito difícil distinguir as determinações propriamente científicas das determinações sociais” (SOBRAL, 1995, p. 274).

Ainda segundo Bourdieu,

Existe assim, a cada momento, uma hierarquia social dos campos científicos – as disciplinas – que orienta fortemente as práticas e, particularmente, as “escolhas” de “vocação”. No interior de cada um deles há uma hierarquia social dos objetos e dos métodos de tratamento (BOURDIEU, 1983a, p. 128).

O conceito de disciplina é abordado por diferentes autores, como pode ser observado no quadro 4:

**Quadro 4: Definições de disciplina**

<b>Autor</b>	<b>Definição</b>
Berger	Conjunto específico de conhecimentos que tem suas características próprias no plano do ensino, da formação, dos mecanismos dos métodos e dos materiais (BERGER, 1972, p. 23, tradução nossa).
Palmade	Uma disciplina trata de uma certa categoria de fenômenos que visa tornar inteligíveis e a propósito dos quais procura fazer previsões possíveis ou, mais geralmente, estabelecer correspondências (PALMADE, 1979, apud POMBO; GUIMARÃES; LEVY, 1994, p. 92).
Heckhausen	O termo <i>disciplina</i> pode ser utilizado no mesmo sentido que o de <i>ciência</i> , ainda que implique a noção de <i>ensinar uma ciência</i> . Há uma diferença entre a ciência como atividade de pesquisa e a disciplina, como atividade de ensino. A ciência é ciência porque os resultados da pesquisa, são, necessariamente, comunicados publicamente (HECKHAUSEN, 1972, p. 83, tradução nossa).
Boisot	Uma disciplina é um conjunto que comporta três categorias de elementos: 1) os objetos observáveis e/ou formalizados, ambos manipulados com o auxílio de métodos e de procedimentos; 2) os fenômenos, que são a materialização das interações entres esses objetos; 3) as leis – cujos enunciados e/ou sua formulação dependem de um conjunto de axiomas – que explicam os fenômenos e permitem prever sua operação. Esses elementos são dotados de relações internas e/ou externas e manifestam-se por meio de fenômenos que confirmam ou refutam, <i>a posteriori</i> , os axiomas e as leis. Nesse sentido, uma disciplina é uma estrutura (BOISOT, 1972, p. 91, tradução nossa).
Geertz	Enuncia como disciplina tanto a “preparação destinada a produzir um perfil, um modelo de comportamento” como “um ramo do conhecimento e do ensino” (GEERTZ, 1996, apud GOMES, 2001).

Fonte: elaboração própria, com base em Berger (1972), Heckhausen (1972), Boisot (1972), Gomes (2001) e Pombo, Guimarães e Levy (1994).

<sup>46</sup> Nesse sentido, focamos, nesta pesquisa, as questões relacionadas à lógica de funcionamento própria da Arquivística (autonomia), no seu processo de formação e configuração como disciplina científica, embora não desprezemos que, nesse processo, aconteceram conflitos.

Podemos observar que Heckhausen e Geertz parecem diferenciar as definições de *disciplina curricular* e de *disciplina científica*. Morin (2005a), por sua vez, traz o conceito de *disciplina científica* como

uma categoria organizadora dentro do conhecimento científico; ela institui a divisão e a especialização do trabalho e responde à diversidade das áreas que as ciências abrangem. Embora inserida em um conjunto mais amplo, uma disciplina tende naturalmente à autonomia pela delimitação das fronteiras, da linguagem em que ela se constitui, das técnicas que é levada a elaborar e a utilizar e, eventualmente, pelas teorias que lhe são próprias (MORIN, 2005a, 105).

Nehmy et al lembram que, “o paradigma é um artefato para resolver quebra-cabeças. Então, para ser científica, uma disciplina teria de estar engajada na solução deste tipo de problema” (1996, p. 14).

Já Kuhn utiliza o conceito de *matriz disciplinar*, em substituição ao de *teoria*, justificando-se: “‘disciplinar’ porque se refere a uma posse comum aos praticantes de uma disciplina particular; ‘matriz’ porque é composta de elementos ordenados de várias espécies, cada um deles exigindo uma determinação mais pormenorizada” (KUHN, 2005, p. 229).

Para nós, os conceitos de disciplina científica e de disciplina curricular são distintos: a *disciplina científica* é “um ramo particular do conhecimento científico”<sup>47</sup>, enquanto a disciplina curricular constitui a prática de ensino de uma determinada disciplina científica. Assim, quando nos referimos à Arquivística como disciplina, estamos nos referindo ao sentido científico do termo.

Assim, uma disciplina científica, como uma categoria específica é representada pelo processo da *disciplinaridade*, o qual, segundo Heckhausen, é tido como uma “exploração científica especializada de um determinado domínio de estudo, exploração que consiste em fazer surgir novos conhecimentos que substituem os outros mais antigos” (1972, p. 83, tradução nossa) – idéia de *paradigma científico*, proposta por Kuhn (2005).

Yovits<sup>48</sup> (1969, apud MACEDO, 2005, p. 45) enumera os requisitos e as condições para que um *campo* se torne científico:

a existência de um corpo de conhecimentos distinguível, que se forma quando um grupo de pessoas com interesses comuns trabalham em problemas de natureza similar (comunidade científica); e o estabelecimento de conceitos gerais e princípios conhecidos ou de existência aceita que definam os limites da ciência e sirvam de base para as suas diferentes aplicações.

<sup>47</sup> Definição do *WordReference.com English Dictionary* (WORDREFERENCE.COM English Dictionary. Princeton University, 2003. Disponível em: <www.wordreference.com>. Acesso em 12 abr. 2006).

<sup>48</sup> YOVITS, M. C. Information Science: toward the development of a true scientific discipline. *American Documentation*, v. 20, n. 4, p. 369-376, Oct. 1969.

Heckhausen (1972, p. 83-87), por sua vez, aponta sete critérios para caracterizar a natureza de uma disciplina e distingui-la de outras<sup>49</sup>:

**Quadro 5: Critérios para caracterização da natureza de uma disciplina**

<b>Critério</b>	<b>Definição</b>
Domínio material	Conjunto dos objetos, no sentido comum do termo, sob os quais se assenta uma disciplina.
Domínio de estudo	Muitos subconjuntos, visivelmente circunscritos, de fenômenos relevantes de um mesmo domínio material.
Nível de integração teórica	O tipo de categoria, na qual pertencem os fenômenos observáveis relevantes de um domínio de estudo.
Métodos	Toda disciplina elabora seus métodos particulares, a fim de entender os fenômenos observáveis que se destacam no seu domínio de estudo ou para transformar esses fenômenos em informações mais adaptadas ao problema estudado.
Instrumentos de análise	Estratégias lógicas, raciocínios matemáticos e construção de modelos de processos complexos de retroação.
Aplicações práticas	As disciplinas diferem, consideravelmente, quanto à sua possibilidade de aplicação e de utilização prática nos domínios de atividade profissional. Em regra geral, as disciplinas orientadas para aplicações práticas e para domínios de atividades profissionais bem estabelecidas são mais ecléticas que puras, na concepção epistemológica que elas têm de seu valor como ciências. A obrigação de encontrar aplicações práticas tem uma considerável influência na organização da sua estrutura, de suas atividades de pesquisa e de seus programas nas universidades. As disciplinas estreitamente ligadas à prática profissional se caracterizam por um “atraso científico” considerável entre o exercício da profissão (e mesmo o ensino pluridisciplinar da universidade) e o atual estado da pesquisa “pura” no domínio de estudo correspondente.
Contingências históricas das disciplinas	Cada disciplina é fruto de uma evolução histórica e se encontra, a todo momento, numa fase de transição. Algumas disciplinas evoluem e se modificam mais rapidamente, enquanto outras parecem esgotar todas as suas possibilidades de evolução. As contingências históricas que aceleram ou freiam o desenvolvimento e o progresso de uma disciplina não são todas devidas à lógica interna do domínio de estudo explorado pelos homens de ciência qualificados. As disciplinas são, igualmente, submissas às forças externas, em constante evolução, tais como o prestígio do acordo da opinião pública, os valores sociais e culturais, as ideologias políticas e as condições econômicas. Essas forças exógenas não determinam somente os recursos materiais, como também criam um clima, mais ou menos propício ao seu desenvolvimento. Enfim, as contingências externas se conjugam por modelar a mentalidade dos homens da ciência, orientando seus gostos em matéria de pesquisa e suas preocupações teóricas.

Fonte: elaboração própria, com base em Heckhausen (1972, p. 83-87, tradução nossa).

Levando em consideração todos esses conceitos e reflexões, começemos a buscar a definição da Arquivística como disciplina científica. Como mencionamos, no Brasil, os termos *Arquivística* e *Arquivologia* são utilizados como sinônimos<sup>50</sup>. A última versão do Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p. 37) traz o termo *Arquivologia* como a “Disciplina que estuda as funções do arquivo e os princípios e técnicas a serem

<sup>49</sup> Retomaremos esses critérios, no âmbito da Arquivística, nas nossas considerações finais.

<sup>50</sup> Embora a concepção dos dois termos como sinônimos não tenha sido sempre consensual. O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (1990, p. 16-20), em sua primeira edição, por exemplo, apresenta a *Arquivística* como a “Aplicação prática da **arquivologia**” e esta, como a “Disciplina que tem por objeto o conhecimento dos **arquivos** e dos princípios e técnicas a serem observados na sua constituição, organização, desenvolvimento e utilização”.



observados na produção, organização, guarda, preservação e utilização dos arquivos. Também chamada arquivística”. Em Portugal, o termo aceito é *Arquivística*, com a mesma definição (DICIONÁRIO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 1993).

Santos e Ribeiro (2003, p. 21), por sua vez, apresentam o termo *Arquivística* como sinônimo de *Arquivologia* e de *Arquivonomia*, com duas definições: a primeira é idêntica à do Dicionário de Terminologia Arquivística (1996) e a segunda como o “Conjunto dos conhecimentos relativos à organização e administração dos arquivos”.

Rousseau e Couture afirmam que a Arquivística pode ser abordada de três maneiras: 1) unicamente administrativa, que se preocupa com o valor primário do documento; 2) tradicional, voltada para o valor secundário do documento; e 3) “uma maneira nova, integrada e englobante que tem como objectivo ocupar-se simultaneamente do valor primário e do valor secundário do documento” (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 70). Eles optam por esta última, ou seja, pela *Arquivística integrada*.

Já Silva et al defendem que os “sustentáculos clássicos de qualquer ciência” são o objeto e os métodos que a caracterizam (SILVA et al, 1999, p. 158-214) e delineiam o *campo arquivístico*:

A Arquivística pode e deve ser uma ciência para além do meramente instrumental ou técnico, o que, desde logo, obriga a substituir o primado do fazer pelo do conhecer. Esta substituição desencadeia uma conseqüência radical e inovadora: tem de existir – formulamo-lo, sem tibieza, como postulado – um conhecimento arquivístico. E para haver conhecimento arquivístico o objeto cognoscível terá de surgir ampliado na sua natureza. É o arquivo total. Que significa isto?

Em primeiro lugar, o arquivo não é uma mera soma de “fundo” (conjunto orgânico de documentos...) mais “serviço” (instituição ou serviço responsável...), soma essa, aliás, negada pela simples observação empírica: as partes assim somadas acabam, paradoxalmente, por constituir uma perspectiva quase só funcionalista, em que a componente “serviço” exclui, na prática, a componente “fundo” (orgânica).

Em segundo lugar, se o arquivo não é uma mera soma, pode e deve ser uma unidade integral e aberta ao(s) contexto(s) dinâmico(s) e histórico(s) que a substancializa(m). Entra, assim, repleta de oportunidade a noção de sistema, ajustada ao fenômeno da informação social e definida, genericamente, como o conjunto de elementos identificáveis, interdependentes por um feixe de relações, e que se perfilam dentro de uma fronteira.

Em terceiro lugar, se podemos, pois, representar o arquivo como um sistema (semi)-fechado (orgânico-funcional) de informação, temos de encarar a Arquivística como a ciência que estuda a dimensão sistémica do arquivo (SILVA et al, 1999, p. 213-214).

Assim, os autores concluem:

Está, pois, encontrado o fundamento último da Arquivística enquanto saber específico passível de (re)construção dentro de parâmetros científicos, ou seja, enquanto conhecimento limitado pelo social e aberto, portanto, ao paradigma da interdisciplinaridade aplicado às ciências sociais.

Aceitando que a Arquivística é, pois, uma ciência epistemologicamente redimensionável, chegou o momento de lhe fixar uma definição apropriada:

**A Arquivística é uma ciência de informação social<sup>51</sup>, que estuda os arquivos (sistemas de informação (semi)-fechados, quer na sua estruturação interna e na sua dinâmica própria, quer na interacção com os outros sistemas correlativos que coexistem no contexto envolvente** (SILVA et al, 1999, p. 214, grifo dos autores).

Eles ainda apontam concepções de diversos autores acerca da identidade disciplinar da área:

A Arquivística atravessa um período saudável de debate a respeito do seu próprio objecto, sendo a noção de arquivo confrontada com os problemas decorrentes da existência de novos suportes e do uso de novas tecnologias, e igualmente, com uma maior apetência informativa por parte das administrações e da própria pesquisa histórica. Neste contexto, não é de admirar que coexistam opiniões divergentes sobre a própria disciplina, sintoma aliás típico de qualquer momento de transição. Por um lado, há os que continuam a ver a Arquivística essencialmente confinada à problemática dos arquivos históricos, considerando o records management como uma área distinta; por outro, há os que, invocando a “era da informação”, se afastam dos princípios estruturantes da disciplina e vêem a Arquivística como um corpo de doutrinação empírica (ou um somatório de técnicas), cujo único objectivo é responder pragmaticamente às solicitações informativas da sociedade; finalmente, ainda, surgem os defensores de uma nova corrente que encontra na informação arquivística uma individualidade própria, articulada com um modelo teórico preciso – é a defesa da Arquivística como Ciência da Informação (SILVA et al, 1999, p. 156).

Jardim, por sua vez, afirma:

É sempre bom lembrar o fato de que a Arquivologia – como qualquer campo do conhecimento – não é um território homogêneo. Nos últimos anos houve uma ampliação da diversidade da área. Refiro-me à diversidade de interpretações sobre a área, sobre o fenómeno informacional arquivístico, à diversidade dos modos de agir em face de situações que anteriormente estavam aparentemente consolidadas, as várias formas de nos inserirmos na área e nela compartilharmos as suas possibilidades. A Arquivologia hoje é muito mais plural. Talvez possamos, em alguns casos e com cuidado, até falarmos em “Arquivologias”. No entanto, considero um equívoco redutor a tentativa de adjetivar a Arquivologia. Sempre que identificamos a Arquivologia como a Arquivologia Integrada, Sistêmica, Pós-custodial ou Azul, Vermelha, etc., de alguma maneira estamos reduzindo a Arquivologia a uma de suas possíveis interpretações, sobretudo considerando que essas interpretações podem ser resultado de circunstâncias históricas específicas de alguns países (JARDIM, 2006, p. 17-18).

## 1.8.2 Os movimentos do campo extradisciplinar

Voltando à caracterização de *disciplina*, Gomes lembra, numa abordagem mais ampla, que o conceito de disciplina, no espaço acadêmico, “emerge de um contrato histórico entre o desenvolvimento da ciência e a história das universidades, que nas suas origens iniciaram o

---

<sup>51</sup> Em outro texto, Silva define *informação (humana e social)*, como “o conjunto estruturado de representações codificadas (símbolos, significantes) socialmente contextualizadas e passíveis de serem registadas num qualquer suporte material (papel, filme, disco magnético, óptico, etc.) e/ou comunicadas em tempos e espaços diferentes” (SILVA, 2002, p. 589).

processo de constituição formal das disciplinas que edificaram os programas nos quais os conhecimentos científicos estão organizados” (GOMES, 2001).

Nesse espaço, há um processo de especialização que culmina na fragmentação do conhecimento (JAPIASSU, 1976), a qual não se sustenta e passa a se reestruturar num processo de “formulação e reformulação contínua do *actual* corpo de conhecimentos sobre o domínio em questão” (HECKHAUSEN, 1972, p. 83, tradução nossa). As fronteiras tradicionais entre os saberes são, então, reduzidas e a pluralidade disciplinar ganha espaço (GOMES, 2001).

Na história da ciência as rupturas dessas fronteiras ocorrem quando o tratamento de um objeto conduz ao aparecimento de um projeto interdisciplinar, através do qual as disciplinas envolvidas intercambiam informações, noções, conceituações e teorias, alcançando um esquema cooperativo a partir do qual, não apenas os sujeitos envolvidos diretamente na execução desses projetos tornam-se especialistas com múltiplas competências, mas as próprias gramáticas dessas disciplinas são alteradas, interferindo também na formação dos futuros especialistas dessas áreas (GOMES, 2001).

Nesse quadro, parece-nos incoerente delimitar um campo científico, pensando apenas na disciplinaridade, pois uma disciplina visita e é visitada por outras áreas do conhecimento e, ao estabelecer diálogos, apropria-se e, muitas vezes, ressignifica conceitos diversos. Os diferentes graus dessas apropriações e ressignificações podem ser traduzidos em intensidades de integração distintas entre diferentes disciplinas, como aponta Pombo, Guimarães e Levy (1994, p. 36). Esses autores propõem dez categorias de análise para tipificar as diferentes situações de ensino integrado:

- 1) o âmbito da integração, que se refere ao número de disciplinas envolvidas;
- 2) o alcance da integração, que se relaciona à natureza das disciplinas envolvidas e ao tipo de conteúdos programáticos;
- 3) a intensidade da integração, que diz respeito ao grau de interação entre as várias disciplinas envolvidas;
- 4) a perspectiva integradora, que engloba os princípios teóricos subjacentes às situações de ensino integrado e que fundamentam o organizam o trabalho de integração;
- 5) o nível de realização da integração, que se refere ao lugar hierárquico em que são tomadas as decisões relativas à integração;
- 6) a via de integração, que diz respeito à natureza curricular ou extra-curricular do espaço em que toma corpo a experiência de ensino integrado;

- 7) a modalidade de integração, que se relaciona ao suporte didático e ao tipo de conteúdo em torno do qual a integração se organiza;
- 8) a duração da experiência de integração, referente ao período de tempo durante o qual se desenvolve essa experiência;
- 9) a origem da experiência de integração, que diz respeito à instância que é responsável pelo desencadear da sua realização;
- 10) e o enquadramento da experiência de integração, que se refere à existência ou não de apoios prestados à sua realização e, em caso afirmativo, aos tipos de apoio que podem ser prestados (POMBO; GUIMARÃES; LEVY, 1994, p. 32-48).

Dessas categorias, interessa-nos, sobretudo, a terceira, explicitada no quadro 6.

**Quadro 6: Classificação dos níveis de intensidade de integração entre disciplinas**

Definição	Intensidade	Forma de integração
Pluridisciplinaridade	fraca	coordenação
Interdisciplinaridade	crescente	combinação
Transdisciplinaridade	elevada	fusão

Fonte: elaboração própria, com base em Pombo, Guimarães e Levy (1994).

Pombo, Guimarães e Levy pontuam que diversos conceitos são construídos com base na “diferente **prefixação** da palavra disciplinaridade. Nesse sentido, a etimologia do prefixo ‘inter’ poderia explicar a [...] centralidade e carácter intermédio do conceito de interdisciplinaridade” (1994, p. 12).

Em suas reflexões, esses autores, no âmbito do ensino/aprendizagem, partem de dois consensos propostos por estudiosos da área: 1) as *distinções triádicas*, que se referem às diferenças entre o conceito de *interdisciplinaridade* e os conceitos de *pluridisciplinaridade* e de *transdisciplinaridade*; 2) e uma *posição intermediária* ou *intervalar*, que considera a *interdisciplinaridade* mais que a *pluridisciplinaridade* e menos que a *transdisciplinaridade*. Eles ainda salientam que, “enquanto conceitos caracterizadores de diversificadas práticas de ensino, devem ser entendidos como momentos de um mesmo **contínuo**: o processo contínuo de **integração disciplinar**” (POMBO; GUIMARÃES; LEVY, 1994, p. 11, grifo dos autores).

Jantsch também propõe os seguintes níveis de cooperação e de coordenação no sistema de inovação do ensino:

**Quadro 7: Modalidades de relações entre disciplinas**

<b>Modalidade</b>	<b>Definição</b>
Multidisciplinaridade	Gama de disciplinas que propomos simultaneamente, mas sem explicitar as relações que podem existir entre elas.
Pluridisciplinaridade	Justaposição de diversas disciplinas situadas geralmente no mesmo nível hierárquico e agrupadas de modo a destacar as relações existentes entre elas.
Disciplinaridade cruzada	Axiomática de uma só disciplina imposta a outras disciplinas de um mesmo nível hierárquico, a qual cria uma polarização rígida de disciplinas sobre a axiomática própria de uma disciplina.
Interdisciplinaridade	Axiomática comum a um grupo de disciplinas conexas e definida no nível ou sub-nível hierárquico imediatamente superior, o que introduz a noção de finalidade.
Transdisciplinaridade	Coordenação de todas as disciplinas e interdisciplinas do sistema de ensino/ inovação, sobre a base de uma axiomática geral.

Fonte: elaboração própria, a partir de Jantsch (1972, 108-109, tradução nossa).

Essas modalidades são, comumente, denominadas de *interdisciplinaridade*, sem distinção dos seus conceitos.

Assim, a *interdisciplinaridade* é abordada por vários autores, de formas distintas, como podemos constatar no quadro que segue:

Quadro 8: Definições de *interdisciplinaridade*

Autor	Definição
Japiassu	A interdisciplinaridade se caracteriza pela <i>intensidade das trocas</i> entre os especialistas e pelo <i>grau de integração real</i> das disciplinas, no interior de um projeto específico de pesquisa (JAPIASSU, 1976, p. 74).
Pinheiro	Relações interdisciplinares são relações de troca teórica e metodológica e, para que tal ocorra, é imprescindível clareza para identificar, entre as disciplinas envolvidas, onde se dá o encontro ou a interseção de duas áreas do conhecimento (PINHEIRO, 1999, p. 164).
Gomes	A interdisciplinaridade só se concretiza a partir do diálogo concreto entre as disciplinas que pode ser constatado quando conceitos, teorias, métodos e campos de investigação migram, transitam nos vários sentidos das regiões fronteiriças (GOMES, 2001).
Morin	A interdisciplinaridade pode significar, pura e simplesmente, que diferentes disciplinas são colocadas em volta de uma mesma mesa, como diferentes nações se posicionam na ONU sem fazerem nada além de afirmar, cada qual, seus próprios direitos nacionais e suas próprias soberanias em relação às invasões do vizinho. Mas interdisciplinaridade pode significar também troca e cooperação, o que faz com que a interdisciplinaridade possa vir a ser alguma coisa orgânica (MORIN, 2005a, p. 115).
Follari	A inter-relação orgânica dos conceitos de diversas disciplinas a ponto de constituir uma espécie de ‘nova unidade’, que subsume em um nível superior, as contribuições de cada uma das disciplinas particulares (FOLLARI, 1982, p. 27, tradução nossa).
Pombo, Guimarães e Levy	Qualquer forma de combinação entre duas ou mais disciplinas com vista à compreensão de um objeto a partir da confluência de pontos de vista diferentes e tendo como objetivo final a elaboração de uma síntese relativamente ao objeto comum (POMBO; GUIMARÃES; LEVY, 1994, p. 13).
Berger	Interação existente entre duas ou mais disciplinas: essa interação pode ir da simples comunicação de idéias até a integração mútua de conceitos diretores, da epistemologia, da terminologia, de procedimentos, de dados e da organização da pesquisa e do ensino correspondentes (BERGER, 1972, p. 23, tradução nossa).
Palmade	Integração interna e conceptual que rompe a estrutura de cada disciplina para construir uma axiomática nova e comum a todas elas com o fim de dar uma visão unitária de um sector do saber (PALMADE, 1979, apud POMBO; GUIMARÃES; LEVY, 1994, p. 93).
Jantsch	Princípio de organização que tende à coordenação, sob dois planos, dos termos, dos conceitos e das configurações disciplinares, característica de um sistema de dois níveis e de objetivos múltiplos. O ponto importante, nessa concepção, é que, pelo estabelecimento de vínculos interdisciplinares entre esses níveis de organização, os conceitos, as estruturas e os objetivos das disciplinas científicas, definidos nesses níveis, são modificados. As disciplinas científicas são, portanto, coordenadas por uma axiomática comum – um ponto de vista ou um objetivo comum (JANTSCH, 1972, p. 106-107, tradução nossa).
Piaget	Nível em que a colaboração entre disciplinas diversas ou entre setores heterogêneos de uma mesma ciência conduz às interações propriamente ditas, ou seja, a uma certa reciprocidade de intercâmbios, de forma que exista um enriquecimento mútuo (PIAGET, 1972, p. 142, tradução nossa).
Marion	Cooperação de várias disciplinas científicas no exame de um mesmo e único objeto (MARION, 1978, apud POMBO, GUIMARÃES; LEVY, 1994, p. 93).
Thom	Transferência de problemática, conceitos e métodos de uma disciplina para outra (THOM, 1990 <sup>52</sup> , apud POMBO; GUIMARÃES; LEVY, 1994, p. 93).
Delattre	Tentativa de elaboração de um formalismo suficientemente geral e preciso que permita exprimir na única linguagem dos conceitos, as preocupações e as contribuições de um número considerável de disciplinas que, de outro modo, permaneceriam acantonados nos seus dialetos respectivos (DELATTRE, 1973, apud POMBO; GUIMARÃES; LEVY, 1994, p. 93).
Resweber	A interdisciplinaridade ultrapassa a pluridisciplinaridade porque vai mais longe na análise e confrontação das conclusões, porque procura a elaboração de uma síntese a nível de métodos, leis e aplicações, porque preconiza um regresso ao fundamento da disciplina, porque revela de que modo a identidade do objeto de estudo se complexifica através dos diferentes métodos das várias disciplinas e explicita a sua problemática e mútua relatividade (RESWEBER, 1981, apud POMBO; GUIMARÃES; LEVY, 1994, p. 93).

Fonte: elaboração própria, a partir de Japiassu (1976), Pinheiro (1999), Gomes (2001), Morin (2005a), Follari (1982), Pombo, Guimarães e Levy (1994), Berger (1972); Jantsch (1972); Piaget (1972); Palmade (1979)<sup>53</sup>, Marion (1978)<sup>54</sup>, Delattre (1973)<sup>55</sup> e Resweber (1981)<sup>56</sup> – citados por Pombo, Guimarães e Levy (1994).

<sup>52</sup> THOM, René. Vertus et dangers de l’interdisciplinarité. In: *Apologie du Logos*. Paris: Hachette, 1990, p. 636-643.

<sup>53</sup> PALMADE, Guy. *Interdisciplinaridad y ideologias*. Madrid: Narcea, 1979.

<sup>54</sup> MARION, Jean-Luc. A interdisciplinaridade como questão para a Filosofia. *Presença Filosófica*, v. IV, n. 1, p. 15-27, 1978.

<sup>55</sup> DELATTRE, Pierre. Recherches interdisciplinaires. In: *Encyclopedia Universalis*. Paris: Organum, 1973, p. 387-394.

<sup>56</sup> RESWEBER, Jean-Paul. *La méthode interdisciplinaire*. Paris: Puf, 1981.

Ao buscarem a definição de *interdisciplinaridade*, alguns autores apontam modalidades de interações no âmbito desse conceito, como é o caso de Boisot (1972, p. 93-96, tradução nossa), de Heckhausen (1972, p. 87-90, tradução nossa), de Japiassu (1976, p. 81) e de Follari (1982, p. 70-72, tradução nossa), como apresentado no quadro 9.

Esse último autor aponta reflexões críticas em relação ao conceito. Para ele:

A interdisciplinaridade não é, pois, o feito de que elementos de uma disciplina servem como “ciência auxiliar” de outra, por exemplo, a estatística à sociologia, intercâmbio conceitual que é muito anterior, por certo, à idéia de interdisciplina. Tampouco, o limite que se dê entre duas disciplinas fronteiriças, cujos limites formais não podem ser absolutos (exemplo: físico-química, biofísica) (FOLLARI, 1982, p. 27, tradução nossa).

**Quadro 9: Modalidades de interdisciplinaridade**

<b>Autor</b>	<b>Modalidade</b>	<b>Definição</b>
Boisot	Interdisciplinaridade linear	Acontece quando um fenômeno pertencente à uma disciplina, reconhecido por uma lei, é emprestado e adaptado em favor de outra disciplina (BOISOT, 1972, p. 93, tradução nossa).
	Interdisciplinaridade estrutural	Ocorre quando as interações entre duas ou mais disciplinas que tendem à criação de um corpo de leis novas, compondo o esqueleto de uma disciplina original, não redutível à reunião formal daquelas que a geraram (BOISOT, 1972, p. 95).
	Interdisciplinaridade restritiva	Refere-se ao campo de aplicação de duas ou mais disciplinas, em que cada disciplina impõe, às outras, os limites de natureza técnica, econômica ou humana. Acontece, por exemplo, num projeto urbanístico, com a participação delimitada de psicólogos, sociólogos, especialistas de transportes, arquitetos, etc. (BOISOT, 1972, p. 96, tradução nossa).
Heckhausen	Interdisciplinaridade heterogênea	Caracterizada pelos diversos esforços de caráter enciclopédico, que conseguem combinar programas diferentes (HECKHAUSEN, 1972, p. 87, tradução nossa).
	Pseudo-interdisciplinaridade	Abrange os instrumentos de análise que são, de todos os critérios, os mais neutros para diferenciação das disciplinas. A transdisciplinaridade desses instrumentos conduz à idéia errônea de que uma interdisciplinaridade intrínseca poderia se estabelecer entre disciplinas que recorrem aos mesmos instrumentos de análise (HECKHAUSEN, 1972, p. 88, tradução nossa).
	Interdisciplinaridade auxiliar	Relaciona-se aos métodos utilizados num processo de <i>disciplinaridade cruzada</i> , que se desdobra em séries de interdisciplinaridades auxiliares. Em alguns casos, essas interdisciplinaridades auxiliares são ocasionais e provisórias. Em outros, uma disciplina pode estabelecer relações duradouras com uma outra, de modo que ela use os métodos utilizados por uma <i>disciplina auxiliar</i> (HECKHAUSEN, 1972, p. 88, tradução nossa).
	Interdisciplinaridade compósita	Distingue-se por sua atitude técnica, na investigação de uma seqüência hierárquica de objetivos claramente definidos, com o fim de modificar os sistemas que regem as relações entre os indivíduos e seu meio, de modo a renová-los (HECKHAUSEN, 1972, p. 89, tradução nossa).
	Interdisciplinaridade complementar	Ocorre com a criação, entre os níveis de integração teórica de duas ou mais disciplinas, de um tipo de correspondência que constitui um objetivo em si, estabelecido a título provisório, a fim de reconstruir, de forma mais completa, os processos biológicos ou sociais. Geralmente, ela aparece nas regiões fronteiriças de uma disciplina, originando, por exemplo, a psicolingüística, a psicobiologia ou psicofisiologia (HECKHAUSEN, 1972, p. 89-90, tradução nossa).
	Interdisciplinaridade unificadora	Procede de uma coerência crescente de domínios de estudo de duas disciplinas, oriunda da combinação de uma aproximação dos respectivos níveis de integração teórica e dos métodos correspondentes, como acontece entre a biologia e a física, dando origem à biofísica (HECKHAUSEN, 1972, p. 90, tradução nossa).
Japiassu*	Interdisciplinaridade linear ou “cruzada”	Diz respeito apenas a uma forma mais elaborada de pluridisciplinaridade, em que as disciplinas permutam informações, sem, contudo, haver reciprocidade. Nesse caso, “a cooperação propriamente metodológica é nula. As disciplinas que fornecem informações a uma outra, fazem-no a título de disciplinas ‘auxiliares’” (JAPIASSU, 1976, p. 81).
	Interdisciplinaridade estrutural	Há uma “combinação das disciplinas, correspondendo ao estudo de novos campos de problemas, cuja solução exige a convergência de várias disciplinas, tendo em vista levar a efeito uma ação informada e eficaz” (JAPIASSU, 1976, p. 81).
Follari	Interdisciplina como fundação de novo objeto teórico	Relaciona-se aos “casos em que a interdisciplina, como fundação de um campo novo, que reúne aspectos de disciplinas não ligadas previamente, mostra sua fecundidade e suas possibilidades, no sentido de abarcar espaços que disciplinas individuais não ocupam” (FOLLARI, 1982, p. 70, tradução nossa).
	Interdisciplina como solução de problemas práticos	“trata-se de resolver as urgências que o capitalismo enfrenta, da maneira mais eficaz. Nesse sentido, a idéia de reunir disciplinas pode oferecer, e oferece, possibilidades” (FOLLARI, 1982, p. 72, tradução nossa).

Fonte: elaboração própria, com base em Boisot (1972), Heckhausen (1972), Japiassu (1976) e Follari (1992).

\* As duas modalidades propostas por Japiassu (1976) são resultado da sua análise e síntese das seis modalidades apontadas por Heckhausen (1972).



Buscando uma metodologia interdisciplinar, Japiassu ainda propõe dois níveis do projeto interdisciplinar: 1) o nível da *démarche pluridisciplinar*, caracterizado pelo “estudo de um objeto sob seus diferentes ângulos, sem que tenha havido necessariamente um acordo prévio quanto aos seus conceitos ou métodos” e 2) o nível da *pesquisa interdisciplinar propriamente dita*, que, segundo o autor, “supõe uma integração real das disciplinas, podendo esta integração constituir-se segundo dois estágios fundamentais: o dos conceitos e o dos métodos”. Quanto à integração dos conceitos, esse autor fala em *contatos interdisciplinares*; quanto à integração dos métodos, ele menciona a *pesquisa interdisciplinar propriamente dita* (JAPIASSU, 1976, p. 120-121).

Retomando os outros níveis de relações entre disciplinas, ou seja, os dois extremos da integração disciplinar apontados por Pombo, Guimarães e Levy (1994, p. 36), devemos nos lembrar das diferentes definições de *pluridisciplinaridade* e de *transdisciplinaridade*. É importante ressaltar que, segundo os autores, ainda existe o termo *multidisciplinaridade*, que é freqüentemente utilizado como sinônimo de *pluridisciplinaridade* (POMBO; GUIMARÃES; LEVY, 1994, p. 37).

A seguir, são apresentados três quadros com as definições, bem próximas, de *multidisciplinaridade* e de *pluridisciplinaridade* e com as de *transdisciplinaridade*, visivelmente distintas das duas anteriores, conforme a concepção de diferentes autores.

**Quadro 10: Definições de multidisciplinaridade**

<b>Autor</b>	<b>Definição</b>
Berger	Justaposição de disciplinas diversas, às vezes sem relação aparente entre si. Ex: música + matemática + história (BERGER, 1972, p. 23, tradução nossa).
Japiassu	O termo <i>multidisciplinar</i> evoca uma simples justaposição, num trabalho determinado, dos recursos de várias disciplinas, sem implicar, necessariamente, um trabalho de equipe e coordenado. Quando nos situamos no nível do simples multidisciplinar, a solução de um problema só exige informações tomadas de empréstimo a duas ou mais especialidades ou setores de conhecimento, sem que as disciplinas levadas a contribuir por aquela que as utiliza, sejam modificadas ou enriquecidas (JAPIASSU, 1976, p. 72-73).
Palmade	A multidisciplinaridade orienta-se para a interdisciplinaridade quando as relações de interdependência entre as disciplinas emergem. Passa-se então do simples “intercâmbio de idéias” a uma cooperação e a uma certa compenetração das disciplinas (PALMADE, 1979, apud POMBO; GUIMARÃES; LEVY, 1994, p. 95).
Piaget	Quando a solução de um problema requer a obtenção de informações relacionadas a uma ou mais ciências ou setores do conhecimento, sem que as disciplinas que são convocadas por aqueles que as utilizam sejam alteradas ou enriquecidas por isso (PIAGET, 1972, p. 141, tradução nossa).

Fonte: Elaboração própria, com base em Berger (1972), Japiassu (1976), Palmade<sup>57</sup> (1979, apud POMBO; GUIMARÃES; LEVY, 1994) e Piaget (1972).

<sup>57</sup> PALMADE, Guy. *Interdisciplinaridad y ideologias*. Madrid: Narcea, 1979.

**Quadro 11: Definições de pluridisciplinaridade**

<b>Autor</b>	<b>Definição</b>
Berger	Justaposição de disciplinas, mais ou menos vizinhas nos domínios do conhecimento. Ex: domínio científico: matemática + física, ou domínio das letras: francês + latim + grego (BERGER, 1972, p. 23, tradução nossa).
Dellatre	Simple associação de disciplinas que concorrem para uma realização comum mas sem que cada disciplina tenha que modificar sensivelmente a sua própria visão de coisas e os métodos próprios (DELLATRE, 1973 apud POMBO; GUIMARÃES; LEVY, 1994, p. 13).
Gusdorf	Justaposição de especialistas estranhos uns aos outros. Ponto de vista estritamente qualitativo e algo ingênuo. Consiste em reunir pessoas que nada têm em comum, cada qual falando sem escutar os outros, aos quais nada têm a dizer e dos quais nada querem ouvir (GUSDORF, apud POMBO; GUIMARÃES; LEVY, 1994, p. 96).
Michaud	Justaposição de duas ou mais disciplinas, sem que haja relação entre elas; ou melhor, é o encontro que pode permitir, ocasionalmente, empréstimos recíprocos (MICHAUD, 1972, p. 295, tradução nossa).
Japiassu	O termo <i>pluridisciplinar</i> realiza apenas um agrupamento, intencional ou não, de certos “módulos disciplinares”, com algumas relações entre as disciplinas e visando à construção de um sistema de um só nível e com objetivos distintos, mas dando margem a certa cooperação, embora excluindo toda coordenação (JAPIASSU, 1976, p. 73).
Palmade	Cooperação de caráter metodológico e instrumental entre disciplinas e que não implica uma integração conceitual interna (PALMADE, 1979 apud POMBO; GUIMARÃES; LEVY, 1994, p. 96).
Pombo, Guimarães e Levy	Qualquer tipo de associação mínima entre duas ou mais disciplinas, associação essa que, não exigindo alterações na forma e organização do ensino, supõe contudo algum esforço de coordenação entre os professores dessas disciplinas (POMBO; GUIMARÃES; LEVY, 1994, p. 12).
Resweber	Colocação, face a face, de diversas disciplinas, visando a análise de um mesmo objeto e sem implicar a elaboração de uma síntese (RESWEBER, 1981 apud POMBO; GUIMARÃE; LEVY, 1994, p. 96).
Thom	Colaboração, em equipe, de especialistas de diversas disciplinas (THOM, 1990, apud POMBO; GUIMARÃES; LEVY, 1994, p. 96).

Fonte: elaboração própria, a partir de Berger (1972), Michaud (1972), Japiassu (1976), Pombo, Guimarães e Levy (1994), Dellatre (1973)<sup>58</sup>, Gusdorf (1990)<sup>59</sup>, Palmade (1979)<sup>60</sup>, Resweber (1981)<sup>61</sup> e Thom (1990)<sup>62</sup> – citados por Pombo, Guimarães e Levy (1994).

<sup>58</sup> DELATTRE, Pierre. Recherches interdisciplinaires. In: *Encyclopedia Universalis*. Paris: Organum, 1973, p. 387-394.

<sup>59</sup> GUSDORF, Georges. Réflexions sur l'interdisciplinarité. *Bulletin de Psychologie*, v. XLIII, n. 397, 1990, p. 847-868.

<sup>60</sup> PALMADE, Guy. *Interdisciplinaridad y ideologias*. Madrid: Narcea, 1979.

<sup>61</sup> RESWEBER, Jean-Paul. *La méthode interdisciplinaire*. Paris: Puf, 1981.

<sup>62</sup> THOM, René. Vertus et dangers de l'interdisciplinarité. In: *Apologie du Logos*. Paris: Hachette, 1990, p. 636-643.

**Quadro 12: Definições de *transdisciplinaridade***

<b>Autor</b>	<b>Definição</b>
Berger	Implementação de uma axiomática comum a um conjunto de disciplinas (BERGER, 1972, p. 23, tradução nossa).
Gusdorf	A transdisciplinaridade evoca uma perspectiva de transcendência que se aventura para além dos limites do saber propriamente dito, em direção a uma unidade de natureza escatológica. Se cada disciplina propõe um caminho de aproximação ao saber, se cada aproximação revela um aspecto da verdade global, a transdisciplinaridade aponta para um objeto comum, situado além do horizonte da investigação epistemológica, nesse ponto imaginário em que todas as paralelas acabam por se encontrar (GUSDORF, apud POMBO; GUIMARÃES; LEVY, 1994, p. 97).
Jantsch	O grau último de coordenação, suscetível de existir num sistema de ensino inovador e que depende, não apenas de uma axiomática comum, decorrente de uma coordenação que tem em vista um “objetivo de sistema global” – como, também, de um reforço mútuo das epistemologias próprias a certos domínios. Com a <i>transdisciplinaridade</i> , o conjunto do sistema de ensino inovado é coordenado num sistema de níveis e objetivos múltiplos (JANTSCH, 1972, p. 107, tradução nossa).
Piaget	Etapa superior às relações interdisciplinares, que contempla, além das interações e reciprocidades entre pesquisas especializadas, as relações no interior de um sistema total, sem fronteiras estáveis entre as disciplinas (PIAGET, 1972, p. 144, tradução nossa).
Pombo, Guimarães e Levy	O nível máximo de integração disciplinar que seria possível alcançar num sistema de ensino. Trata-se da unificação de duas ou mais disciplinas, tendo por base a explicitação dos seus fundamentos comuns, a construção de uma linguagem comum, a identificação de estruturas e mecanismos comuns de compreensão do real, a formulação de uma visão unitária e sistemática de um setor mais ou menos alargado do saber (POMBO; GUIMARÃES; LEVY, 1994, p. 13).

Fonte: elaboração própria, com base em Berger (1972), Jantsch (1972), Piaget (1972), Pombo, Guimarães e Levy (1994) e Gusdorf<sup>63</sup> (1990 apud POMBO; GUIMARÃES; LEVY, 1994).

A partir dessas diferentes classificações das possíveis relações entre diferentes disciplinas, podemos visualizar seu *campo extradisciplinar*, ou seja, as relações da Arquivística com outras disciplinas, as quais variam conforme os posicionamentos de diferentes autores.

As relações entre a **Arquivística** e a **Administração** podem ser observadas no âmbito da gestão de documentos, recurso implantado pelos administradores contemporâneos, para suprir as necessidades empresariais, como pontua Gagnon-Arguin. Portanto, são relações práticas, nas quais a gestão de documentos e a gestão da informação se integram (GAGNON-ARGUIN, 1992, p. 208-209).

Rousseau e Couture apontam o lugar da Arquivística no interior da organização e da gestão da informação, na sua função de gestão integrada da informação orgânica, que, “permitindo a pesquisa retrospectiva, reduz a incerteza e melhora a tomada de decisão” (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 65).

Nesse sentido, eles propõem um programa, constituído de três fases, “centrado na missão do organismo e integrado na sua política de gestão da informação, que a arquivística

<sup>63</sup> GUSDORF, Georges. Réflexions sur l’interdisciplinarité. *Bulletin de Psychologie*, v. XLIII, n. 397, 1990, p. 847-868.

consegue dar um contributo único, sendo pela sua especificidade capaz de agir eficazmente na informação orgânica” (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 65).

Os autores ainda alertam quanto à necessidade da Arquivística deixar de se submeter à Administração:

Que a arquivística tenha uma necessidade premente de elementos de formação em Administração parece-nos uma evidência. Mas daí a tornar-se dependente dela, vai um passo que não deve ser dado. [...] O arquivista tem necessidade de conhecimentos administrativos, mas não tem de depender completa e unicamente da gestão enquanto disciplina (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 72).

Quanto às relações entre a **Arquivística** e a **História**, Gagnon-Arguin referencia sua longa tradição. Segundo ela, muitos agrupamentos de arquivistas se formaram no interior de associações de historiadores, como é o caso da *Society of American Archivists*, que nasceu de uma seção da *American Historical Association*, em 1936, e a *Association of Canadian Archivists*, que constituía a seção de arquivistas da *Société Historique du Canadá*, antes de 1975. Mas a autora reconhece a autonomia alcançada pela Arquivística em suas relações com a História, devido à profissionalização dessas disciplinas. Nesse sentido, argumenta que os princípios e métodos de trabalho e a missão social da Arquivística são diferentes daqueles da História (GAGNON-ARGUIN, 1992, p. 208).

Rousseau e Couture, a exemplo das relações entre a Arquivística e a Administração, defendem que a Arquivística deve “libertar-se da tutela” da História. Segundo eles, “É indispensável analisar esse laço de dependência instituído pela tradição entre a história e a arquivística, de modo a poder cortá-lo para que a arquivística possa depois adquirir a sua autonomia” (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 71).

As relações entre a **Arquivística** e a **Informática/Ciência da Computação** podem ser visualizadas nas palavras de Jardim, em uma entrevista concedida à revista eletrônica *Arquivística.Net*, em que, ao ser questionado sobre a influência da Informática na Arquivologia e suas relações multi e interdisciplinares, afirma:

Essa influência é mais do que evidente. Como observei anteriormente, o imperativo tecnológico resultante dos avanços das Tecnologias da Informação e Comunicação tem influenciado diretamente os modos de produção, armazenagem e uso social da informação arquivística. Dentro desse quadro, creio ser interessante levarmos em conta a diferença entre a influência das tecnologias da informação e a influência da Ciência da Computação enquanto área do conhecimento. Influência não é necessariamente resultado de um projeto interdisciplinar. Neste cenário de novas possibilidades, temos a necessidade de construir efetivamente um trabalho interdisciplinar. Comentamos e falamos muito a respeito, mas nas nossas práticas nem sempre fica muito claro. As influências mútuas, no campo científico, podem e devem ser favorecidas por uma postura interdisciplinar. Uma área pode influenciar ou ser influenciada por outra sem que isso seja efetivamente o resultado de um projeto interdisciplinar. Muitas vezes essa influência provoca, no entanto, a necessidade de um

programa de pesquisa interdisciplinar. Penso que podemos avançar bastante nessa direção e reconhecer que estamos ampliando esse diálogo entre Arquivologia e a Ciência da Computação. A Arquivologia começa a influenciar também a Ciência da Computação, na medida em que a preocupação pelos conteúdos informacionais passa a ser crescente entre os profissionais das tecnologias da informação. Esse diálogo hoje é muito mais favorável do que há cinco ou sete anos atrás. Outra [sic] influência da Arquivologia está no gerenciamento arquivístico do documento eletrônico e na preservação desses documentos eletrônicos (JARDIM, 2006, p. 19).

Além das relações com essas disciplinas, são conhecidas e, algumas vezes, questionadas, as relações interdisciplinares entre a **Arquivística** e a **Ciência da Informação**.

No espaço deste trabalho, não é possível nos alongarmos no debate sobre a definição de “Ciência da Informação”. Assim, gostaríamos de destacar apenas duas, dentre as inúmeras das suas definições. A primeira é a do CNPq, no documento *Avaliação e Perspectiva*<sup>64</sup>, segundo a qual a

Ciência da Informação designa o campo mais amplo, de propósitos investigativos e analíticos, interdisciplinar por natureza, que tem por objeto o estudo dos fenômenos ligados à produção, organização, difusão e utilização de informações em todos os campos do saber (CNPq, 1978a, p. 52).

Esse documento também contempla a Biblioteconomia e a Arquivologia como “disciplinas aplicadas, que tratam da coleta, organização e difusão de informações preservadas em diferentes tipos de suportes materiais” (CNPq, 1978a, p. 52).

Nesse sentido, a Ciência da informação, como salienta Oliveira (1998, p. 25), é vista como uma grande área onde estão abrigadas subáreas como a Biblioteconomia e a Arquivologia. Essas disciplinas, por sua vez, como nos lembram Silva et al (1999, p. 36) “são obrigadas a convocar um intercâmbio metodológico com outras ciências sociais”.

Buscamos também, uma definição mais recente. Le Coadic (1996) apresenta a CI como uma ciência social, a qual

---

<sup>64</sup> Trata-se de um documento publicado pelo CNPq, resultado da avaliação de grupos de trabalhos compostos de especialistas das diversas áreas do conhecimento. Todas as citações às quais nos referimos estão no capítulo “Ciência da Informação, Biblioteconomia e Arquivologia” (CNPq, 1978a, p. 46-67). Participaram da elaboração do documento os seguintes especialistas: Abigail de Oliveira Carvalho (Coordenadora, CNPq), Afrânio Carvalho Aguiar (Programa de Informação em Ciência e Tecnologia – Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais), Ana Maria Athayde Polke (Escola de Biblioteconomia/UFMG), Antônio Agenor Briquet de Lemos (Redator, UnB, à época Departamento de Biblioteconomia/Faculdade de Estudos Sociais Aplicados), Jannice de Mello Monte-Mór (BN/MEC), Maria Lúcia Andrade Garcia (Index – Informações Científicas e Técnicas S/C, MG), Terezine Arantes Ferraz (Divisão de Informação e Documentação Científica/Instituto de Energia Atômica), Zila da Costa Mamede (Biblioteca Central/UFRN). Deve-se notar que na composição desse Grupo de Trabalho não havia nenhum representante da área de Arquivologia, fato, aliás, assinalado no documento (CNPq, 1978a, p. 51). Entretanto, ressaltamos que, apesar disso, o entendimento da área, de seu objeto, seus problemas e suas perspectivas estão bem avaliados. Mesmo porque o grupo utilizou documentos importantes e fundamentais produzidos pela UNESCO sobre o tema.

Tem por objeto o estudo das propriedades gerais da informação (natureza, gênese, efeitos), ou seja, mais precisamente:

- a análise dos processos de construção, comunicação e uso da informação;
- e a concepção dos produtos e sistemas que permitem sua construção, comunicação, armazenamento e uso (LE COADIC, 1996, p. 26).

Para esse autor a Arquivística é uma:

disciplina auxiliar da história, preocupa-se com a preservação dos documentos que resultam da atividade de uma instituição ou de uma pessoa física ou jurídica. **Os arquivos não passam de documentos conservados**, enquanto as bibliotecas são constituídas de documentos por elas reunidos (LE COADIC, 1996, p. 14, grifo nosso).

Diante dessas definições, chama-nos a atenção, a questão da possível inserção teórica da Arquivística na Ciência da Informação, a qual, acreditamos, pode, pelo menos em parte, justificar-se pela identidade do objeto de ambas – a informação registrada – e pela natureza interdisciplinar, característica comum das duas disciplinas.

Nesse sentido, Rousseau e Couture (1998) pontuam que, atualmente, a realidade profissional demonstra cada vez mais a necessidade da busca de uma convergência entre as diversas disciplinas que se reconhecem no vasto campo das “ciências da informação”. No caso específico da Arquivologia, lembremos que a informação registrada que constitui o seu objeto de estudo é aquela denominada “informação orgânica”, ou seja, os arquivos.

Pinheiro (1999), num esforço para delimitar o campo interdisciplinar da Ciência da Informação, apresenta um diagrama, no qual a Arquivística – juntamente com a Biblioteconomia, a Museologia, a Filosofia e a Lingüística – aparece vinculada à Ciência da Informação. A autora, então, argumenta que:

Três áreas surgem como mais fortes nas suas relações de interdisciplinaridade com a Ciência da Informação: Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Excetuando a primeira, com a qual a interdisciplinaridade é reconhecida pela quase totalidade dos estudiosos, as outras duas têm sua presença acentuada provavelmente por um equívoco entre interdisciplinaridade e aplicações (PINHEIRO, 1999, p. 174-175).

No plano institucional, a agência de fomento que faz a classificação das áreas do conhecimento no Brasil, o CNPq, decide incluir a Arquivologia na área das Ciências Sociais Aplicadas, na qual já contemplava a Ciência da Informação, desde 1976, como uma subárea da Comunicação. Nessa classificação, a Ciência da Informação tinha duas especialidades: 1) os *Sistemas da Informação* e 2) a *Biblioteconomia e Documentação* (CNPq, 1978b).

Então, em 1984<sup>65</sup>, a Arquivologia é reconhecida por essa agência, como uma subárea da Ciência da Informação (uma das áreas das Ciências Sociais Aplicadas)<sup>66</sup>, juntamente da

---

<sup>65</sup> Nesse mesmo ano é publicada a primeira edição do *Dictionary of Archival Terminology*, pelo CIA, o que representa um grande avanço para a área.

Teoria da Informação e da Biblioteconomia (CNPq, 1984). Segundo o professor Alberto Azevedo – um dos membros da comissão responsável pela elaboração da Tabela de Áreas do Conhecimento (TAC) de 1984 – essa classificação não teve cunho filosófico, mas, eminentemente prático<sup>67</sup>. Entretanto, a presença de especialistas, com vínculos acadêmicos, envolvidos nesse trabalho, que resultou no documento *Avaliação & Perspectivas*<sup>68</sup> demonstra uma preocupação com certas reflexões teórico-epistemológicas. Com efeito, essa classificação contribuiu no processo de reconhecimento institucional da disciplina<sup>69</sup>.

Em 1978, a Arquivística aparecia nesse documento (CNPq, 1978a, p. 68), onde já se observava que a pesquisa na área padecia do fato de ser recente a criação dos cursos em nível de graduação:

Entre os obstáculos à pesquisa e ao desenvolvimento destaca-se a carência de recursos humanos especializados, tanto em termos de qualidade quanto de quantidade. [...] **No caso da Arquivologia, o quadro é muito mais grave, pois somente agora se inicia o processo de implantação dos cursos de graduação em instituições universitárias** (CNPq, 1978a, p. 63, grifo nosso).

Esse estudo fazia referência ao vínculo entre a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Ciência da Informação e, nas suas recomendações finais, indicava a necessidade de se implantar programas de doutoramento que atraíssem candidatos com “graduação diversificada”, mas que tivessem “condições e interesse em voltar-se para pesquisa em

---

<sup>66</sup> Nessa grande área encontravam-se classificados: Direito, Administração, Economia, Arquitetura e Urbanismo, Planejamento Urbano e Regional; Demografia, Ciência da Informação, Museologia, Comunicação, Serviço Social, Economia Doméstica, Desenho Industrial e Turismo. Em Ciência da Informação, encontravam-se a Teoria da Informação, a Biblioteconomia e a Arquivologia.

<sup>67</sup> Informações concedidas, por telefone, em 30 de janeiro de 2006.

<sup>68</sup> Trata-se de um documento elaborado por membros do CNPq, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), publicado pelo CNPq, como resultado da avaliação de grupos de trabalhos compostos de especialistas das diversas áreas do conhecimento. Por ocasião dos trabalhos de elaboração da sua sexta versão (1983), foi realizada uma reunião do Conselho Científico e Tecnológico (CCT) do CNPq, quando se discutiu a importância desse documento e o processo de sua elaboração, em conjunto, pelos Comitês Assessores da instituição e membros da comunidade científica. “A participação da comunidade foi obtida através do concurso de pesquisadores cuja contribuição foi extremamente valiosa e importante. Os recursos para elaboração do trabalho e o apoio técnico foram fornecidos pelo CNPq. Os documentos analisam a situação de cada uma das 6 subáreas em que foram divididas as 7 grandes áreas de conhecimento e os coordenadores das 7 grandes áreas prepararam um documento mais abrangente para cada uma delas” (Ata da 21ª Reunião do CCT, realizada em 19 de abril de 1983, p. 26).

<sup>69</sup> Souza (2004, p. 3-5) lembra que “No Brasil, as ‘Áreas do Conhecimento’ têm sido tema de discussão envolvendo gestores e administradores, as agências de fomento e avaliação, as sociedades científicas, os institutos de pesquisa e a própria comunidade científica. [...] O Brasil conta com poucos instrumentos especialmente criados e desenvolvidos especificamente para a classificação de dados provenientes de atividades de pesquisa e ensino em ciência. O instrumento mais conhecido, que por muito tempo foi o único, e que ainda hoje é reconhecido com referencial, por ser o mais utilizado pelas diversas instituições do sistema de C&T do país é a tabela conhecida como ‘tabela de áreas do conhecimento do CNPq’, cuja estrutura de base data da década de 50”. Até hoje, o CNPq teve quatro tabelas: a de 1972, a de 1976, a de 1984 e a de 2001 (SOUZA, 2004, p. 15). Em 2005, começaram os trabalhos para a elaboração de uma nova tabela, ainda não aprovada, cuja proposta aponta a Arquivística como uma área, independente da Ciência da Informação. Disponível em: <<http://www.memoria.cnpq.br/areas/cee/proposta.htm>>. Acesso em 05 nov./2006.

Biblioteconomia, Arquivologia e Ciência da Informação” (CNPq, 1978a, p. 66). Gostaríamos, ainda, de destacar que essas recomendações alertavam, também, para a necessidade de se “desenvolver um projeto específico para formação de mestres e doutores em Arquivologia” (CNPq, 1978a, p. 66).

Nesse processo, o CNPq (1978a, p. 52) também busca destacar a necessidade de se desvincular a imagem tradicional das referidas disciplinas como eminentemente técnicas<sup>70</sup>:

O fato de a Biblioteconomia e a Arquivologia estarem voltadas para a aplicação de técnicas não quer dizer que **no seu âmbito não se realizem pesquisas ou se produzam novos conhecimentos**, da mesma forma que a Ciência da Informação não é exclusivamente teórica e desvinculada de aplicações práticas (CNPq, 1978a, p. 52, grifo nosso).

Em outro volume de *Avaliação & Perspectivas* (CNPq, 1983), novo Grupo de Trabalho<sup>71</sup> traça o percurso e tenta esboçar um retrato da Ciência da Informação no Brasil. Num intervalo de cinco anos desde a publicação da primeira avaliação das áreas, novamente, no que diz respeito à Arquivologia, ressalta-se a baixa formação de especialistas no âmbito da pós-graduação e pesquisa.

Mais recentemente, a proposta de TAC do CNPq, de 2005, apresenta a Arquivística como uma área da grande área “Ciências Socialmente Aplicáveis”<sup>72</sup>, independente da Ciência da Informação, diferenciando, nitidamente, as duas áreas, assim como o faz em relação à Biblioteconomia. Essa nova classificação suscitou discussões quanto à identidade da área, conforme pode ser visto em falas de professores e pesquisadores da Arquivística<sup>73</sup>. Dois professores do curso de Arquivologia da UFF pronunciaram-se em favor dessa autonomia da disciplina:

Acreditamos ser um avanço significativo, especialmente considerando-se a Tabela em vigor, o reconhecimento da Arquivologia como área de conhecimento autônoma, nos termos do documento elaborado por Comissão Especial de Estudos nomeada pelo CNPq, CAPES e FINEP.

Se analisarmos a definição da Comissão citada (“por área do conhecimento entende-se o conjunto de conhecimentos inter-relacionados, coletivamente construído, reunido segundo a

<sup>70</sup> A formulação do Princípio de Respeito aos Fundos em 1841, na França, viria a demonstrar que, de fato, a Arquivologia poderia se constituir numa disciplina específica, desvinculando-se dos princípios biblioteconômicos. Pela primeira vez, afirmava-se que os documentos de arquivos eram produzidos e acumulados de forma totalmente diferente de outros documentos, inclusive os de biblioteca. Isso teria repercussões na abordagem dos arquivos, na sua organização e interpretação. O uso, digamos, das “técnicas” de catalogação utilizadas para os livros seria uma forma de descaracterizar os documentos arquivísticos, fazendo com que estes perdessem sua integridade e organicidade.

<sup>71</sup> As redatoras dessa avaliação foram: professora Suzana Pinheiro Machado Mueller (UnB, do então departamento de Biblioteconomia, hoje departamento de Ciência da Informação e Documentação) e Nilza Teixeira Soares (à época, servidora da Câmara dos Deputados/Coordenação de Arquivo).

<sup>72</sup> Esse termo “aplicáveis” gerou muitos debates, ao ter questionado o seu sentido.

<sup>73</sup> Essas falas foram retiradas de mensagens eletrônicas trocadas numa lista de discussão da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação (ANCIB), entre setembro e outubro de 2005.



natureza do objeto de investigação com finalidades de ensino, pesquisa e aplicações práticas”) não encontramos razões para não considerarmos a Arquivologia como área de conhecimento autônoma. Esse grau de autonomia, porém, não significa insulamento.

[...] Ainda que rica de possibilidades e apresentando resultados iniciais muito instigantes, a relação da Arquivologia com a Ciência da Informação ainda é historicamente muito recente e bastante incipiente, no Brasil e no exterior.

O fato de que a pesquisa sobre temas arquivísticos tenha encontrado abrigo em alguns programas de pós-graduação em Ciência da Informação, demonstra uma busca de efetivas relações interdisciplinares, mas não uma inserção da Arquivologia na Ciência da Informação.

Essa delicada construção interdisciplinar cujos resultados – voltamos a afirmar – ainda são muito recentes, sinaliza a produção de territórios de investigação promissores, mas ainda está longe de sugerir elementos que sustentem, neste momento, que a Arquivologia constitui-se numa subárea da Ciência da Informação.

[...] Uma disciplina não pode ser reduzida à área de aplicação de outra. Se a Ciência da Informação encontra campos de aplicação na Arquivologia, a literatura dessas áreas sugere que essa é uma via de mão dupla. Dissertações e teses produzidas nos últimos anos em alguns dos nossos programas de pós-graduação em Ciência da Informação parecem sinalizar essa perspectiva. Em graus maiores ou menores de intensidade, esse processo ocorre também no desenvolvimento de relações interdisciplinares da Arquivologia com áreas como a História, a Administração e a Ciência da Computação.

[...] a Arquivologia desvincula-se cada vez mais da sua condição de “ciência auxiliar da História” ou subárea da Administração e ganha contornos de uma disciplina dotada de autonomia e profunda interdisciplinaridade. Neste sentido, as relações desenvolvidas entre Arquivologia e Ciência da Informação vêm sugerindo, a partir do início dos anos 90, um território rico em termos de pesquisa. Não se trata, no entanto, de um “fenômeno” internacional em larga escala. No Brasil, esse processo talvez se dê de forma ainda mais evidente do que em outros países (JARDIM; FONSECA, 2005).

Já outros professores posicionaram-se a favor da autonomia proposta na TAC, como é o caso de um professor da UFBA:

Não estou certo se a criação das áreas de Arquivologia e Biblioteconomia é uma demanda dos profissionais dessas áreas específicas, mas creio que o fato de historicamente estarmos ligados a elas desde o surgimento da ciência da informação deveria levar-nos a reforçar nossos elos com estes profissionais e naturalmente atrair outros para a formação de nossa identidade. Minha opinião é a de que arquivologia e biblioteconomia deveriam constituir, unidas, uma subárea na CI (SILVA, 2005).

Posicionamento semelhante é adotado por Marteleto, Lara e Smit (2005):

Sugere-se empregar CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO no lugar de “Ciência da Informação”:  
- O campo de estudos da informação hoje constituído no país, (assim como no exterior), abarca um conjunto de saberes que, por sua pluralidade, justifica o termo ciências, incluindo-se aí a Biblioteconomia e a Arquivologia.

[...] Os alunos oriundos dos cursos de graduação em Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia têm na Pós-Graduação em Ciência da Informação o seu espaço de formação pós-graduada e a devida preparação para a docência e a pesquisa.

A partir dessa argumentação, elas concluem:

Sugere-se, portanto, a não inclusão da BIBLIOTECONOMIA e da ARQUIVOLOGIA como áreas, baseados nas seguintes justificativas:

- Parte importante da pesquisa e pós-graduação nas áreas da arquivologia e da biblioteconomia é elaborada no contexto de programas de pós-graduação em Ciência da Informação. A Arquivologia e a Biblioteconomia são campos de conhecimento

historicamente imbricados nas Ciências da Informação, de modo que sua separação não contempla a tradição e nem as perspectivas de diferenciação, que justifiquem sua separação; - Atualmente, todos os Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação estão instalados junto a Cursos de Graduação em Biblioteconomia e Arquivologia em todo o país, configurando a Ciência da Informação como área que integra esses diferentes saberes. As unidades universitárias e, na maior parte das vezes, os próprios cursos de graduação mudaram nas últimas décadas a sua denominação de “Biblioteconomia” para “Ciência da Informação”. Outro fato que atesta o abarcamento, pelo campo denominado “Ciência da Informação”, desse conjunto de cursos, é a mudança do nome da associação que congrega os cursos de graduação em biblioteconomia e arquivologia para “Associação Brasileira de Ensino em Ciência da Informação” – a ABECIN.

A separação desses campos, na tabela, não corresponderia, portanto, nem à tradição da área e nem à realidade hoje constituída (MARTELETO; LARA; SMIT, 2005).

Dumont (2005) ratifica essa opinião, afirmando:

Torna-se necessário frisar que os cursos de arquivologia existentes no Brasil estão ligados a cursos de ciência da informação ou biblioteconomia. Bem como muitos egressos desses e também de museologia têm cumprido os programas de pós-graduação nos cursos de ciência da informação, portanto, encontrando fundamentação teórica para suas pesquisas.

Logo, não consigo visualizar (como também se manifestou o Programa de Pós-graduação da Escola de Ciência da Informação da UFMG, ao qual pertencço) a ciência da informação e a biblioteconomia representadas de forma estanque na nova tabela. Quanto às duas outras áreas, acredito que elas estariam também “debaixo do mesmo guarda-chuva”, pois tal tendência tem-se mostrado cada vez mais, através da aproximação de pesquisadores e estudiosos das áreas. As três áreas tiveram formação própria e assim se consolidaram e se legitimaram na sociedade. Porém, vale a pena lembrar que essa inclinação para a aproximação sem dúvida não é prerrogativa só nossa; é a atual tendência do conhecimento em tornar-se cada vez mais transdisciplinar.

Ao apontar a formação em Arquivologia e em Biblioteconomia, com sedimentação na pós-graduação em Ciência da Informação, Vidotti (2005) observa que:

Tal dimensão da realidade revela, por sua própria trajetória, a consolidação de uma concepção [...] no sentido de ver na Ciência da Informação uma grande área, de natureza teórico-metodológica (sem prejuízo, no entanto, de sua natureza transdisciplinar) que nutre teoricamente os fazeres da Arquivologia e da Biblioteconomia (sem prejuízo, igualmente, de aportes ou recortes de outras áreas) e nelas encontra espaço de aplicação / teste / sedimentação das teorias e metodologias que propõe.

Assim,

À vista do exposto, reiteramos nossa proposta quanto ao delineamento de uma única subárea denominada Ciência da Informação que, em seu seio, possa obrigar não apenas os aspectos epistemológicos que a caracterizam como também os campos em que se aplica, tais como a Arquivologia e a Biblioteconomia. Acreditamos, outrossim, que uma concepção integrada, dessa natureza, não apenas refletirá o momento ora vivido pelas instâncias de ensino e de pesquisa da área como, principalmente, permitirá que a pesquisa se dê em moldes mais abrangentes, permitindo um efetivo diálogo entre teoria e prática na área (VIDOTTI, 2005).

A divergência desses posicionamentos quanto a uma proximidade intensa entre a Arquivística e a Ciência da Informação – embora a maioria posicione-se a favor – parece ir ao encontro da pesquisa de Polity (2000), que apresenta dados e reflexões acerca do grau de coesão quanto ao sentimento de pertencimento dos cientistas da informação à Ciência da

Informação. Dos resultados obtidos a partir de entrevistas, essa autora observa que há um “fraco sentimento de coesão entre os docentes-pesquisadores das Ciências da Informação” (POLITY, 2000, tradução nossa). Esse sentimento de pertencimento é constatado, por ela, como uma difícil questão de se caracterizar e, por esse motivo, há uma ausência de consenso por parte dos entrevistados. Essa autora ainda aponta as razões mapeadas quanto ao frágil desenvolvimento das Ciências da Informação na França:

- ausência de uma linguagem comum, de projeto nacional, de política de pesquisa, de reconhecimento do *Centre National de la Recherche Scientifique* (CNRS), de infra-estrutura de pesquisa, de um quadro geral das tarefas administrativas dos docentes;
- isolamento nas Unités de Formation et de Recherche (UFR);
- número crescente de formações com finalidades profissionais e poucas voltadas para a pesquisa;
- e ausência de reflexão epistemológica, de visão global e ampla, à qual as pessoas possam aderir.

Mariz (2004), por sua vez, recorre a alguns autores para discorrer sobre as relações interdisciplinares entre a Arquivística e a Ciência da Informação.

Dentre esses autores, estão Jardim e Fonseca, que afirmam que o ponto comum entre a Arquivística e a Ciência da Informação é a informação registrada (1995, p. 41). No entanto, considerando seus objetos, tipos de informação, categorias de usuários e métodos, eles apontam que há uma “débil interação entre ambas as disciplinas” (JARDIM; FONSECA, 1995, p. 47).

Apesar da Arquivística e da Ciência da Informação partilharem do mesmo domínio de estudos – a informação – os níveis de interação que apresentam são bastante precários. Ainda que a informação seja contemplada por ambas as disciplinas a partir das suas diferentes propriedades e especificidades quanto à produção, uso e disseminação, o território disponível para o intercâmbio teórico e prático mostra-se extremamente vasto (JARDIM; FONSECA, 1995, p. 48).

Assim, para esse estudiosos, as relações entre as duas áreas não são claras, tampouco interdisciplinares e estão em vias de se tornarem pluridisciplinares (JARDIM; FONSECA, 1995, p. 49).

Em outro artigo, esses mesmos autores recorrem a Deschatelet, que reconhece a Ciência da Informação “como uma área em gestação constituída por várias ciências da informação como, por exemplo, a **Arquivística**, a **Biblioteconomia**, a **Informática**, o **Jornalismo** e a **Comunicação**, as quais têm como objeto de pesquisa imediatos a

transferência da informação” (DESCHATELET<sup>74</sup>, 1990, apud JARDIM; FONSECA, 2000, grifo do autor).

Em sua tese, Fonseca afirma que as relações interdisciplinares entre as duas áreas ainda não fazem parte da nossa realidade, pois se verifica uma pequena interseção entre a Ciência da Informação e a Arquivística (FONSECA, 2004, p. 120). No entanto, em suas considerações finais, ela aponta o fortalecimento das relações de *interdisciplinaridade* entre as duas disciplinas no Brasil, com uma “homogeneidade com que dissertações e teses são acolhidas em diferentes programas de pós-graduação, que aponta para um movimento receptivo que ultrapassa as esferas conjunturais” (FONSECA, 2004, p.161).

Silva (1996, p. 7), a partir de Saracevic (1991)<sup>75</sup> e de Jardim e Fonseca (1995)<sup>76</sup>, enumera critérios de comparação entre a Arquivística e a Ciência da Informação. Baseada nesses critérios – definição, princípios, áreas de concentração e de interesse e objeto de estudo – e em parâmetros de interação e de relação interdisciplinar – modalidade de interação e tipo de relação disciplinar –, ela não constata “evidências fortes de uma relação significativa entre as duas disciplinas, exceto pelo papel social dos arquivos e pela função também social da informação” (SILVA, 1996, p. 8). Nesse sentido, a autora pontua que:

A condição de interdisciplinaridade é mais forte por parte da Ciência da Informação, quase inexistindo quando nos aproximando da Arquivística, embora estudiosos da primeira cite a Arquivística como um campo afim ou como uma das Ciências da Informação. Revela-se, desta maneira, uma proximidade entre as superfícies, mas sem fronteiras comuns, até o momento (SILVA, 1996, p. 9).

Já Mariz, na mesma perspectiva de Silva et al, defende o enfoque sistêmico como um ponto de convergência entre essas áreas, alegando que “Os sistemas de informação são contemplados tanto pela Arquivística – para documentos que possuam relação orgânica – quanto pela CI – para informações de uma forma geral” (MARIZ, 2004, p. 35).

A fim de ilustrar os vínculos entre as duas áreas, Gagnon-Arguin recorre à concepção da UNESCO, quanto às relações entre as Ciências da Informação, a Biblioteconomia e a Arquivística, segundo a qual, os três domínios possuem o mesmo objeto, isto é, a informação registrada num suporte, embora de forma distinta.

---

<sup>74</sup> DESCHATELET, Gilles. L’Archivistique et la Bibliothéconomie: dex disciplines soeurs dans l’arbre genealogique des sciences de l’information. In: GIRA. *La place de l’archivistique dans la gestion de l’informations*: perspectives de recherches. Montreal: Ministere des Affaires Culturelles/Archives Nationales du Québec, 1990.

<sup>75</sup> SARACEVIC, Tefko. Information Science: origin, evolution and relations. *International Conference held for Celebration of 20<sup>th</sup> Anniversary of the Departament of Information Studies*. Finland: University of Tampere, Aug. 1991.

<sup>76</sup> JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila. As relações entre a Arquivística e a Ciência da Informação. *INFORMARE*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 41-50, jan./jun. 1995.

Tanto os serviços de informação da biblioteconomia como da arquivística demandam o estudo científico do comportamento humano quanto à sua maneira de pesquisar a informação, de tratá-la, de organizá-la e de disponibilizá-la aos usuários. Essa afirmação de um objeto comum, o estudo da informação como fenômeno, está na base comum de uma harmonização das formações e valoriza a convergência das ciências documentais (LAJEUNESSE, 1986<sup>77</sup>, apud GAGNON-ARGUIN, 1992, p. 210, tradução nossa).

Silva et al (1999), por sua vez, defendem uma “condição interdisciplinar da Arquivística” (1999, p. 158):

Concebida a informação como objecto impreciso, as disciplinas científicas correlativas, de que ressaltam, numa primeira linha, a Biblioteconomia e a Arquivística, são obrigadas a convocar um intercâmbio metodológico com outras ciências sociais, especialmente com a Sociologia e a História. Gera-se, desta forma, uma multi e interdisciplinaridade que se estende e supera num sentido claramente transdisciplinar, confinado ao campo específico da informação social e fundado, sobretudo, na interacção das práticas e das teorias biblioteconômicas e arquivísticas, agregando-se-lhe contributos procedentes da Informática, das disciplinas ligadas à Comunicação Social e às Ciências Sociais (SILVA et al, 1999, p. 36).

Os autores apresentam um *diagrama do campo científico da Arquivística* (SILVA et al, 1999, p. 42), aqui reproduzido:

---

<sup>77</sup> LAJEUNESSE, Marcel. L'archivistique: une science de l'information à la recherche d'un milieu de formation. Archives, v. 18, n. 3, dec/1986, p. 35-47.

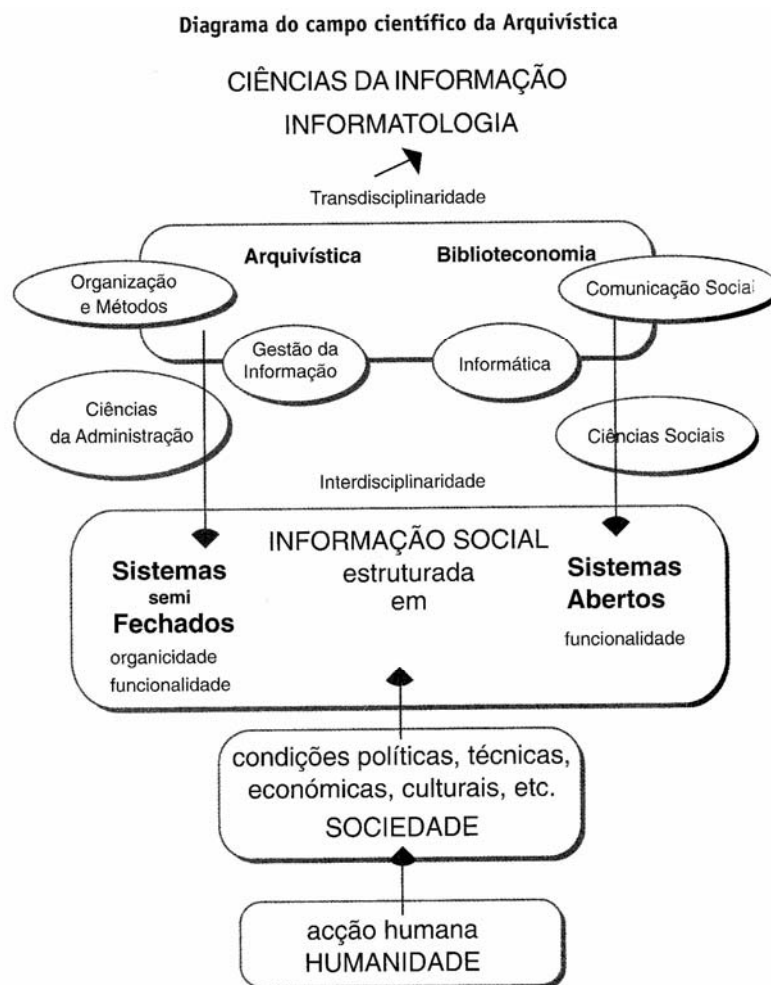


Figura n. 1: Diagrama do campo científico da Arquivística  
Fonte: Silva et al, 1999, p. 42.

A exemplo desse diagrama, Silva e Ribeiro (2002, p. 80) insistem no compartilhamento, pela Arquivística e Biblioteconomia, de espaços transdisciplinares no âmbito da Ciência da Informação, ao apresentarem o *diagrama do campo da Ciência da Informação* (reproduzido a seguir).

### Diagrama do campo da Ciência da Informação

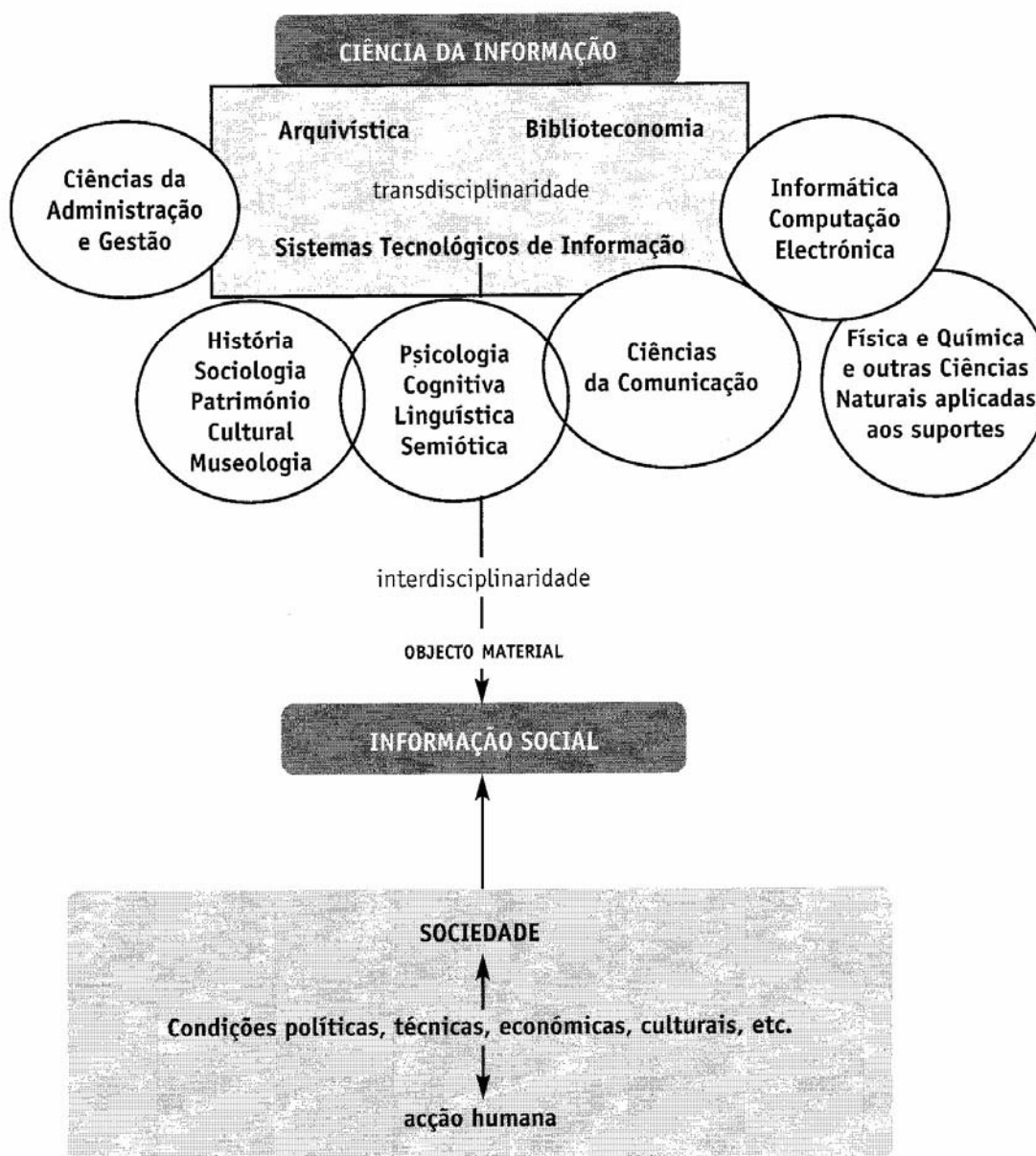


Figura n. 2: Diagrama do campo da Ciência da Informação  
 Fonte: Silva e Ribeiro, 2002, p. 80.

No entanto, nessa segunda obra, os autores rejeitam o uso e o abuso do conceito de *interdisciplinaridade* para caracterizar esse campo científico, uma vez que, na maioria das vezes, segundo eles, esse conceito é utilizado como “uma ‘miscelânea’ de perspectivas e de métodos de procedência diversa e de articulação inexistente, logo caótica” (SILVA; RIBEIRO, 2002, p. 79).

Assim, tendo em vista as necessidades de uso da informação do mundo contemporâneo, numa abordagem sistêmica, eles propõem o

deslocamento de um cenário de interdisciplinaridade para outro, mais profundo e radical, de transdisciplinaridade, no qual a Arquivística é convocada para construir uma Ciência da Informação unitária, envolvendo-se e misturando-se e até fundindo-se com a Biblioteconomia, a Documentação e os Sistemas Tecnológicos de Informação, de forma que a Ciência da Informação, sem perder sua interessante vocação interdisciplinar no campo das Ciências Sociais, consiga afirmar-se teórica e, academicamente, como uma ciência com identidade própria, dentro do paradigma das ciências pós-modernas (MASSON, 2006, p. 88-89)<sup>78</sup>.

Para Silva (2002),

o Arquivo, a Biblioteca, o Centro/Serviço de Documentação Científica, o Centro de Memória e o Sistema Tecnológico de Informação (*software* aplicado à gestão da informação nas Organizações) adquirem o estatuto de epifenómenos, significando este conceito que o “continente” depende e não pode sobrepor-se ao conteúdo: do Arquivo/Serviço ao STI há um mesmo e fundamental denominador comum que é a informação, objecto de estudo e de trabalho de arquivistas, de bibliotecários e documentalistas e de engenheiros de informática de gestão. As diferenças que os podem individualizar são apenas de carácter profissional, ou seja, de certas competências/destrezas que uns têm e outros dispensam, uns possuem mais desenvolvidas e outros menos. Mas a formação científica de base, o *corpus* teórico-prático modelador do seu modo e tipo de conhecimento racional e sistemático (científico) tende a ser idêntica (SILVA, 2002, p. 590).

Nessa perspectiva, o autor pontua: “Se aceitarmos a informação, humana e social, como fenómeno e processo, a Arquivística, a Biblioteconomia e a Documentação fazem parte integrante de um *corpus* científico unificado pelo mesmo objecto” (SILVA, 2002, p. 590), ou seja, “Três ramos específicos de aplicação teórico-prática justificados por uma concepção sistémica do conhecimento informacional e congregados em uma unidade científica orientada para um objecto preciso” (SILVA, 2002, p. 595).

Esse posicionamento se assenta no deslocamento da noção estática de “documento”, como conceito operatório e como objeto de estudo, para o enfoque na “informação”, que marca “a entrada dos arquivos e da Arquivística na chamada era pós-custodial e científica” (MASSON, 2006, p. 99). Assim, emergem “novas preocupações com a cientificidade da disciplina arquivística” demonstrando “o carácter milenar dos seus fundamentos, que têm sido a base da teoria e das práticas aplicadas nos vários países” (SILVA et al, 1999, p. 192).

Embora o “paradigma historicista” (SILVA, 2002, p. 577) ainda perpasse o estatuto epistemológico da Arquivística, “Em consequência das mudanças técnico-científicas e culturais, os princípios e teorias fundamentais da Arquivística, propostos, originariamente, para atender às necessidades dos arquivos históricos, passam a ser questionáveis (MASSON, 2006, p. 99).

Para os estudiosos canadenses Rousseau e Couture,

---

<sup>78</sup> Sílvia Mendes Masson (2006) discorre sobre *A Arquivística sob o prisma de uma Ciência da Informação*, título do seu texto, em relação à proposta de Silva e Ribeiro (2002).



A Arquivística situa-se no cruzamento de novos contextos culturais, dos novos modos de gestão tal como das novas tecnologias. Ela está na confluência de várias disciplinas: informática, ciências da informação, história, lingüística, arqueologia, etnologia, etc. Ao serviço de algumas delas, ela tem por obrigação servir-se das outras, a fim de assegurar a evolução e o seu desenvolvimento (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 55).

Esses autores ainda ponderam que:

É participando na resolução dos problemas ligados à gestão da informação nos organismos que a arquivística encontra a sua nova vocação. Para corresponder de forma adequada ao desafio, a arquivística tem de definir-se em função de uma abordagem integrada e fazer escolhas estratégicas quanto à sua organização interna, às suas alianças e à sua renovação (formação e investigação). Dependerá destas escolhas estratégicas que a arquivística caminhe para um êxito ou para um fracasso (ROUSSEAU; COUTURE, p. 69).

Ao lembrar que as perspectivas de uma disciplina repousam principalmente no seu domínio de ensino e de pesquisa – aspectos que desenvolvemos nos capítulos dois e três, respectivamente –, Gagnon-Arguin argumenta que “A formação em Arquivística é agora um fato reconhecido” (1992, p. 214-221, tradução nossa). Ela conclui que “A Arquivística se tornou um saber autônomo. Seus vínculos com a História se afrouxaram. É uma disciplina com seus próprios princípios e métodos de trabalho que estão a reconstruir suas alianças no campo científico”, embora os vínculos institucionais com as escolas de Biblioteconomia e de Ciência da Informação sejam difíceis de se superar (GAGNON-ARGUIN, 1992, p. 214-215, tradução nossa).

A partir dessas considerações iniciais, no capítulo dois abordamos os *espaços dos diálogos da Arquivística*, com destaque para a Universidade e para as associações profissionais. Com base no histórico da criação dos cursos de graduação em Arquivologia do Brasil esboçado, identificamos o *locus* acadêmico-institucional da disciplina, buscamos avaliar as razões dos seus atuais vínculos nas universidades e mapeamos a formação dos docentes desses cursos.

Ainda no capítulo dois, ressaltamos, para além do espaço universitário, foco desta pesquisa, o importante papel das associações profissionais na trajetória de formação da Arquivística como disciplina científica, a partir da realização de eventos de caráter científico com temas de interesse da área.

No capítulo 3, em termos mais específicos, retomamos o segundo nível de interdisciplinaridade, apontado por Japiassu (1976, p. 120-121), quanto aos *contatos interdisciplinares* e à *pesquisa interdisciplinar propriamente dita* (JAPIASSU, 1976, p. 120-121). Nesse sentido, apresentamos as pesquisas desenvolvidas, com temáticas relacionadas à Arquivística, na graduação e na pós-graduação.

A fim de corroborar a hipótese apresentada, analisamos, no capítulo quatro, a influência de todos os aspectos apontados, na *visão do campo científico da Arquivística*.

Assim, os vínculos institucionais dos cursos de graduação em Arquivologia, a formação dos seus docentes e produção científica com temáticas relacionadas à área representam, nesta pesquisa, os *diálogos* da Arquivística, configurados no seu campo científico (disciplinar e extradisciplinar) – definição que retomamos na nossa análise dos resultados.

## 2. OS ESPAÇOS DOS DIÁLOGOS

*“A existência de uma disciplina traduz-se particularmente pela presença de uma formação institucional na área. A visibilidade do fenômeno nos faz comumente esquecer o percurso prévio necessário para a constituição do corpus científico e da pesquisa necessária ao seu desenvolvimento” (GAGNON-ARGUIN, 1992).*

Ao recorrer a estudos da UNESCO, do CIA e de alguns autores da área, Couture, Martineau e Ducharme, como mencionamos, identificam alguns *lugares de formação em Arquivística* (1999, p. 27). Embora não tenhamos por objetivo estudar a formação do arquivista, para nós é imprescindível o estudo do espaço universitário e das associações profissionais, como *lugares de formação* da Arquivística como disciplina científica, objeto desta pesquisa.

Nessa perspectiva, é importante ressaltar que o entendimento da condição/situação atual dessa disciplina é buscado a partir da sua trajetória, sobretudo no espaço universitário. Assim, acreditamos, por exemplo, que o estudo da história da criação dos cursos de Arquivologia permite a identificação das razões atuais da vinculação acadêmico-institucional desses cursos. Quanto às associações de arquivistas, propomos-nos a mapear os eventos de caráter científico da área e suas contribuições, como espaços de troca de experiências entre o mundo do trabalho e a Universidade.

Para nortear nossa “leitura” do passado, recorreremos à definição de *memória*, proposta por Sixto Vázquez (2001) e retomamos a concepção de *epistemologia* de Japiassu (1981) e o *Método da História Cruzada*, proposto por Werner e Zimmermann (2003).

Sixto Vázquez define *memória* num enfoque social, “por ser processo e produto dos significados compartilhados, produzidos pela ação conjunta dos seres humanos em cada momento histórico” (2001, p. 27, tradução nossa).

Para Japiassu, “a epistemologia faz uma leitura do devir do conhecimento científico” (1981, p. VII). O autor privilegia o tipo de epistemologia histórica, que se fundamenta no material fornecido pela história das ciências, ou seja, “na medida em que esta é analisada, não em sua dinâmica interna apenas, mas em seu modo real e efetivo de realização”.

Retomando os princípios do *Método da História cruzada* e parafraseando Japiassu, interessa-nos, portanto, estudar, não a história da Arquivística, mas a Arquivística segundo a sua história.

Nessa perspectiva, Gagnon-Arguin lembra que:

A existência de uma disciplina traduz-se particularmente pela presença de uma formação institucional no seu domínio. A visibilidade do fenômeno normalmente faz com que se esqueça o caminho prévio que foi necessário à constituição do corpus científico e a pesquisa necessária ao seu desenvolvimento. Ela deixa na sombra a influência dos fatos extrínsecos que favoreceram seu surgimento e os pensamentos que a moldaram. Ela também não explica o rompimento dos laços com outras disciplinas, nem aqueles que deverão ser tecidos. Uma disciplina é, então, todo um conjunto de elementos interativos que evoluem no tempo (GAGNON-ARGUIN, 1992, p. 179, tradução nossa).

Na mesma linha de pensamento, Silva et al afirmam:

Nenhuma disciplina pode ser uma verdadeira ciência, nem classificada como tal, se sobre ela não for levada a cabo uma pesquisa e reflexão metódicas, nem forem criadas as condições institucionais indispensáveis ao seu desenvolvimento. Entre estas, avulta a sistematização do conhecimento adquirido, e só a sua difusão possibilitará à Arquivística ter um cariz regenerador na sua investigação e, assim, permitir o progresso científico (SILVA et al, 1999, p. 17).

Considerando que “Os grandes tratados de Arquivística incidem, regra geral, em questões de natureza prática e raramente descem à pesquisa sobre a essência da disciplina e as causas da sua presença no campo das ciências da informação” (SILVA et al, 1999, p. 203), esses estudiosos corroboram a necessidade de se desenvolver estudos e refletir sobre o campo científico da Arquivística.

Nesse sentido, buscamos estudar o histórico da formação desta disciplina, tendo em vista os quatro primeiros objetivos específicos propostos, ou seja: 1) pesquisar a história da criação dos cursos de graduação em Arquivologia do Brasil; 2) identificar o *locus* acadêmico-institucional da disciplina e avaliar as razões dos seus vínculos nas universidades; 3) mapear a formação dos docentes desses cursos; 4) e mapear os eventos de caráter científico, promovidos pelas associações de arquivistas do Brasil.

Embora o recorte temporal desta pesquisa se limite ao período compreendido entre a década de 1960 e 2006, julgamos essencial iniciar nosso estudo sobre a formação da Arquivística como disciplina no Brasil, a partir do início do século XX, quando já havia uma preocupação quanto à formação do pessoal que trabalhava na área. Nesse sentido, apoiamos nas informações encontradas na nossa pesquisa documental, alertando que essa análise não foi exaustiva em todos os períodos pesquisados, em razão da ausência/escassez de documentos e/ou mesmo das condições em que os encontramos: muitas vezes sem datas, incompletos e até deteriorados.

## 2.1 Os cursos de Arquivologia no ensino superior

Bottino lembra que a origem histórica da formação dos arquivistas está no século XIX:

A influência do Romantismo glorificando o passado, os monumentos literários e documentais, somada à exacerbação das paixões nacionalistas, com o desenvolvimento de uma identidade nacional, marcam o século XIX, que vai produzir na Europa um movimento em favor dos estudos históricos, que serão conduzidos com o espírito científico da época e, por conseguinte, vão se voltar para as fontes diplomáticas concentradas em grandes depósitos arquivísticos acessíveis ao público.

Como consequência desse movimento intelectual e do aumento de demanda e pesquisa aos documentos, florescem na Europa, na primeira metade do século, cursos de formação profissional de arquivistas, refletindo a necessidade de sistematização e institucionalização do ensino (BOTTINO, 1994, p. 12-13).

Assim, complementam Rousseau e Couture,

A formação em Arquivística inicia-se no século XIX com a criação de grandes centros especializados: École des Chartes em Paris em 1821, a de Viena em 1854, a de Madrid em 1856 e a de Florença em 1857. A par destas instituições especializadas, encontramos universidades, tanto na Europa como em África e na América, que oferecem uma formação arquivística no primeiro, segundo ou terceiro ciclo universitário, no programa de história, de ciências da informação ou noutros. A criação de uma secção sobre a formação e o aperfeiçoamento dos arquivistas do Conselho Internacional de Arquivos, quando do XII Congresso Internacional de Arquivos em 1992, demonstra a dimensão que a formação em Arquivística adquiriu no mundo inteiro (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 54).

Dentre os principais centros de estudo em Arquivística estão os da França, Alemanha, Itália, Inglaterra, Estados Unidos, Espanha, México, Venezuela, Colômbia, Argentina e Holanda (ESPOSEL, 1994; RODRIGUES, 2006; VERHELST; SHEELING, 2000).

Rodrigues (2006), com base em Couture, Martineau e Ducharme (2000), lembra que algumas das primeiras escolas de Arquivologia que surgem no século XIX, na Europa, como a *École Nationale de Chartes*, “têm um eixo de ensino voltado para a erudição histórica”, enquanto outras, como a Escola de Viena, a Escola de Madrid, a Escola de Florença e as escolas italianas “são prioritariamente ligadas à administração dos arquivos estatais”. Por sua vez, esses estudiosos, apoiados em Lajeunesse (1986)<sup>79</sup> e Eastwood<sup>80</sup> (1988, apud COUTURE; MARTINEAU; DUCHARME, 2000, p. 23), recordam que, “no conjunto, a história domina largamente os cursos e este é o modelo de formação que fundamentou esta área de estudos durante mais de um século nos países sobre [sic] influência europeia e na América do Norte”.

<sup>79</sup> LAJEUNESSE, Marcel. L'archivistique: une science de l'information à la recherche d'un milieu de formation. *Archives*, v. 18, n. 3, 1986, p. 35-47.

<sup>80</sup> EASTWOOD, Terry. Nurturing archival education in the university. *The American Archivist*, v. 51, n. 3, 1988, p. 228-252.

No Brasil, como lembra Esposel, o único curso regular, até a década de 1970, era o CPA, ministrado pelo AN, de 1960 a 1977 (1994, p. 39). É importante salientar a relevância dessa instituição na trajetória da Arquivística no Brasil: criado em 1838, sob a denominação *Arquivo Público do Império*, o AN sempre exerceu um papel fundamental na formação de pessoal habilitado no tratamento de arquivos, na produção bibliográfica da área; na tradução e divulgação de obras essenciais para a Arquivística. Atualmente integra o Sistema Nacional de Arquivos (SINAR)<sup>81</sup> e é responsável pelo “recolhimento e a gestão dos documentos produzidos e recebidos pelo Poder Executivo Federal”, bem como pelo “acompanhamento e implementação da política nacional de arquivos”<sup>82</sup>.

Também relacionado à preocupação da preservação da memória nacional, é criado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), naquele mesmo ano. É fundado em 21 de outubro de 1838, com o objetivo de “preservar a cultura nacional, estimular os estudos históricos, geográficos e de outras ciências sociais sobre o Brasil e reunir e divulgar documentos relativos a [sic] sua formação e identidade”<sup>83</sup>.

Mediante a pesquisa documental realizada no fundo *Arquivo Nacional*, observamos que já em 1911 havia uma preocupação, por parte dessa instituição, quanto à formação especializada dos seus funcionários, tendo em vista o tratamento adequado dos documentos por ela custodiados. É instituído, por meio do Decreto n. 9.197, de 9 de dezembro de 1911, o Curso de Diplomática, com o fim de “proporcionar cultura prática e theorica, aos que se destinarem às funções específicas dos cargos desse estabelecimento”<sup>84</sup>.

Em 1923, a BN e o Museu Histórico Nacional (MHN) abrem inscrições para o *Curso Técnico*, criado pelo Decreto n. 15.596, de 2 de agosto de 1922, comum a essas duas instituições e ao Arquivo Nacional<sup>85</sup>. Assim, esse curso, a exemplo dos cursos técnicos dos arquivos europeus da época, exigia dos candidatos uma preparação para trabalhar, ao mesmo tempo, em bibliotecas, museus e arquivos. “O ensino das matérias era dividido entre aqueles

---

<sup>81</sup> O SINAR foi criado pela Lei 8.159 de 08 de janeiro de 1991 e “tem por finalidade implementar a política nacional de arquivos públicos e privados, visando à gestão, à preservação, e ao acesso aos documentos de arquivo”. Tem como órgão central o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), que, por sua vez, é vinculado ao AN e “tem por finalidade definir a política nacional de arquivos públicos e privados, [...] bem como exercer orientação normativa visando à gestão documental e à proteção especial aos documentos de arquivo”. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/>>. Acesso em 08 dez. 2006.

<sup>82</sup> Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/>>. Acesso em 10 ago. 2006.

<sup>83</sup> Disponível em: <<http://www.ihgb.org.br/>>. Acesso em 10 ago. 2006.

<sup>84</sup> Conforme o documento *Instruções para o curso de Diplomática no Arquivo Nacional*, s/d, e outros documentos do fundo *Arquivo Nacional*, relacionados a esse curso: Minuta n. 245, de 6 de outubro de 1912, do *Arquivo Público Nacional*; Minuta n. 276, de 9 de dezembro de 1913, do *Arquivo Nacional*; documento n. 82, de 14 de janeiro de 1914, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores; e Minuta n. 198, de 29 de agosto de 1919, do *Arquivo Nacional*.

<sup>85</sup> Referenciado na Minuta n. 381, de 7 de dezembro de 1926, do *Arquivo Nacional*.

estabelecimentos a que era comum, cabendo ao Arquivo Nacional o de história política e administrativa do Brasil e de cronologia e diplomática”<sup>86</sup>.

De acordo com o Projeto 141 de 1926<sup>87</sup>, que cria, no quadro funcional do AN, o cargo de amanuense, em substituição ao de auxiliar, esse curso deveria habilitar os candidatos ao novo cargo.

O curso técnico, dizia em Relatório apresentado em 1925, será um crivo moralizante e selecionador, só permitindo que façam carreira aqueles que realmente tenham vocação e competência para as melindrosas funções de lidas com documentos.

Formará o gosto do funcionário, a ponto de torna-lo um apaixonado do emprego e não mero orçamentivo, mais preocupado de pôr-se na rua ao término de enfadonho experimento do que do cumprimento dos seus deveres<sup>88</sup>.

Apesar de regulamentado<sup>89</sup>, esse curso, por razões diversas, não chega a funcionar<sup>90</sup>.

Então,

Em 1930, em face do projeto de criação da Universidade do Rio de Janeiro, o então diretor do Arquivo Nacional [...], demonstrando sensibilidade quanto à importância da formação do profissional de arquivo e sua vinculação à formação superior, pleiteia a inclusão do curso de arquivo ao novo sistema de organização do ensino superior, ou seja, à Universidade (BOTTINO, 1994, p. 13).

Nilza Teixeira lembra, na sua entrevista, que “não havia especialistas em arquivo. Em Biblioteconomia havia muita gente já se especializando, se destacando. Inclusive o Curso da Biblioteca Nacional progrediu e o Arquivo Nacional ficou bastante parado, muito tempo sem apresentar resultados”.

Diante da necessária habilitação dos funcionários do AN para o cargo de amanuense, o diretor daquela instituição solicita, ao então Ministro da Justiça e Negócios Interiores, providências para a formação desse pessoal. Criticamente, o diretor argumenta que a proposta de organização do *Curso Técnico* não atendia às necessidades do Arquivo quanto às especificidades dos documentos custodiados<sup>91</sup>.

É, então, realizada

---

<sup>86</sup> Segundo Minuta n. 222, de 22 de março de 1932, do *Arquivo Nacional*, que foi remetida, do Diretor dessa instituição, ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores, daquela época.

<sup>87</sup> Conforme Minuta n. 381, de 7 de dezembro de 1926, do *Arquivo Nacional*.

<sup>88</sup> Relatório, de 15 de fevereiro de 1923, do *Arquivo Nacional*, citado na Minuta n. 381, de 7 de dezembro de 1926, do *Arquivo Nacional*, p. 3.

<sup>89</sup> Conforme Decreto (s. n.), de março de 1932, que “Modifica, no Arquivo Nacional, o curso técnico destinado a habilitar os candidatos ao cargo de amanuense e dá outras providências”.

<sup>90</sup> Minuta n. 381, de 7 de dezembro de 1926; Minuta n. 222, de 22 de março de 1932, do *Arquivo Nacional* e documento (s/d.), manuscrito ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores.

<sup>91</sup> Segundo Minuta n. 222, de 22 de março de 1932, do *Arquivo Nacional*, que foi remetida, do Diretor dessa instituição, ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores, daquela época e Exposição de Motivos (s/d.), reproduzida no Anexo B.

a necessidade de uma disciplina de conjunto sobre Arquivos, na qual se estude a história dos Arquivos, os métodos de sua organização, os problemas de classificação dos documentos, os cuidados para a bôa conservação destes, a arte de restaura-los, de estrata-los, enfim o modo de considerá-los como parte de um todo orgânico, que é o Arquivo. Essa disciplina é a Arquivística, matéria que pôde deixar de figurar num Curso Tecnico destinado à formação teórico-prática de funcionários de Arquivo<sup>92</sup>.

Mas a necessidade de habilitação dos amanuenses continuava ainda sem solução prática<sup>93</sup>. Então, para se formarem, restava, aos funcionários do AN aproveitarem os cursos eventualmente promovidos pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), pela Pontifícia Universidade Católica (PUC/RJ), pelo Instituto de Desenvolvimento e Organização Racional do Trabalho (IDORT-SP) e pela Fundação Getúlio Vargas (FGV)<sup>94</sup>, como lembra Esposel (1994, p. 39):

Visam êsses [sic] Cursos a formação de especialistas, preparando-os para o desempenho das atribuições relacionadas à moderna técnica de arquivos, administração de documentos e Arquivologia, incluindo esta última, parte de um estudo sôbre [sic] o arquivo público e sua função em face da História e da administração do país<sup>95</sup>.

É importante abrir um parêntese para lembrar que, nessa época, após a II Guerra Mundial, a Arquivística dá um salto em termos de desenvolvimento. Exemplo disso é a criação do Conselho Internacional de Arquivos (CIA), em 1948. Quanto às influências externas do pensamento arquivístico, de um lado, estavam os Estados Unidos, vitoriosos da Guerra e com investimento na área e, de outro, a França, com seus antigos laços com o Brasil.

No final da década de 1950, ainda na ausência de um curso específico para a formação dos funcionários da principal instituição pública do País custodiadora de documentos arquivísticos, o então Diretor do AN escreve uma carta à Embaixada da França, solicitando a colaboração de um arquivista francês para conferências sobre a organização dos arquivos franceses, que eram modelo à época. Assim,

O professor francês nos ajudaria a formar o pessoal técnico de que necessitamos para nossas tarefas iniciais. Nosso curso de preparação deverá ser iniciado em março de 1959, mas seria preferível contarmos com o Professor Arquivista francês de junho a novembro. O envio de pessoal brasileiro para cursar o Stage International seria feito posteriormente e como aperfeiçoamento<sup>96</sup>.

<sup>92</sup> Exposição de Motivos (s/d.), que aparentemente acompanhava a Minuta n. 222, de 22 de março de 1932.

<sup>93</sup> De acordo com Minuta n. 498, de 25 de junho de 1934, do Arquivo Nacional.

<sup>94</sup> Como, por exemplo, o *Curso Avulso de Preparação de Pessoal para Organizações de Serviços*, promovido pelo DASP, conforme Circular 1943/2, de 20 de julho de 1943, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, bem como e os *Cursos de Administração de Documentos e Arquivologia*, promovidos pela FGV, segundo DE 433, de 10 de fevereiro de 1947, daquela instituição.

<sup>95</sup> *Cursos de Administração de Documentos e Arquivologia*, promovidos pela Fundação Getúlio Vargas, segundo DE 433, de 10 de fevereiro de 1947.

<sup>96</sup> Carta de José Honório Rodrigues, então Diretor do AN, à Gabrielle Mineur, adido cultural da Embaixada da França [1958?].



Haveria, portanto, um *Curso de aperfeiçoamento de arquivistas*, basicamente quanto às doutrinas, técnicas e métodos e à história e organização dos arquivos na França e na Europa. Esse curso teria a duração de quatro meses e meio e o restante do tempo seria “aproveitado para o estudo da situação do Arquivo Nacional e elaboração de sugestões para sua solução”<sup>97</sup>.

Pouco tempo depois, os jornais noticiam que:

O Arquivo Nacional, com o apoio da Divisão de Cursos do D.A.S.P, inicia a 24 de agosto o 2º Curso de Arquivos, destinado a aperfeiçoar arquivistas e revelar dirigentes. O 2º Curso terá a colaboração do Prof. Boullier de Branche, diretor dos Arquivos de la Sartre (França), obtida através da ajuda da Embaixada da França. O Curso, que contará com a colaboração de professores brasileiros, constará da classificação de Arquivos, Organização e Administração de Arquivos, História Administrativa do Brasil, Paleografia e Diplomática, Pesquisa Histórica e Noções de Historiografia<sup>98</sup>.

Então, com a colaboração do DASP, os cursos do AN começam a funcionar em abril de 1959, com o *Curso de Preparação do Pessoal Auxiliar de Arquivo*, com duração de quatro meses e voltado para o pessoal das repartições públicas dos institutos educacionais da época. Em setembro do mesmo ano, já com a presença do professor francês, acontece o *Curso de Aperfeiçoamento de Arquivo*, “destinado não só aos servidores do Arquivo Nacional, como aos que terminaram o curso anterior e a todos os servidores lotados em setores de Documentação”. Aproveitando a presença desse professor, o AN ainda realiza dois cursos: um de treinamento intensivo, no primeiro semestre de 1960 e outro, no segundo semestre daquele mesmo ano, nos moldes do primeiro curso de 1959<sup>99</sup>.

Em 1960, é publicada, pelo AN, a tradução do *Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos* (Manual dos Arquivistas Holandeses), de Mueller, Feith e Fruin, de 1898. Essa publicação representa um importante passo para a Arquivística no Brasil, que já contava com a tradução e publicação do *Manual de Arquivo*, de Schellenberg, antes mesmo de sua publicação nos Estados Unidos (RODRIGUES, 1960, p. 6). Segundo Rodrigues (1980), “Considerando a inexistência de bibliografia especializada na Espanha, em Portugal ou na América Latina, em língua portuguesa ou espanhola, estas duas coleções davam início a um programa de formação e aperfeiçoamento do pessoal de arquivos”.

Em 1964, a Escola Brasileira de Administração Pública, da FGV, em cooperação com a Missão Norte-Americana de Cooperação Econômica e Técnica no Brasil (USAID) e com a Aliança para o Progresso, publica alguns textos reunidos no livro *Administração de arquivos*

<sup>97</sup> Documento solto, incompleto e sem data, aparentemente relacionado à Carta de José Honório Rodrigues à Gabrielle Mineur.

<sup>98</sup> Documento identificado como *Notícia p/ jornal* [1959?].

<sup>99</sup> De acordo com o *Projeto do Elenco das Disciplinas do Concurso Oficial de Arquivologia* [1960?].

e documentação, buscando suprir “uma necessidade [...] de mais amplo material de leitura em português, baseado primordialmente na experiência e no pensamento típicos do Brasil” (JAMESON, 1964). Essa obra traz textos sobre a natureza dos arquivos, documentação administrativa, importância dos arquivos públicos, organização de arquivos, história dos arquivos e da documentação e problemas arquivísticos (manuscritos, classificação, arranjo, descrição e treinamento).

Nesse ínterim, Henri Boullier de Branche prepara um *Relatório sobre o Arquivo Nacional do Brasil* – primeira edição de 1960 e segunda de 1975<sup>100</sup> – no qual examina os principais problemas dessa instituição. Em relação ao seu pessoal, o professor descreve a situação do AN:

O pessoal científico e técnico do Arquivo está em fase de formação e, sob este aspecto, as perspectivas são excelentes. Elementos jovens e dinâmicos, recrutados recentemente, estão prontos a colaborar sob o impulso de seu Diretor na renovação dos Arquivos. Apesar da formação especializada que vem sendo ministrada ao pessoal, há um ano, falta-lhe também, na maioria das vezes, uma formação geral de base nas ciências anexas e conhecimentos indispensáveis ao trabalho do arquivista: história, geografia histórica, história do direito e das instituições brasileiras e portuguesas, organização administrativa do Brasil, bibliografia (BRANCHE, 1975, p. 5).

Em 1960 o CPA começa a funcionar<sup>101</sup>:

Já dispondo de um Curso Permanente de Arquivos, de nível universitário, reconhecido pelo MEC e funcionando regularmente desde 1960 no Arquivo Nacional, com grande procura de candidatos oriundos dos mais diversos setores sociais do País, a formação de pessoal especializado em Arquivologia, capaz de aplicar as modernas técnicas aos arquivos brasileiros, chegou ao primeiro semestre deste ano com as condições básicas julgadas essenciais à execução do projeto de criação de uma Escola Superior, segundo parecer aprovado pelo Conselho Federal de Educação (ARQUIVO NACIONAL, 1974a, p. 13).

Quanto às expectativas de cursos para a década de 1960, o Arquivo Nacional planejava duas modalidades: uma de *curso permanente* e outra de *curso extraordinário*. O primeiro tinha por finalidade “especializar pessoal na técnica de arquivo, não só servidores públicos como auxiliares de empresas e de organizações que desejarem melhorar as suas condições” e teria a duração de dois anos, com aulas semanais. Já os *cursos extraordinários* seriam ministrados conforme as conveniências da instituição<sup>102</sup>.

Em 1963 é traduzida, pelo Arquivo Nacional, a obra de Schellenberg, *Documentos públicos e privados: arranjo e descrição*. Essa publicação, como aponta Rodrigues (1980, p. v-vi), representou um avanço no domínio da técnica arquivística e um instrumento de

<sup>100</sup> Tivemos acesso somente à segunda edição desse relatório (BRANCHE, 1975).

<sup>101</sup> Nilza Teixeira, na entrevista, afirmou ter participado do CPA e, em seguida, ter feito um estágio de três meses no Arquivo Nacional da França.

<sup>102</sup> De acordo com o *Projeto do Elenco das Disciplinas do Concurso Oficial de Arquivologia* [1960?].

aperfeiçoamento do pessoal de arquivos<sup>103</sup>. Segundo ele, “não há reforma administrativa sem reforma do sistema de arquivos” e “não há desenvolvimento econômico sem arquivos eficientes” (RODRIGUES, 1980, p. vi).

Em 1970, percebe-se ser premente a preocupação quanto à preparação de arquivistas, tendo-se em vista a preservação das fontes históricas:

Os Cursos do Arquivo Nacional têm por finalidade preparar não só os futuros Arquivistas brasileiros, mas também os futuros pesquisadores da História, introduzindo-os nas Fontes Históricas. São Cursos auxiliares de História dados nas Universidades. Podem, com grande proveito, ser freqüentados por alunos das Faculdades de História e Filosofia (ARQUIVO NACIONAL, 1970b, p. 6).

Nesse contexto, com os militares no poder, tínhamos um Estado centralizador, mas preocupado com políticas de planejamento. Dreifuss<sup>104</sup> (1986 apud CARVALHÊDO, 2003)<sup>105</sup> aponta que “Na localização, acesso e uso dos arquivos havia problemas políticos”. No entanto, “a década de 1970 pode ser considerada um divisor de águas na área”, quando são “criadas instituições, lançados periódicos especializados e realizados eventos importantes para o fortalecimento da instituição arquivo público no Brasil” (CARVALHÊDO, 2003).

Por outro lado, ainda nessa década, o Curso de Arquivologia do Arquivo Nacional, criado em 1911, não tinha sido oficializado (ARQUIVO NACIONAL, 1970b, p. 6). Permanecia, portanto, uma notável inquietação quanto à necessária formação em Arquivística no Brasil, como assinala Raul Lima:

O ensino da Arquivística e da Arquivologia deverá passar por uma sensível transformação. De imediato vamos procurar obter o reconhecimento deste próprio Curso de modo a podermos conceder diplomas suscetíveis de registro no Ministério da Educação e Cultura e não apenas certificados de freqüência e conclusão (LIMA apud ARQUIVO NACIONAL, 1970c, p. 19)<sup>106</sup>.

Raul Lima ainda menciona a existência de um projeto de Decreto, em tramitação no Ministério da Justiça, que previa, na nova estrutura do AN, a *Escola de Arquivística e Pesquisa Histórica*, além de uma recomendação constante do Compromisso de Brasília<sup>107</sup>,

<sup>103</sup> A obra *Arquivos Modernos: princípios e técnicas*, também de Schellenberg, é traduzida para o português, por Nilza Teixeira, no início da década de 1970.

<sup>104</sup> DREIFUSS, René Armand. *A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

<sup>105</sup> Na sua dissertação sobre o Arquivo Público do Distrito Federal, a autora identifica iniciativas para a criação dessa instituição desde a década de 1970, embora ela tenha sido efetivamente criada em 1985.

<sup>106</sup> Palavras de Raul Lima, Diretor do Arquivo Nacional, na aula inaugural do CPA, no dia 6 de abril de 1970, para as quatro turmas matriculadas naquele ano (ARQUIVO NACIONAL, 1970c, p. 19).

<sup>107</sup> Segundo Caldeira, o Compromisso de Brasília é o documento resultante do "Primeiro Encontro dos Governadores de Estado, Secretários Estaduais da Área Cultural, Prefeitos de Municípios Interessados, Presidentes e Representantes de Instituições Culturais", representando um dos esforços empreendidos para a conservação preventiva dos bens culturais, em abril de 1970. “Esse documento enfatiza que o acervo arquivístico

quanto à “formação de arquivologistas, em nível superior, sob a orientação deste órgão”, justificada pelo “problema da formação de especialistas necessários aos arquivos [que] está relacionado intimamente com o tratamento aviltante que lhes é dispensado na sistemática das carreiras do serviço público” (ARQUIVO NACIONAL, 1970c, p. 19-20).

Na cerimônia de formatura da turma de 1971 do CPA (16 de março de 1971), o então Diretor do AN, Raul Lima, lembra o pronunciamento do Departamento de Ensino Superior, reconhecendo, nesse Curso, as mesmas características dos cursos de Biblioteconomia e de Museologia – todos oriundos do Decreto nº 15.596, de 2 de agosto de 1922. Recorda, também, o parecer do CFE<sup>108</sup>, conforme Anexo C, o qual inclui a formação de arquivistas no sistema universitário (ARQUIVO NACIONAL, 1972a, p. 9).

Não possuindo a estrutura escolar necessária nem podendo atender a todo o país, o Arquivo Nacional deseja inspirar a sede educacional média e superior para formação de pessoal destinado aos arquivos correntes, no primeiro caso, e para, no segundo caso, que não desapareçam os profissionais de alto nível necessários aos arquivos de custódia, indispensáveis à pesquisa histórica nas fontes. De modo que se rompa o círculo vicioso da falta de atrativo salarial por inexistência de formação universitária desses profissionais e a ausência dessa formação por não haver aquele atrativo (RAUL LIMA apud ARQUIVO NACIONAL, 1972a, p. 9).

No mesmo evento, o Professor José Pedro Pinto Esposel salienta o “interesse nascente pelos arquivos”, destacando os seguintes aspectos:

- a realização daquela formatura, concretizando os objetivos do CPA;
- a aprovação, por unanimidade, no CFE, de um parecer sugerindo a criação do Curso Superior de Arquivo nas universidades;

---

e o acervo bibliográfico merecem cuidados especiais segundo as suas peculiaridades e conforme as regulamentações técnicas dos órgãos federais especializados na utilização e na proteção e desse patrimônio. Nesse sentido, destaca-se, entre as conclusões desse Encontro a orientação dada quanto à criação de cursos superiores – segundo orientações do Departamento Histórico Artístico Nacional (DPHAN) e do Arquivo Nacional – para a formação de arquitetos restauradores, conservadores de pintura, escultura e documentos, arquivologistas e museólogos” (CALDEIRA, 2006).

<sup>108</sup> Aqui é interessante abrir um parêntese quanto à concepção do conteúdo desse Parecer, pela arquivista Astréa de Moraes e Castro. Na entrevista, ela relatou que: “E como surgiu a idéia de um curso superior de arquivo, conforme as datas, eis o histórico de sua realização e implantação, mil novecentos e sessenta e sete. Como Chefe do Arquivo histórico da Câmara dos Deputados em Brasília, ao organizar o acervo surgiu-me a idéia de obter para o Brasil um curso superior de arquivo. Como poderíamos organizar os arquivos brasileiros sem profissionais competentes? Conhecíamos o caos das administrações brasileiras, em matéria de documentação arquivística. [...] Mil novecentos e setenta, apresentei o projeto de curso superior de arquivo no encontro do senhor Ministro da Educação e Cultura com os Governadores sobre o Patrimônio Histórico e Arquivístico Nacional, a convite do professor Vicente Sobriño Porto, [...] [que] me orientou no sentido de apresentar o mesmo projeto ao Conselho Federal de Educação. [...] Foi escolhido como relator do projeto [...]. Para elaborar seu parecer, forneci subsídios dos métodos da arquivologia mundial e de todo apoio falando dos nossos anseios e da causa cívica que defendia. Sempre achei que o arquivo é causa cívica. É uma coisa de patriotismo, salvar a história do Brasil. Mil novecentos e setenta e dois. Na sessão de vinte e quatro de janeiro de mil novecentos e setenta e dois, a Câmara de Ensino Superior aprovou unanimemente o parecer, documento número cento e trinta e seis, publicação do MEC, março de mil novecentos e setenta e dois, ano onze. Estava criado o Curso de nível superior de arquivo no Brasil. [...] Eles fizeram e autorizaram o currículo mínimo que eu tinha feito. Mas foi o Doutor Raul Lima que conseguiu”.

- o apoio do Ministério da Saúde à organização do Primeiro Congresso de Arquivos do Brasil<sup>109</sup>;
- a atuação do AN, prestando assistência técnica aos arquivos de todo o território nacional;
- a consulta, realizada por meio do Projeto Rondon<sup>110</sup>, quanto à existência e condições dos arquivos brasileiros;
- a esperança de regulamentação do exercício da profissão, pelos poderes Legislativo e Executivo;
- a manifestação de várias entidades de cultura – Conselho Federal de Cultura, IHGB, Associação Nacional dos Professores Universitários de História e Associação de Pesquisa Histórica e Arquivística;
- a criação da AAB, congregando os especialistas e interessados na matéria;
- o reconhecimento da importância dos arquivos para o desenvolvimento do País (ESPOSEL, apud ARQUIVO NACIONAL, 1972a, p. 16-17).

Ratificando esse interesse nacional pelos arquivos, em 1972, o CFE autoriza a criação de cursos de Arquivologia em nível superior. Cumprindo a recomendação do I CBA, quanto à definição de um currículo mínimo para esses cursos, a AAB encaminha, ao CFE, um projeto de currículo – Câmara de Ensino Superior, Processo n. 1845/72 (BOTTINO, 1994, p. 14).

No mesmo ano, o Parecer n. 249/72 da Câmara de Ensino de 1º e 2º graus, que reconhece a Arquivística como habilitação profissional no Ensino de 2º grau, é aprovado (08 de março de 1972)<sup>111</sup>. Esse Parecer aponta a demanda pelos cursos ministrados pelo AN e o

interesse pelas técnicas de arquivo como qualificação profissional para empregos de empresa privada. [...] Acresce que, além do mercado de trabalho empresarial, há também, para profissionais de Arquivística, um campo bastante atraente e em ampliação, que é o dos Museus, das Bibliotecas e dos Arquivos Públicos que, com a mudança dos métodos educacionais, repartem cada vez mais com a escola as tarefas do ensino, recebendo multidões de alunos, cujas pesquisas exigem monitores e assessores capazes de manusear documentos e peças os mais variados. Seriam eles, esses profissionais de nível médio, os técnicos auxiliares dos Historiógrafos, Arquivologista, dos Museólogos e dos Documentaristas (ARQUIVO NACIONAL, 1972b, p. 4).

---

<sup>109</sup> Ao final deste capítulo, sintetizamos as principais informações relativas aos Congressos Brasileiros de Arquivologia, realizados pela AAB.

<sup>110</sup> É um projeto de integração social coordenado pelo Ministério da Defesa e conta com a colaboração do Ministério da Educação (MEC). Envolve atividades voluntárias de universitários e busca aproximar esses estudantes da realidade do país, além de contribuir, também, para o desenvolvimento de comunidades carentes. Disponível em: <<http://www.unb.br/acs/unbagencia/ag1106-61.htm>>. Acesso em 29 nov. 2006.

<sup>111</sup> Conforme Anexo D.

No ano seguinte, é firmado um acordo regulando o mandato universitário, concedido pelo Conselho da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), ao CPA (28 de setembro de 1973)<sup>112</sup>.

No início de 1974, é firmado um convênio entre a UFF e o AN, para cooperação conjunta das duas entidades em matéria arquivística e de pesquisa histórica, com a divulgação, por ambas, dos resultados obtidos nesses campos (ARQUIVO NACIONAL, 1974a, p. 4-5).

No entanto, em termos práticos, a Arquivística ainda não era reconhecida como habilitação para o 2º grau, tampouco como habilitação para o ensino superior.

Desde algum tempo empenha-se a direção desta Casa em conseguir a elevação do Curso Permanente de Arquivo a nível superior e a implantação da Arquivística como habilitação profissional no ensino do 2º grau. Com respeito a esta última pretensão, continuam ainda os entendimentos. [...] a direção do Arquivo Nacional solicitou à Universidade Federal do Rio de Janeiro, a concessão de mandato universitário ao Curso Permanente de Arquivos, conforme a legislação vigente.

A aquiescência da UFRJ a esta pretensão foi comunicada em fins de janeiro passado, datando entretanto de 29 de setembro de 1973 a assinatura do convênio estabelecido.

[...] Aguarda agora, o Arquivo Nacional um pronunciamento daquela Universidade sobre as condições que envolvem esta concessão, para fixar ao Curso as demais características pertinentes a [sic] sua situação atual (ARQUIVO NACIONAL, 1974a, p. 56-57).

Havia, portanto, uma mobilização quanto ao funcionamento de uma escola superior de arquivo, como pode ser observado no texto *Pessoal especializado em arquivos terá passo decisivo com funcionamento de Escola Superior* (ARQUIVO NACIONAL, 1974d), conforme Anexo F.

Esposel lembra que o CPA era a primeira e única manifestação regular do ensino arquivístico no Brasil (1994, p. 61)<sup>113</sup>. É importante salientar que, nessa época, em Brasília, Castro esteve à frente de um projeto de implantação do Curso de Arquivologia na AEUDF, que não teve êxito (AAB, 1974a, p. 8-9):

Na Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal (AEUDF), consegui que me ouvissem sem que aceitassem o curso. Em universidade particular é muito difícil obedecer a todas as exigências do Conselho Federal de Educação. Foi um trabalho árduo a que me dediquei meses a fio, gratuitamente para AEUDF, que engavetou todo material, quando da primeira diligência pedida pelo Conselho<sup>114</sup>.

<sup>112</sup> Conforme Anexo E (ARQUIVO NACIONAL, 1973b, p. 3-5).

<sup>113</sup> Conforme discurso de paraninfo da turma de 1973 do CPA, no dia 26 de abril de 1974.

<sup>114</sup> Conforme a entrevista que nos foi concedida em dez/2005.

O CURSO SUPERIOR DE ARQUIVO E SUA  
IMPLANTAÇÃO NA ASSOCIAÇÃO DE  
ENSINO UNIFICADO DO DISTRITO  
FEDERAL (A.E.U.D.F.)

O Curso de Graduação em Arquivologia, de que resultará o diploma de Bacharel, destina-se à formação de profissionais para o exercício das atividades técnicas e científicas de Arquivo, no setor público e privado. O Curso de Arquivologia proporcionará a habilitação geral prevista em lei, para Arquivos de Custódia e Arquivos Correntes. O Curso de Arquivologia, incluindo o primeiro ciclo e estágio profissional supervisionado, compreenderá cento e trinta e cinco créditos, ou duas mil duzentas e trinta horas-aula, cuja execução se fará em pelo menos sete e no máximo quatorze semestres letivos.

*Figura n. 3: Proposta de implantação de Curso de Arquivologia na Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal*

*Fonte: AAB (1974a, p. 8).*

Além dessa iniciativa, houve outra no UniCEUB, a qual, segundo Castro, foi recusada e outra, na UFMG, para a implantação do Curso de Arquivologia na sua Escola de Biblioteconomia (AAB, 1975). No entanto, esse curso também não chegou a ser implantado.

Entretanto, o cenário das instituições de arquivo do Brasil, na década de 1970, ratificava a necessidade de institucionalização acadêmica da disciplina. De acordo com os dados coletados pelo Serviço de Registro e Assistência do AN, criado em 1958, existiam, no País, em meados dessa década, 3.800 arquivos cadastrados, distribuídos da seguinte forma: 1.554 arquivos públicos, 380 arquivos institucionais (instituições de educação, corporações bancárias, sociedades e associações, etc.), 13 eclesiásticos, 13 comerciais e 1 particular.

Verificamos que, naquele total de arquivos cadastrados (3.800), somente 2.136 responderam aos questionários enviados, mas, mesmo assim, dão [sic] para visualizar a importância e possibilidades desse setor do mercado de trabalho, desde que considerada a função do arquivista, como de resto na maioria dos países do mundo, dentro de sua importância e papel prioritário (ABRANTES, 1976, p. 25).

Diante dessa situação, o professor Branche alertava que:

A formação de pessoal qualificado, de um corpo de funcionários especializados nos problemas de arquivos, é essencial para o futuro dos arquivos brasileiros. Mas este trabalho, para dar resultados satisfatórios, deverá prosseguir sem interrupção e conduzir normalmente à criação de uma escola de arquivistas da qual o Brasil tem necessidade premente, ou pelo menos de uma série de cursos permanentes, nos quais serão ensinadas as diferentes matérias indispensáveis. Só deste modo poderá o Brasil recrutar os arquivistas qualificados que lhe serão cada vez mais indispensáveis (BRANCHE, 1975<sup>115</sup>, apud ABRANTES, 1976, p. 17).

<sup>115</sup> BRANCHE, Henri Boullier de. *Relatório sobre o Arquivo Nacional do Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça; Arquivo Nacional, 1975.

Ao refletir sobre essas palavras, Abrantes destaca a importância da “formação dos recursos humanos, seus problemas e soluções, num campo considerado vital para o progresso de todas as nações – o estudo da arquivologia e sua aplicação à administração pública e às empresas industriais e comerciais” (ABRANTES, 1976, p. 17-18). Assim, em termos práticos, as demandas dessa formação podem ser observadas nas palavras da então presidente da AAB, Professora Helena Correia Machado:

Com o desenvolvimento sócio-econômico-cultural do país, obviamente [...] criam-se novas empresas e ampliam-se outras. Como decorrência, cresce de importância o trabalho arquivístico, já agora de melhor nível, onde a improvisação começa a ceder lugar à qualificação. E no mercado de trabalho, a mão-de-obra qualificada – insignificante em termos relativos à demanda – já é recrutada através da imprensa diária ou por intermédio da associação de classe. Isto equivale dizer, oferta de maiores vantagens, nunca antes lembradas, em sinal evidente da conscientização das atividades de arquivo pela classe empresarial.

‘Na área governamental também, o interesse por arquivos vem avultando, haja vista os inúmeros órgãos federais interessados na implantação ou reestruturação de suas unidades específicas. Como conquista para equilibrar o atendimento à demanda, tem-se em mira a criação dos cursos, tanto de formação como profissionalizantes. Já temos o curso pioneiro de graduação de arquivistas no Arquivo Nacional e planos adiantados para outros similares na Universidade Federal Fluminense e na Federação das Escolas Federais Isoladas do Rio de Janeiro. Outro marco a conseguir, também – o da regulamentação da profissão – certamente não tardará, pois as autoridades que estudam o processo, em curso no Ministério do Trabalho, mostram-se sensibilizadas pela evidência do valor da Arquivologia no mundo contemporâneo, quando somente agora ele projeta toda a sua realidade no mercado de trabalho’ (MACHADO, apud ABRANTES, 1976, p. 24).

Felizmente, os esforços do AN não são em vão:

A resolução n. 23, de 13 de maio de 1974, do Conselho Federal de Educação, que fixou o currículo mínimo e duração para o curso de arquivo em nível superior, permitiu a adoção de novo currículo para o CPA aprovado (Portaria n. 37 de 6 de setembro de 1974) e já implantado apenas para o 1º semestre do ano letivo (ARQUIVO NACIONAL, 1975a, p. 53).

A repercussão do CPA é significativa, conforme descreve Abrantes:

No Curso Permanente de Arquivos, que vem sendo objeto de estudos oficiais para transformação em Escola de Arquivologia, integrada à estrutura universitária na área da FEFIERJ – inclusive já com mandato universitário concedido pela UFRJ e currículo corresponde aprovado pelo Conselho Federal de Educação – o número de alunos que o procuram e se candidatam às suas vagas, num total de 50 apenas, pelas restrições ainda existentes de recursos financeiros e didáticos, aumenta a cada ano. De 1960 a 1969, 445 alunos assistiram às suas aulas e, de 1971 a 1975, período em que passou a vigorar a exigência de exame vestibular, com maiores dificuldades portanto, de acesso, em relação ao período anterior, 197 alunos. Afluência idêntica teve o Curso de Técnica de Arquivo, destinado a formar arquivistas de nível médio: de 1970 a 1975, 412 alunos assistiram às suas aulas. No conjunto de dois cursos, mais de mil pessoas se lançaram à conquista da profissão de arquivista, sem falar nos diferentes cursos avulsos proporcionados pelo Arquivo, na assistência técnica que procura dar, nacionalmente, ajudando arquivos públicos e instituições e empresas privadas a organizarem ou reorganizarem seus arquivos em bases modernas (ABRANTES, 1976, p. 23).



É importante ressaltar ainda que, em 1975, havia um anteprojeto da Escola de Biblioteconomia e Documentação da FEFIERJ, com a finalidade de desenvolver os estudos para a criação do Centro de Ciências da Informação (MACHADO, 1975, p. 27).

Quanto ao acordo entre o AN e a UFRJ<sup>116</sup>,

Em decorrência de convênio firmado entre o órgão e a referida Universidade, o currículo cumprido pelo portador do certificado de conclusão do curso, anteriormente a 23 de setembro de 1973, foi declarado equivalente ao do CPA, ao qual foi conferido mandato universitário (ARQUIVO NACIONAL, 1976b, p. 15).

Assim, é formada uma comissão composta por representantes do AN, do Ministério da Justiça, do MEC e da Federação das Escolas Federais Isoladas da Guanabara (FEFIEG) visando a transferir o CPA para o âmbito do MEC como unidade filiada à FEFIEG (ARQUIVO NACIONAL, 1976c, p. 55).

Em seguida, por meio da Portaria n. 5, de 15 de março de 1976, o AN aprova o quadro de professores do seu Curso Permanente e dos seus Cursos Avulsos (ARQUIVO NACIONAL, 1976d, p. 27). Depois de tanto tempo e de tantos esforços, portanto, como nos lembra Abrantes, a Arquivística conquista seu espaço na Universidade:

Uma das recomendações formuladas, por exemplo, a criação de uma escola ou de uma série de cursos regulares para formação de arquivistas, já em 1960 começava a ser posta em prática, com a criação de um Curso Permanente de Arquivos, de dois anos de duração. [...] Nesses primeiros anos, porém – deve-se ressaltar, segundo esclarecimentos da prof<sup>a</sup> Myrthes da Silva Ferreira, então na Chefia de Seção de Cursos – ‘sem que ele funcionasse com regularidade, devido à falta absoluta de condições financeiras, levando a que algumas matérias do currículo, por não serem ministradas anualmente, assumissem na realidade características de verdadeiros cursos avulsos.’ O fundamental, no entanto, é que vencendo uma estagnação que resistiu à algumas décadas, mesmo a um espantoso hiato, após a criação em 1922, do 1º Curso Técnico destinado à habilitação de candidatos aos cargos de amanuense e 3º Oficial, respectivamente do Arquivo e Biblioteca Nacional e do Museu Histórico Nacional, a secular instituição iniciava uma nova época em sua história. Mas não somente essa iniciativa, de caráter pioneiro no Brasil, que abriu caminho apoiada em reduzidíssimo núcleo de professores e técnicos, sem recursos financeiros e didáticos à altura de suas necessidades e objetivos – até que venham ultimar-se os estudos oficiais que se processam, visando [sic] transformá-la em Escola de Arquivologia, integrada à estrutura universitária – marca os esforços empreendidos para a formação de pessoal especializado, capaz de atender, pelo menos a médio prazo, à crescente demanda do mercado brasileiro (ABRANTES, 1976, p. 18-19).

Essas preocupações quanto à formação de arquivistas no Brasil pareciam se alinhar às preocupações mundiais da época. Internacionalmente, também havia uma preocupação geral em relação à formação de profissionais especializados nos serviços de arquivo:

---

<sup>116</sup> Segundo Esposel (1994, p. 84-85), em 1976, a única universidade brasileira que estava vinculada aos cursos de arquivo era a UFRJ (antiga Universidade do Brasil), de acordo com o mandato universitário conferido ao AN, para a realização do CPA – DOU, de 25 de outubro de 1973.

Uma síntese do que representam os arquivistas em escala mundial, tomando-se como parâmetro as grandes nações: a começar pelos Estados Unidos, para ocupar a função, o candidato tem de fazer curso universitário, especialmente em História ou Ciências Sociais e, depois, estagiar para experiência em arquivos de várias espécies; na França, são obrigatórios o curso da École de Chartes (de nível superior) e o estágio técnico e prático nos Arquivos Nacionais e Departamentais; URSS, tem de ter diploma do Instituto de História e Arquivística de Moscou, ou da Seção Histórico-Arquivística da Faculdade de História da Universidade de Kiev, sendo equiparados ‘os funcionários de arquivos aos trabalhadores técnicos e científicos’, ou seja ‘aos colaboradores científicos de instituições científicas de pesquisa não industrial’ (RODRIGUES, 1959<sup>117</sup>, apud ABRANTES, 1976, p. 21).

Já em 1972, essa preocupação é perceptível por parte da UNESCO. Em sua Conferência Geral, realizada em Paris, de 17 de outubro a 20 de novembro de 1972, são apresentados, para discussão, dois projetos de resolução sobre os Arquivos da Ásia, África e América Latina e as atividades do CIA (ARQUIVO NACIONAL, 1974b, p. 6).

Assim, essa conferência

Ressalta claramente [...] que a maior parte dos Estados membros da UNESCO compartilha das preocupações do Conselho em matéria de desenvolvimento das infraestruturas de arquivos, particularmente do Terceiro Mundo. Tornou-se igualmente evidente, que as direções dos Arquivos dos diferentes países deveriam estreitar relações com as comissões nacionais da UNESCO tendo em vista facilitar a concretização da nova política arquivística aprovada pela XVIIa. Sessão da Conferência Geral (ARQUIVO NACIONAL, 1974b, p. 7).

Dentre as várias sugestões do CIA quanto ao Projeto de Programa e de Orçamento da UNESCO, aquela relacionada à formação de auxiliares de arquivo preconizava que “Programas-padrões de cursos de formação intensiva de auxiliares de arquivos deveriam ser elaborados com urgência, a fim de facilitar a organização dos mesmos nos Estados-membros” (ARQUIVO NACIONAL, 1974c, p. 7-8).

Na Conferência Intergovernamental sobre Planificação das Infraestruturas Nacionais de Documentação, Bibliotecas e Arquivos<sup>118</sup>,

O documento de trabalho distribuído aos participantes, assinala, em vários pontos, o fato de que somente na segunda metade deste século passou a ser conferida a importância devida aos arquivos, como demonstram várias iniciativas de países e de organismos internacionais. Agora empreende-se um esforço para integrar os três sistemas visando à racionalização, à economia de serviços e ao melhor atendimento dos usuários públicos e privados (ARQUIVO NACIONAL, 1975a, p. 12).

Na reunião promovida pela mesma instituição, em Bogotá (a partir de 29 de março de 1976), são propostos como temas: a situação dos arquivos e administração de documentos na América Latina, valor e função dos sistemas modernos de arquivos nacionais para o desenvolvimento sócio-econômico e cultural do país e o planejamento dos mesmos, com

<sup>117</sup> RODRIGUES, José Honório. *A situação do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1959.

<sup>118</sup> Provavelmente realizado de 21 a 30 de setembro de 1974 (ARQUIVO NACIONAL, 1975b).

vistas aos objetivos da UNESCO quanto à integração da documentação, bibliotecas e arquivos (ARQUIVO NACIONAL, 1976c, p. 34).

Em outubro de 1979, acontece a “I Semana Internacional de Arquivo”, promovida pela UNESCO e pelo CIA, em parceria com o AN e a AAB – Núcleo Brasília (AAB, 1979a).

Ainda na década de 1970,

A UNESCO enviou circular a todos os redatores principais de **Le Courier** para estudarem uma proposta do Conselho Internacional de Arquivos – CIA, de ante-projeto de um número especial de **O Correio** dedicado ao patrimônio arquivístico da Humanidade (ARQUIVO NACIONAL, 1976e, p. 30).

Voltando ao Brasil, os estudos de transferência do CPA para a FEFIERJ abrem perspectivas para a realização de outros cursos:

Paralelamente ao CPA, que logrou algumas conquistas, como o mandato universitário conferido pela UFRJ, em 1973, e aprovação do currículo correspondente a curso de nível superior, à semelhança dos de Museologia e Biblioteconomia, em funcionamento há longos anos e integrados à estrutura universitária, numerosos cursos avulsos, para formação de arquivistas de nível médio, devem ainda ser lembrados. Além destes últimos e o de Pesquisa em História, dirigido diretamente a um nível cultural mais avançado e restrito a um reduzido segmento de especialistas, constitui também importante contribuição à formação e funcionamento de um sistema nacional de arquivos, a execução de um programa anual de assistência técnica a arquivos públicos e de instituições e empresas privadas, interessadas em organizar ou reorganizar seus arquivos em bases modernas (ABRANTES, 1976, p. 19).

No entanto, essa transferência ainda não ocorrera.

Embora no ano em foco não tenham sido os mais animadores os contatos externos mantidos, merecem referência especial, em virtude do alto significativo de que se revestem, os trabalhos desenvolvidos, simultaneamente pelo AN, junto ao Ministério da Educação e Cultura e ao Conselho Federal de Educação especificamente, visando [sic] integrar o CPA como unidade vinculada à Federação das Escolas Federais Isoladas do Rio de Janeiro (FEFIERJ), e conseguir o reconhecimento do mesmo curso em nível superior.

Com relação ao primeiro objetivo, cabe explicar que não obstante o empenho demonstrado pelos diretamente interessados, e contrariando a expectativa geral, não foi possível concretizar neste exercício a transferência do CPA para a FEFIERJ. Lamentavelmente as últimas informações recebidas através das Secretarias-Gerais dos Ministérios da Justiça e da Educação e Cultura esclarecem que o processo, em fase final de tramitação, carece de estudos mais demorados que possibilitem avaliar sua viabilidade (ARQUIVO NACIONAL, 1977a, p. 74-75).

### 2.1.1 O Curso de Arquivologia da UNIRIO

Somente em março de 1977 o CPA é transferido para a FEFIERJ (atual UNIRIO), com a denominação de *Curso de Arquivologia*, de acordo com o Decreto n. 79.329, de 02 de março de 1977<sup>119</sup> e termo de convênio assinado pelo diretor do AN, pelo presidente da FEFIERJ e pelos decanos do Centro de Ciências da Saúde e do Centro de Ciências Humanas, dessa Universidade<sup>120</sup>. A integração do CPA ao Centro de Ciências Humanas da FEFIERJ, com a nomeação de professores, pelo seu presidente, dá-se pela Portaria n. 141, de 31 de março de 1977, a qual se refere ao artigo 41 do Estatuto aprovado pelo Parecer n. 4.529, de 1975, do CFE, homologado pelo MEC, conforme despacho publicado no DOU de 06 de março de 1976 (ARQUIVO NACIONAL, 1977c, p. 37-38).

Com essa transferência, o CPA, que funcionava no AN desde 1960 e já reconhecido como curso superior<sup>121</sup>, passa, oficialmente, a funcionar no espaço universitário, ainda no mesmo ano, ou seja, em 1977.

No início da década de 1980, a UNIRIO realiza cursos de licenciatura em Arquivologia e estuda a possibilidade de implantação de cursos regulares para a formação de técnicos de arquivo (ESPOSEL, 1994, p. 205).

Atualmente, o curso de Arquivologia da UNIRIO está vinculado ao Centro de Ciências Humanas e Sociais, onde existe uma Escola de Arquivologia. O Departamento de Estudos e Processos Arquivísticos (DEPA) dessa Universidade, como todos os seus demais departamentos, não estão vinculados ou subordinados a qualquer instituto ou escola, como acontece na maioria das universidades brasileiras. O DEPA está subordinado (administrativa e didático-pedagógica) diretamente a esse Centro. Assim, temos na UNIRIO o Centro de Ciências Humanas e Sociais, logo abaixo e sem posição hierárquica entre ambos, de um lado, as Escolas com seus cursos (Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia, Turismo, Pedagogia, Direito), e de outro lado, os Departamentos (de Estudos e Processos Arquivísticos, de Estudos e Processos Biblioteconômicos, de Estudos e Processos Museológicos, de

---

<sup>119</sup> Conforme telex do Ministro de Estado da Justiça ao Diretor Geral do Arquivo Nacional agradecendo a cooperação no processo de transferência do curso de Arquivologia para a FEFIERJ (ARQUIVO NACIONAL, 1977b, p. 33).

<sup>120</sup> Conforme texto reproduzido no Anexo G (ARQUIVO NACIONAL, 1977d, p. 29-31).

<sup>121</sup> Quanto ao reconhecimento do Curso de Arquivologia da FEFIERJ, o Parecer n. 46/790 do CFE, de 25 de janeiro de 1979 dizia que “Os cursos criados em estabelecimentos do governo e que deram início a suas atividades em época anterior àquela em que se passou a exigir a formalidade de oficialização, [sic] não estão a ela sujeitos. Insere-se neste caso o Curso de Arquivologia da FEFIERJ que fica portanto, [sic] isento do ato formal de reconhecimento” (AAB, 1979, p. 21).

Processos Técnico-Documentais, de Estudos Jurídicos Fundamentais, de Filosofia e Ciências Sociais, de Fundamentos da Educação e de História). O Curso de Arquivologia recebe a oferta de disciplinas de diversos departamentos<sup>122</sup>.

Esse curso funciona no período noturno e possui um quadro de 22 professores. Desses, nove nos responderam e afirmaram ter a seguinte formação/titulação<sup>123</sup>:

Graduação		Mestrado		Doutorado	
Arquivologia	6	Memória Social e Documento	6	Ciência da Informação	1
Ciências Estatísticas	1	<b>Total</b>	6	Educação	2
Direito	1			Ciências Sociais	1
História	1			<b>Total</b>	4
<b>Total</b>	9				

### 2.1.2 O Curso de Arquivologia da UFSM<sup>124</sup>

O Curso de Arquivologia da UFSM é criado pelo Parecer n. 179 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), de 10 de agosto de 1976. Inicia-se em março de 1977, vinculado ao Centro de Ciências Jurídicas, Econômicas e Administrativas (CCJEA) e é reconhecido pela Portaria Ministerial n. 076/81, publicada no DOU de 20 de janeiro de 1981 (RICHTER, CASTANHO e GARCIA, 2002, p. 43-45).

Ao recorrerem a um estudo de Irion, essas autoras lembram que esse Curso “foi projetado no sentido de atender às solicitações do mercado de trabalho emergente do desenvolvimento sócio-econômico-cultural e em razão da crescente demanda de profissionais habilitados para exercerem atividades técnicas e científicas em Arquivo” (IRION apud RICHTER, CASTANHO e GARCIA, 2002, p. 44).

Em 1978, é criado o Departamento de Documentação, vinculado ao Centro de Ciências Sociais e Humanas (CCSH), “visando a atender ao Curso de Arquivologia, através

<sup>122</sup> Essas informações sobre a estrutura da UNIRIO nos foram fornecidas por um dos professores que respondeu ao nosso questionário e por meio de consulta ao sítio dessa Universidade. Disponível em: <<http://www.unirio.br/cch/graduacao/graduacao.htm>>. Acesso em 04 set. 2006.

<sup>123</sup> Como mencionamos, os números referentes ao quadro docente dos cursos de graduação em Arquivologia devem ser relativizados, sobretudo pela dinâmica interna desses cursos. Além disso, apesar desses professores ministrarem disciplinas para graduandos em Arquivologia, eles podem, em alguns casos, estar vinculados a outros cursos. Como nem todos responderam ao nosso questionário, tivemos dados parciais, que também devem ser nuançados.

<sup>124</sup> Pedrazzi e Silva (2005, p. 1-2) vêm desenvolvendo um importante estudo sobre as “histórias e memórias de pessoas que estiveram envolvidas na concepção e desenvolvimento do Curso de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Maria em seus 30 anos” e que, provavelmente, será lançado nas comemorações de 30 anos desse curso, em março de 2007.

do oferecimento de disciplinas técnicas profissionalizantes” (RICHTER, CASTANHO e GARCIA, 2002, p. 44). Hoje, o Curso funciona nesse Departamento, no horário diurno. “Vários departamentos didáticos contribuem para a realização do ensino de graduação, sendo o Departamento de Documentação o responsável pela maior parte da oferta de disciplinas visando à organização do ensino do Curso de Arquivologia” (RICHTER, CASTANHO e GARCIA, 2002, p. 44).

Sobre as razões desse vínculo, o vice-coordenador do curso esclareceu-nos que: “Originalmente esteve junto ao depto de história e logo depois foi criado o depto de documentação para que o Curso tivesse mais autonomia”.<sup>125</sup>

O corpo docente do Curso de Arquivologia da UFSM é constituído por nove professores do quadro permanente e três substitutos<sup>126</sup>, com a formação/titulação que se segue:

Graduação		Mestrado		Doutorado	
Administração	1	Administração	1	Biblioteconomia	1
Arquivologia	4	Biblioteconomia	1	Documentação	1
Ciência da Computação/ processamento de dados	1	Comunicação	2	<b>Total</b>	<b>2</b>
Comunicação	2	Informática/ Ciência da Computação/ Processamento de Dados	1		
História	1	Tecnologia da Informação	1		
<b>Total</b>	<b>9</b>	Engenharia de Produção	1		
		<b>Total</b>	<b>7</b>		

### 2.1.3 O Curso de Arquivologia da UFF

Segundo Taveira e Esposel, esse curso é criado pela iniciativa do professor Geraldo Sebastião Tavares Cardoso, que, “quando reitor, nomeou, pela Portaria n. 139, de 1º de setembro de 1976, uma comissão [...] a fim de estudar a viabilidade de criação e apresentar um projeto, de acordo com as exigências da Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura” (TAVEIRA; ESPOSEL, 1981, p. 12). Assim, “Nesse estudo, foram levantados, entre outros, dados relativos à natureza e à necessidade social do curso, levando em conta o distrito geoeeducacional, o mercado de trabalho e a capacidade da rede do ensino superior” (TAVEIRA; ESPOSEL, 1981, p. 12).

<sup>125</sup> Conforme questionário respondido em outubro de 2005.

<sup>126</sup> Tivemos a resposta de seis dos professores do quadro permanente e de uma professora substituta.

O anteprojeto do curso é encaminhado ao reitor, no dia 11 de maio de 1977 e, depois de passar por diferentes instâncias da Universidade e do MEC, é aprovado pelo Conselho Universitário (TAVEIRA; ESPOSEL, 1981, p. 12-13). O Curso é, então, criado em 28 de junho de 1978, pela Resolução n. 73/78, desse Conselho.

Sempre esteve vinculado ao Instituto de Arte e Comunicação Social da UFF. Segundo informações da única professora que respondeu ao nosso questionário<sup>127</sup>,

Na estrutura da Universidade Federal Fluminense os cursos são entidades autônomas, representadas pelas Coordenações de Curso. Não estão vinculadas ou subordinadas aos Departamentos de Ensino. No caso do curso de Arquivologia, o departamento que oferece o maior número de disciplinas obrigatórias para o curso de Arquivologia é o Departamento de Ciência da Informação (cerca de 50%); os demais 50% são oferecidos pelos departamentos de História, Administração, Direito, Línguas, etc.

#### 2.1.4 O Curso de Arquivologia da UnB<sup>128</sup>

Segundo Castro, na entrevista que nos foi concedida, as primeiras tentativas de criação do Curso de Arquivologia acontecem na década de 1970, com as negociações com o Departamento de História e Geografia:

Em treze de maio de mil novecentos e setenta e quatro, a resolução número vinte e oito fixa os mínimos de conteúdo e duração do Curso de Arquivologia. Desde essa data, começa o meu périplo pelas universidades brasileiras para instalação do curso. A primeira a ser visitada foi a Universidade de Brasília, que recusou a minha oferta de trabalhar na elaboração do projeto de implantação e recusou o Curso.

De fato, o Boletim Interno do Departamento de História e Geografia registra essa iniciativa na UnB, como podemos ver na figura 4.

<sup>127</sup> Embora tenha se mostrado bastante interessada em prestar colaboração à nossa pesquisa, a coordenação do Curso de Arquivologia da UFF não respondeu às duas primeiras partes do nosso questionário, impossibilitando-nos de apresentar informações mais precisas sobre a história do seu curso de Arquivologia, bem como quanto ao seu quadro docente. O único registro do seu histórico foi encontrado em um texto de Dyrce Barreto Taveira e José Pedro Pinto Esposel, num número da Revista *Arquivo & Administração* de 1981. A formação da única professora que nos respondeu é: graduação em História e mestrado e doutorado em Ciência da Informação.

<sup>128</sup> Pela proximidade do curso de Arquivologia da UnB, foi possível investigar seu contexto de criação, de forma mais detalhada que nos demais cursos, bem como os atores sociais e as instituições envolvidas nesse processo de criação e implantação.

### curso de arquivologia

O Departamento de Geografia e História da Universidade de Brasília, tendo em vista as necessidades do mercado de trabalho e o particular interesse do Ministério da Justiça, está organizando o Curso de Arquivologia, a nível de graduação e sob a modalidade plena (2.160 horas). Sua implantação, em convênio com o Ministério da Justiça, que fornecerá os recursos necessários para contratação de quatro novos professores e aquisição de material, é prevista para o segundo semestre de 1978.

Até o momento foram tomadas as seguintes providências:

- a) estudo prévio do currículo pleno;
- b) levantamento das disciplinas oferecidas e das novas disciplinas;
- c) contatos com professores interessados em lecionar em Brasília;
- d) encaminhamento ao Ministério da Justiça do orçamento do curso para 1978;
- e) solicitação feita ao Decano de Ensino de Graduação para criar uma comissão interdepartamental incumbida do planejamento e implantação definitiva do curso.

Brasília. Universidade. Departamento de Geografia e História. Informe, boletim interno, Brasília, p. 12. 1977.

*Figura n. 4: Proposta de implantação do Curso de Arquivologia no Departamento de Geografia e História da UnB*

*Fonte: AAB, 1978*

Considerando o fato de o Distrito Federal abrigar os órgãos de administração do Estado brasileiro, “Diversas ações foram realizadas visando a conscientizar e ao mesmo tempo instigar os estabelecimentos de ensino superior, tanto públicos quanto privados, a implantarem o Curso de Graduação em Arquivologia no Distrito Federal” (UnB, 1998, p. 9).

O então Reitor da UnB nomeia uma comissão interdepartamental, por meio da Resolução n. 81, de 30 de dezembro de 1977, para implantar o Curso no Departamento de História e Geografia, da qual faziam parte representantes desse Departamento, o de Direito, o de Administração, o de Estatística e o de Biblioteconomia (UnB, 1998, p. 9-10)<sup>129</sup>.

Os trabalhos dessa comissão são concluídos em 1978 e é encaminhada a proposta de criação do Curso ao Reitor. Mas o Curso não é implementado e o processo de criação é praticamente arquivado (UnB, 1998, p. 10). Em 1984, prossegue Castro, ao prestar serviços ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais (INEPE), ela conhece a bibliotecária e diretora do Centro de Documentação dessa instituição, Lídia Alvarenga, que, logo depois, passa a ser Diretora do Departamento de Biblioteconomia da UnB. Castro toma

<sup>129</sup> Castro menciona, na entrevista, que tentou negociar, com o Departamento de História e Geografia, a implantação do Curso de Arquivologia. Mas, segundo ela, seus esforços foram em vão.



conhecimento, então, que os estudos sobre a implantação do Curso Superior de Arquivologia seriam retomados, com a colaboração da Professora Heloísa Bellotto<sup>130</sup>.

Somente em 1990 seriam retomados os trabalhos para a criação do Curso, no então Departamento de Biblioteconomia. O Reitor da UnB encaminha a proposta de criação<sup>131</sup> ao Representante da UNESCO em Brasília<sup>132</sup> e ao Embaixador dessa instituição<sup>133</sup>, solicitando seu apoio e patrocínio para a implantação do Curso.

As justificativas dessa implantação eram:

- supriria a ausência de formação dos profissionais encarregados da gestão dos arquivos públicos e privados existentes nos órgãos sediados nesta Capital (OE/FUB/473/90);
- grande benefício que acarretaria em prol da administração pública e da preservação da memória nacional (OE/FUB/473/90);
- o Curso de Arquivologia inserir-se-ia no conjunto de experiências que visavam a abrir a UnB durante o período noturno e assim compatibilizá-la com antigo anseio da comunidade brasiliense (O. FUB n. 496/90);
- naquela época, apenas nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e de Santa Maria existiam cursos de graduação em Arquivologia (Proposta de criação do curso de Arquivologia da UnB, Anexo H);
- “A instalação de um curso no DF, além de ser uma aspiração dos arquivistas, desde o final da década de 70, é uma necessidade para que se possa sanar a carência de profissionais no âmbito das repartições federais e consolidar os objetivos do Sistema Nacional de Arquivos, que, sob a direção do Arquivo Nacional tem procurado implantar uma política de gestão de documentos, no país” (Carta da coordenadora do Curso de Arquivologia da UFSM, Clara Kurtz, anexa à Proposta de criação do curso de Arquivologia da UnB, conforme Anexo H);
- “O curso deverá ser orientado para os arquivos administrativos, de gestão, atendendo com eficiência a necessidade de organização da documentação produzida atualmente pela administração federal e poderia, também, formar profissionais para o mercado de trabalho dos estados e municípios das regiões centro-oeste e norte que tanto carecem de profissionais na área” (Carta da coordenadora do Curso de Arquivologia da UFSM, Clara Kurtz, anexa à Proposta de criação do curso de Arquivologia da UnB);

---

<sup>130</sup> Conforme entrevista que nos foi concedida, em dez/2005.

<sup>131</sup> Curso de Graduação em Arquivologia: proposta de criação de curso noturno para o 1º semestre de 1991, conforme Anexo H.

<sup>132</sup> Conforme Ofício 473, de 30 de julho de 1990 (OE/FUB/473/90, Anexo I).

<sup>133</sup> Ofício 496, de 03 de agosto de 1990 (O. FUB n. 496/90, Anexo J).

- “Já são oferecidos, pela UnB, conteúdos de todas as matérias do Currículo Mínimo do Curso de Arquivologia estabelecidas pelo CFE, através do PARECER n. 698/74, aprovado em 07/03/74, e RESOLUÇÃO n. 28 de 13 de maio de 1974; neste sentido, considerando-se que a infra-estrutura física comportaria, seguramente, os novos alunos, bastaria à Universidade a contratação de **02 (dois) professores Visitantes TP-20 – Assistentes**, para o planejamento necessário e oferecimento de 1 ou 2 disciplinas contendo as matérias ARQUIVO I – IV, e **02 (dois) Técnicos Administrativos**, de nível médio, para a secretaria do BIB à noite” (Proposta de criação do curso de Arquivologia da UnB).

Assim, em setembro de 1990 é constituído um processo tratando da proposta de criação do Curso no então Departamento de Biblioteconomia. A implantação do Curso nesse Departamento justificava-se pelas matérias comuns aos dois cursos, pela existência de laboratório de informática apropriado, além de outras afinidades entre a Biblioteconomia e a Arquivística.

Em relação ao horário de funcionamento do Curso, o relator desse processo defendeu a sua oferta à noite, uma vez que atenderia à clientela; havia professores que poderiam atender no horário, a Universidade oferecia a infra-estrutura e, dessa forma, seus espaços não ficariam ociosos.

Sem jogo de palavras, o que se está votando favoravelmente, contudo, não é um curso noturno de Graduação em Arquivologia, mas um Curso de Arquivologia, que funcionará à noite e, praça aos céus, que logo – se evidenciada necessidade – possa ser oferecido em outros horários também<sup>134</sup>.

Em 24 de setembro de 1990, o Prof. Armando Bezerra recomenda a criação do Curso<sup>135</sup>, apontando a necessidade de “formação de profissionais capazes de gerenciar adequadamente as informações arquivísticas”. Segundo ele, “O planejamento do curso procedeu-se de maneira criteriosa, contando com o apoio de pessoas com larga experiência na área, destacando-se a professora HELOISA BELLOTTO”. Além disso, a oferta do curso, à noite, justificar-se-ia pelo perfil da sua clientela, “constituído por pessoas já inseridas no mercado de trabalho”.

Nesse mesmo dia, na 133ª reunião do Conselho Universitário (CONSUNI) da UnB, foi aprovada a criação do Curso noturno de graduação em Arquivologia, que deveria ser

---

<sup>134</sup> Trecho do parecer elaborado pelo Prof. Carlos Fernando Mathias de Souza, então chefe do Departamento de Direito da UnB e relator do processo de criação do Curso de Arquivologia, em 10 de setembro de 1990.

<sup>135</sup> Documento encaminhado aos membros do CONSUNI, pelo Prof. Armando Bezerra, em 24 de setembro de 1990 (Anexo L).

implementado a partir do primeiro semestre de 1991. É importante salientar que, nessa reunião, foi ressaltada “a importância da formação de profissionais capazes de gerenciar as informações arquivísticas, imprescindíveis à tomada de decisões, às pesquisas e à consolidação do processo de preservação da memória administrativa e histórica do país”<sup>136</sup>.

Com a aprovação oficializada pela Resolução do CONSUNI n. 32, de 25 de setembro de 1990<sup>137</sup>, o Curso começa a funcionar em 1991 no Departamento de Biblioteconomia, o qual passou a se denominar Departamento de Ciência da Informação e Documentação (CID), atualmente vinculado à Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação (FACE). Em relação a esse vínculo, o então coordenador do curso, à época da nossa coleta de dados, lembra que:

Foi feita uma primeira tentativa pelo Dep. de História. Entretanto, as ações empreendidas resumiram-se às discussões. No início da década de 1990, o então Dep. de Biblioteconomia passou a discutir a necessidade da criação dos cursos de Arquivologia e Museologia, que, juntamente com a Biblioteconomia, formariam as disciplinas de Ciência da Informação<sup>138</sup>.

O quadro docente do Curso, à época da coleta de dados era de nove professores<sup>139</sup>, com a seguinte formação/titulação:

Graduação		Mestrado		Doutorado	
Arquivologia	1	Biblioteconomia	2	Ciência da Informação	2
Biblioteconomia	1	Ciência da Informação	1	Ciência da Comunicação	1
Ciência da Computação/ processamento de dados	1	História	2	História	4
Ciências Sociais	1	Informática/ Ciência da Informação/ Processamento de Dados	1	<b>Total</b>	7
História	4	Memória Social e Documento	1		
Sociologia	1	Multimeios	1		
<b>Total</b>	9	<b>Total</b>	8		

<sup>136</sup> Ata da Centésima Trigésima Terceira Reunião do CONSUNI, de 24 de setembro de 1990, conforme Anexo M.

<sup>137</sup> Anexo N.

<sup>138</sup> Conforme questionário respondido em janeiro de 2006.

<sup>139</sup> Recentemente, houve um concurso, que ampliou o quadro docente desse curso, com mais cinco professores (dois doutores e três mestres), que não foram incluídos na nossa coleta de dados.

### 2.1.5 O Curso de Arquivologia da UEL

O Curso de Biblioteconomia da UEL, criado em 1973, ainda em 1992 passava por uma série de problemas relacionados à adequação da sua grade curricular, a qual já havia sido alterada várias vezes. A fim de saná-los, o Departamento de Biblioteconomia realiza uma pesquisa, da qual resulta o *Projeto de Ensino Avaliação do Curso de Biblioteconomia da UEL*, que visava à adequação desse Curso às necessidades do mercado profissional e do meio ambiente (SOARES et al, 2005, p. 1). É então sugerida, pelos discentes e egressos do Curso de Biblioteconomia, a integração da disciplina Planejamento e Gerenciamento de Arquivos ao seu currículo.

Os resultados serviram de indicadores para a criação do Curso de Arquivologia, pelo atual Departamento de Ciência da Informação.

O Curso de História também, na década de 1990, vivenciava problemas institucionais e acadêmicos semelhantes aos do Curso de Biblioteconomia. Assim, ambos buscaram por uma oferta educativa que permitisse as relações existentes entre as diversas áreas que conformam a Arquivologia, a partir da parceria dos departamentos de Ciência da Informação e de História, com a contribuição de vários outros departamentos, consubstanciando a interdisciplinaridade.

Desta forma, foi elaborada a primeira proposta curricular do Curso de Arquivologia da UEL, por uma comissão de docentes dos Cursos de História e Ciência da Informação (SOARES et al, 2005, p. 1-2).

O Curso de Arquivologia é criado em 1997, conforme Decreto 6.646 de 28 de novembro daquele mesmo ano, regimento geral e Resolução n. 112/97 do CEPE/CA e se inicia em 26 de fevereiro de 1998.

É vinculado ao Departamento de Ciência da Informação – Centro de Educação, Comunicação e Artes (CECA) – e ao Departamento de História – Centro de Ciências Humanas (CCH) –, onde funcionam, respectivamente, os cursos de Biblioteconomia e de História.

Assim, como lembram Calderon e Soares<sup>140</sup> (2002, apud SOARES et al, 2005, p. 2), o projeto do curso pedagógico orientou-se sob dois princípios: 1) o atendimento prioritário à formação de profissionais voltados para o arquivo permanente e 2) a utilização da estrutura universitária e seu corpo docente para o fortalecimento da subárea Ciência da Informação.

No projeto, levou-se em consideração a necessidade da formação superior na área, assim como uma abertura para mudanças na concepção do ensino universitário de Arquivologia, frente às contribuições da arquivística integrada e do perfil do profissional esperado pelo mercado de trabalho em consolidação. Neste sentido, o projeto pedagógico vislumbrava a

---

<sup>140</sup> CALDERON, W.; SOARES, M.A.N. *Reconhecimento do Curso de Arquivologia*. Londrina: CECA/Departamento de Ciência da Informação, CLCH/Departamento de História, 2002.

formação de profissionais para atender as demandas das regiões sul, sudeste e centro-oeste (SOARES et al, 2005, p. 2).

O vínculo do Curso de Arquivologia da UEL ao Departamento de Ciência da Informação, segundo a coordenadora do Curso à época do nosso levantamento de dados, dá-se “Porque foi concebido e planejado sob o enfoque da Ciência da Informação”<sup>141</sup>.

Esse Curso possui vinte docentes, dos quais apenas quatro nos responderam. Esses últimos possuem a seguinte formação/titulação<sup>142</sup>:

Graduação		Mestrado		Doutorado	
Arquivologia	1	Ciência da Informação	2	Ciência da Informação	1
Biblioteconomia	3	Comunicação	1	<b>Total</b>	1
<b>Total</b>	4	<b>Total</b>	3		

### 2.1.6 O Curso de Arquivologia da UFBA

Em 1971, a disciplina Arquivística passou a figurar no currículo do curso de Biblioteconomia, na categoria de optativa, sendo ministrada pela professora Maria José Rabello de Freitas e oferecida também para outros cursos da Universidade Federal da Bahia, com uma demanda expressiva provinda dos cursos de Secretariado, História e Museologia (CARVALHO; FARIAS; DUARTE, 2002, p. 117).

O curso de Arquivologia da UFBA é idealizado por essa professora, em 1972. Mas, por falta de recursos, em 1974, seu projeto é arquivado (CARVALHO; FARIAS; DUARTE, 2002, p. 117-118).

Em 1979, na então Escola de Biblioteconomia e Documentação (EBD), é constituída uma *Comissão para Criação e Implantação do Curso Superior de Arquivologia* (MATOS; AMARAL; RIOS, 2002, p. 50). Nesse mesmo ano, a professora Freitas apresenta, ao Departamento de Biblioteconomia dessa Escola, o *Estudo Preliminar para Criação do Curso Superior de Arquivologia*. Em 1980 o curso é aprovado e o estudo é enviado pelo Departamento de Biblioteconomia e Colegiado do Curso de Biblioteconomia à Câmara de Graduação da UFBA.

No mesmo ano, esse estudo retorna ao Colegiado, já como processo, para que sejam tomadas providências quanto à formulação da proposta curricular do Curso de Arquivologia. São, então, realizados diversos estudos, além de um seminário, e são nomeadas novas

<sup>141</sup> De acordo com questionário respondido pela então coordenadora do curso, em abril de 2006.

<sup>142</sup> Não nos foi informado se todos esses 20 professores fazem parte do quadro permanente. De toda forma, tivemos resposta de apenas quatro deles.

comissões para a análise da sua implantação (CARVALHO; FARIAS; DUARTE, 2002, p. 118). Em 1986,

O projeto foi elaborado, dessa vez atendendo a quase todas as recomendações da Câmara. Faltavam professores da área da Arquivologia para ministrar as disciplinas específicas do curso e, nesse mesmo ano, um dispositivo legal da Presidência da República suspendeu a criação de novos cursos de graduação (CARVALHO; FARIAS; DUARTE, 2002, p. 118).

Diante disso, em 1988 é criado o *Curso de Especialização em Arquivologia*, para capacitar o corpo docente da Universidade (CARVALHO; FARIAS; DUARTE, 2002, p. 119).

Em 1994 é constituída uma nova comissão para a criação do Curso de Arquivologia, agora tendo como consultora a professora Heloísa Liberalli Bellotto. Retomando os estudos anteriores, essa comissão elabora um novo projeto, que é enviado à Câmara de Ensino de Graduação (CARVALHO; FARIAS; DUARTE, 2002, p. 121).

Em 1997, o Curso de Arquivologia da UFBA é aprovado, pelo Parecer n. 075/97, de 10 de abril do mesmo ano. O Curso começa a funcionar em 1998, conforme Resolução n. 28, de 13 de maio de 1974, do CFE, que determinava a organização dos cursos de Arquivologia, conforme currículo mínimo, extinto pela Lei de Diretrizes e Bases de 1996 (MATOS; AMARAL; RIOS, 2002, p. 50; CARVALHO; FARIAS; DUARTE, 2002, p. 121). É reconhecido pela Portaria 1.864, publicada no DOU, de 16 de julho de 2003<sup>143</sup>.

Atualmente, está vinculado ao Instituto de Ciência da Informação (ICI), antiga EBD, mas não está subordinado a qualquer departamento, embora tanto o Departamento de Documentação e Informação (DDI) como o de Fundamentos e Processos Informacionais (DFPI) atendam ao Curso de Arquivologia, ao de Biblioteconomia e à Pós-graduação em Ciência da Informação.

Portanto, o seu quadro docente, de acordo com informações dos questionários respondidos, é igual à soma dos professores desses dois departamentos: 29 docentes, sendo quinze do DFPI (treze do quadro permanente e dois substitutos) e quatorze do DDI (11 do quadro permanente e três substitutos)<sup>144</sup>.

Esse Curso funciona, hoje, nos períodos vespertino e noturno.

---

<sup>143</sup> Disponível em: <<http://www.ici.ufba.br/arquivologia.html#BASE%20LEGAL>>. Acesso em 29 jun. 2006.

<sup>144</sup> Tivemos retorno de apenas dois professores, que responderam ao nosso questionário em março de 2006. Eles têm graduação em Biblioteconomia e História, mestrado em Ciência da Informação e Antropologia da Arte, respectivamente, e, ambos, doutorado em Ciência da Informação.

### 2.1.7 O Curso de Arquivologia da UFRGS

Criado e autorizado em 30 de julho de 1999, pela Resolução n. 112, do Conselho Universitário<sup>145</sup>, esse Curso inicia seu funcionamento em 2000 e é reconhecido em 13 de setembro de 2004, pela Portaria 2.881, do MEC. Está vinculado à Faculdade de Biblioteconomia e Documentação, mas não está diretamente ligado a qualquer departamento.

Segundo o seu coordenador, à época do nosso levantamento de dados, “O curso não pertence a nenhum [sic] departamento embora a maioria das disciplinas sejam do Departamento de Ciências da Informação. O curso foi criado por iniciativa do Departamento de Ciências da Informação”<sup>146</sup>.

Atualmente, seu quadro docente é constituído de onze professores. A formação/titulação daqueles que responderam ao nosso questionário é:

Graduação		Mestrado		Doutorado	
Arquivologia	4	Comunicação	1	Arqueologia	1
Ciência da Computação/ processamento de dados	1	Comunicação/Informação	1	Comunicação	2
Comunicação/Jornalismo	1	Educação	1	Informática/ Ciência da Computação/ Processamento de Dados	1
Direito	1	História	3	<b>Total</b>	<b>4</b>
História	4	Informática/ Ciência da Computação/ Processamento de dados	1		
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>Total</b>	<b>7</b>		

### 2.1.8 O Curso de Arquivologia da UFES

Esse Curso é autorizado pela Resolução 24/99 do Conselho Universitário (CUN), de 26 de julho de 1999 e se inicia em 09 de março de 2000. É reconhecido pela Portaria 3.458, de 22 de outubro de 2004<sup>147</sup>. Está vinculado ao Departamento de Ciências da Informação, que, por sua vez, está no Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. Atualmente, o curso é oferecido em horário noturno.

<sup>145</sup> Conforme Anexo O.

<sup>146</sup> Conforme questionário respondido pelo então coordenador do curso, em abril de 2006.

<sup>147</sup> Disponível em: <<http://avc.inf.ufes.br/feiravirtual/control?acao=exibir&curso=28>>. Acesso em 12 set. 2006.

Como na UFF, tivemos retorno de apenas uma professora, que respondeu, conforme orientamos, as duas últimas partes do questionário<sup>148</sup>. Além disso, o sítio do Curso estava em construção<sup>149</sup> quando do levantamento de dados, o que impossibilitou nosso acesso a informações mais detalhadas quanto ao seu histórico, como as razões da sua vinculação ao Departamento de Ciências da Informação.

### 2.1.9 O Curso de Arquivologia da Unesp/Marília

Criado em 2002 (processo 1.163/2002), o Curso de Arquivologia da UNESP inicia-se em agosto de 2003. Funciona no horário diurno, no Departamento de Ciência da Informação, ligado à Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) do Campus Marília, onde também funciona o curso de Biblioteconomia.

De acordo com a *Proposta de Criação do Curso de Arquivologia*<sup>150</sup>, de 2002, a criação desse curso

[...] vem exatamente ao encontro das necessidades do contexto em que se insere a FFC-UNESP-Marília, visto propiciar a formação de profissionais especializados para dar conta não apenas da gestão da documentação empresarial como também da documentação administrativa pública da região e da documentação histórica que reflete a memória regional. Registre-se, ainda, que tal aspecto tem sido objeto de constantes e reiteradas solicitações da comunidade, seja no que tange a cursos de curta duração, seja no tocante a uma formação específica. Desse modo, a criação do curso permitirá, à UNESP, não apenas responder a uma demanda regional efetiva mas permitirá o oferecimento de um curso de graduação até então inexistente, seja na própria universidade, seja no Estado de São Paulo, como um todo.

Quanto às razões de inserção desse Curso ao Departamento de Ciência da Informação, juntamente com o de Biblioteconomia, a mesma *Proposta* pontua:

**E é com base em duas formações específicas de graduação, marcadas por um rico diálogo curricular que o curso de Pós-graduação em Ciência da Informação poderá, efetivamente, verticalizar a discussão sobre a produção do conhecimento em Ciência da Informação, em uma verdadeira confluência de duas áreas.**

O coordenador do Curso, à época da nossa coleta de dados, complementa<sup>151</sup>:

Porque acreditamos numa proposta pedagógica que, longe de distanciar, aproxime profissões afins como a biblioteconomia e a arquivologia. Aceitando como tronco comum e base epistemológica da ciência da informação. Portanto sua locação não foi uma medida política

<sup>148</sup> Essa professora possui duas graduações (Biblioteconomia e História) e mestrado em Psicologia Social.

<sup>149</sup> Disponível em: < [http://www.ccje.ufes.br/dci/Arquivologia/arquiv\\_index.htm](http://www.ccje.ufes.br/dci/Arquivologia/arquiv_index.htm)>. Acesso em 12 set. 2006.

<sup>150</sup> Conforme Anexo P.

<sup>151</sup> De acordo com questionário respondido, por correspondência eletrônica, em 09 de junho de 2006.



imediatamente, ela foi muito debatida no departamento até chegar no consenso de os dois cursos formarem parte de uma área específica do conhecimento: a ciência da informação.

Assim, “aliando uma base humanística a conhecimentos tecnológicos e gerenciais, o curso tem sua estrutura curricular composta por um núcleo geral (comum ao curso de Biblioteconomia) e um núcleo específico”<sup>152</sup>.

Atualmente, quinze professores constituem o quadro docente comum dos dois cursos. Desses, apenas um ministra disciplina específica da Biblioteconomia e três da Arquivologia.

Em relação à formação/titulação desses últimos, temos:

Graduação		Mestrado		Doutorado	
Biblioteconomia	1	Ciência da Informação	1	Ciência da Informação	1
Direito	1	Comunicação	1	Educação	1
História	2	História	1	História	1
<b>Total</b> <sup>153</sup>	4	<b>Total</b>	3	<b>Total</b>	3

### 2.1.10 Outros Cursos

Em 2006, foram abertas inscrições para o primeiro curso de Arquivologia numa universidade particular: o curso do Centro Universitário Assunção (UNIFAI), em São Paulo. No entanto, pelo fato de o curso ter sido oferecido em horário diurno, não houve número suficiente de alunos para a formação de turma e o curso não entrou em funcionamento<sup>154</sup>.

Criado em 29 de março de 2006, o Curso de Arquivologia da UEPB entrou em funcionamento em 28 de agosto de 2006, com duas turmas de 45 alunos<sup>155</sup>. Vinculado ao Centro de Ciências Biológicas e Sociais e Aplicadas, esse Curso funciona nos períodos diurno e noturno e possui um quadro de dez professores<sup>156</sup>.

<sup>152</sup> Informações disponíveis em: <[http://www.marilia.unesp.br/graduacao/cursos/arq/index.php?Meio=inf\\_gerais.php](http://www.marilia.unesp.br/graduacao/cursos/arq/index.php?Meio=inf_gerais.php)>. Acesso em: 14 jun/2006.

<sup>153</sup> Um professor afirmou ter dois cursos de graduação.

<sup>154</sup> Informações obtidas por telefone, da Secretária da UNIFAI, em set/2006.

<sup>155</sup> Conforme mensagem eletrônica, recebida de <[arquivo@yahoogrupos.com.br](mailto:arquivo@yahoogrupos.com.br)>, em 18 jan. 2007.

<sup>156</sup> Por ter sido criado recentemente, não foi possível que esses professores respondessem ao nosso questionário.

## 2.2 Eventos científicos promovidos pelas associações de arquivistas<sup>157</sup>

Como vimos, a década de 1970 representa um marco decisivo no percurso da Arquivística no Brasil, tanto na sua formação como disciplina científica, como na sua prática. Dentre outros acontecimentos, a profissão de arquivista é reconhecida pelo Ministério do Trabalho em 1978 (Lei 6.546) e o movimento associativo, congregando os profissionais da área, tem início com a criação da AAB (JARDIM; FONSECA, 1999; FONSECA, 2004).

Rousseau e Couture apontam a importância das associações profissionais, ao pontuarem que:

O papel das associações e agrupamentos no desenvolvimento de uma ciência é indiscutível. Sem que uma associação ou um agrupamento profissional tenha de se ocupar da gestão corrente de um programa de formação, é preciso estabelecer mecanismos que lhe permitam intervir no momento da criação de um programa de formação e ao longo da existência deste e, de modo muito especial, quando é chegado o momento de fazer a sua avaliação periódica. Fora destes momentos estratégicos, as associações continuam a desempenhar um papel no domínio da formação através das relações que mantêm com os docentes e os profissionais e pelo encorajamento que dão aos profissionais no seu contributo para a formação, como assistentes ou como conferencistas, por exemplo (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 272).

Eles ainda nos lembram que as primeiras associações profissionais de arquivistas do mundo são criadas em meados do século XX e

asseguram o aperfeiçoamento dos seus membros, portanto de uma boa parte dos arquivistas que exercem a profissão num determinado país, numa província ou num estado. Apesar de haver programas de formação institucional, é sempre preciso contar com o papel indispensável que desempenham estas associações para assegurar a actualização dos conhecimentos (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 54).

Como pontua Fonseca (2004, p. 106), a criação da AAB “exerceu uma indiscutível liderança nas conquistas posteriores”: a promoção dos congressos brasileiros de Arquivologia; a publicação da Revista *Arquivo & Administração*<sup>158</sup> – primeiro periódico brasileiro especializado na área –; a criação dos cursos de Arquivologia de nível superior e a regulamentação das profissões de arquivista e de técnico de arquivo.

Partindo do pressuposto de que as associações de arquivistas – particularmente a AAB – exerceram um papel importante no processo de formação da Arquivística como disciplina

<sup>157</sup> Esta parte da pesquisa foi desenvolvida a partir de uma comunicação intitulada *A Arquivística no Brasil: emergência de uma profissão, nascimento de uma disciplina*, que apresentamos no XIV CBA, realizado na cidade do Rio de Janeiro, de 23 a 28 de abril de 2006 (RODRIGUES; MARQUES, 2006b).

<sup>158</sup> A Revista *Arquivos & Administração* foi o instrumento de divulgação da AAB criado em 1972. Circulou em dois períodos: de 1973 a 1986 e de 1994 a 1999. Sua publicação era quadrimestral (abril, agosto e dezembro), com distribuição gratuita e se destinava a arquivistas, empresários em geral, gerentes, autoridades administrativas, historiadores, pesquisadores e professores (ESPOSEL, 1994, p. 51; FONSECA, 2004, p. 137-139).

no País, contribuindo para o intercâmbio de reflexões quanto à concepção, implantação, manutenção e aprimoramento de espaços para a disciplina na universidade, mapeamos os eventos de caráter científico promovidos por essas associações.

Deve-se lembrar que foi durante o I CBA, em 1972 – numa de suas sessões sobre “A formação e a profissão do Arquivista no Brasil” – que foi apresentado um projeto de currículo para os primeiros cursos de Arquivologia do Brasil (CBA, 1979). Nesse sentido, a importância e as repercussões desse evento podem ser constatadas na apresentação dos seus anais:

O I Congresso Brasileiro de Arquivologia, realizado de 15 a 20 de outubro de 1972, na cidade do Rio de Janeiro, atendeu a uma aspiração da Associação dos Arquivistas Brasileiros de reunir, pela primeira vez em nosso País, os profissionais e demais interessados na problemática arquivística. [...] teve uma enorme receptividade, evidenciada pelo comparecimento de cerca de mil e trezentos congressistas, de quase todos os Estados da Federação. Os participantes pertenciam às mais diversas áreas de atividade, tais como arquivistas, administradores, bibliotecários, museólogos, historiadores, pesquisadores, professores, médicos, estudantes, etc. (CBA, 1979a, p. xi).

Diante dessas constatações, acreditamos que os profissionais agrupados nas associações de arquivistas estão dentre os atores iniciais da formação da Arquivística como disciplina científica no Brasil e devem ser considerados mediadores privilegiados das demandas do mundo do trabalho. Assim, nos eventos da área, inicialmente promovidos por essas associações, podemos identificar as demandas sociais de tratamento e disponibilização de acervos institucionais por profissionais especializados, que acabam culminando em iniciativas para a criação dos primeiros cursos de graduação.

No caso brasileiro, parece-nos que a compreensão do percurso da Arquivística até sua instauração como disciplina científica não pode prescindir da compreensão da gênese e desenvolvimento do movimento associativo da área. Evidentemente, essa história não é linear e nem sempre harmônica e as dissensões entre seus atores um fato.

### **2.2.1 A Associação dos Arquivistas Brasileiros e os Congressos Brasileiros de Arquivologia**

O papel das associações para os arquivos no Brasil já é visível em 1961, com as reflexões da Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH), quanto ao levantamento das fontes históricas, bem como da Associação de Pesquisa Histórica e Arquivística (APHA), “nascida da boa vontade e interesse de um grupo que frequenta o

Arquivo Nacional, [que] reúne historiadores, arquivistas e amigos num amplo programa de caráter cultural” (ESPOSEL, 1994, p. 37).

Mas somente dez anos depois nasce a primeira associação caracteristicamente arquivística: a AAB. Embora não se tenha a pretensão de comparar o percurso do movimento associativo no Brasil com o do exterior, não deixa de ser importante assinalar que a fundação da AAB, em 20 de outubro de 1971, ocorre apenas quatro anos após a criação da Associação dos Arquivistas do Quebec<sup>159</sup> e dois anos antes da APBAD.

A AAB é reconhecida como de utilidade pública, na mesma década, por meio do Decreto n. 1.200, de 13 de abril de 1977 (ARQUIVO NACIONAL, 1977c, p. 38).

Criada para dignificar a profissão de Arquivista e contribuir para o desenvolvimento da Arquivologia Brasileira, a AAB é filiada ao Conselho Internacional de Arquivos (CIA), membro da Seção de Associação Profissional (SPA/CIA), e à Associação Latino Americana de Arquivos (ALA), integrando também na qualidade de conselheira no Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ<sup>160</sup>.

Não seria precipitado afirmar, então, que a criação dessa associação propiciou a realização do I CBA, em outubro de 1972, no Rio de Janeiro<sup>161</sup>, o primeiro de quatorze encontros, de mesmo caráter, realizados de 1972 a 2006, em várias cidades do Brasil, conforme Quadro 13. Além disso, a AAB incentiva e apóia a realização de seminários, cursos e outros eventos pertinentes a seus propósitos.

Esposel também nos lembra do papel dessa instituição na criação dos cursos de arquivo, bem como na regulamentação da profissão e na campanha de sensibilização da importância dos arquivos (ESPOSEL, 1994, p. 129).

---

<sup>159</sup> É importante lembrar que Associação dos Arquivistas do Quebec é resultante de uma decisão dos arquivistas agrupados na Seção Arquivos da Sociedade Histórica do Canadá (GAGNON-ARGUIN, 1992).

<sup>160</sup> Disponível em: <<http://www.aab.org.br/>>. Acesso em 03 set. 2006.

<sup>161</sup> Com o patrocínio do AN, da Unidade de Planejamento, Avaliação, Pesquisa e Programas Especiais (PAPPE) do Ministério da Saúde e da Seção de Antiquário de “O Globo”.

**Quadro 13: Congressos Brasileiros de Arquivologia promovidos pela AAB  
(1972 – 2006)**

<b>Congresso</b>	<b>Tema</b>	<b>Ano</b>	<b>Local</b>
<b>I CBA</b>	- <b>Temas gerais:</b> * Sistema Nacional de Arquivos A Formação e a Profissão do Arquivista no Brasil Terminologia Arquivística As modernas técnicas aplicadas aos Arquivos A importância dos arquivos para a pesquisa histórica O valor do arquivo na administração A significação dos arquivos para as atividades técnico científicas - <b>Temas especiais:</b> Arquivos médicos**	1972	Rio de Janeiro/RJ
<b>II CBA***</b>	Conservação e restauração de documentos Critérios de eliminação de documentos A importância dos arquivos na empresa Arquivos hospitalares Os arquivos de imprensa	1974	São Paulo/SP
<b>III CBA</b>	<b>Sessões plenárias:</b> Política Brasileira de Arquivos/Plano Nacional de Cultura Recursos Humanos na Área de Arquivo Teoria das Três Idades do Arquivo Conservação e Restauração de Documentos Automação e Microfilmagem nos Arquivos <b>Temas especializados:</b> Arquivos Médicos Arquivos de Plantas, Mapas, Desenhos e Fotografias Arquivos Judiciários Arquivos Pessoais e Familiares Arquivos Impressos	1976	Rio de Janeiro/RJ
<b>IV CBA</b>	Os arquivos e sua utilização	1979	Rio de Janeiro/RJ
<b>V CBA***</b>	Os arquivos na realidade brasileira	1982	Rio de Janeiro/RJ
<b>VI CBA</b>	Arquivos: política, administração, cultura	1986	Rio de Janeiro/RJ
<b>VII CBA****</b>	Nova Arquivística: administração de documentos, informática, acesso à informação	1988	Brasília/DF
<b>VIII CBA</b>	Arquivologia e gestão da informação: tecnologias e perspectivas	1990	Salvador/BA
<b>IX CBA</b>	O arquivista na era da informação	1992	Santa Maria/RS
<b>X CBA</b>	Rumos e consolidação da Arquivologia	1994	São Paulo/SP
<b>XI CBA***</b>	Dimensões emergentes da Arquivologia	1996	Rio de Janeiro/RJ
<b>XII CBA</b>	Os desafios da Arquivologia rumo ao terceiro milênio	1998	João Pessoa/PB
<b>XIII CBA****</b>	Os Arquivos e o Descobrimento de um Novo Brasil	2000	Salvador/BA
<b>XIV CBA</b>	A arquivologia e a construção social do conhecimento	2006	Rio de Janeiro/RJ

Fonte: elaboração própria, com base nos anais dos Congressos Brasileiros de Arquivologia, na Revista Arquivo & Administração e no CD comemorativo do XIV CBA.

\* Além desses temas gerais, foram realizadas sessões com os seguintes temas: *A microfilmagem a serviço da Administração Fiscal, Os arquivos e a história municipal, O arquivo e o computador, Microfilmagem: avaliação, seleção e preparo da documentação, Arquivo e comunicação: nova função do arquivista e Sistema de arquivo e microfilmagem de Furnas* (CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 1979a).

\*\* Os assuntos tratados nessas sessões especiais foram: levantamento das necessidades nacionais, recursos humanos, padrões para organização de serviços, registro e elaboração de dados estatísticos, avaliação do profissional e do hospital, temas livres (CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 1979a).

\*\*\* Não tivemos acesso aos Anais desses congressos. As informações a eles relativas foram obtidas por meio de pesquisas na Internet e nos números da Revista Arquivos & Administração, conforme referências bibliográficas.

\*\*\*\* Evento coordenado por Nilza Teixeira, com 880 participantes e que subsidiou a compra da sede do Núcleo da AAB em Brasília.

\*\*\*\*\* Pela primeira vez o evento contou com a parceria institucionalizada de um arquivo público (Arquivo Público Estadual da Bahia) e de uma instituição de Ensino Superior (UFBA). Teve como destaque o papel dos arquivos na construção da memória e da identidade nacional.

## 2.2.2 Os eventos científicos promovidos pela ABARQ, ARQ-SP, AARS, AABA e AAERJ

Existiam núcleos da AAB em diversos estados brasileiros, até 1998<sup>162</sup>. Mas, naquele ano, os núcleos foram extintos e apenas a sede da Associação, na cidade do Rio de Janeiro, manteve-se em funcionamento (SANTOS; SOUZA; CARNEIRO, 2001, p. 7).

Até o ano de 1998, existia no Distrito Federal, a Associação dos Arquivistas Brasileiros, Núcleo Regional de Brasília – AAB/NRB, que possuía sede própria – obtida na gestão da Profª Nilza Teixeira Soares. O ano de 1998, porém, foi cheio de mudanças. Os núcleos da AAB nos diversos estados solicitavam maior liberdade organizacional para melhor desenvolverem seus projetos e a redução do percentual dos lucros a serem repassados à AAB Sede. A grande discussão era que a AAB Sede, por se localizar no Rio de Janeiro e não haver lá uma representação local, estava privilegiando os interesses dos arquivistas daquele estado e fazia isso com a utilização dos recursos enviados pelas representações regionais. A Diretoria da AAB, contudo, como resposta às reivindicações, decidiu fechar todos os núcleos, mantendo em funcionamento apenas a sede, que passou a representar definitivamente os interesses do estado em que está localizada (SANTOS; SOUZA; CARNEIRO, 2001, p. 7).

Em substituição aos núcleos regionais, em alguns estados foram criadas associações de arquivistas: em setembro de 1998, foi criada a Associação Brasiliense de Arquivologia – ABARQ; em outubro de 1998, a Associação de Arquivistas de São Paulo – ARQ-SP; em janeiro de 1999, a Associação de Arquivistas do Rio Grande do Sul – AARS; em outubro de 2002, a Associação dos Arquivistas da Bahia – AABA; em abril de 2004, a Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro – AAERJ; em agosto de 2005, a Associação dos Arquivistas Espírito Santo – AARQES e, em abril de 2006, a Associação dos Arquivistas do Estado do Paraná (AAPR).

À exceção da AARQES e da AAPR – criadas recentemente – essas associações vêm promovendo, como pode ser observado no quadro 14, uma série de eventos. Dos 21 eventos mapeados – desde a data de criação de cada associação até julho de 2006 – a ABARQ realizou três (2001-2004); a ARQ-SP, cinco (1999-2006); a AARS, oito (1999-2004); a AABA, um (2005) e a AAERJ, realizou três eventos (2004-2005).

---

<sup>162</sup> No caso do Núcleo da AAB que funcionava em Brasília, Nilza Teixeira, na entrevista que nos foi concedida, relatou que: “Havia um regulamento no Rio de Janeiro, [que dizia] que tudo que se fizesse em Brasília, tinha que passar pelo Rio, quer dizer, havia uma dependência. Nós não éramos independentes e tínhamos que mandar dinheiro para o Rio de Janeiro. Depois, o Núcleo do DF queria modificar isso, para modificar o estatuto. [...] Agora, eles [sede da AAB no Rio de Janeiro] foram cruéis e a coisa foi mal conduzida pelo grupo daqui. [...] Eles nunca nos procuraram para dialogar. [...] E aí a gente podia ter dado uma contribuição, mas foi mal conduzida pelo pessoal, pelo grupo de Brasília e foi ditatorialmente decidido pelo Rio de Janeiro. Aí entraram em conflito, confronto. Houve confronto”.

**Quadro 14: Eventos promovidos pela ABARQ, ARQ-SP, AARS, AABA e AAERJ  
(1998 – jul/2006)**

<b>Associação</b>	<b>Evento/tema</b>	<b>Ano</b>	<b>Local</b>
ABARQ	Seminário “Tratamento Arquivístico em Instituições Públicas e Privadas no Distrito Federal”	1999	Brasília/DF
	Debates ao 20 de outubro - Dia do Arquivista <b>Tema:</b> "Arquivologia: 10 anos de UnB"	2001	Brasília/DF
	I CNA* <b>Tema:</b> “Os arquivos do século XXI: políticas e práticas de acesso às informações”	2004	Brasília/DF
ARQ-SP**	Conferência de Ramón Alberch Fugueras <b>Tema:</b> "A experiência de Barcelona na área arquivística"	1999	São Paulo/SP
	Seminário sobre Avaliação de Documentos de Arquivo	2000	São Paulo/SP
	Seminário "Guarulhos Memória-Futuro: patrimônio cultural e gestão de documentos".	2000	Guarulhos/SP
	Participação da ARQ-SP no I Congresso Internacional de Arquivos, Bibliotecas, Centros de Documentação e Museus INTEGRAR ***	2002	São Paulo/SP
	VI CAM <b>Tema:</b> "Arquivos: o saber e o fazer"	2005	Campos de Jordão/SP
AARS	I Mesa Redonda: O panorama de trabalho em Arquivologia	1999	Santa Maria/RS
	I Seminário Regional de Arquivos: A necessidade de organização e conscientização dos administradores municipais	2000	Porto Alegre/RS
	II Mesa Redonda: O panorama de trabalho em Arquivologia	2000	Porto Alegre/RS
	Seminário: Políticas de Preservação de Acervos Documentais	2000	Santa Maria/RS
	IV Mesa Redonda: O panorama do mercado em Arquivologia	2002	Porto Alegre/RS
	III Seminário Regional de Arquivos: Modernização da Administração Municipal e a gestão sistêmica de documentos e informações	2003	Canoas/RS
	IV Seminário Regional de Arquivos: A preservação de documentos eletrônicos	2004	Porto Alegre/RS
	V Mesa Redonda: O panorama do mercado em Arquivologia - O sistema de arquivos do Ministério Público do RS	2004	Santa Maria/RS
	II CNA <b>Tema:</b> Os desafios do arquivista na sociedade do conhecimento	2006	Porto Alegre/RS
AABA	Mesa Redonda “Arquivos Municipais, o Entrelace de Atores da História”	2005	Salvador/BA
AAERJ	Painel “Políticas Públicas de Acesso à Informação”	2004	Rio de Janeiro/RJ
	Debate sobre o Conselho Federal de Arquivologia****	2004	Rio de Janeiro/RJ
	Painel: "Arquivologia e as Novas Tecnologias da Informação"	2005	Rio de Janeiro/RJ

Fonte: elaboração própria, com base nos sítios das associações e nas informações obtidas por correspondências eletrônicas.

\* Evento organizado em parceria com o Curso de Arquivologia da UnB e cuja Comissão Científica foi formada pelos professores desse Curso.

\*\* Não foram considerados os eventos de caráter técnico promovidos pela ARQ-SP: as oficinas, que integraram o projeto "Como fazer" e que foram promovidas, em conjunto com o Arquivo do Estado de São Paulo; os seminários em parceria com o Curso de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, que tiveram, em cada módulo, um texto de referência para análise e discussão; os cursos técnicos; nem os eventos que integraram o projeto "Jornadas de atualização profissional – JAPs". Na verdade, esses eventos merecem uma análise à parte que ultrapassa os limites desta dissertação.

\*\*\* A ARQ-SP participou da organização geral do INTEGRAR, tendo ainda sido responsável pela realização do seminário "Os arquivos no mundo digital", realizado entre 18 e 20 de março, dentro da programação do Congresso.

\*\*\*\* Fomentou a discussão acerca do novo projeto de criação dos Conselhos Federal e Regionais de Arquivologia, entregue ao Ministério do Trabalho e Emprego, em Brasília.

### 3. OS DIÁLOGOS NO ESPAÇO ACADÊMICO: A PESQUISA NA GRADUAÇÃO E NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO<sup>163</sup>

*“A formação e a pesquisa são, em última análise, as considerações maiores que são necessárias de se levarem em conta para julgar o estado do desenvolvimento da disciplina arquivística”  
(Couture; Martineau; Ducharme, 1999).*

No Brasil, até a criação dos cursos de graduação em Arquivologia, a formação na área dava-se nas instituições arquivísticas e em outras instituições, como a FGV e o IDORT/SP, e respondia às demandas de resolução dos problemas práticos que se impunham no cotidiano das instituições de arquivo, como vimos no capítulo anterior.

Essas raízes essencialmente práticas da disciplina, mesmo no plano internacional, como alguns autores já demonstraram (ROUSSEAU; COUTURE, 1998; SILVA et al, 1999), podem ser uma das razões que, no caso brasileiro, explicaria o estado atual da pesquisa em Arquivística. Por outro lado, a criação e a ampliação dos cursos de graduação em Arquivologia são um dos fatores que podem explicar a existência, sobretudo a partir dos anos 1990, de pesquisas relacionadas à área, pela presença de, por exemplo, professores dos Cursos de Arquivologia nos Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação. Nesse cenário, os profissionais com graduação em outras áreas do conhecimento (História, na sua grande maioria) e com destacada atuação na prática arquivística, parecem ter se motivado a aprofundar suas experiências na Pós-graduação.

O documento *Avaliação & Perspectivas* (CNPq, 1978a, p. 57) já constatava:

Reconhece-se, porém, que o desenvolvimento da pós-graduação está diretamente ligado ao ensino da graduação, pois é a necessidade de formação de docentes qualificados em nível de mestrado que têm atuado, principalmente, como motivação para criação dos cursos de pós-graduação.

E, mais adiante, o documento ressaltava que:

Entre os obstáculos à pesquisa e ao desenvolvimento destaca-se a carência de recursos humanos especializados, tanto em termos de qualidade quanto de quantidade [...]. **No caso da Arquivologia, o quadro é muito mais grave, pois somente agora se inicia o processo de implantação dos cursos de graduação em instituições universitárias** (CNPq, 1978a, p. 63, grifo nosso).

O mesmo estudo, nas suas recomendações finais, indicava a necessidade de se implantar programas de doutoramento que atraíssem candidatos com “graduação

---

<sup>163</sup> Grande parte das reflexos deste capítulo foi publicada num artigo que preparamos para a Revista Brasileira de Pós-graduação (RBPG) da CAPES (RODRIGUES; MARQUES, 2005a).



diversificada”, mas que tivessem “condições e interesse em voltar-se para pesquisa em Biblioteconomia, Arquivologia e Ciência da Informação” (CNPq, 1978a, p. 66). Gostaríamos, ainda, de destacar que essas recomendações alertavam, também, para a necessidade de se “desenvolver um projeto específico para formação de mestres e doutores em Arquivologia” (CNPq, 1978a, p. 66), ratificada na versão posterior do documento (CNPq, 1983).

Assim, do que foi dito anteriormente, podemos observar que os diagnósticos apontam para um vínculo entre a graduação e a pós-graduação, fato que gostaríamos de destacar no caso particular da Arquivística. Então, a criação dos cursos de graduação talvez seja o grande marco definidor dos rumos da pesquisa em Arquivística no País. Ou, segundo Garon<sup>164</sup> (1990, apud COUTURE; MARTINEAU; DUCHARME, 1999, p. 51) isso propiciou a emergência de uma “cultura” de pesquisa na área. De fato, para esse autor, a pesquisa é uma atividade que necessita não apenas de “dinheiro e cérebros”, mas “exige também uma cultura, uma ambiência e um meio que favoreça ao máximo seu resplendor” (GARON, apud COUTURE; MARTINEAU; DUCHARME, 1999, p. 51).

Couture, Martineau e Ducharme (1999, p. 51) corroboram o que já é senso comum na área científica, isto é, que “a pesquisa tem a necessidade de que se registrem seus resultados, que sejam transmitidos, difundidos com a ajuda de diferentes meios, tais como revistas especializadas, os congressos, os encontros e o ensino universitário”. Quanto a isso, não é por acaso que a produção científica e a sua comunicação é um dos objetos de estudo da Ciência da Informação (MEADOWS, 1999; MUELLER; PASSOS, 2000).

No caso da Arquivística, pelas razões já apontadas, as publicações especializadas têm sua origem nas instituições de arquivo e servem, com poucas exceções, para divulgar os trabalhos desenvolvidos na própria instituição, incluindo-se avaliações relacionadas aos seus usuários. São essas instituições que publicam periódicos especializados, como é o caso da revista *Acervo*, editada pelo AN ou de publicações de associações profissionais, como é o caso da revista *Arquivo & Administração*, publicada pela AAB, apenas para lembrar duas das publicações mais antigas.

Nesse aspecto, um trabalho que precisa ser lembrado é o de Jardim (1998), que, pela primeira vez, busca sistematizar e analisar a produção e comunicação do conhecimento arquivístico no Brasil, por meio de um levantamento dos artigos publicados em periódicos de Ciência da Informação, Biblioteconomia, Administração e História. Segundo o autor, o

---

<sup>164</sup> GARON, Robert. L'importance de la recherche en archivistique. In: Groupe interdisciplinaire de recherche em archivistique (GIRA). *La place de l'archivistique dans la gestion de l'information: perspectives de recherche*, Symposium en archivistique. Montréal: Université de Montréal, Service des archives, 1990, p. 15-28.

universo pesquisado não contemplava qualquer periódico específico na área<sup>165</sup>, pela simples razão de que eles não existiam no Brasil, pelo menos não com as características de uma publicação científica (JARDIM, 1998, p. 247). As conclusões do autor destacam os seguintes aspectos: a frequência de publicações, a sua distribuição geográfica, a procedência institucional dos artigos, os temas e os estados de origem dos autores.

Um mapeamento da produção científica em Arquivística não poderia, portanto, ignorar essa realidade, mas se deve atentar para o fato de que essa produção se encontra dispersa em inúmeras outras publicações quando se trata de trabalhos que têm origem na Universidade, mais precisamente nos programas de Pós-graduação. É assim que, atualmente, podemos encontrar artigos de pesquisadores vinculados aos PPGR, de professores dos Cursos de Arquivologia ou de alunos de pós-graduação – cujos temas de pesquisa estão voltados para os problemas arquivísticos – distribuídos nos seguintes periódicos, estes de natureza claramente acadêmico-científica: *Ciência da Informação* (IBICT/Brasília); *Informare* (do antigo PPGR em Ciência da Informação do convênio IBICT/UFRJ); *Informação e Sociedade* (UFPB/Paraíba); *Revista de Biblioteconomia de Brasília* (UnB/DF); *Perspectivas em Ciência da Informação* (UFMG) e *Datagramazero* (on-line).

Em 2002 foi lançado, pela ABARQ/DF, o primeiro número de uma revista especializada voltada para temas arquivísticos. *Cenário Arquivístico*. Embora publicada por uma associação de classe, tem-se destacado na divulgação de artigos de professores, alunos e pesquisadores da área. De periodicidade semestral, a revista pode ser considerada, atualmente, um veículo importante para a produção científica nacional na área<sup>166</sup>.

Não perdendo de vista a hipótese desta pesquisa, a configuração da Arquivística no *campo extradisciplinar* parece ir além dos aspectos que vimos nos referenciais teóricos. Os vínculos institucionais dos cursos de graduação em Arquivologia, a formação dos seus quadros docentes e os eventos científicos promovidos pelas associações parecem encontrar-se com a produção científica com temáticas relacionadas à área, na sua configuração da Arquivística.

Considerando que as pesquisas com essas temáticas, que se configuram como a produção científica da (ou pelo menos voltada para) área – no âmbito da graduação (projetos

<sup>165</sup> Os periódicos selecionados, no período 1990-1995, foram: *Acervo*, *Anais do Arquivo Público do Pará*, *Arquivo e Administração*, *Arquivo e História*, *Boletim da Associação de Amigos do Arquivo Público do Paraná*, *Boletim de Associação dos Arquivistas Brasileiros*, *Boletim do Arquivo do Estado de São Paulo*, *Boletim do Núcleo da AAB/SP*, *Boletim do Arquivo Municipal de Rio Claro*, *Ciência da Informação*, *Estudos Históricos*, *Informare*, *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG* e *Revista do Serviço Público*.

<sup>166</sup> Até o momento foram publicados cinco números da revista, que conta, no seu Conselho Editorial, com professores dos Cursos de Arquivologia da UnB, da UFSM e do Curso de Especialização em Organização de Arquivos da USP, além de profissionais da área.

de iniciação científica) ou da pós-graduação (dissertações e teses) –, são canais de diálogos entre essa disciplina e as demais que lhe são próximas, buscamos, neste capítulo, mapear essa produção científica, retomando o segundo nível do projeto interdisciplinar proposto por Japiassu (1976, p. 120-121), isto é, aquele da *pesquisa interdisciplinar propriamente dita*.

### 3.1 A configuração da pesquisa em Arquivística no plano internacional

Em relação à pesquisa em Arquivística, um dos estudos mais importantes sobre o seu estado atual no mundo é o dos professores e pesquisadores canadenses Couture, Martineau e Ducharme (1999), da Universidade de Montreal. O programa de pesquisa – financiado pelo *Conseil National de Recherche en Sciences Humaines du Canada (CRSH)* – teve como objetivo geral traçar um amplo panorama da Arquivística no mundo e foi desenvolvido em três etapas, entre 1988 e 2000 (COUTURE, 2001-2002). Uma parte importante da pesquisa consistiu numa revisão da literatura com o objetivo de mapear o estado da arte sobre o tema da “pesquisa em arquivística”. Na verdade, alertam os autores, buscou-se “mais recensar os textos que falaram da pesquisa, enquanto uma atividade científica” (COUTURE; MARTINEAU; DUCHARME, p. 71).

No relatório de síntese do projeto, publicado num artigo da revista *Archives*, Couture esclarece que o estudo por ele coordenado buscou abordar três aspectos relacionados à pesquisa em Arquivística: 1) os campos de pesquisa na área; 2) a divulgação, ou comunicação da pesquisa; 3) e a metodologia e o apoio institucional à pesquisa (COUTURE, 2001-2002, p. 36). Das conclusões anunciadas, tanto na obra traduzida no Brasil (COUTURE; DUCHARME; MARTINEAU, 1999), quanto no artigo de Couture (2001-2002), destacaremos alguns aspectos relacionados especificamente à pesquisa em Arquivística. O primeiro diz respeito à importância que lhe é atribuída pela maioria dos autores referenciados:

A pesquisa em arquivística se desenvolve pouco a pouco, ao modo da disciplina. A maior parte dos autores está de acordo para afirmar que ela é essencial ao seu desenvolvimento. [...] demo-nos conta da importância que se reveste a formação e a pesquisa para a arquivística contemporânea (COUTURE, MARTINEAU, DUCHARME, 1999, p. 71-72).

Dois outros aspectos, bastante interessantes, apontados no artigo de síntese de Couture (2001-2002), sinalizam para problemas que, parece-nos, estão bem próximos da realidade brasileira, isto é, a deficiência numérica de pesquisadores, além da natureza ainda marginal

das atividades de pesquisa e das dificuldades de se obter financiamento institucional para essa atividade:

Do ponto de vista da pesquisa, a ameaça é igualmente de ordem quantitativa. O leque de temas a ser estudado é de tal monta que um número restrito de pesquisadores trabalha sobre cada um deles. A isso se acrescentam outros fatores de precariedade, tais como a natureza marginal das atividades de pesquisa e as dificuldades de seu financiamento (COUTURE, 2001-2002, p. 43-44, tradução nossa).

Outro estudo que deve ser destacado, ao buscar compreender o desenvolvimento da Arquivística no âmbito acadêmico, é o de Bonal Zazo, na Espanha (2003)<sup>167</sup>. Esse estudo se concentra nos seguintes aspectos: a) quantitativo (volume de produção por campos de pesquisa); b) pesquisa por tipos de arquivos; c) análise dos periódicos mais estudados; d) pesquisa por universidades e faculdades; e) e evolução cronológica da produção, com o recorte metodológico inspirado, em larga medida, no programa de pesquisa de Couture. Embora com objetivos mais limitados, esse trabalho é interessante, uma vez que buscou “identificar as universidades espanholas mais produtivas na área, os principais temas de interesse de pesquisa e a evolução cronológica da produção” (BONAL ZAZO, p. 351, tradução nossa). Suas conclusões vão ao encontro de algumas de nossas considerações com relação a certas características do desenvolvimento da Arquivística no Brasil.

Bonal Zazo parte do pressuposto de que a Arquivística, como disciplina científica, sofreu uma transformação radical na Espanha nos últimos anos e ocupa, naquele País, um lugar “adequado” no cenário nacional das ciências da documentação. O autor atribui essa situação favorável a alguns fatores, tais como: legislação dos arquivos, desde 1985; o elevado grau de associativismo profissional, com o surgimento, em meados dos anos 1980 e início dos 90, de novas associações; a constituição de inúmeros grupos de trabalho. E destaca que foi a introdução da disciplina no meio acadêmico, no início dos anos 1980, no contexto dos estudos universitários de Biblioteconomia e Documentação que, de fato, propiciou o seu desenvolvimento (BONAL ZAZO, 2003, p. 351)<sup>168</sup>.

Dentre as suas conclusões, gostaríamos de destacar dois aspectos. Um deles relacionado diretamente à natureza das pesquisas desenvolvidas em Arquivística nas universidades espanholas; o outro diz respeito às diferenças de enfoque dos trabalhos originados nas universidades e aqueles cuja origem se encontra no meio profissional. Quanto ao primeiro aspecto, o autor constatou que há uma predominância da multidisciplinaridade

---

<sup>167</sup> Apresentado no *Primer Congreso Universitario de Ciencias de la Documentación*, na Espanha, em 2003.

<sup>168</sup> O autor observa, contudo, que antes da introdução da Arquivística como disciplina, algumas universidades espanholas já haviam incorporado estudos relacionados com os arquivos e a Arquivística.

nesses estudos. Segundo ele, a maioria das pesquisas produzidas nas universidades procede do campo das humanidades e são também inúmeros os estudos procedentes de disciplinas como o Direito, a Informática e as Ciências da Informação, dentre outras. Uma segunda característica geral desses trabalhos acadêmicos, observa o autor, é a presença de uma diversidade de metodologias de pesquisa e de enfoques de análise. Ele conclui que isso resulta do caráter multidisciplinar da disciplina. Em relação aos artigos publicados por profissionais fora das universidades, ele avalia que estes últimos estão mais preocupados com questões pontuais e técnicas.

Em linhas gerais, há, segundo Bonal Zazo, uma:

[...] notável diferença de interesse entre os temas de pesquisa universitários e os realizados por profissionais: enquanto os primeiros se orientam para questões teóricas relacionadas, sobretudo, com o estudo do patrimônio documental, os segundos centram sua atenção no estudo de temas de caráter prático, relacionados com o desenvolvimento do exercício profissional (BONAL ZAZO, 2003, p. 358, tradução nossa).

Gagnon-Arguin, por sua vez, sugere- nos reflexões essenciais, em relação à pesquisa na área. Segundo ela:

O campo de pesquisa em Arquivística está, atualmente, amplamente aberto. Somente as pesquisas sustentadas e combinadas podem contribuir a um verdadeiro desenvolvimento da profissão e da disciplina, pesquisas entre as universidades e entre esses estabelecimentos e o meio profissional (GAGNON-ARGUIN, 1992, p. 222).

Nesse sentido, a autora analisa os seguintes aspectos: as instituições e os lugares de pesquisa, os pesquisadores, o financiamento e os organismos financiadores de pesquisas no Quebec.

Quanto às instituições, essa autora aponta que as universidades constituem os lugares de pesquisa potenciais em Arquivística: “As universidades oferecem, contudo, à Arquivística, um lugar favorável à pesquisa, cujas possibilidades estão ainda por explorar” (GAGNON-ARGUIN, 1992, p. 202, tradução nossa).

Os pesquisadores, por sua vez, são representados pelos professores de Arquivística, responsáveis pela definição do seu campo de pesquisa, considerando o início da sua carreira de pesquisador e o estado de desenvolvimento da disciplina (GAGNON-ARGUIN, 1992, p. 203, tradução nossa).

No Canadá, os principais organismos financiadores das pesquisas realizadas pelos quebequenses são: o *Fonds Concerté d’Aidè à la Recherche* (FCAR) e o *Centre de Recherche en Sciences Humaines*. No Brasil, destacam-se o CNPq e a CAPES, embora, nesta pesquisa,

não tenha sido possível mapear as pesquisas em Arquivística financiadas por essas agências, a partir dos contatos com elas estabelecidos<sup>169</sup>.

### 3.2 A configuração da pesquisa em Arquivística no Brasil

Embora não tenhamos por objetivo analisar os projetos de iniciação científica, no âmbito da produção científica relacionada à Arquivística, apresentamos os resultados de um mapeamento dos projetos desenvolvidos nos cursos de graduação em Arquivologia e de Biblioteconomia do Brasil, a partir do qual podemos visualizar as relações entre as duas disciplinas (RODRIGUES; MARQUES, 2005b).

As relações entre a Arquivística e a Ciência da Informação<sup>170</sup> e suas relações com essa e com outras áreas – História, Administração, Comunicação, Direito, Arquitetura (RODRIGUES e MARQUES, 2005c) – são concebidas como *extradisciplinares* e identificadas a partir das dissertações e teses desenvolvidas, também com temáticas relacionadas à Arquivística, produzidas nos programas de pós-graduação do Brasil que têm afinidades com a área.

---

<sup>169</sup> A impossibilidade ou, pelo menos, a dificuldade desse mapeamento se dá, sobretudo, pelo fato de não haver registros sobre o fomento a pesquisas propriamente arquivísticas, mas somente aqueles relacionados às pesquisas das grandes áreas e às áreas do conhecimento.

<sup>170</sup> Além de algumas reflexões sobre as relações entre as duas disciplinas, apontadas numa comunicação apresentada no II CNA (RODRIGUES; MARQUES, 2006a), apresentamos, também, algumas questões sobre o *locus* acadêmico-institucional da Arquivologia na Ciência da Informação, com a identificação dos seus vínculos departamentais, assim como da área do conhecimento reconhecida pelo CNPq, no VI ENANCIB, que aconteceu em Florianópolis, de 28 a 30 de novembro de 2005 (RODRIGUES; MARQUES, 2005c). Essas questões foram retomadas e ampliadas em dois outros trabalhos, apresentados no VII ENANCIB (RODRIGUES; MARQUES, 2006c) e no VII *Encuentro Asociación de Educadores e Investigadores de Bibliotecología, Archivología, Ciencias de la Información y Documentación de Iberoamérica y el Caribe* (EDIBCIC), realizados em Marília/SP, de 19 a 24 de novembro de 2006 (RODRIGUES; MARQUES, 2006d).

### 3.2.1 Diálogos extradisciplinares nas pesquisas da graduação<sup>171</sup>

O PIBIC, regulamentado pela Resolução Normativa 015, de 19 de abril de 2004, do CNPq, “é um programa voltado para a iniciação à pesquisa de alunos de graduação universitária”.

Os vínculos entre a graduação e a pós, por meio dos projetos de pesquisa, são explicitados na referida Resolução, que destaca a possibilidade de “maior interação entre a graduação e a pós-graduação” e, mais ainda, como um meio de “qualificar alunos para programas de pós-graduação”. Nos seus objetivos específicos, o Programa busca, em relação aos bolsistas, “proporcionar [...] a aprendizagem de técnicas e métodos de pesquisa, bem como estimular o desenvolvimento do pensar cientificamente e da criatividade, decorrentes das condições criadas pelo confronto direto com os problemas de pesquisa” (BRASIL, 2004).

Autores como Neder (2001, p.1) ressaltam que os programas de iniciação científica estão voltados “para a formação do futuro cientista ao introduzir na pesquisa os estudantes da graduação”. As reflexões de Guimarães (2002) e López-Cózar (2001) vão nessa mesma direção e Castro (2002), por sua vez, discute a importância da pesquisa discente nos cursos de graduação em Biblioteconomia e em Ciência da Informação. Couture, Martineau e Ducharme (1999) ratificam a necessidade do desenvolvimento da pesquisa em Arquivística, como uma forma de consolidar a disciplina como uma área do conhecimento.

Assim, optamos por apresentar o mapeamento e análise de projetos de iniciação científica, em razão da importância do vínculo propiciado por esses projetos entre a graduação e a pesquisa na pós-graduação para o desenvolvimento da Arquivística como uma disciplina científica.

Esse mapeamento centra-se na análise de três situações: 1) dos PIBIC's do curso de Arquivologia da UnB, conforme Quadro 15; 2) dos projetos dos outros oito cursos de graduação em Arquivologia<sup>172</sup>, como pode ser observado no Quadro 16; 3) e dos projetos desenvolvidos nos cursos de Biblioteconomia do Brasil – Quadro 17.

---

<sup>171</sup> Esta parte da pesquisa foi apresentada no VI CAM, realizado em Campos do Jordão/SP, de 17 a 20 de outubro de 2005 e teve sua origem num projeto de iniciação científica, desenvolvido no Curso de Arquivologia da UnB e que teve, dentre outros objetivos, identificar os projetos de iniciação científica dos cursos de graduação em Arquivologia do Brasil (CUNHA; RODRIGUES, 2003b).

<sup>172</sup> À época do nosso mapeamento, o curso de Arquivologia da UEPB ainda não tinha sido criado.

**Quadro 15: Pesquisas desenvolvidas no âmbito do PIBIC, no Curso de Arquivologia da UnB (1994-2005)**

<b>Orientador/bolsista</b>	<b>Título</b>	<b>Período</b>
Luiz Carlos Lopes/ Wadson Silva Faria	Gerenciamento da informação e gestão documental no CID	1994 - 1995
Rosane Montiel/ Renata D'Arrochela Sattin Ribeiro	Arquivos: memória viva de Goiás – recuperação dos fundos de arquivo depositados no Museu da Bandeira da cidade de Goiás	1997 - 1998
Renato Tarciso Barbosa de Sousa/ Rejane Soares Canuto	Perfil do aluno do curso de Arquivologia da Universidade de Brasília	1999 - 2000
Eliane Braga de Oliveira/ Duliano Gomes de Souza	A terceirização nos Arquivos da Administração Pública Federal em Brasília	2000 - 2001
Rosane Montiel/ Larissa Candida Costa	Arquivos: memórias vivas de Goiás. Diagnóstico dos acervos do período colonial do Estado de Goiás	2000 - 2001
Renato Tarciso Barbosa de Sousa/ Larissa Candida da Costa	Arquivos: memórias vivas de Goiás. Diagnóstico dos acervos arquivístico do Estado de Goiás	2001 - 2002
Georgete Medleg Rodrigues/ Marcos Aurélio Lopes de Sousa	O arquivista como cientista da informação: formação e perspectivas profissionais	2001 - 2002
Eliane Braga de Oliveira/ José Carlos Machado da Cunha	O arquivista como cientista da informação: formação e perspectivas profissionais (registro das instituições receptoras de estagiários de Arquivologia e das atividades desenvolvidas)	2001 - 2002
Georgete Medleg Rodrigues/ Angelica Alves da Cunha	A pesquisa em Arquivística no Brasil: um estudo da produção científica nos programas de pós-graduação e de iniciação científica e do papel das agências financiadoras	2002 - 2003
Eliane Braga de Oliveira/ Leia Pereira de Brito	Implicações da avaliação documental na formação da memória arquivística do Poder Público no Brasil	2002 - 2003
Georgete Medleg Rodrigues/ Cintia Arantes de Lacerda	Diagnóstico dos acervos dos cartórios do DF e sistematização da legislação arquivística nacional e a relativa aos cartórios	2003 - 2004
Georgete Medleg Rodrigues/ Alexsander dos Santos Ventura	Levantamento das instituições cartoriais e diagnóstico dos acervos dos cartórios do DF	2003 - 2004
Eliane Braga de Oliveira/ Edna Vilas Boas Silva	A preservação da memória arquivística nos municípios de Goiás e Municípios do Norte/Nordeste	2003 - 2004
Eliane Braga de Oliveira/ Vanessa Mendes Santos	A preservação da memória arquivística nos municípios de Goiás e Municípios do Sul/Sudeste	2003-2004

Fonte: elaboração própria, com base nos anais dos Congressos de Iniciação Científica e nos documentos da Coordenação do PIBIC da UnB.



**Quadro 16: Pesquisas desenvolvidas no âmbito do PIBIC nas demais universidades onde têm cursos de graduação em Arquivologia (2001-2005)**

<b>Orientador/Bolsista(s)</b>	<b>Universidade</b>	<b>Título do projeto</b>	<b>Período</b>
Julce Mary Cornelsen/ Giovana Biason Pinguelo	UEL	Os fluxos informacionais/documentais de empresas de médio porte da Região de Londrina	2001
Julce Mary Cornelsen/ Giovanna Biason Pinguelo Victor José Nelly	UEL	Comunicação/informação como vetor estratégico à competitividade de organizações públicas e privadas: o caso das médias empresas industriais e prestadoras de serviço da Região de Londrina – Paraná	2001-2003
Daniel Flores/ Flaviane Cezar dos Santos	UFMS	Análise das novas formas de arquivos gerados pelas tecnologias da informação, a tipologia dos documentos no gerenciamento eletrônico de documentos	2002
Maria Teresa Navarro de Brito Matos/ Eldito Alves Dias	UFBA	Ensino universitário de Arquivologia e tecnologia digital: o caso da UFBA	2000-2001
Maria Teresa Navarro de Brito Matos/ Isaac Rozas Rio	UFBA	O sistema de memória da UFBA e a produção acadêmica da Faculdade de Medicina: 1970-2000	2002-2003
Maria Teresa Navarro de Brito Matos/ Isaac Rozas Rio	UFBA	A memória da Faculdade de Educação da UFBA: fonte de conhecimento institucional e organizacional	2003-2004
Maria Teresa Navarro de Brito Matos/ Bráulio Spínola	UFBA	A história dos arquivos e do saber arquivístico na Bahia	2004-2005
Othon Jambeiro/ Ricardo Sodré Andrade	UFBA	Infra-estrutura e serviços de Informação e Comunicação: o caso de Salvador*	2004-2005
Esther Caldas Bertoletti/ Marcelo Lima	UNIRIO	Projeto Resgate Barão do Rio Branco	2005

Fonte: elaboração própria, com base nas correspondências eletrônicas recebidas dos professores dos Cursos de Arquivologia.

\* Apesar do título desse projeto ser abrangente, o plano de trabalho do bolsista era sobre “Migração e preservação digital de informações arquivísticas: estudo de caso da Fundação Pierre Verger”.

**Quadro 17: Pesquisas desenvolvidas nos cursos de Biblioteconomia do Brasil, no âmbito do PIBIC, com temáticas relacionadas à Arquivística (2000-2005)**

Orientador/Bolsista	Universidade	Vínculo institucional do curso	Título do projeto	Período
Maria Lourdes Blatt Ohira/ Priscila Amorim Martinez	UDESC	Centro de Ciências da Educação	Arquivos públicos municipais catarinenses: instrumentos de exercício da cidadania	2000-2001
Maria Lourdes Blatt Ohira/ Viviane Carolina de Paula	UDESC	Centro de Ciências da Educação	Arquivos públicos estaduais do Brasil: avaliações dos <i>sites</i>	2003-2004
Nair Yumiko Kobashi/ Michely Jabala Mamede Vogel	USP	Departamento de Biblioteconomia e	O tesouro funcional e a organização de informações administrativas	2000-2001
Johanna W. Smit/ Rodrigo Calloni	USP	Departamento de Biblioteconomia e	Tesouros funcionais para a área de arquivos: princípios de elaboração	2000-2001
Maria Mercedes Dias Otero/ Leandro do Nascimento de Souza	UFPE	Centro de Artes e Comunicação	Arquivo Histórico Conselheiro João Alfredo*	2004-2005
Célia Regina Simonetti Barbalho/ Tatiana Brandão Fernandes	UFAM	Departamento de Biblioteconomia	Estudo da demanda por profissionais graduados em Arquivologia: um estudo no setor privado em Manaus	2001-2002
Maria Lenir Oran Fonseca Feitosa/ Tatiana Brandão Fernandes	UFAM	Departamento de Biblioteconomia	Arquivos públicos: demanda por qualificação profissional	2002-2003

Fonte: elaboração própria, com base nas correspondências eletrônicas e tradicionais recebidas.

\*Esse projeto ainda abriga outros dois subprojetos: 1) “Digitalização dos documentos do Arquivo João Alfredo”, com o bolsista Marcos José de Menezes Cardoso Júnior (aluno do Curso de Computação) e 2) “João Alfredo: concepção e desenvolvimento do sistema de informação”, ambos com duração de junho/2004 a junho/2005.

### 3.2.2 Diálogos extradisciplinares nas pesquisas de pós-graduação

Nesta seção atualizamos o mapeamento dos programas de pós-graduação, segundo os objetivos desta dissertação. Nesse sentido, buscamos compreender a inserção da Arquivística nos Programas de Pós-graduação do Brasil, os quais se configuram como *locus* de produção científica e mais uma interface do desenvolvimento da disciplina. Segundo González de Gomes (2003, p. 41), a partir das reflexões de Lenoir, os programas de pesquisa – que se concentram na resolução de problemas, são atrelados a nichos institucionais de inovação, possuem grande influência de técnicas e descobertas de outras áreas, são fortemente associados a uma base instrumental e têm, só em parte, seu sucesso explicado pelo poder cognitivo da base de pesquisa desenvolvida – constituem “uma complexa ecologia de agentes, instituições, processos e produtos dos conhecimentos” (LENOIR<sup>173</sup>, 1997, apud GONZÁLEZ DE GOMES, 2003). Assim, julgamos pertinente eleger como universo de pesquisa – para compreender o *status* da Arquivística como uma disciplina, também voltada para a pesquisa científica, logo para a produção de conhecimento – esses espaços institucionais.

Assim, inicialmente identificamos os Programas de Pós-graduação mais próximos à Arquivística, ou seja, em Ciência da Informação, Comunicação e História, num total de treze programas (RODRIGUES; MARQUES, 2005a). Posteriormente, incluímos o Programa de Pós-graduação em História Social da USP, considerando a representatividade da Arquivística numa de suas linhas de pesquisa. Identificamos, também, mais dois Programas: o mestrado em Administração da UFSC – que se enquadrava no nosso universo, pelas suas linhas de pesquisa – e o mestrado e doutorado em Ciência da Informação da USP, criados recentemente<sup>174</sup>, como se pode constatar no quadro 18.

Quanto à Pós-graduação em Ciência da Informação do IBICT/UFF, é importante ressaltar que, em 1970, teve início o Mestrado em Ciência da Informação, inaugurando a pós-graduação *stricto sensu* no Instituto. A partir de 1983, por meio de um convênio com a UFRJ, esse curso passou a funcionar como uma unidade da Escola de Comunicação da UFRJ (Eco/UFRJ). Em novembro de 2000, a UFRJ comunicou a não-renovação do convênio, fechando-se a inscrição e seleção de novos alunos para o Programa. Em 2003 foi firmado

---

<sup>173</sup> LENOIR, T. Registrando a ciência: os textos científicos e as materialidades da comunicação. *Episteme*, Porto Alegre, v. 2, n. 4, p. 55-72, 1997.

<sup>174</sup> Para a identificação inicial dos programas de Pós-graduação em Ciência da Informação foi importante a pesquisa de Población (2005), quando foram identificados nove cursos: IBICT/UFRJ, PUCCAMP, UFBA, UFMG, UFPB, UFSC, UnB, UNESP e USP.

novo convênio, dessa vez com a UFF<sup>175</sup>. Portanto, embora o Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da UFRJ não exista mais, optamos por mantê-lo em nosso quadro, uma vez que mapeamos dissertações e teses desenvolvidas nesse programa (como é o caso do mestrado em Ciência da Informação da UFPB, o qual, à época da nossa pesquisa, aguardava homologação do CNE).

No quadro 18, mapeamos, portanto, os Programas de Pós-graduação mais próximos à Arquivística, os níveis dos cursos (mestrado/doutorado), ano de criação, área de concentração e as linhas de pesquisa. A identificação das linhas de pesquisa tem como objetivo verificar se elas sugerem, pelo título, a possibilidade de pesquisas com temas arquivísticos. É importante observar que as informações desse quadro sofrem modificações com certa regularidade, considerando-se que muitos cursos alteram sua denominação, suas áreas de concentração e suas linhas de pesquisa, por motivos diversos. Entretanto, no essencial, consideramos que as informações espelham a inserção dos programas em determinada área do conhecimento e, dentro desta, com recortes específicos.

---

<sup>175</sup> Disponível em: <<http://www.ibict.br/secao.php?cat=Pós-Graduação%20em%20CI>>. Acesso em: 17 jan. 2007.

**Quadro 18: Cursos de pós-graduação no Brasil cujas linhas de pesquisa indicam a possibilidade de realização de pesquisas com temas relacionados à Arquivística (out/2006)**

Universidade	Programa	Curso	Início	Área de concentração	Linhas de pesquisa
IBICT/UFRJ	Pós-Graduação em Ciência da Informação	Mestrado Doutorado	1970 1992	Conhecimento, processos de comunicação e informação Política e gestão do conhecimento e da informação	Teoria, epistemologia, interdisciplinaridade em ciência da informação Processamento e tecnologia da informação Configurações sociais e políticas da informação Gestão da informação
IBICT/UFF	Pós-Graduação em Ciência da Informação	Mestrado Doutorado	2004	O conhecimento da informação e a informação para o conhecimento	Teoria, epistemologia, interdisciplinaridade e ciência da informação Representação, gestão e tecnologia da informação Informação, conhecimento e sociedade
USP/Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH)	Pós-graduação em História Social	Mestrado Doutorado	1971	História Social	História da Cultura História dos movimentos e das relações sociais História política História da ciência e da técnica Escravidão e História Atlântica Historiografia e documentação*
UNESP/Faculdade de Filosofia e Ciências - Marília	Pós-graduação em Ciência da Informação	Mestrado	1998	Informação, tecnologia e conhecimento	Informação e tecnologia Organização da informação
UFMG/Escola de Ciência da Informação	Pós-Graduação em Ciência da Informação	Mestrado Doutorado	1976 1997	Produção, organização e utilização da informação	Informação, cultura e sociedade Informação gerencial e tecnológica Organização e uso da informação
PUCAMP/Centro de Ciências Sociais Aplicadas	Pós-Graduação em Ciência da Informação	Mestrado	1977	Administração da Informação	Gestão da Informação Produção e disseminação da informação
UFPB/Centro de Ciências Sociais e Aplicadas	Pós-Graduação em Ciência da Informação	Mestrado	1972	Informação e sociedade	Informação e Cidadania Desenvolvimento
UnB/CID	Pós-Graduação em Ciência da Informação	Mestrado Doutorado	1978 1992	Transferência da informação	Arquitetura da informação Comunicação da informação Gestão da informação e do conhecimento
UNIRIO/Centro de Ciências Humanas e Sociais	Pós-Graduação em Memória Social **	Mestrado Doutorado	1996 2005	Estudos interdisciplinares em memória social	Memória e patrimônio Memória e espaço Memória e linguagem Memória, subjetividade e criação
UFF/Instituto de Artes e Comunicação Social (IACS)	Pós-Graduação em Comunicação	Mestrado Doutorado	1997 2002	Comunicação	Comunicação e mediação Tecnologias da comunicação e da informação Análise da imagem e do som

<b>Universidade</b>	<b>Programa</b>	<b>Curso</b>	<b>Início</b>	<b>Área de concentração</b>	<b>Linhas de pesquisa</b>
UFBA/ICI	Pós-Graduação em Ciência da Informação***	Mestrado	2000	Informação e conhecimento na sociedade contemporânea	Informação e conhecimento em ambientes organizacionais Informação e contextos sócio-econômicos
UFRGS/Faculdade de Biblioteconomia e Documentação	Pós-Graduação em Comunicação e Informação	Mestrado e Doutorado	1996 2000	Comunicação e Informação	Comunicação, poder e representações Informação, tecnologias e práticas sociais Comunicação e práticas sociais
UFSC/Centro Sócio Econômico	Pós-Graduação em Administração	Mestrado	1978	Política e gestão institucional	Comportamento e organização Gestão de custos e finanças Gestão da informação, da inovação e da produção Política e gestão universitária
UFSC/Centro de Ciências da Educação	Pós-Graduação em Ciência da Informação	Mestrado	2000	Gestão da Informação	Fluxos de Informação Profissionais da Informação
USP/ECA	Ciência da Informação	Mestrado Doutorado	2006	Cultura e informação	Acesso à informação Mediação e ação cultural

Fonte: elaboração própria, com base nos sítios das referidas universidades, do IBICT e do portal da Capes.

\* Essa linha de pesquisa é representada pelas Professoras Ana Maria de Almeida Camargo e Heloísa Liberalli Bellotto, cujas pesquisas e orientações estão essencialmente voltadas para a Arquivística.

\*\* Denominava-se “Memória social e documento” até 2005, quando ainda havia apenas o mestrado. Disponível em: <<http://www.unirio.br/memoriasocial/proposta/proposta.htm>>. Acesso em 17 jan. 2007.

\*\*\* Em 1998, quando foi criado, o Programa denominava-se “Informação estratégica”. Em 2002 passou a se chamar “Ciência da Informação”.

Em seguida, ao verificar a existência de programa(s) de pós-graduação no departamento/faculdade/instituto ao qual o curso de Arquivologia está academicamente vinculado e a participação, em número, de docentes dos Cursos de Arquivologia nos respectivos programas de pós-graduação, tivemos os resultados apresentados no quadro n. 18. Considerando os vínculos desses docentes com o Curso, tivemos como hipótese que professores dos cursos de Arquivologia, com doutorado, estariam presentes na pós-graduação e, muito provavelmente, existiriam linhas de pesquisas nas quais fosse possível trabalhar com temas arquivísticos. Lembramos que a exceção, nesse caso, é o Programa de Pós-graduação em História Social da USP. Embora não exista curso de graduação em Arquivologia nessa Universidade, os projetos de pesquisa *Arquivos e história: práticas de gestão de documentos*, *Historiografia e documentação: análise de fontes de referencial histórico brasileiro*, *Museus, arquivos e a preservação da memória* e *Projeto Integrado Arquivo/Universidade: Acervo do Departamento de Ordem Política e Social DEOPS/SP*, são produtivos quanto à pesquisa em Arquivística. Dois fatores podem justificar essa situação: a existência de um Curso de Especialização em Arquivos na USP e participação de docentes cujos interesses de pesquisa estão centrados essencialmente nas questões colocadas pela Arquivística.

**Quadro 19: Presença de docentes dos Cursos de Arquivologia nos Programas de Pós-graduação dos departamentos/faculdades/institutos/centros aos quais estão vinculados**

Curso de Graduação em Arquivologia	Programa de Pós-Graduação no departamento/faculdade/instituto/centro de vinculação do Curso de Arquivologia	Número de Docentes do Curso de Graduação em Arquivologia no PPGR
UNIRIO	Pós-graduação em Memória Social	0
UFSM	Mestrado em Administração, Mestrado em Comunicação Social e Mestrado em Filosofia	*
UFF	Pós-graduação em Ciência da Informação	07
UnB	Pós-graduação em Ciência da Informação	04
UEL	Não tem Pós <i>stricto sensu</i>	-
UFBA	Pós-graduação em Ciência da Informação	05
UFRGS	Pós-graduação em Comunicação e Informação	0
UFES	Mestrado em Administração e Mestrado em Economia	*
UNESP/Marília	Pós-graduação em Ciência da Informação	02

Fonte: elaboração própria, com base em pesquisas nos sítios das universidades e na Plataforma Lattes do CNPq.

\* No caso dos cursos de Arquivologia da UFSM e UFES, onde existem, respectivamente, três e dois Programas de Pós-graduação nos centros aos quais os Cursos estão vinculados, não foi possível, no âmbito desta pesquisa, cruzar as informações relacionadas aos seus corpos docentes.

Para a atualização dos dados dos quadros 18 e 19 foram realizadas novas pesquisas nos sítios das universidades brasileiras, identificando-se o nome do PPGR, as áreas de concentração e as linhas de pesquisa, nas quais, em princípio, poderiam ser desenvolvidas pesquisas com temáticas arquivísticas. Esses dados foram complementados ou corrigidos com

base nas informações do Portal da Capes. Entretanto, não foram localizadas teses ou dissertações cujos títulos indicassem temáticas arquivísticas em todos esses Programas, como pode ser observado no Quadro 29 (Apêndice E). É importante destacar que as informações relacionadas nesse quadro também devem ser relativizadas, embora sejam bastante próximas da realidade. Um dos problemas é a dificuldade do enquadramento das teses e dissertações apenas pelos seus títulos<sup>176</sup>. Por isso, é importante advertir que esse quadro (quantitativo das dissertações e teses) serve mais como um indicador de tendências do que propriamente um dado definitivo.

---

<sup>176</sup> A principal fonte de informação para isso é o Portal da Capes. Muitas vezes, os sítios das Universidades e/ou dos Programas de Pós-graduação apresentaram informações contraditórias e houve necessidade de complementá-las ou esclarecê-las por telefone.



#### 4. ANÁLISE DOS RESULTADOS: UMA VISÃO DA TRAJETÓRIA E DO CAMPO CIENTÍFICO DA ARQUIVÍSTICA NO BRASIL

“A ausência de um certo grau de controvérsias reflete uma cultura científica ainda frágil. Não há desenvolvimento científico sem indagações e questionamentos. A Arquivologia não é uma religião, você não se converte a ela. Ela não sobrevive, como qualquer área do conhecimento científico, com dogmas”  
(Jardim, 2006).

A pesquisa mostra que desde 1911 já existiam preocupações quanto à criação de cursos que capacitassem profissionais para o tratamento especializado de documentos comuns a bibliotecas, arquivos e museus. Iniciativas da BN e do MHN na década de 1920 foram no mesmo sentido, embora sem sucesso. Assim,

O próprio Curso Técnico, criado por decreto de 1922 e incorporado, já no ano seguinte ao Regulamento do Arquivo – ao contrário dos cursos de Biblioteconomia e Museologia, que com ele tiveram a mesma origem comum – jamais foi organizado e iniciado, embora reclamado e reivindicado por vários diretores (ABRANTES, 1976, p. 22).

Na década de 1950, tendo o seu desenvolvimento tributário à II Guerra Mundial, a Arquivística ainda não contava com um curso específico para o tratamento e organização de arquivos. Nessa década, os funcionários do AN participavam de cursos eventualmente promovidos por outras instituições. Diante dessa situação, o então Diretor do AN solicita, à Embaixada da França, a colaboração de um arquivista francês para ministrar conferências sobre a organização dos arquivos franceses, que eram referência internacional à época. Então, em 1959, vem ao Brasil o professor francês Henri Boullier de Branche, que ministra dois *Cursos de Aperfeiçoamento de Arquivo*, para os servidores do AN (em 1959 e em 1960), além de um treinamento intensivo no primeiro semestre de 1960. Somente nesse ano o CPA começa a funcionar, voltado para a formação de pessoal especializado no tratamento e organização de acervos arquivísticos.

A partir daí, um olhar atento sobre a trajetória da Arquivística no Brasil nos permite constatar que, na década de 1970, concentram-se os marcos decisivos para o seu desenvolvimento: a criação da AAB, a realização do I CBA, a aprovação do currículo mínimo para os cursos superiores de Arquivologia, o reconhecimento da profissão de arquivista e de técnico de arquivo, a transferência do CPA para a UNIRIO e a implantação de mais dois cursos de graduação em Arquivologia – o da UFSM e o da UFF. Nesse sentido, enquanto no cenário internacional víamos, nessa década, o aprofundamento das questões teóricas que mais tiveram significado para o desenvolvimento científico da disciplina (SILVA et al, 1999), no Brasil, essas questões estavam emergindo e ganhando fôlego.

A transferência do CPA para a universidade seria um dos marcos decisivos na trajetória da Arquivística no Brasil, representando a sua conquista de espaço no meio acadêmico. Afinal, esse é o primeiro de dez cursos de graduação em Arquivologia que passariam a existir no País.

Na década de 1980 não é criado qualquer outro curso, mas, inserido no processo de redemocratização do País (Constituição Federal de 1988)<sup>177</sup>, há um movimento silencioso que culmina na promulgação da Lei 8.159, de 08 de janeiro de 1991 – a Lei de Arquivos<sup>178</sup> – e na criação de mais cinco Cursos de Arquivologia na década de 1990, nas seguintes universidades: UnB, UEL, UFBA, UFRGS e UFES. Não seria exagero afirmar que essa lei marca e tem papel fundamental na formação da identidade da Arquivística no País, chamando a sociedade à reflexão e à discussão sobre o papel dos arquivos.

Em 2002, é criado o Curso de Arquivologia da UNESP/Marília e, mais recentemente, em 2006, o Curso da UEPB. Portanto, atualmente os dez cursos de graduação em Arquivologia estão distribuídos nas regiões sul, sudeste, centro-oeste e nordeste.

Assim, concordamos com Raul Lima<sup>179</sup> (apud ARQUIVO NACIONAL, 1970c, p. 19-20) e com a questão central da pesquisa de Fonseca (2004, p. 15) quanto ao fato da formação e da auto-afirmação da Arquivística como disciplina no Brasil parecerem ter sido conseqüências diretas e imediatas da necessidade prática de habilitação de profissionais especializados para o tratamento e organização dos arquivos do País. Podemos observar, portanto, a relevância da atuação do AN nessa trajetória, com a promoção de cursos técnicos, que contribuíram para a criação do CPA e, conseqüentemente, dos demais cursos de graduação da área.

Afinal, como lembra Bourdieu,

A estrutura do campo científico se define, a cada momento, pelo estado das relações de força entre os protagonistas em luta, agentes ou instituições, isto é, pela estrutura da distribuição do capital específico, resultado das lutas anteriores que se encontra objetivado nas instituições e nas disposições e que comanda as estratégias e as chances objetivas dos diferentes agentes ou instituições (BOURDIEU, 1983a, p. 133).

Essa trajetória também é permeada pelo importante papel das associações de arquivistas, como mediadoras das discussões acerca das experiências do mundo do trabalho e

<sup>177</sup> A Constituição da República Federativa do Brasil (1988) defende questões relacionadas aos documentos de forma geral, como o direito ao acesso, a proteção da intimidade e a preservação da memória, que são citados em vários dos seus artigos (5º, XIV, XXXIII, XXXIV, LX, LXXII; 19; 23; 215; 216, IV; 216, § 1º, § 2º; 220). Embora essas questões não se restrinjam aos documentos de arquivo, elas os tangenciam direta ou indiretamente. Informações disponíveis em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm)>. Acesso em: 13/dez/2006.

<sup>178</sup> Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/conarq/legisla/lei8159.htm>>. Acesso em 18 jan. 2007.

<sup>179</sup> Diretor do Arquivo Nacional no início da década de 1970.

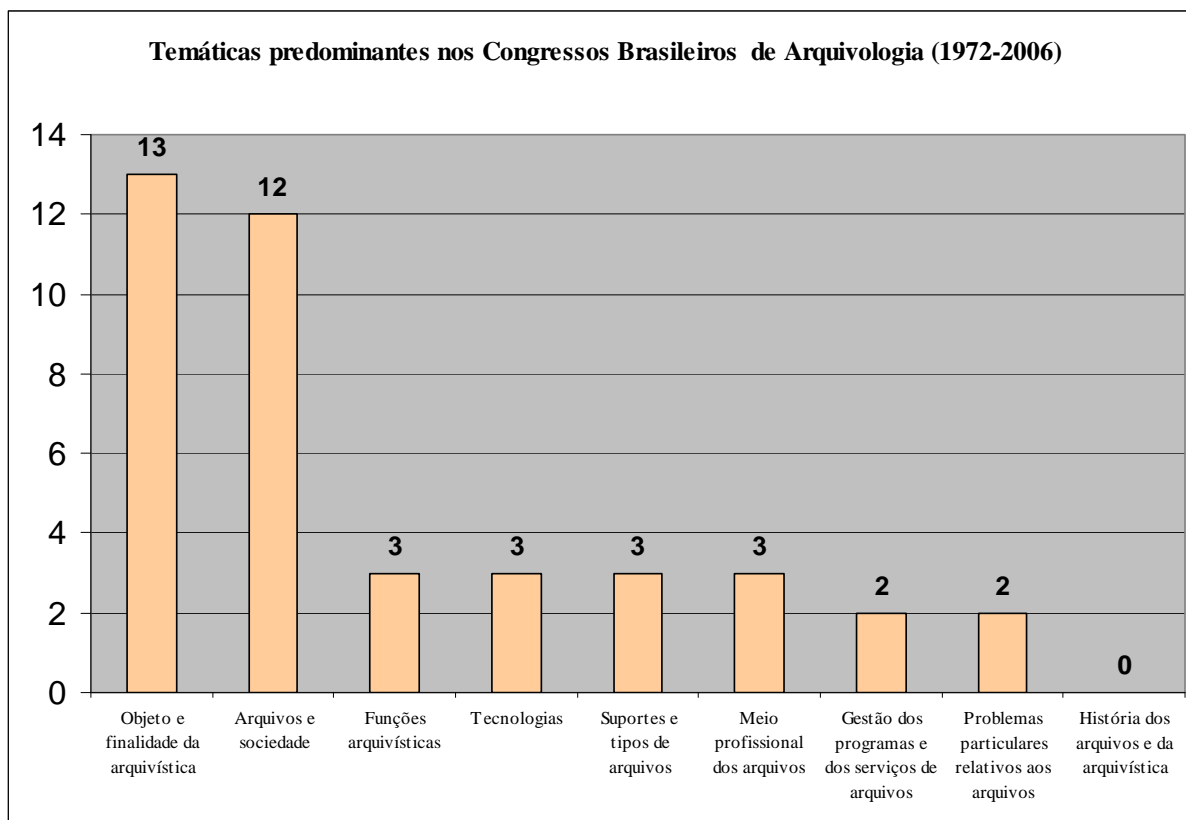
das reflexões advindas da Academia. O mapeamento dos eventos de caráter científico, promovidos por essas associações, leva-nos a concordar com Silva et al, quando esses autores se referem ao “intercâmbio” e à “cooperação interna e externa entre os profissionais e as instituições de arquivos, essenciais para o desenvolvimento da ciência arquivística perspectivada de uma forma integral” (SILVA et al, 1999, p. 227). O pressuposto subjacente a essas reflexões é o de que esses eventos contribuíram para a institucionalização acadêmica e para a consolidação da disciplina, ratificado pelas reflexões de Gagnon-Arguin, segundo as quais a criação de uma associação profissional de arquivistas reflete “o agrupamento de pessoas atuando no mesmo setor de atividade [que] constitui uma das primeiras manifestações da emergência de uma profissão” (GAGNON-ARGUIN, 1992, p. 37, tradução nossa). E, gostaríamos de acrescentar, uma profissão com base no conhecimento acadêmico-científico. Nesse sentido, esses eventos funcionam como um dos espaços de diálogos no processo de reconhecimento da Arquivística como disciplina científica e na discussão de temas essenciais para a área.

Portanto, o papel das associações de arquivistas – seja para a criação de espaços acadêmicos, seja para a constituição da Arquivística como disciplina – pode ser claramente identificado em alguns dos objetivos dessas instituições: contribuir para o desenvolvimento técnico e científico da área; organizar congressos, conferências, palestras, simpósios, mesas redondas, seminários, reuniões, encontros e outros eventos que contribuam para o desenvolvimento e o aperfeiçoamento profissional no campo da Arquivologia<sup>180</sup>.

Quanto aos quatorze Congressos Brasileiros de Arquivologia realizados pela AAB (Quadro 13), podemos notar que: esses eventos não tiveram uma regularidade quanto aos intervalos de realização e, na maioria das vezes, ocorreram na cidade do Rio de Janeiro (o que pode ser justificado por essa cidade ser a sede nacional da Associação) e há uma predominância dos temas acerca do objeto e da finalidade da Arquivística, bem como do papel dos arquivos na sociedade, conforme Figura 5.

---

<sup>180</sup> Esses objetivos foram pesquisados no sítio da ARQ-SP, mas acreditamos que podem ser estendidos às demais associações de arquivistas. Disponível em: <<http://www.arqsp.org.br/objetivos.html>>. Acesso em 09 nov. 2006.



*Figura n. 5: Temáticas predominantes nos Congressos Brasileiros de Arquivologia (1972-2006).*

*Fonte: elaboração própria, com base nos Anais dos Congressos e na Revista Arquivo & Administração.*

Constatamos a inexistência de um tema geral até o III Congresso: até então só havia temas para cada sessão plenária e outros temas especiais. A partir do IV Congresso, observamos uma preocupação em delimitar temáticas para esses eventos, o que parece refletir o amadurecimento da AAB quanto à discussão de questões epistemológicas próprias e mais delineadas, isto é, uma busca de síntese do que seriam questões centrais para reflexão.

Quanto aos eventos de caráter científico promovidos pelas demais associações de arquivistas, a maioria dos 21 eventos mapeados, de 1998 a 2006 (Quadro 14), foi organizada pela AARS, num total de nove. Os anos com mais eventos desse caráter foram 2000 e 2004, com cinco eventos cada um. A exemplo dos eventos da AAB, a maioria desses eventos teve como preocupações centrais o objeto e da finalidade da Arquivística, assim como o papel dos arquivos na sociedade, conforme a classificação que atribuímos aos seus temas gerais, como pode ser observado na Figura 6.

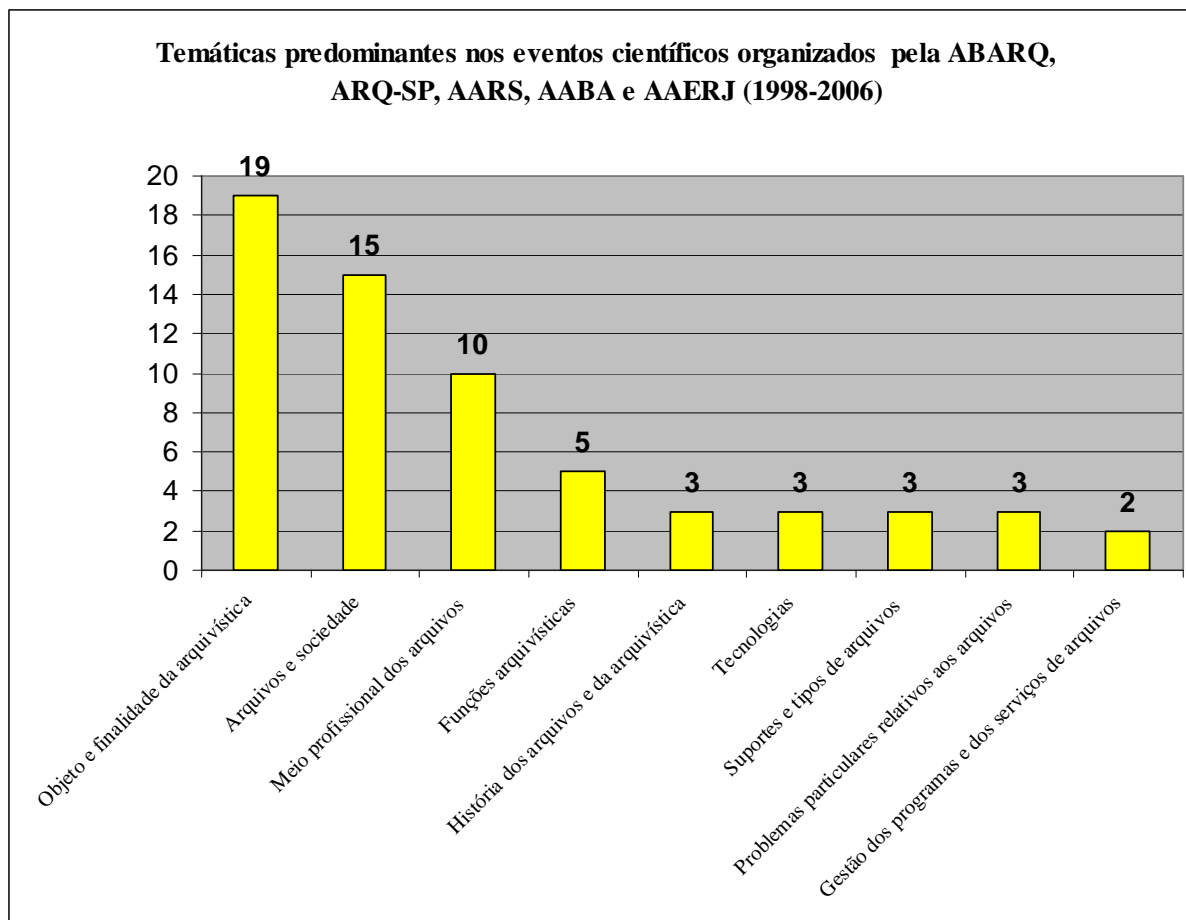


Figura n. 6: Temáticas predominantes nos eventos científicos organizados pela ABARQ, ARQ-SP, AARS, AABA e AAERJ (1998-2006).

Fonte: elaboração própria, com base nas correspondências recebidas dessas associações e de pesquisas nos seus sítios.

A predominância dessas preocupações parece apontar, mais uma vez, para um amadurecimento da área no Brasil, que hoje parece caminhar firmemente para sua consolidação acadêmica. A realização do I CNA, numa parceria da ABARQ com o Curso de Arquivologia da UnB, como um evento de caráter eminentemente científico, parece ratificar esse amadurecimento. Segundo a pesquisa de Oliveira et al (2005),

De 83 trabalhos apresentados nas plenárias e nas sessões de comunicação do I Congresso Nacional de Arquivologia (DF), 52 apresentam vinculação com o contexto universitário, o que corresponde a 62% do total. Os dados demonstram que os cursos de Arquivologia foram responsáveis por 42% do total de trabalhos apresentados no evento (83). Isto representa, também, 60% do total de trabalhos apresentados pelas universidades. Considerando-se o total de trabalhos apresentados (83), observa-se que 31% desse total referem-se a trabalhos realizados por professores e alunos de graduação ou de pós (26), o que indica a prática de orientação à pesquisa, tanto no âmbito da pós-graduação quanto no da iniciação científica. Cabe destacar que, desconsideradas as plenárias, onde os conferencistas elaboram suas palestras a pedido da organização do evento, temos 46 trabalhos resultantes de atividades desenvolvidas no ambiente universitário, apresentados nas sessões de comunicações livres, o que representa 55% do total de trabalhos (83) apresentados nos espaços analisados nesta pesquisa – plenárias e comunicações (OLIVEIRA et al, 2005, p. 7).

Por outro lado, é importante destacar que uma das características marcantes do I CNA é o fato de, pela primeira vez, a Universidade (Curso de Arquivologia) assumir o formato do evento, desde a definição da temática e das plenárias até a escolha dos conferencistas. Devemos ressaltar, também, que o financiamento do evento aconteceu graças à existência de professores doutores desse Curso, os quais, em decorrência de sua titulação, obtiveram financiamento das agências de fomento (FAP-DF e CNPq) para a sua realização.

Parece-nos que o amadurecimento e a inquietação dos profissionais da área culminaram numa exigência de reflexões coletivas, cujo veículo máximo de expressão foi os eventos promovidos pelas associações de arquivistas, com destaque para os Congressos Brasileiros de Arquivologia, promovidos pela AAB, desde 1972. Essa constatação vai ao encontro do que Silva et al, por exemplo, observam quanto às comunicações apresentadas nos eventos da área, isto é, que estas “evidenciam bem as novas preocupações com a cientificidade da disciplina arquivística e demonstram o caráter milenar dos seus fundamentos, que têm sido a base da teoria e das práticas aplicadas nos vários países” (1999, p. 192).

Ora, os congressos são, justamente, um dos indicadores de formação e consolidação de um campo científico, como bem observam Nehmy et al (1996, p. 10-14), com base em Kuhn<sup>181</sup>. Esses autores apontam que as reflexões acerca do campo das ciências sociais, e em especial da Ciência da Informação, não se dão apenas no nível geral de caráter epistemológico ou da história das ciências, mas também na “comunidade de praticantes”. Segundo esses autores, “Os praticantes das disciplinas do social não podem partilhar daquele isolamento experimentado pelos pesquisadores das outras ciências em razão de seu objeto de estudo ter sempre implicações sociais”.

Todavia, os diálogos da Arquivística não se restringem àqueles observados nesses eventos. Na análise da sua trajetória observamos que ela se relaciona diretamente com outras disciplinas em, pelo menos, três aspectos: 1) quanto aos vínculos institucionais dos seus cursos de graduação; 2) quanto à formação dos seus docentes; 3) e quanto à produção científica, com temáticas relacionadas à área. Essas três perspectivas de relações parecem se entrecruzar e delinear a configuração do campo científico da Arquivística no Brasil, conjugando tanto a sua autonomia como disciplina, como as suas relações extradisciplinares.

Quanto ao primeiro campo, ou seja, o campo disciplinar da Arquivística (que poderíamos até chamar de *subcampo*), podemos visualizar a sua identidade à luz dos critérios

---

<sup>181</sup> KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1994.

propostos por Heckhausen para caracterizar uma disciplina científica (1972, p. 83-87). Assim, consideramos:

- a informação orgânica registrada como o seu *domínio material*;
- as informações produzidas, recebidas e acumuladas por instituições – públicas ou privadas – e/ou por pessoas naturais (incluindo as famílias), mais precisamente os acervos documentais, como seu *domínio de estudo*;
- o Princípio da Proveniência como o conceito fundamental e unificador da disciplina, no *nível de integração teórica*;
- a conjugação das características dos documentos de arquivo – imparcialidade, autenticidade, naturalidade, inter-relacionamento e unicidade (DURANTI, 1994) – com as funções arquivísticas - produção, avaliação, aquisição/recolhimento, classificação, descrição, conservação/preservação, difusão/acesso – (COUTURE, 2003; RODRIGUES, 2003), como a configuração de *métodos* próprios da disciplina, que demonstrariam a *concordância entre a aplicação dos métodos e as leis gerais do nível de integração teórica*;
- o código de classificação, a tabela de temporalidade e os instrumentos de pesquisa – como o guia, o inventário, o catálogo, o repertório<sup>182</sup> – como exemplos de *instrumentos de análise*;
- e, por fim, quanto às *contingências históricas* da Arquivística, podemos nos apoiar na obra de Silva et al (1999), que traça a trajetória da área, do início da prática da escrita aos dias atuais, como vimos no início da revisão de literatura, bem como na obra de Esposel (1994, p. 172-181).

Quanto ao campo (ou subcampo) extradisciplinar da Arquivística, diante dos posicionamentos dos diferentes autores quanto às possíveis relações entre duas ou mais disciplinas, a sua caracterização como uma *multi*, *pluri*, *inter* ou *transdisciplina* depende das definições adotadas desses conceitos e das modalidades interdisciplinares consideradas.

Como vimos nos nossos referenciais teóricos, não há consenso quanto a essas definições, à exceção daquela de *transdisciplinaridade*. A *multi* e a *pluridisciplinaridade* são, geralmente, definidas de formas próximas ou comuns. Quanto à *multidisciplinaridade*, Berger (1972) fala de uma “justaposição de disciplinas diversas”, que parece aproximar-se da concepção de Japiassu (1976) para esse termo e daquela proposta por Michaud (1972), para a *pluridisciplinaridade*. Ainda quanto à *multidisciplinaridade*, Palmade (apud POMBO; GUIMARÃES; LEVY, 1994) aponta um “simples intercâmbio de idéias”, enquanto Piaget (1972), tendo em vista a solução de problemas práticos, considera a contribuição de várias

---

<sup>182</sup> A denominação desses instrumentos de pesquisa não é consensual. Aqui, citamos alguns dos instrumentos apontados por Bellotto (1991, p. 108-140).

disciplinas, sem alterá-las ou enriquecê-las. Essa concepção parece confundir-se com as definições de *pluridisciplinaridade* de Dellatre<sup>183</sup> (1973, apud POMBO; GUIMARÃES; LEVY, 1994), Gusdorf<sup>184</sup> (1990, apud POMBO; GUIMARÃES; LEVY, 1994) e de Resweber<sup>185</sup> (1991, apud POMBO; GUIMARÃES; LEVY, 1994), conforme Quadros 10 e 11.

A *pluridisciplinaridade* ainda é concebida como uma “justaposição de disciplinas, mais ou menos vizinhas” (BERGER, 1972); ou como relação de cooperação entre disciplinas, mas sem coordenação (JAPIASSU, 1976), ou sem integração conceitual interna entre elas (PALMADE<sup>186</sup>, 1979, apud POMBO; GUIMARÃES; LEVY, 1994); ou, no âmbito do ensino, como qualquer tipo de associação, que suponha coordenação entre professores (POMBO; GUIMARÃES; LEVY, 1994); ou, ainda, de forma geral, como a “colaboração, em equipe, de especialistas de diversas disciplinas (THOM<sup>187</sup>, 1990, apud POMBO; GUIMARÃES; LEVY, 1994, p. 96) – como pode ser observado no Quadro 11.

A *interdisciplinaridade*, por sua vez, é definida de forma ampla, por alguns estudiosos que não apontam condições específicas para a sua existência, como é o caso de Morin (2005a), Pombo, Guimarães e Levy (1994), Berger (1972), Jantsch (1972), Piaget (1972), Marion<sup>188</sup> (1978, apud POMBO; GUIMARÃES; LEVY, 1994), Thom (apud POMBO; GUIMARÃES; LEVY, 1994), Delattre (apud POMBO; GUIMARÃES; LEVY, 1994) e Resweber (apud POMBO; GUIMARÃES; LEVY, 1994). Outros já apontam algumas características para definí-la: Japiassu, por exemplo, indica como condicionantes a “intensidade das trocas” e o “grau de integração real” de duas ou mais disciplinas no âmbito da pesquisa (1976, p. 74); Pinheiro (1999, p. 175) sugere uma reciprocidade de contribuições quanto a conceitos, princípios, técnicas, métodos e teorias; Follari (1982) refere-se à necessidade de constituição de uma nova disciplina; e Palmade (apud POMBO; GUIMARÃES; LEVY, 1994) fala de uma “axiomática nova e comum”, como apresentamos no Quadro 8.

Quanto à *transdisciplinaridade* parece haver um consenso em torno da sua definição: Berger (1972) refere-se à uma “axiomática comum a um conjunto de disciplinas”; Gusdorf

<sup>183</sup> DELATTRE, Pierre. Recherches interdisciplinaires. In: *Encyclopedia Universalis*. Paris: Organum, 1973, p. 387-394.

<sup>184</sup> GUSDORF, Georges. Réflexions sur l'interdisciplinarité. *Bulletin de Psychologie*, v. XLIII, n. 397, 1990, p. 847-868.

<sup>185</sup> RESWEBER, Jean-Paul. *La méthode interdisciplinaire*. Paris: Puf, 1981.

<sup>186</sup> PALMADE, Guy. *Interdisciplinaridad y ideologias*. Madrid: Narcea, 1979.

<sup>187</sup> THOM, René. Vertus et dangers de l'interdisciplinarité. In: *Apologie du Logos*. Paris: Hachette, 1990, p. 636-643.

<sup>188</sup> MARION, Jean-Luc. A interdisciplinaridade como questão para a Filosofia. *Presença Filosófica*, v. IV, n. 1, p. 15-27, 1978.



(1972) fala de “transcendência” e de “objeto comum”; Jantsch (1972) e Pombo, Guimarães e Levy (1994) aproximam-se, numa abordagem centrada no ensino, na qual a transdisciplinaridade seria o último grau de coordenação entre disciplinas, num sistema de níveis e objetivos múltiplos; e Piaget (1972) faz alusão a um “sistema total, sem fronteiras estáveis entre as disciplinas”, de acordo com o Quadro 12.

Buscando, então, a compreensão das relações da Arquivística com outras disciplinas, recorreremos a Japiassu, que propõe o entendimento da proposta interdisciplinar sob dois níveis: 1) o nível da *démarche pluridisciplinar*, relativo ao estudo de um objeto sob seus diferentes ângulos, mas sem ter havido, necessariamente, um acordo prévio quanto aos conceitos ou aos seus métodos; e 2) o nível da *pesquisa interdisciplinar* propriamente dita, que sugere uma integração das disciplinas segundo seus conceitos (*contatos interdisciplinares*) e seus métodos – *pesquisa interdisciplinar propriamente dita* (JAPIASSU, 1976, p. 120-121).

Num primeiro momento, no nível da *démarche pluridisciplinar* e retomando as definições de *interdisciplinaridade* propostas por Gomes (2001), Morin (2005a), Berger (1972), Jantsch (1972), Piaget (1972), Marion (apud POMBO; GUIMARÃES; LEVY, 1994), Thom (apud POMBO; GUIMARÃES; LEVY, 1994) e Delattre (apud POMBO; GUIMARÃES; LEVY, 1994) e as definições de *multidisciplinaridade* e de *pluridisciplinaridade* – apresentadas, respectivamente, nos Quadros 10 e 11 –, podemos visualizar, por exemplo, as relações da Arquivística com a História, a Biblioteconomia, a Informática, a Administração, o Direito e a Ciência da Informação:

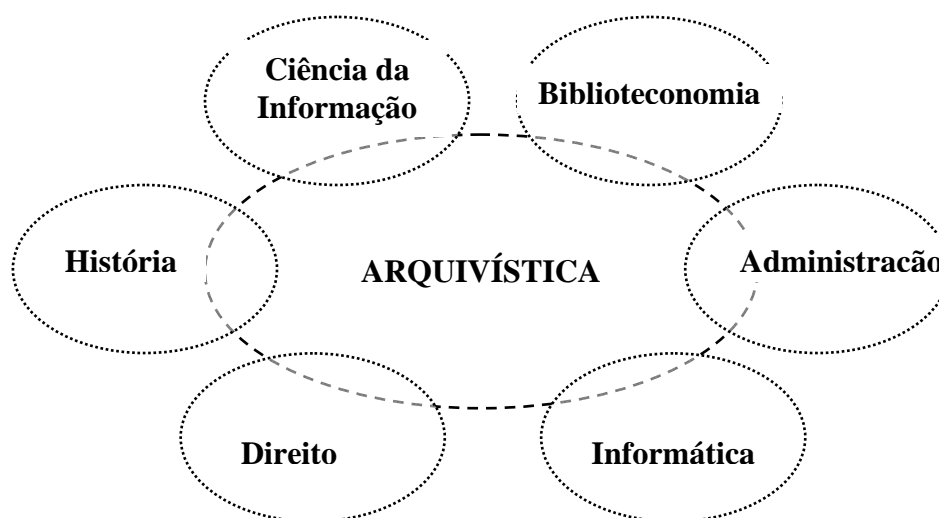


Figura n. 7: Relações da Arquivística com a História, Biblioteconomia, Informática, Administração, Direito e Ciência da Informação.

Fonte: elaboração própria.

Em termos gerais, essas relações podem ser concebidas em níveis pluri, multi e interdisciplinares, uma vez que podem existir interações recíprocas entre a Arquivística e cada uma delas, sem, necessariamente, criar uma “axiomática nova e comum”, que é a condição apontada por alguns autores para a existência da interdisciplinaridade. Assim, é importante salientar que as colaborações entre a Arquivística e cada uma dessas disciplinas variam, conforme a natureza e os graus das relações estabelecidas e que nem todos os casos de intercâmbio podem ser considerados como interdisciplinares.

As relações entre a Arquivística e a Administração podem ser observadas, por exemplo, se considerarmos o ciclo de vida dos documentos de arquivo, no momento da produção documental, quando são levados em conta princípios da Administração. É importante lembrar que esses documentos nascem para cumprir ações rotineiras relacionadas à missão de uma instituição ou do cotidiano da vida de uma pessoa natural.

As relações entre a Arquivística e a História podem ser pensadas sob a perspectiva do valor histórico dos documentos. Como lembra Le Goff, até o início do século XX, o documento escrito era concebido, sob o olhar positivista, como uma prova histórica em si mesma. Em 1929 é fundada a revista *Annales d'Histoire économique et sociale*, que, anunciando uma “história nova”, amplia a noção do conteúdo do documento, considerando não apenas o documento escrito como prova, como também o imagético, o sonoro, etc. (LE GOFF, 1994, p. 536-540).

Nessa perspectiva, todo documento pode ser ou se tornar histórico e os documentos arquivísticos são, evidentemente, subsídios do trabalho do historiador, como testemunhos históricos, logo, provas. Em contrapartida, a História tem grande peso na avaliação dos acervos arquivísticos: tradicionalmente, os historiadores têm sido os principais responsáveis pela avaliação nos arquivos. Os documentos que, para eles, são considerados “provas”, “testemunhos do passado”, têm, inevitavelmente, conseqüências diretas na escolha daquilo que deverá ser guardado ou eliminado. Mais recentemente, esses profissionais trabalham ao lado dos arquivistas, quando da constituição da comissão interdisciplinar de avaliação documental<sup>189</sup>.

Pensando nas possíveis relações entre a Arquivística e o Direito, ainda no âmbito da avaliação, devemos nos lembrar que o Direito contribui decisivamente na delimitação dos

---

<sup>189</sup> A Resolução n. 7 do CONARQ, de 20 de maio de 1997, que dispõe sobre os procedimentos para a eliminação de documentos no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Poder Público, aponta a necessidade de constituição de comissões permanentes de avaliação.

prazos de guarda e na definição da destinação final dos documentos, os quais, por sua vez, são provas que auxiliam no exercício do Direito.

No âmbito da difusão e do acesso aos conjuntos documentais preservados, a Informática contribui com ferramentas de disponibilização de documentos, como a digitalização. A contribuição da Arquivística para essa área pode ser ilustrada com o estudo arquivístico das características dos documentos eletrônicos, tendo em vista o seu gerenciamento e gestão.

Enquanto a Biblioteconomia contribui, tradicionalmente, com métodos para recuperação de informações – como a classificação, a indexação e a catalogação –, os métodos de descrição arquivística, fortemente apoiados naqueles da Biblioteconomia<sup>190</sup>, também contribuem no trabalho de registro e de recuperação de conjuntos documentais (coleções) nas bibliotecas.

Além disso, as relações entre essas duas disciplinas, em termos institucionais, são tradicionais, como observamos no histórico dos primeiros cursos, propostos para o pessoal de arquivos, bibliotecas e museus. Atualmente, quatro dos cinco cursos de Arquivologia que estão subordinados a algum departamento, compartilham o mesmo espaço de cursos de Biblioteconomia – é o caso dos cursos da UnB, UEL (onde também existe o curso de História), UFES e UNESP/Marília.

Já as relações entre a Arquivística e a Ciência da Informação, apesar de bastante próximas, não têm uma concepção consensual por parte dos estudiosos das duas áreas, sobretudo quando consideradas no âmbito da interdisciplinaridade, como observamos nos nossos referenciais teóricos. Silva et al (1999) e Mariz (2004), por exemplo, concebem-nas sob o enfoque sistêmico dos arquivos; Jardim e Fonseca (1995) constataam uma frágil interação entre as duas disciplinas, apontando relações mais voltadas para a pluridisciplinaridade; Pinheiro (1999) destaca que as relações interdisciplinares estabelecidas entre a Arquivística e a Ciência da Informação resultam de um equívoco entre a definição de *interdisciplinaridade* e suas aplicações; Gagnon-Arguin (1992) recorre à concepção da UNESCO, para reforçar as relações entre a Ciência da Informação, a Biblioteconomia e a Arquivística, sob o enfoque do objeto comum das três áreas – a informação registrada.

Em termos institucionais, como já explicado anteriormente, o CNPq, desde 1984, reconhece a Arquivologia como uma das subáreas da área *Ciência da Informação* no Brasil (CNPq, 1984) e, mais recentemente, propõe uma classificação que diferencia, nitidamente, a

---

<sup>190</sup> A Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística, a ISAD(G), por exemplo, adotou na sua elaboração, alguns métodos utilizados pela Biblioteconomia.

Arquivística da Ciência da Informação. Diante das falas de alguns professores de Cursos de Arquivologia, que apresentamos nos referenciais teóricos, podemos observar uma aparente adesão desses professores à classificação atualmente em vigor, ou seja, àquela em que a Arquivística continuaria vinculada à Ciência da Informação.

Embora devamos nos manter atentos quanto à dimensão político-institucional dessas classificações, que atendem às demandas de pesquisa de cada área/subárea do conhecimento e são também instrumentos de “poder” científico, não podemos ignorar que esse posicionamento dos docentes converge, ou pelo menos reforça, de alguma forma, aos três aspectos que configuram os diálogos da Arquivística com outras disciplinas.

Quanto ao primeiro deles, é importante ressaltar que o *locus* institucional da Arquivística, o porquê das opções da disciplina estar num ou noutro departamento/faculdade/instituto/centro é um debate em aberto, como nos lembram Couture, Martineau e Ducharme (1999, p. 33):

[...] a questão da instituição de vinculação – departamento de história, biblioteconomia/ciências da informação – fez com que se gastasse bastante tinta desde o início do século XX. Na década de 80, chegou-se a um ‘consenso apático’, o qual consiste em aceitar, indiferentemente, todas as fórmulas possíveis.

A constatação acima foi apresentada de uma maneira mais detalhada pelo coordenador da pesquisa já mencionada (Couture, 2001-2002). Esse autor mostra que, das 67 instituições pesquisadas (70 países) – cujas respostas aos questionários puderam ser analisadas quanto ao vínculo departamental e de Escolas que ofereciam formação em Arquivística –, percebeu-se, de fato, uma dispersão da formação entre diferentes departamentos/escolas. Mas, pelos dados, ficou claro que essa formação se concentra em: Biblioteconomia e em Ciência da Informação (25%); Arquivística (31%) e História (19%)<sup>191</sup>. Esse resultado fez o autor tecer as seguintes considerações:

Defendida por vários autores, a corrente que apóia a integração [da Arquivística] às ciências da informação é majoritária em relação às outras tendências e se assiste progressivamente, nesses últimos anos, à inserção do termo arquivística na denominação desses departamentos (COUTURE, 2001-2002, p. 23, tradução nossa).

Para nós, parece evidente que o vínculo acadêmico-institucional da Arquivística, como curso de graduação, num ou noutro departamento/instituto/faculdade/centro pode ter

<sup>191</sup> Os outros foram: Documentação (6%); Patrimônio (2%) e fora de departamentos (5%). O autor explica que estes últimos são diretamente ligados a uma Faculdade ou à Direção da Universidade. É o caso, no Brasil, do Curso de Arquivologia da UFBA e da UFF.

implicações na caracterização das pesquisas na pós-graduação: os temas, os tipos de abordagem, os métodos, os autores, etc.

A partir das informações sobre esses Cursos, apresentamos, resumidamente, o cenário brasileiro dos espaços universitários da Arquivística, ou seja, seu *locus* acadêmico-institucional, no quadro que segue.

**Quadro 20: Vínculos acadêmico-institucionais dos Cursos de Arquivologia no Brasil<sup>192</sup>**

Universidade	Departamento	Faculdade/Instituto/Centro	Ano de criação	Estado	Quantidade de professores permanentes
UNIRIO	*	Centro de Ciências Humanas e Sociais/Escola de Arquivologia	1977	RJ	22
UFSM	Documentação	Centro de Ciências Sociais e Humanas	1977	RS	9
UFF	*	Instituto de Arte e Comunicação Social	1979	RJ	-
UnB	Ciência da Informação e Documentação	Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação	1990	DF	13
UEL	Ciências da Informação	Centro de Educação, Comunicação e Artes e Centro de Ciências Humanas	1997	PR	20
UFBA	*	Instituto de Ciência da Informação	1997	BA	24
UFRGS	*	Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação	1999	RS	11
UFES	Ciências da Informação	Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas	1999	ES	-
UNESP/Marília	Ciência da Informação	Faculdade de Filosofia e Ciências	2002	SP	3
UEPB	*	Centro de Ciências Biológicas e Sociais e Aplicadas	2006	PB	10

Fonte: elaboração própria, com base nos sítios das referidas universidades e no questionário encaminhado aos docentes dos cursos de graduação em Arquivologia, em 2005-2006.

\* Esses Cursos não estão vinculados, estruturalmente, a qualquer departamento.

<sup>192</sup> No Apêndice F estão informações gerais dos cursos de graduação (endereço, telefone, e-mail).

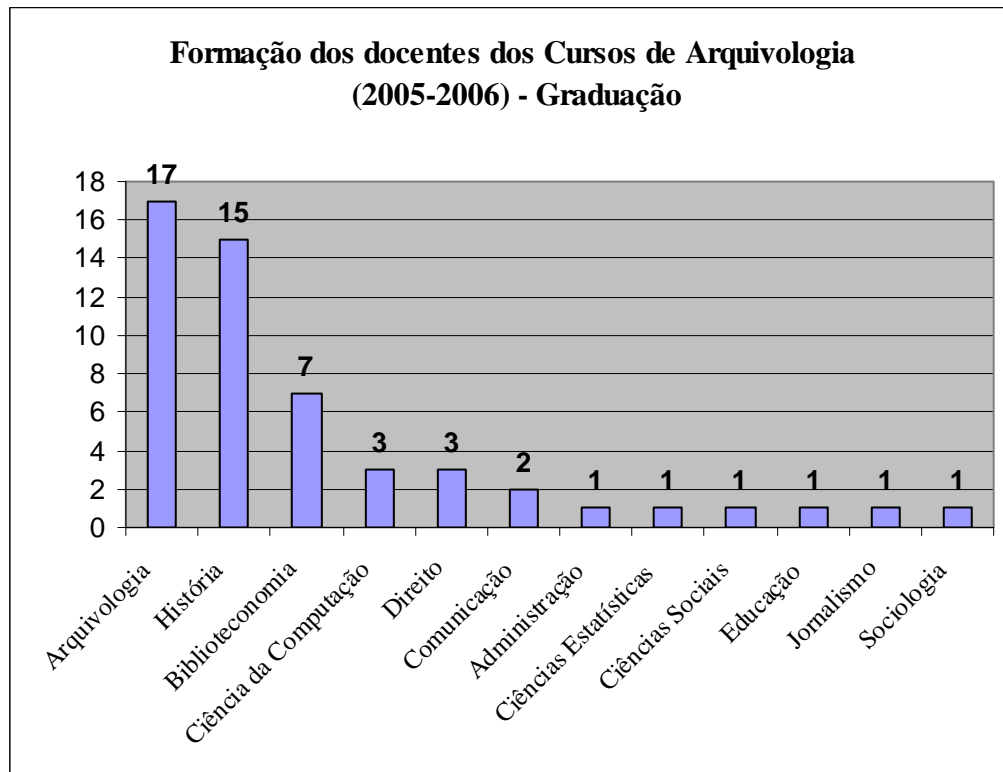
Em relação à formação dos docentes desses cursos que responderam ao nosso questionário, temos:

**Quadro 21: Áreas de formação e titulação dos docentes dos Cursos de Arquivologia (2005-2006)**

Graduação		Mestrado		Doutorado	
Administração	1	Administração	1	Arqueologia	1
Arquivologia	17	Antropologia da Arte	1	Biblioteconomia	1
Biblioteconomia	7	Biblioteconomia	3	Ciência da Informação	7
Ciência da Computação/ Processamento de Dados	3	Ciência da Informação	6	Ciências Sociais	1
Ciências Estatísticas	1	Comunicação	5	Comunicação/ Ciências da Comunicação	3
Ciências Sociais	1	Comunicação/Informação	1	Documentação	1
Comunicação	2	Educação	2	Educação	4
Direito	3	Engenharia de Produção	1	História	5
Educação	1	História	6	Informática/ Ciência da Computação/ Processamento de Dados	1
História	15	Informática/ Ciência da Computação/ Processamento de Dados	3	<b>Total</b>	24
Jornalismo	1	Memória Social e Documento	7		
Sociologia	1	Multimeios	1		
<b>Total</b>	52	Psicologia Social	1		
		Tecnologia da Informação	1		
		<b>Total</b>	39		

Fonte: elaboração própria, com base nos questionários respondidos pelos docentes dos cursos de graduação em Arquivologia.

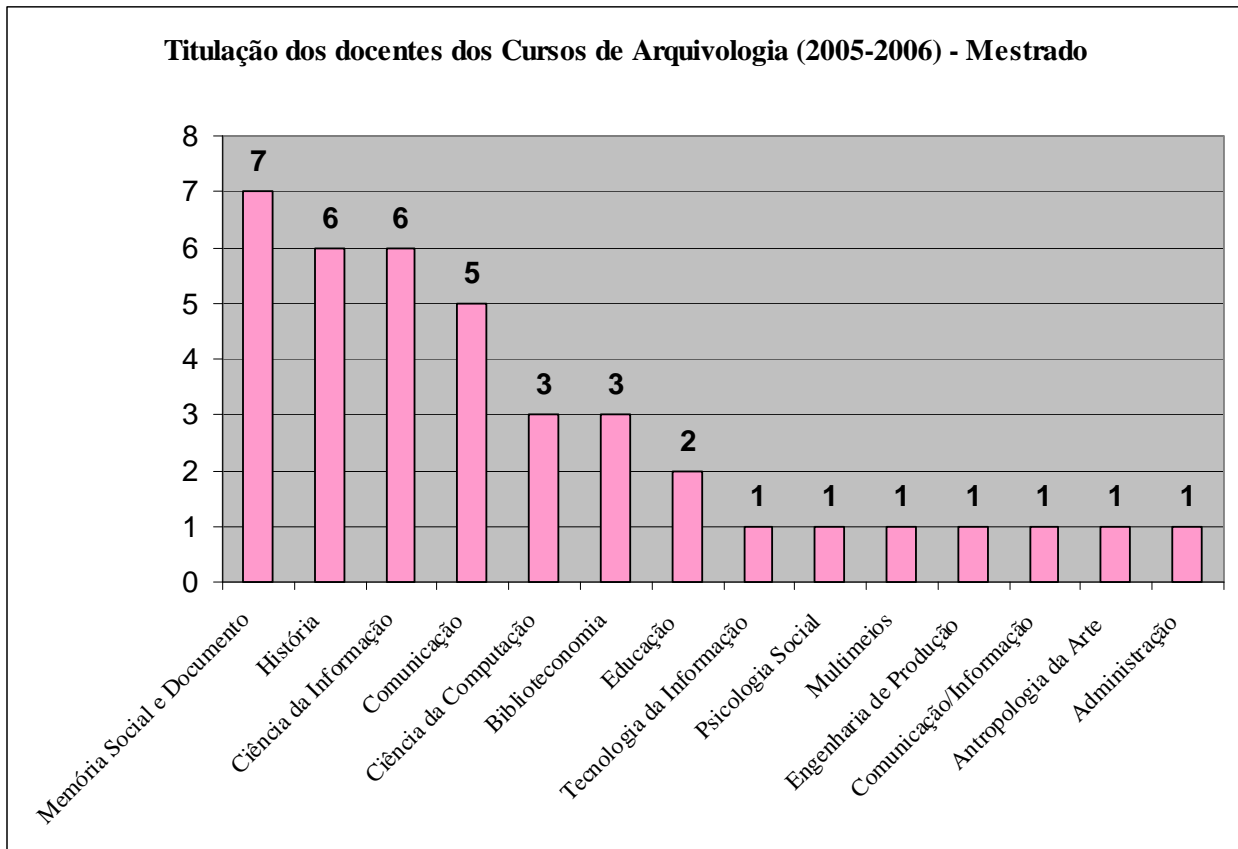
Se verificarmos as três maiores incidências de respostas com relação à formação desses docentes, dos 43 questionários respondidos, observamos que: dezessete desses professores são graduados em Arquivologia, quinze em História e sete em Biblioteconomia, conforme Figura 8.



*Figura n. 8: Formação dos docentes dos Cursos de Arquivologia (2005-2006) – Graduação.  
Fonte: elaboração própria, com base nos questionários respondidos pelos docentes dos Cursos de Arquivologia.*

Quanto ao mestrado, 38 docentes responderam da seguinte forma: sete em Memória Social e Documento, seis em Ciência da Informação, seis em História e cinco em Comunicação, como pode ser observado na Figura 9.





*Figura n. 9: Titulação dos docentes dos Cursos de Arquivologia (2005-2006) – Mestrado.*

*Fonte: elaboração própria, com base nos questionários respondidos pelos docentes dos Cursos de Arquivologia.*

Em relação ao doutorado, de um total de 24 docentes que têm esse título, sete são em Ciência da Informação, cinco em História e quatro em Educação, de acordo com a Figura 10. Apenas um professor possui pós-doutorado em Ciência da Informação.

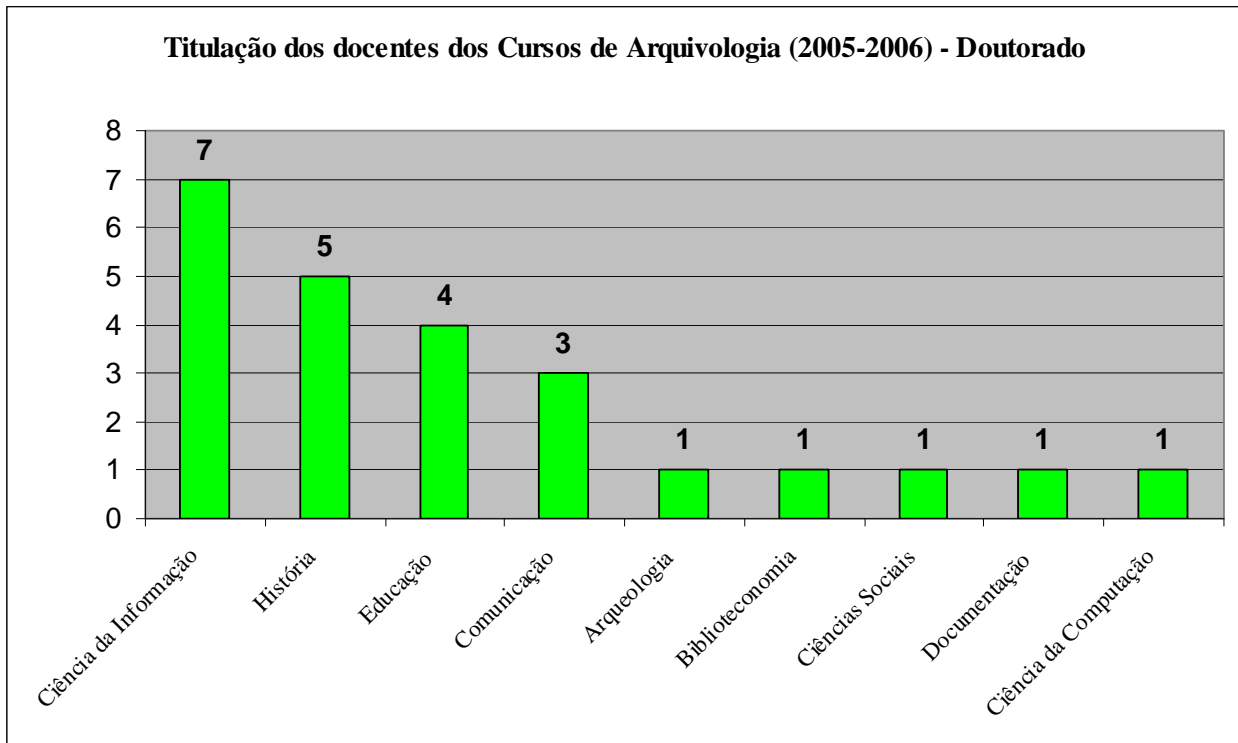


Figura n. 10: Titulação dos docentes dos Cursos de Arquivologia (2005-2006) – Doutorado.

Fonte: elaboração própria, com base nos questionários respondidos pelos docentes dos Cursos de Arquivologia.

Os números relativos à graduação e ao mestrado devem ser relativizados, levando em conta que a maioria dos questionários respondidos foi dos docentes do Curso de Arquivologia da UNIRIO, o qual é o curso mais antigo do Brasil. Além disso, nessa Universidade funciona o Mestrado em Memória Social e Documento desde 1996, o que parece ter propiciado um caminho natural na formação e titulação desses docentes.

Ainda é necessário abrir um parêntese quanto aos dados da graduação, pois quatro professores possuem duas graduações e um, três cursos de graduação. Isso justifica uma maior diversidade dos cursos, em relação ao número de docentes que nos responderam.

Embora nosso questionário não contemplasse a opção de curso *lato sensu* (especialização), cinco professores o apontaram nas suas formações: dois com o Curso de Organização de Arquivos do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da USP, sendo um deles também com o Curso *Archives of Political Parties after the Collapse of Communism* (Budapeste), um com o Curso de Administração de Sistemas de Informação (UFF), um com o Curso da Organização dos Estudos Americanos (OEA) de Estudos de Mercado Turístico e um com o Curso *Information Work Diploma at the Leeds Polytechnic* (Reino Unido).

Nesse sentido, é importante lembrar que, embora alguns docentes não sejam graduados em Arquivologia ou em cursos próximos à disciplina, a sua participação em cursos de especialização, como o Curso de Organização de Arquivos do IEB, justifica, em parte, a sua inserção na área.

Quanto ao local de realização da pós-graduação, a maioria dos docentes a realizou em outras universidades, considerando o seu vínculo atual, de acordo com o seguinte quadro:

**Quadro 22: Cursos de pós-graduação dos docentes dos Cursos de Arquivologia em universidades diferentes de onde trabalham**

Universidade/Programa	Titulação		
	M/D*	M	D
UFRJ/IBICT – Ciência da Informação	2		1
UFRJ – Educação			2
UFRJ – Artes Visuais		1	
UFRJ – Ciência da Computação	1		
UERJ – Ciências Sociais			1
UERJ – Educação		1	
UFMG – Ciência da Informação	1		
USP – Ciências da Comunicação	3	1**	
USP – História		2	4
UNICAMP - Multimeios		2	
UFSM – Integração Latino-Americana		1	
UFSC – Administração		1	
UFRGS – Educação			
UNICAMP - Educação			2
PUCCAMP – Biblioteconomia e Ciência da Informação***		2	
PUC/RS – História		1	
USAL/Espanha – Documentación			1
Université de Paris I (Panthéon – Sorbonne) – Arqueologia			1
Université de Paris (Paris IV– Sorbonne) – História			1
<b>Total</b>	7	12	13

Fonte: elaboração própria, com base nos questionários respondidos pelos docentes dos Cursos de Arquivologia (2005-2006).

\* Nos casos em que os docentes não especificaram se o curso foi de mestrado ou de doutorado.

\*\* Área de concentração: Ciência da Informação e Documentação.

\*\*\* Atualmente denomina-se *Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação*.

Nesse quadro, observamos que de um total de 32 professores que cursaram seu mestrado e/ou doutorado em universidades diferentes das quais atualmente estão trabalhando, apenas três o fizeram no exterior e outros três, em instituições privadas.

Quanto àqueles que cursaram a pós-graduação na mesma universidade onde estão trabalhando, temos um quadro de dezesseis professores:

**Quadro 23: Cursos de pós-graduação dos docentes dos Cursos de Arquivologia nas mesmas universidades onde trabalham**

Universidade/Programa	Titulação		
	M/D*	M	D
UEL – Ciência da Informação	1		
UNIRIO – Memória Social e Documento		7	
UFRGS – Comunicação/Informação		1	
UFBA – Ciência da Informação		1	
UFES - Psicologia		1	
UnB – Ciência da Informação	3		
UFESM – Engenharia de Produção		1	
UFESM – Tecnologia da Informação		1	
<b>Total</b>	4	12	-

Fonte: elaboração própria, com base nos questionários respondidos pelos docentes dos cursos de graduação em Arquivologia (2005-2006).

\* Nos casos em que os docentes não especificaram se o curso foi de mestrado ou de doutorado.

Temos quatro docentes que ainda estão cursando o doutorado em: *Metodologias de investigación en Biblioteconomia y Documentación* (Universidade de Salamanca/Espanha), *Documentación* (Universidade Carlo III/Espanha), Ciência da Informação (UnB) e Informática na Educação (UFRGS).

Considerando os dez cursos de graduação em Arquivologia, dos cinco cursos que estão vinculados a algum Departamento, quatro o estão a Departamentos de Ciência da Informação (UnB, UEL, UFES e UNESP) e um a Departamento de Documentação (UFESM), que, na prática, assemelha-se ou pelo menos se aproxima bastante da Ciência da Informação, conforme o Quadro 20. Os outros quatro cursos (UNIRIO, UFF, UFBA, UFRGS e UEPB) estão em universidades que não têm, em suas estruturas, a divisão em departamentos, mas, em alguns casos, vinculam-se a faculdades ou institutos de Biblioteconomia e Ciência da Informação (caso dos cursos da UFRGS e UFBA).

Quanto às relações entre a graduação e a pós-graduação, observamos que, em oito dos departamentos/faculdades/institutos/centros de vinculação dos Cursos de Arquivologia, existe algum curso de Pós-graduação *stricto sensu*, sendo: quatro em Ciência da Informação (UFF, UnB, UFBA e UNESP), um em Comunicação e Informação (UFRGS), um em Administração, um em Comunicação Social e um em Filosofia (UFESM) e, por um fim, um em Administração e um em Economia (UFES), como demonstrado no Quadro 19.

Nesses quatro Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação, identificamos a presença de dezoito professores dos Cursos de Graduação em Arquivologia. Essas informações

nos permitem concluir que a trajetória natural desses docentes, desde que tenham doutorado, seja o seu credenciamento nesses Programas.

O cruzamento das informações contidas nos Quadros 19 e 20 parece justificar, em parte, a produção científica dos Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação, com temáticas relacionadas à Arquivística, apresentada na Figura 11.

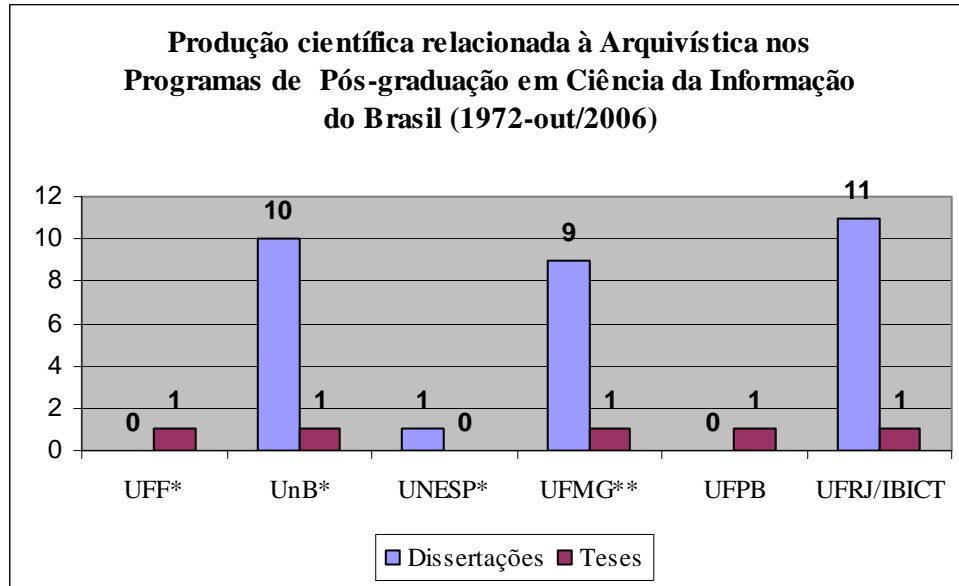


Figura n. 11: Produção científica relacionada à Arquivística nos Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação do Brasil (1972-out/2006)

Fonte: elaboração própria, com base no Banco de Teses da CAPES e nos sítios das universidades.

\* Universidades onde os Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação compartilham o mesmo espaço de Cursos de Arquivologia.

\*\* Na UFMG não há Curso de Graduação em Arquivologia.

Portanto, das 31 dissertações produzidas em Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação do Brasil, onze o são em departamentos que possuem tanto o Curso de graduação em Arquivologia, como a pós em Ciência da Informação. O mesmo acontece com duas das cinco teses defendidas nesses Programas.

Podemos também observar, no Quadro 20, que os cursos de graduação em Arquivologia estão distribuídos em duas grandes áreas do conhecimento (conforme classificação do CNPq): Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas. Esse dado parece refletir tanto uma busca de identidade da área – ou uma identidade em formação, como preferimos utilizar –, quanto uma reafirmação do seu caráter extradisciplinar, o que nos remete às conclusões da pesquisa de Bonal

Zazo, apresentadas anteriormente. Segue, de certa forma, a tendência apontada por Couture (2001-2002), de uma aproximação entre a Arquivística e a Ciência da Informação, também percebida e expressada pelos docentes dos Cursos de Arquivologia que responderam ao nosso questionário.

Quando encaminhamos o questionário para coleta de informações, no item referente às razões da vinculação atual de cada curso (item 24)<sup>193</sup>, no caso, à Ciência da Informação, tivemos como respostas, dos coordenadores e/ou professores que conheciam bem a história dos Cursos, aquelas já transcritas no capítulo 2.

Quando questionamos se concordavam ou não com esse vínculo, considerando o atendimento dos objetivos da Arquivística e se viam relação entre o Curso de Arquivologia e os outros cursos do seu departamento (item 30, extensivo a todos os docentes), tivemos como respostas:

**Quadro 24: Aprovação dos docentes dos cursos de Arquivologia quanto à vinculação desses cursos aos Departamentos de Ciência da Informação (2005-2006)**

Universidade	Concorda			
	sim	não	em termos	não opinaram
UnB	6	-	1	2
UEL	4	-	-	-
UFES	1	-	-	-
UNESP/Marília	3	-	-	-
<b>Total</b>	14	0	1	2

Fonte: elaboração própria, com base nas respostas dos questionários respondidos pelos docentes dos Cursos de Arquivologia da UnB, UEL, UFES e UNESP/Marília (2005-2006).

Os professores que concordam com esse vínculo, justificaram-se com as falas, aqui sintetizadas:

- Pela relação da Arquivística com a Tecnologia da Informação/Informática, ao trabalharem com informação/documentação (UnB);
- Pela relação da Arquivística com a Biblioteconomia e a Ciência da Informação, no tratamento, organização e disseminação da informação e, com efeito, nas questões epistemológicas comuns às duas áreas (UnB);

<sup>193</sup> O item ao qual nos referimos fazia parte da segunda parte do questionário e não foi respondido pela UFES. No caso da UFBA, a questão não procedia, uma vez que o Curso de Arquivologia não está vinculado a qualquer departamento.

- Pelas contribuições da Biblioteconomia quanto à indexação, estudo de usuários e análise da informação (UnB);
- Pela estreita relação entre os cursos de Arquivologia e de Biblioteconomia, por pertencerem à grande área “Ciência da Informação” e por serem ofertados pelo Departamento de Ciência da Informação (UEL);
- Pelo objeto de estudo da área (UEL);
- Pela inserção da Arquivologia na Ciência da Informação – realidade do País quanto às exigências do mercado (UEL);
- Pelo tronco comum de disciplinas para a Biblioteconomia e a Arquivologia (UEL);
- Porque tanto as unidades de informação arquivísticas como as biblioteconômicas são instituições sociais, culturais e educacionais, indispensáveis ao desenvolvimento social (UFES);
- Pelos laços interdisciplinares entre a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Ciência da Informação (UFES);
- Porque a proposta de criação do curso de Arquivologia vinculado ao Departamento de Ciência da Informação atende, na sua concepção curricular, tanto aos interesses comuns dos alunos da Biblioteconomia e de Arquivologia, quanto aos seus interesses específicos (UNESP/Marília);
- Porque tanto a Biblioteconomia como a Arquivologia encontram um espaço de interlocução na Ciência da Informação (UNESP/Marília).

No caso da UFSM, os docentes declararam-se satisfeitos com o vínculo do Curso ao Departamento de Documentação, uma vez que esse departamento atende, exclusivamente, ao Curso de Arquivologia.

Retomando os outros quatro cursos de Arquivologia restantes, ou seja, aqueles que não estão vinculados à Ciência da Informação/Documentação, um deles está num departamento que tem um programa com afinidade com a Ciência da Informação: a Pós-Graduação em Comunicação e Informação da UFRGS, em que a linha de pesquisa “Informação, Tecnologias e Práticas Sociais” permite desenvolver pesquisas com temas arquivísticos. No curso da UNIRIO – que está num departamento cujo Programa de Pós-graduação está classificado como sendo de

natureza multidisciplinar<sup>194</sup> e que não tem professores do Curso de Arquivologia credenciados nesse Programa – foram identificadas dissertações com temas arquivísticos, conforme Quadro 29.

Na UFBA há a Pós-graduação em Ciência da Informação, mas não mapeamos – por meio dos métodos utilizados na pesquisa – qualquer pesquisa com esses temas (Quadro 25). Esse fato, contraditoriamente àquele de que nessa Universidade já foram desenvolvidos muitos projetos de iniciação científica com temáticas arquivísticas, talvez possa ser justificado pela escassez de doutores, o que dificulta a orientação de pesquisas na pós-graduação.

Quanto à UFF, como o convênio do IBICT foi transferido para essa Universidade em 2003, já foi desenvolvida uma tese com temática relacionada à Arquivística e, possivelmente, existam outras pesquisas, como temas relacionados à Arquivística, em desenvolvimento. Nesses dois últimos casos, identificamos a presença de professores dos Cursos de Arquivologia nos Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação (conforme Quadro 19).

Uma variável a ser considerada, nesse caso, é a presença de docentes cujos interesses temáticos de pesquisa estão essencialmente voltados para a Arquivística, como é o caso da linha de pesquisa “Historiografia e Documentação” da USP, que tem projetos de pesquisa estreitamente relacionados com a Arquivística (Quadro 29). Pode-se supor que os seus pesquisadores – que já tinham uma carreira acadêmica consolidada em História –, provavelmente em função do seu envolvimento com a prática e as reflexões próprias da Arquivística, tenham provocado uma demanda por orientação, com temática relacionada a essa área, em História. A opção mesmo de criar, no departamento de História, essa linha de pesquisa parece confirmar isso<sup>195</sup>.

A análise dos vínculos acadêmico-institucionais dos Cursos de Arquivologia ainda nos remete aos motivos históricos desses Cursos estarem num ou noutro departamento, nas Ciências Humanas ou nas ciências Sociais Aplicadas, como vimos na pesquisa dos documentos de criação e implantação desses cursos.

A inserção da Arquivística numa ou noutra área, parece, por sua vez, ter implicações na identidade dos arquivistas e dos docentes da disciplina. Assim, apoiados nas reflexões de Bourdieu (1983a), Sobral (1995) e Polity (2000), quanto ao campo simbólico de uma área (que

<sup>194</sup>Disponível em: <[http://www1.capes.gov.br/Scripts/Avaliacao/MeDoReconhecidos/Area/Curso.asp?cd\\_programa=31021018002P4](http://www1.capes.gov.br/Scripts/Avaliacao/MeDoReconhecidos/Area/Curso.asp?cd_programa=31021018002P4)>. Acesso em 07 nov. 2006.

<sup>195</sup> O número indicado no Quadro 29 relacionado à USP está, acreditamos, aquém da produção efetiva desse Programa. Essa dificuldade se deve ao fato de não ser possível, apenas pelos títulos das teses e dissertações, enquadrá-las nos temas arquivísticos.



Bourdieu chama de *Campo Científico*) e dos atores sociais que a constituem (pares), sintetizamos as opiniões dos docentes quanto à proximidade/vinculação da Arquivística às Ciências Humanas e/ou Sociais<sup>196</sup>.

A maioria dos docentes (22) apontaram essa identidade em relação às Ciências Sociais, justificando-se:

- as características fundamentais de aplicabilidade dos objetos e do campo de conhecimento da Arquivística;
- a relação entre a informação e a comunicação, que se dá nos grupos sociais;
- a perspectiva acadêmica mais abrangente que é propiciada à Arquivologia;
- a informação como objeto de estudo “socialmente contextualizado”;
- considerando a Arquivística na perspectiva social das relações humanas;
- a Ciência da Informação integra a área das Ciências Sociais;
- os documentos são reflexo do pensar, fazer e agir do homem, enquanto ser social;
- o fazer (prática) da Arquivística é um produto social.

Alguns desses docentes foram mais específicos, apontando uma identidade da Arquivística com as Ciências Sociais Aplicadas pelos seguintes motivos:

- as técnicas arquivísticas justificam-se na função social de promoção de acesso à informação;
- ao estar ao lado de outras disciplinas que subsidiam ações sociais, há uma interessante troca de experiências, quanto ao desenvolvimento de práticas sociais;
- caráter eminentemente social da informação (objeto de trabalho);
- a informação como artefato social;
- porque com seu produto o arquivo gera recursos para a consolidação da cidadania de um povo;
- a Arquivística está fortemente associada a técnicas direcionadas às aplicações, vinculadas ao estudo sobre o homem/sociedade e não exatamente quanto aos documentos/acervos;
- considerando a importância da disseminação da informação e da memória/patrimônio documental;

---

<sup>196</sup> O item do nosso questionário que se referia a essas questões (n. 31) tinha como opções: Ciências Sociais, Ciências Humanas e outras. Nesse último caso, o informante poderia preencher com qualquer disciplina ou combinação de disciplinas, uma vez que a questão era aberta.

- o saber social remete-se aos agrupamentos humanos e suas interações, focando a atividade do homem e seus reflexos espaço-temporais;
- a interdisciplinaridade com as áreas de Humanas, Administração e as Tecnologias da Informação faz com que sua episteme se aproxime de uma Ciência Social mais prática;
- os arquivos atendem aos aspectos sociais.

Apenas três docentes optaram pela proximidade da Arquivística às Ciências Humanas, de forma isolada. Segundo eles, essa proximidade se daria pela natureza dos estudos desenvolvidos em Documentação e em Arquivística; pela amplitude de atividades e pela formação interdisciplinar dos discentes.

Grande parte dos informantes aproveitou a opção em aberto para combinar as duas áreas anteriores entre si e/ou com outras disciplinas. Assim, tivemos as seguintes combinações:

- **Ciências Humanas e Sociais**, considerando as relações da Arquivística: com a Arqueologia (mesmo objeto, com abordagens diferentes); a História, a Antropologia e a Sociologia (novos tipos de documentos utilizados e a preservação da memória social); a Administração, a Economia e o Direito (importância da avaliação arquivística); a Informática (por ambas trabalharem com a informação/documentação); a Administração (considerando a multidisciplinaridade da informação); a Administração e o Direito (nas fases corrente e intermediária).

Além dessas relações, a proximidade da Arquivística simultaneamente às duas áreas, ainda foi justificada pela vinculação do Curso de Arquivologia ao Centro de Ciências Humanas e Sociais (no caso da UNIRIO); pelo caráter interdisciplinar do Curso e pela concepção da informação enquanto um problema social, da sua produção ao seu acesso.

- **Ciências Humanas e História**, tendo em vista a tradicional vinculação da Arquivística a essa disciplina;
- **Ciências Humanas e Administração**, por estar a Arquivística estar mais ligada à gestão e pela importância dos arquivos na tomada de decisões.

Ratificando as informações apresentadas quanto às relações intensas entre a **Arquivística** e a **Ciência da Informação**, alguns docentes mencionaram essas relações, no âmbito:

- das **Ciências Sociais**: a Ciência da Informação integra a área das Ciências Sociais;
- das **Ciências Sociais e Humanas**: posição inter e transdisciplinar da Arquivística com a Ciência da Informação, História e com as Ciências Informáticas; ligação da Arquivologia com a História, Administração, Direito, Ciência da Informação e Comunicação; relação com a Ciência da

Informação (Ciências Sociais) e com a História (Ciências Humanas); identidade da Arquivística muito próxima à Ciência da Informação, sem ignorar que venha buscando uma identidade própria como área do conhecimento;

- da própria **Ciência da Informação**: fornece as bases teórico-metodológicas para a formação do profissional da informação, conservando as especificidades da Arquivologia e da Biblioteconomia e “há, no objeto de estudo arquivístico, a manifestação de um fenômeno informacional específico, pautado por uma ambiência (o arquivo), um valor (a prova) e uma metodologia de organização”.

Essas opiniões parecem ratificar, portanto, os diálogos da Arquivística com outras disciplinas e áreas do conhecimento, sobretudo com a Ciência da Informação, nos planos teórico, institucional, simbólico e de investigação (pesquisa).

Ainda foi possível constatar que as linhas de pesquisa, cujos títulos indicam ser possível produzir dissertações ou teses com temas relacionados à Arquivística, concentram-se majoritariamente nos programas de pós-graduação em Ciência da Informação (IBICT/UFRJ, UNESP, UFMG, PUCCAMP/FABI, UnB e USP). Os programas de pós-graduação que possuem o maior número de dissertações e teses com essas temáticas são: em Ciência da Informação da UFRJ/IBICT, com doze trabalhos; em Ciência da Informação da UnB, com onze; em Ciência da Informação da UFMG, com dez; em História Social da USP, com nove; em Memória Social e Documento, da UNIRIO, com sete trabalhos (conforme Quadro 25). Encontramos, também, um trabalho de mestrado profissionalizante, intitulado “Um estudo do patrimônio documental arquivístico do Estado de Goiás”. No entanto, não o incluímos nesse quadro, uma vez que nosso universo não contemplava pesquisas produzidas em mestrados profissionalizantes<sup>197</sup>. Além disso, foram mapeadas duas teses de livre docência, desenvolvidas no Programa de Comunicação, Imagem e Informação da UFF e no Programa de História Social da USP, que também não constam no quadro que se segue:

---

<sup>197</sup> A grande diferença entre os dois tipos de mestrado é que, enquanto o acadêmico forma pesquisadores e docentes, o profissional qualifica para o mercado de trabalho. Disponível em: <[http://www.capes.gov.br/capes/portal/conteudo/10/N02\\_29092005S.htm](http://www.capes.gov.br/capes/portal/conteudo/10/N02_29092005S.htm)>. Acesso em 12 dez. 2006.

**Quadro 25: Distribuição das dissertações e teses com temas relacionados à Arquivística, por Programa de Pós-graduação (1972-out/2006)**

Universidade - Programa de Pós-graduação	Produção científica	
	Dissertações	Teses
UFRJ/IBICT* - Ciência da Informação	11	1
UFRJ - Arquitetura	1	-
UFRJ - Comunicação	1	-
UFRJ - Educação	-	1
UFRJ - História	-	1
UFF - Comunicação, imagem e informação**	3	-
UFF/IBICT - Ciência da Informação	-	1
UFF - História Social**	1	-
USP - Ciências da Comunicação	4	-
USP - História Social**	8	1
USP - Educação	1	-
USP - Ciência Social (Antropologia Social)	1	-
UNESP/Marília - Ciência da Informação	1	-
UFMG - Ciência da Informação	9	1
UFMG - Artes Visuais	1	-
UFPA - Ciência da Informação	1	-
UnB - Ciência da Informação	10	1
UNIRIO - Memória Social	7	-
UNIRIO - Música	1	-
UFBA - Ciência da Informação	-	-
UFBA - Letras e Linguística	-	1
UFBA - Educação	-	1
UFRGS - Pós-graduação em Comunicação e Informação	-	-
UFSC - Ciência da Informação	-	-
UFSC - Administração	3	-
UFAM - Educação	1	-
UFES - Engenharia de Produção	3	-
UERJ - Letras	1	-
PUCAMP - Biblioteconomia e Ciência da Informação	5	-
CEFET	1	-
PUC/RJ - Letras	-	1
PUC/SP - Administração	1	-
Fundação João Pinheiro (Escola de Governo) Administração Pública	1	-
<b>TOTAL</b>	<b>77</b>	<b>10</b>

Fonte: elaboração própria, com base no Banco de Teses da CAPES e nos sítios das universidades e do IBICT.  
\* Esse curso não está mais na UFRJ, como já mencionamos anteriormente. Preferimos mantê-lo no quadro, pois, de qualquer forma, à época do levantamento era assim que se configurava a produção com temas arquivísticos.

\*\* Nesses programas também foram produzidas teses de livre docência.

Examinando-se os títulos das pesquisas e, em alguns casos, os seus resumos<sup>198</sup>, observamos que a maioria das teses e dissertações desenvolvidas nas universidades relaciona-se ao *objeto e finalidade da Arquivística*, às *funções arquivísticas*, aos *arquivos e a sociedade* e ao *meio profissional dos arquivos*, como apresentado na Figura 12.

<sup>198</sup> Os resumos das dissertações e teses mapeadas no Banco de Teses da CAPES foram lidos nos casos em que os seus títulos não eram claros quanto à relação temática com a Arquivística.

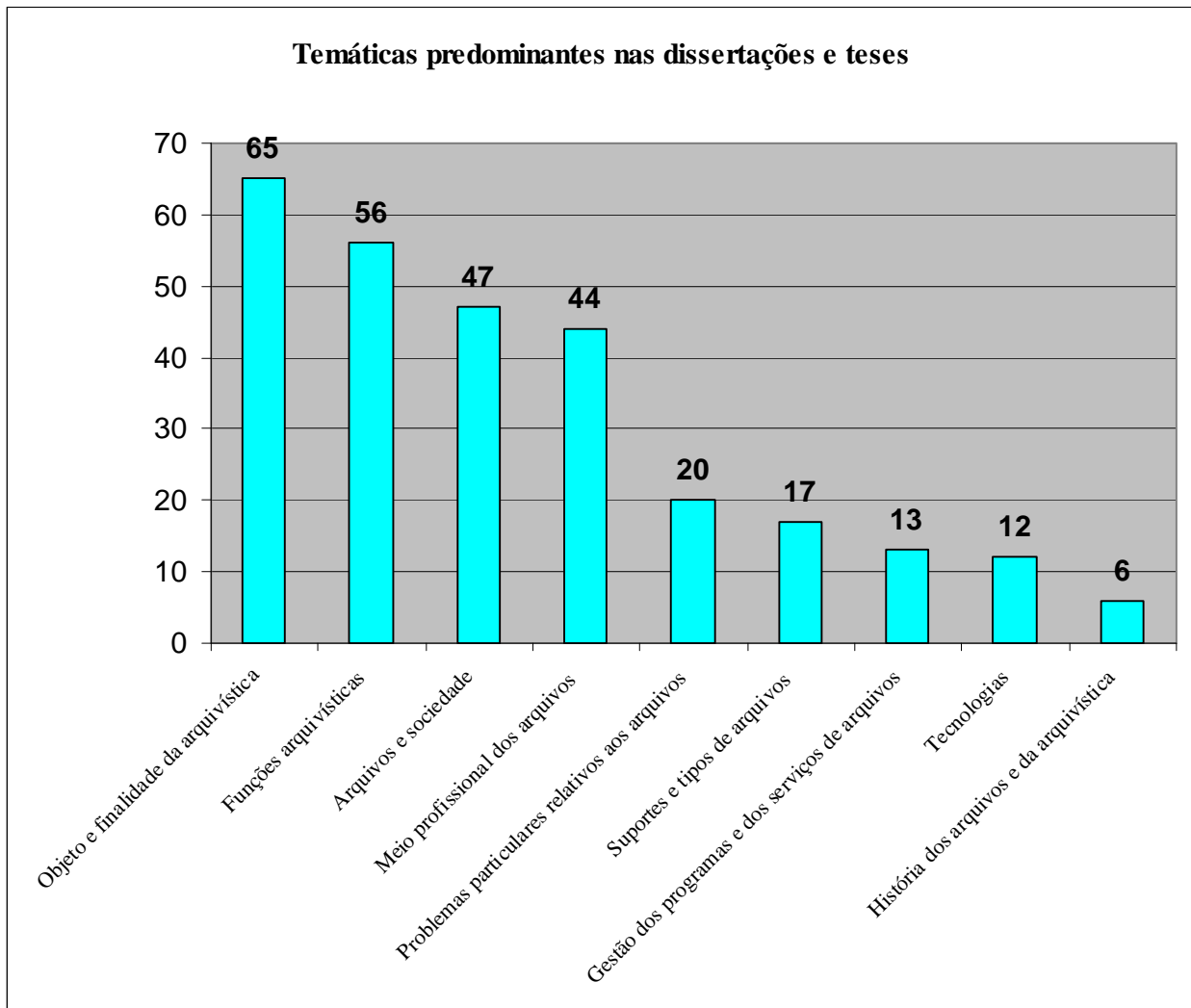


Figura n. 12: Temáticas predominantes nas dissertações e teses com temáticas relacionadas à Arquivística (1972-out/2006)

Fonte: elaboração própria, com base em Couture, Martineau e Ducharme (1999, p. 76) e Araújo (2006).

A análise desse quadro aponta para, pelo menos, duas situações predominantes no âmbito da pesquisa na pós-graduação: a primeira se relaciona a um compartilhamento de interesses de pesquisa quanto a temas amplos, que perpassam a maioria dos estudos arquivísticos como: os arquivos como objetos de intervenção, a finalidade da Arquivística, a utilidade dos arquivos, o papel social e o lugar da Arquivística na sociedade, a Arquivística como disciplina e como profissão e as funções arquivísticas.

Esses interesses de pesquisa parecem aproximar-se das conclusões de Bonal Zazo (2003) quanto à multidisciplinaridade e à presença de uma diversidade de metodologias de pesquisa e de

enfoques de análise observadas nas pesquisas, com temáticas voltadas para a Arquivística, desenvolvidas nas universidades espanholas.

De forma geral, os temas predominantes das pesquisas relacionadas à Arquivística, produzidas nas universidades brasileiras, parecem convergir para preocupações contemporâneas da área, como a sua própria identidade, o perfil profissional do arquivista, o acesso aos documentos, etc., que parecem influenciar e serem influenciadas por uma mudança de paradigma na trajetória da disciplina. Aos poucos, os seus temas clássicos, tais como o tratamento/organização de documentos (classificação, avaliação, tipologia documental, elaboração de instrumentos de pesquisa, recuperação da informação), que têm uma natureza mais técnica vêm fomentando os interesses dos pesquisadores quanto a questões mais voltadas para a reflexão acadêmica. Esses interesses parecem indicar que a Arquivística deixa de ser concebida, aos poucos, como uma disciplina eminentemente técnica e passa a ser reconhecida como uma disciplina de caráter científico, que contempla pesquisas com temas próprios.

Por outro lado, ainda existem preocupações quanto ao estudo de rotinas e de acervos de determinadas instituições (estudos de caso). Nesse caso, essas preocupações parecem aproximar-se do estudo de Bonal Zazo (2003) quanto às pesquisas, com temas arquivísticos, desenvolvidas fora das universidades, que estão mais voltadas para questões pontuais e técnicas.

Quanto ao financiamento, embora não tenha sido possível analisar a questão do fomento às pesquisas relacionadas à Arquivística, comparativamente às outras áreas no Brasil, as informações contidas no Quadro 29 nos permitem observar que 23 do total de 87 dissertações e teses mapeadas receberam algum tipo de financiamento, seja de agências estaduais ou federais. A análise isolada desses números nos sugere, de forma bastante limitada, que a área ainda carece de recursos no Brasil, talvez pelos aspectos político-institucionais já mencionados.

Em relação à produção científica com temáticas relacionadas à Arquivística, no âmbito da graduação, observamos, no Quadro 15, projetos de iniciação científica do Curso de Arquivologia da UnB, com uma concentração de projetos no período 2003-2004. Constatamos, também, que a partir de 2000 essa produção aumentou, quando a comparamos com o período anterior (1994 – 1999). Por outro lado, notamos que, de um quadro de nove professores efetivos, à época do nosso levantamento, quatro desenvolveram projetos, o que expressa uma regularidade na participação

do corpo docente no PIBIC<sup>199</sup>. Dos quatorze projetos mapeados, a maioria relaciona-se aos arquivos e à sociedade, ao objeto e à finalidade da Arquivística e às funções arquivísticas. Por outro lado, não observamos os temas *tecnologias e suportes/tipos de arquivos* em nenhum dos projetos mapeados, de acordo com o Quadro 26.

**Quadro 26: Temáticas predominantes nos projetos de iniciação científica produzidos no Curso de Arquivologia da UnB (1994-2005)**

Tema	Frequência (N)
Objeto e finalidade da arquivística	9
Arquivos e sociedade	10
História dos arquivos e da arquivística	6
Funções arquivísticas	9
Gestão dos programas e dos serviços de arquivos	1
Tecnologias	-
Suportes e tipos de arquivos	-
Meio profissional dos arquivos	6
Problemas particulares relativos aos arquivos	5

Fonte: elaboração própria, com base em Couture, Martineau e Ducharme (1999, p. 76) e Araújo (2006).

A predominância dessas preocupações amplas, que perpassam a maioria das pesquisas relacionadas à área, parece apontar, como já mencionamos, para um amadurecimento dos seus estudos quanto à formação e à consolidação da Arquivística como disciplina.

Quanto à produção científica dos demais cursos de Arquivologia, a maioria dos projetos levantados está na UFBA<sup>200</sup>. Dos nove projetos identificados, as principais temáticas que os perpassam são: objeto e finalidade da Arquivística (semelhantemente aos projetos do Curso de Arquivologia da UnB) e meio profissional dos arquivos. Nesse último caso, vemos uma preocupação quanto ao estudo de rotinas e de documentos produzidos por instituições específicas, isto é, estudos de caso. Não identificamos projetos sobre *gestão dos programas e dos serviços de arquivo*, bem como sobre *problemas particulares relativos aos arquivos*, conforme Quadro 27.

<sup>199</sup> Desses nove professores do Curso de Arquivologia da UnB, dois, apesar de serem doutores, só passaram a compor o corpo docente desse curso recentemente, o que justifica suas ausências do quadro.

<sup>200</sup> Embora também se tenha ampliado o mapeamento dos PIBIC's relativos aos outros cursos de Arquivologia, ainda hoje, como na pesquisa inicial, as informações referentes aos projetos de iniciação científica não refletem a atual realidade da produção no PIBIC nas outras 8 universidades, uma vez que ainda não obtivemos resposta da UFES, da UFF, da UFRGS e é bastante provável que existam projetos de PIBIC nesses cursos.

**Quadro 27: Temáticas predominantes nos projetos de iniciação científica produzidos nos Cursos de Arquivologia da UEL, UFSM, UFBA e UNIRIO (2001-2005)**

<b>Tema</b>	<b>Frequência (N)</b>
Objeto e finalidade da arquivística	8
Arquivos e sociedade	5
História dos arquivos e da arquivística	4
Funções arquivísticas	2
Gestão dos programas e dos serviços de arquivos	-
Tecnologias	2
Suportes e tipos de arquivos	1
Meio profissional dos arquivos	7
Problemas particulares relativos aos arquivos	-

Fonte: elaboração própria, com base em Couture, Martineau e Ducharme (1999, p. 76) e Araújo (2006).

Por outro lado, os resultados de alguns cursos devem ser interpretados com bastante cautela. O escopo de nossa pesquisa era os projetos de iniciação científica institucionais, mas isso não quer dizer que os cursos que não os têm, não desenvolvam pesquisas. Atualmente, alguns cursos – como o da UFSM e o da UNIRIO, por exemplo – têm nos seus currículos os Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC)<sup>201</sup>.

Já os projetos de iniciação científica com temáticas relacionadas à Arquivística identificados nos cursos de Biblioteconomia (Quadro 17), têm como temas predominantes: *objeto e finalidade da Arquivística, arquivos e sociedade e meio profissional dos arquivos*, como pode ser observado no Quadro 28. Semelhantemente ao caso dos projetos de iniciação científica dos Cursos de Arquivologia da UEL, UFSM, UFBA e UNIRIO, as temáticas predominantes dos projetos dos Cursos de Biblioteconomia e de Arquivologia assemelham-se quando se trata do objeto e finalidade da Arquivística e do meio profissional dos arquivos.

Curiosamente, observamos uma distribuição uniforme das temáticas nesses projetos, embora não tenhamos notado preocupações voltadas para a *gestão dos programas e dos serviços de arquivos*.

<sup>201</sup> No I Congresso Nacional de Arquivologia (Brasília, 23-26 de novembro de 2004) foram apresentados trabalhos que resultaram de pesquisas de Conclusão de Curso (TCC's).



**Quadro 28: Temáticas predominantes nos projetos de iniciação científica produzidos nos Cursos de Biblioteconomia (2000-2005)**

Tema	Frequência (N)
Objeto e finalidade da arquivística	4
Arquivos e sociedade	4
História dos arquivos e da arquivística	1
Funções arquivísticas	3
Gestão dos programas e dos serviços de arquivos	-
Tecnologias	1
Suportes e tipos de arquivos	1
Meio profissional dos arquivos	4
Problemas particulares relativos aos arquivos	3

Fonte: elaboração própria, com base em Couture, Martineau e Ducharme (1999, p. 76) e Araújo (2006).

Portanto, a maioria dos projetos de iniciação mapeados converge para preocupações acerca do *objeto e finalidade da Arquivística*, bem como quanto aos *arquivos e sociedade*, como pode ser observado na Figura 13.

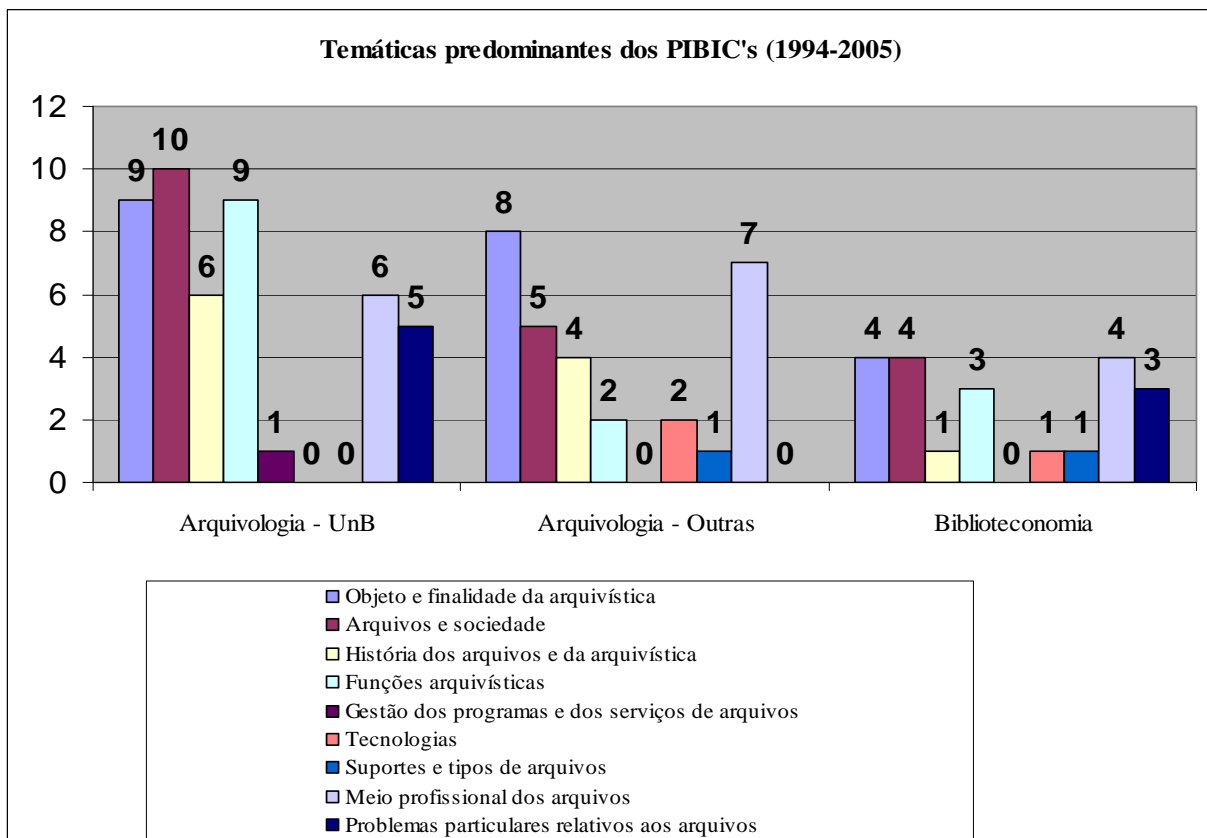


Figura n. 13: Temáticas predominantes dos projetos de iniciação científica dos Cursos de Arquivologia e de Biblioteconomia do Brasil (1994-2005).

Fonte: elaboração própria, com base nos anais dos Congressos de Iniciação Científica e nas correspondências recebidas desses cursos.

Ressaltamos, ainda, que o *Método da História Cruzada* (WERNER; ZIMMERMANN, 2003) nos proporcionou o estudo da trajetória da Arquivística, perpassado pelo cruzamento dos pontos de vista, de escalas, das relações entre o observador e o objeto e, sobretudo, considerando o entrecruzamento do papel das instituições arquivísticas, das associações de arquivo e das universidades, ou seja, os *cruzamentos intrínsecos ao objeto*.

A análise desses resultados, na perspectiva desse método, permite-nos algumas considerações e reflexões acerca da configuração dessa disciplina no Brasil.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Os arquivos, os arquivistas e a arquivística são, pois, de todos os tempos. Relevam de uma longa tradição da qual podem extrair lições e encontrar a sua razão de ser” (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 55).

Como a Arquivística se configura no campo científico? Quais são as suas relações com as outras disciplinas nesse processo?

A análise da trajetória da formação da Arquivística como disciplina no Brasil ilumina essas questões e permite observar que a história dessa formação é marcada pela necessidade de habilitação técnica de pessoal para o tratamento dos acervos produzidos/acumulados, sobretudo pelas instituições públicas brasileiras.

Diante dessa necessidade de habilitação, a realização de diversos cursos pelo AN foi essencial para a implementação do CPA, que, por sua vez, subsidiou a conquista de espaços na Universidade, pela Arquivística. Nesse sentido, não resta dúvidas que essa conquista definiria os rumos e a configuração da disciplina no Brasil, com a criação de mais nove Cursos de Arquivologia.

A partir dos documentos pesquisados, observamos uma convergência de esforços (do Estado, das associações e das instituições) para levar a Arquivística para a Universidade. Evidentemente, como efetuamos um recorte no universo da pesquisa, seja possível a existência de outros discursos contrários a essa conquista de espaço, mas, considerando os resultados, estes parecem não ter sido hegemônicos.

Mas a trajetória de formação da Arquivística é, também, marcada por diálogos com outras disciplinas. Como vimos, o papel e a contribuição do AN como a principal instituição custodiadora dos acervos permanentes do País foram marcados por uma tradição histórica, a qual, em algum momento, teve de render-se e se abrir à Ciência da Informação. Essa tradição pode ser ilustrada, por exemplo, com a preocupação dessa instituição quanto à preparação de arquivistas, tendo-se em vista a preservação das fontes históricas (ARQUIVO NACIONAL, 1970b, p. 6) e pelas razões de inserção do CPA no Centro de Ciências Humanas e Sociais da FEFIERJ, onde bem mais tarde (em 2000) também estaria abrigado o Curso de História (embora, estruturalmente, as escolas que compõem o atual Centro de Ciências Humanas sejam independentes).

Apesar de não ser possível identificarmos em qual momento se deu essa abertura, os resultados apresentados quanto aos vínculos acadêmico-institucionais dos Cursos de

Arquivologia, a formação/titulação dos seus docentes e a produção científica da pós-graduação, com temáticas relacionadas à área, nos permitem concluir que há, prioritariamente, uma adesão dessa disciplina à Ciência da Informação, ratificada pela fala de alguns docentes, como essa que selecionamos:

Apesar de minha formação como historiadora, acredito que os meus horizontes “temáticos” ampliaram-se na CI pois há diversos assuntos que não são tratados na história como, por exemplo, a questão do acesso às informações. Acho que na CI se problematiza o uso das informações, enquanto na história, por exemplo, faz-se uso das informações. Por outro lado, talvez pelo fato de a CI ainda ser uma ciência “nova” ela dá abertura para um amplo leque de diálogos interdisciplinares o que, de certa forma, deixa os pesquisadores em Arquivística, um pouco mais à vontade<sup>202</sup>.

O “casamento” entre as duas disciplinas parece ser promissor, apesar de não ter aceitação unânime entre os seus estudiosos, como vimos nas questões referentes à TAC proposta pelo CNPq em 2005.

As aplicações práticas e as contingências históricas da Arquivística – dois dos critérios para a caracterização da natureza de uma disciplina, propostos por Heckhausen (1972, p. 83-87), conforme Quadro 5 – incitam-nos a pensar, por um lado, numa acomodação acadêmica, ou num “consenso apático”, ao qual se referem Couture, Martineau e Ducharme (1999, p. 33) da Arquivística como uma subárea da Ciência da Informação – de acordo com a TAC do CNPq ainda em vigor – ou, por outro lado, numa afinidade maior das duas disciplinas, em termos teóricos, epistemológicos, ontológicos, políticos, simbólicos, etc.

Ficou claro que esses diálogos da Arquivística com outras disciplinas, sobretudo com a Ciência da Informação, não afetam sua identidade como disciplina científica: afinal, “Autonomia não significa isolamento” (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 73). O amadurecimento da disciplina parece ter se traduzido na necessidade de criação dos cursos de graduação e, posteriormente, no desenvolvimento de pesquisas com temáticas arquivísticas nos cursos de Pós-graduação *stricto sensu*. Dessa forma, no campo epistemológico extradisciplinar, podemos realmente considerar que os vínculos institucionais da Arquivística na universidade e a formação do quadro docente dos seus cursos de graduação são aspectos que demonstram as dimensões das suas relações com outras disciplinas, influenciando na sua produção científica e abrindo caminho para a afirmação de sua identidade como disciplina científica.

---

<sup>202</sup> Fala transcrita do questionário respondido por um docente do Curso de Arquivologia da UnB.

As temáticas predominantes dessa produção parecem demonstrar que essas relações também acontecem internamente aos desdobramentos do seu objeto de estudo<sup>203</sup>, com o delineamento de pesquisas com temas propriamente arquivísticos, ainda que, é bom lembrar, fortemente inter, multi e transdisciplinares. Isso pode ser explicado, dentre outros aspectos, pelo fato da Arquivística ser uma disciplina cuja identidade ainda está em formação, particularmente no meio acadêmico. Evidentemente, não estamos defendendo aqui que essa identidade se faça às custas do seu isolamento. Ao que tudo indica, hoje, mesmo para as ciências consolidadas, isso não é mais possível. As questões apresentadas pela sociedade contemporânea exigem cada vez mais olhares múltiplos e, no caso da Arquivística, suas relações tradicionais com a História e depois com a Ciência da Informação, a Biblioteconomia, a Informática, o Direito e a Administração, dentre outras, indicam que a abordagem da informação orgânica – objeto da Arquivística – não se pode fazer com apenas um viés de análise.

Os dados levantados permitem-nos concluir que, no Brasil, a Arquivística como disciplina já começa a delinear uma “comunidade científica”. Nesse sentido, a identificação de grupos de pesquisa congregando pesquisadores da área poderá apontar se caminhamos para uma consolidação dessa comunidade.

De fato, o número de dissertações e teses com temáticas relacionadas à Arquivística (ao todo, 87 trabalhos de universidades públicas, privadas e de outras instituições) pode parecer insignificante apenas se comparado ao de outras disciplinas já consolidadas. Mas, em se tratando de um campo recente na área acadêmica, esse resultado adquire outra dimensão. Para a área, esse número representa uma amostra significativa que, num segundo momento, evidencia um duplo aspecto: 1) a autonomia da Arquivística, sem perder de vista as suas 2) relações extradisciplinares, ou seja, seus laços e diálogos com outras disciplinas e áreas do conhecimento.

Esse número aponta, também, para outra reflexão: alguns dos Cursos de Arquivologia funciona apenas no horário noturno (na UNIRIO, UnB, UEL, UFRGS esses cursos funcionam somente à noite; na UFBA e na UFES, à noite e à tarde; e na UFSM e UNESP, pela manhã; na UFF, nos três períodos; e na UEPB, pela manhã e à noite) e isso provavelmente reflete no número de estudantes que podem, futuramente, dedicar-se à pesquisa e pode ser uma dificuldade adicional para os docentes desses cursos, no sentido de preparar futuros pesquisadores. Essa

---

<sup>203</sup> A partir dos critérios propostos por Heckhausen para caracterizar uma disciplina científica (1972) e como ilustramos na Figura 5, tivemos oportunidade de visualizar os desdobramentos do objeto arquivístico – a informação orgânica registrada –, o qual contempla as relações da Arquivística com outras disciplinas.

informação sugere que, num primeiro momento, as pós-graduações tenham atraído prioritariamente profissionais que já trabalhavam em instituições arquivísticas ou similares. Por outro lado, o fato da graduação em Arquivologia ser recente faz com que os alunos formados na área ainda estejam em fase de amadurecimento.

Apesar de existir um número considerável de docentes dos Cursos de Arquivologia em Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação (Quadro 19), se considerarmos os demais programas de pós-graduação existentes nos departamentos/faculdades/institutos/centros de vinculação desses Cursos, o número desses docentes ainda é pequeno – a exemplo das observações de Couture (2001-2002) acerca da deficiência de docentes e pesquisadores em Arquivologia –, o que pode ser explicado pela ausência de titulação (doutorado) desses professores, os quais ainda estariam completando sua formação (mestrado e doutorado).

Deve-se considerar, também, que parte das pesquisas em Arquivística (cruzando as informações dos Quadros 19 e 20) parece caminhar independentemente da existência de docentes da Arquivologia nos Programas de Pós, ou seja, há orientadores capazes de orientar dissertações e teses com temáticas relacionadas à Arquivística, o que, como já havíamos destacado, pode repercutir nos recortes temáticos e nos métodos. Não sabemos até que ponto os orientandos que têm formação em Arquivística ou são profissionais da área influenciam os próprios orientadores e até, conforme o caso, redirecionando ou ampliando os interesses destes últimos. Nesse sentido, Jardim pontua que:

É interessante percebermos o impacto que a Pós-Graduação começa a ter na nossa graduação, à medida que alunos de Biblioteconomia e Arquivologia começam a perceber essa realidade como mais próxima e começam a procurar os professores que atuam na pós-graduação com a perspectiva de irem mais adiante, aprimorarem a sua formação (JARDIM, 2006, p. 20).

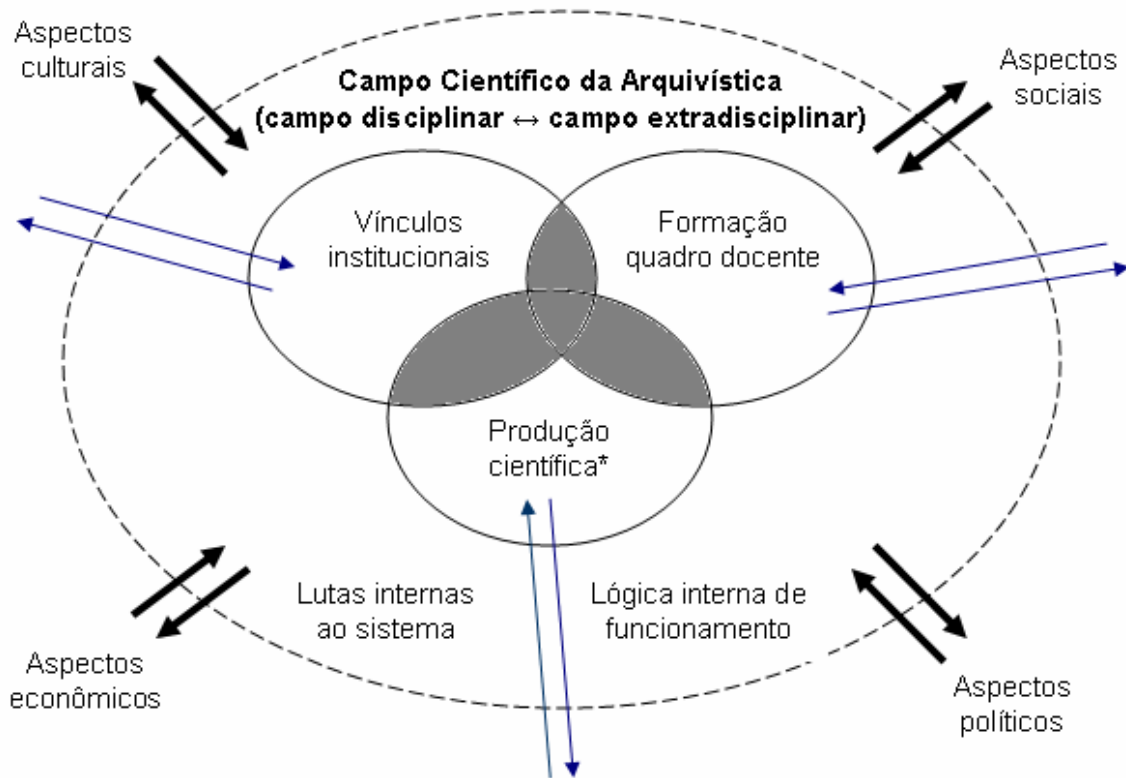
Também vimos que a pesquisa não se limita à pós-graduação: o mapeamento dos projetos de iniciação científica com temáticas relacionadas à Arquivística, nos Cursos de Arquivologia e de Biblioteconomia do Brasil, reforçam essas conclusões. E isso, apesar das restrições impostas pela Resolução Normativa 015 do CNPq – que limita a orientação desses projetos apenas aos doutores – têm, seguramente, um impacto na produção desses projetos. Assim, há uma necessidade urgente de que o corpo docente dos Cursos de graduação em Arquivologia invista no seu doutoramento, sob pena de, não o fazendo, comprometer a formação em pesquisa dos discentes. Outra variável – que incide negativamente na participação dos discentes nesses

projetos – é, muitas vezes, o fato da maioria dos cursos de Arquivologia funcionar no período noturno, como já mencionamos.

Em última análise, esses projetos de iniciação científica dos Cursos de Biblioteconomia parecem sugerir uma reflexão quanto à proximidade entre a Arquivística e essa disciplina, que, conseqüentemente, desdobra-se até a sua Ciência da Informação. Não sabemos até que ponto essa proximidade dar-se-ia apenas pelo fato de ambas estarem agrupadas na mesma grande área do conhecimento, conforme classificação do CNPq ou, também, pela própria formação de alguns docentes e, muitas vezes, pela ausência de um curso em Arquivologia nas universidades onde existem Cursos de Biblioteconomia. Haveria, portanto, um espaço de diálogo entre essas duas disciplinas, que justificaria a criação de um curso de graduação em Ciência da Informação, que as agrupasse?

Em síntese, observamos que o percurso da disciplina Arquivística no Brasil, até sua inserção na Pós-graduação *stricto sensu*, parece seguir, em grandes linhas, o modelo internacional, guardando, é claro, certas particularidades. De uma atividade eminentemente prática, passando por um movimento associativo, sua institucionalização nas universidades e seu reconhecimento como uma subárea da Ciência da Informação, a disciplina faz-se reconhecer também na pesquisa científica. Finalmente, a distribuição das pesquisas (conforme Quadro 25) e a vinculação acadêmico-institucional dos Cursos de Arquivologia nos instigam a refletir sobre o significado do enquadramento da disciplina nas Ciências Sociais Aplicadas, tal como aparece na TAC atual do CNPq. Talvez, a nova concepção da Arquivística como uma área do conhecimento, independente da CI e ligada à grande área *Ciências Socialmente Aplicáveis* – ainda que seja questionável esta última denominação – , dê um novo rumo à sua configuração como disciplina no Brasil.

Por fim, a conclusão mais geral que gostaríamos de destacar, que ratifica a nossa hipótese, é a de que os vínculos institucionais dos cursos de graduação em Arquivologia, a formação dos seus docentes e a produção científica com temáticas relacionadas com a Arquivística se entrecruzam, configurando o seu campo científico (disciplinar e extradisciplinar), como ilustramos a seguir.



■ Relações extradisciplinares (pluri/inter/transdisciplinares)

\* Campo do saber

Figura n. 14: Configuração do campo científico da Arquivística no Brasil  
Fonte: elaboração própria.

Nessa perspectiva, entendemos que a autonomia da Arquivística não é definida por limites fechados, mas por fronteiras entreabertas. Afinal, essa auto-afirmação ainda se encontra em formação e os diálogos dessa disciplina com outras não colocam em risco a sua identidade: ao contrário, ratificando nossa hipótese, subsidiam-na. Parece-nos que o campo disciplinar e o extradisciplinar são dois lados da mesma moeda, ou seja, do seu *campo científico*.

O fato de a Arquivística ter um viés prático tem contribuído para a expansão dos cursos de graduação da área, pois há uma perspectiva promissora em relação ao mundo do trabalho. Por outro lado, a inserção desses cursos em universidades públicas tem favorecido uma “cultura de pesquisa”, uma vez que os docentes dessas universidades têm, em geral, um compromisso com a investigação científica. A formação da disciplina no Brasil está, portanto, em transformação, processo que Thomas Kuhn chamaria de “mudança científica”, de uma área eminentemente técnica/prática, para uma disciplina que tem conquistado seus espaços científicos, por meio dos seus diálogos.



## 6. RECOMENDAÇÕES

O escopo desta pesquisa abrange desdobramentos do seu objeto, quanto ao estado de desenvolvimento e reconhecimento da Arquivística no Brasil e a sua identidade epistemológica. Nesse sentido, acreditamos ser relevante a realização de estudos que contemplem:

- visitas aos demais cursos de graduação em Arquivologia e às associações de arquivistas do Brasil, com a realização de entrevistas com pessoas envolvidas na criação desses cursos e dessas instituições e de uma pesquisa documental mais exaustiva quanto à sua história;
- a amplitude do objeto arquivístico, da validade dos seus métodos, da abrangência e do reconhecimento da produção científica voltada para a área;
- a elaboração de uma metodologia para definição dos campos de pesquisa em Arquivística nas universidades (pós-graduação *stricto sensu* e iniciação científica), com base na análise das dissertações e teses;
- a comparação desses campos com as tendências internacionais;
- a identificação e análise dos financiamentos institucionais (agências de fomento, as próprias universidades e outros) para projetos de pesquisa, eventos e bolsas para a Arquivística;
- o mapeamento dos trabalhos, com temas relacionados à Arquivística, produzidos nos cursos de pós-graduação *lato sensu*;
- o mapeamento da produção científica que tem origem nas universidades brasileiras e que se transformaram em livros ou artigos;
- a investigação da formação inicial em pesquisa dos Cursos de Arquivologia, quanto aos trabalhos de conclusão de curso e a atualização dos projetos de iniciação científica;
- a identificação dos alunos egressos dos Cursos de Arquivologia nos Programas de Pós-graduação *stricto sensu*;
- a identificação do perfil dos alunos de pós-graduação com pesquisas com temas arquivísticos;
- o mapeamento do perfil dos orientadores oriundos dos Cursos de Arquivologia e/ou que orientam dissertações e teses com temáticas arquivísticas segundo o mapeamento já feito;
- o mapeamento de grupos de pesquisa que congregam pesquisadores da área;
- a avaliação do perfil dos autores e dos trabalhos apresentados nos eventos de caráter científico da área;

- a ampliação do universo da pesquisa, para todos os programas de pós-graduação em Comunicação e em História, tendo em vista um panorama mais próximo da realidade acerca da produção científica em Arquivística no âmbito da Pós-graduação;
- a análise aprofundada das relações da Arquivística com a Ciência da Informação, em termos teóricos, epistemológicos, ontológicos, políticos, éticos, etc;
- e a investigação sobre influências externas na formação da Arquivística no Brasil.

## 7. REFERÊNCIAS

### 7.1 BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Classificação temática para o mapeamento de campos científicos: estudo de caso na área de comunicação social. In: ENANCIB, VII., 2006, Marília, SP: **Anais...** Marília: UNESP, 2006. 1 CD-ROM, p. 1166-1177.

BARRETO, Aldo. Lista de discussão abarreto-l. **Não podemos inventar sentidos a nosso bel prazer**. Disponível em: <odla@centroin.com.br>. Acesso em: 14 jun. 2006.

BARROS, Fernando Antonio F. de. **Confrontos e contrastes no desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro**. 1997. 126 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 1997.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

BERGER, Guy. Opinions e réalités. In: CERI. **L’interdisciplinarité**: problèmes de l’enseignement et de recherché dans les universités. Paris: OCDE, 1972, p. 19-74.

BERTALANFFY, Ludwig Von. **Teoria geral dos sistemas**. Petrópolis: Vozes, 1977.

BOISOT, Marcel. Discipline et disciplinarité. In: CERI. **L’interdisciplinarité**: problèmes de l’enseignement et de recherché dans les universités. Paris: OCDE, 1972, p. 90-97.

BONAL ZAZO, José Luis. **La investigación universitaria sobre archivos y archivística en España a través de las tesis doctorales**. 2003. Disponível em: <<http://www.ucm.es/info/multidoc/multidoc/revista/num10/paginas/pdfs/Jlbonal.pdf>>. Acesso em 18 jan. 2007.

BOTTINO, Mariza. Panorama dos cursos de Arquivologia no Brasil: graduação e pós-graduação. **Arquivo & Administração**, v. 15, n. 23, 1994, p. 12-18.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato. **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983a, p. 122-155.

\_\_\_\_\_. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, Renato. **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983b, p. 46-81.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Resolução normativa 015/2004. Brasília, DF, 19 de abril de 2004. Disponível em: <[http://www.cnpq.br/bolsas\\_auxilios/normas/rn1504.htm](http://www.cnpq.br/bolsas_auxilios/normas/rn1504.htm)>. Acesso em 02 ago. 2005.

BRASIL. Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Lei de arquivos. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/conarq/legisla/lei8159.htm>>. Acesso em: 18 jan. 2007.

BRITTO, Maria Teresa Navarro de. Cartografia do Ensino Universitário de Arquivologia nas Américas. In: JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila (orgs.). **A formação do Arquivista no Brasil**. Niterói: EdUFF, 1999, p. 9-30.

CALDEIRA, Cristina Cleide. Conservação preventiva: histórico. **História e-história**, 2006. Disponível em: <<http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=artigos&id=34>>. Acesso em: 15 jan. 2007.

CÁRDENAS AYAIPOMA, Mario. La formación del archivero en Iberoamérica. **COMMA**, *Internacional Journal on Archives*, [s. l.], v. 1, n. 2, 2001, p. 107-125.

CARVALHO, Gilda de; FARIAS, José Lúcio de; DUARTE, Zeny. Arquivologia da Universidade Federal da Bahia: construindo um projeto pedagógico. IN: INTEGRAR, 1., 2002. São Paulo. **Anais...** São Paulo: Imprensa Oficial SP, 2002.

CARVALHÊDO, Shirley do Prado. **O Arquivo Público do Distrito Federal: contextos, concepções e práticas informacionais na trajetória de uma instituição arquivística.** 2003. 189 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

CASTRO, Astréa de Moraes. A formação e a profissão do arquivista no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, I. Associação dos Arquivistas Brasileiros. 1972, Rio de Janeiro, RJ. **Anais...** Brasília, 1979.

CASTRO, Astréa de Moraes; CASTRO, Andresa de Moraes; GASPARIAN, D. M. Castro. **Arquivística, Arquivologia.** Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1988.

CASTRO, César Augusto. A pesquisa discente nos cursos de graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação. **Transinformação**, v. 14, n. 1, p. 49-53, janeiro/junho, 2002.

CLOSS, Darcy. **Darcy Closs.** Entrevista [jun. 2001]. Entrevistadoras: Marieta de Moraes Ferreira e Regina da Luz Moreira. Brasília: CAPES/FGV, 2001, p. 68-83.

COUTURE, Carol. La formation et la recherche en archivistique. Éléments révélateurs de l'état de développement de l'archivistique contemporaine. Synthèse d'un projet de recherche. **Archives**, v. 33, n. 2, p. 21-51, 2001-2002.

COUTURE, Carol (Org.). **Les fonctions de l'Archivistique contemporaine.** Québec, Canadá: Presses Universitaires du Québec, 2003.

COUTURE, Carol; MARTINEAU, Jocelyne; DUCHARME, Daniel. **A formação e a pesquisa em arquivística no mundo contemporâneo.** Brasília: FINATEC, 1999.

CUNHA, Angelica Alves da; RODRIGUES, Georgete Medleg. A pesquisa em Arquivística nas Universidades Brasileiras: um estudo da produção científica no âmbito dos programas de Pós-graduação e de Iniciação Científica. In: ENANCIB, V., 2003, Belo Horizonte, MG: **Anais...** Brasília: Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2003a. 1 CD-ROM.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. A pesquisa em Arquivística no Brasil: um estudo da produção científica nos programas de pós-graduação e de iniciação científica e do papel das agências financiadoras. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UnB, 9., 2003, Brasília. **Resumos...** Brasília: UnB, 2003b. 1 CD-ROM.

DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA. São Paulo: Centro Nacional de Desenvolvimento Micrográfico, 1990.

DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

DICIONÁRIO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA. Lisboa: Inst. da Biblioteca Nacional e do Livro, 1993.

DICIONÁRIO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros/Núcleo Regional de São Paulo, Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

DUMONT, Ligia Maria Moreira. **ANCIB Tabela CNPq**. Mensagem eletrônica de <dumont@eci.ufmg.br>, para <ancib@yahoo.com.br>, de 28 de outubro de 2005.

DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como prova de ação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 49-64, jan./jun. 1994.

ESPOSEL, José Pedro. **Arquivos: uma questão de ordem**. Niterói: Muiriquitã, 1994.

FAZENDA, Ivani C. Arantes. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa**. Campinas-SP: Papyrus, 1994.

FERREIRA, Marieta de Moraes; MOREIRA, Regina da Luz. **Capex, 50 anos: depoimentos ao CPDOC/FGV**. Brasília: CAPES, 2002.

FOLLARI, Roberto. **Interdisciplinariedad: los avatares de la ideologia**. Cidade do México: Casa abierta ao tiempo, 1982.

FONSECA, Maria Odila. **Arquivologia e Ciência da Informação: (re)definição de marcos interdisciplinares**. 1997. 181 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

\_\_\_\_\_. **Arquivologia e Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

FRANCELIN, Marivalde Moacir. Configuração epistemológica da ciência da informação no Brasil em uma perspectiva pós-moderna: análise de periódicos da área. **Ciência da Informação**, v. 33, n. 2, p. 49-66, maio/ago. 2004.

GAGNON-ARGUIN, Louise. **L'Archivistique: son histoire, ses acteurs depuis 1960**. Québec: Presses Universitaires du Québec, 1992.

GERINI, Christian. **L'interdisciplinarité entre sciences dures et sciences humaines comme retour salvateur vers un état ontologique aboli par la specialization**. 2005. Disponível em: <[http://archivesic.ccsd.cnrs.fr/docs/00/06/26/28/PDF/sic\\_00001465pdf](http://archivesic.ccsd.cnrs.fr/docs/00/06/26/28/PDF/sic_00001465pdf)>. Acesso em: 02 out. 2006.

GIBBONS, Michael; et al. **The new production of knowledge: the dynamics of science and research in contemporary societies**. London: Sage Publications, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, Henriette Ferreira. Interdisciplinaridade e Ciência da Informação: de característica a critério delineador de seu núcleo principal. **DataGramaZero**, v. 2, n. 4, ago/2001. Disponível em: <[http://www.dgz.org.br/ago01/F\\_I\\_aut.htm](http://www.dgz.org.br/ago01/F_I_aut.htm)>. Acesso em 02 ago. 2006.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Escopo e abrangência da Ciência da Informação e a Pós-graduação na área: anotações para uma reflexão. **Transinformação**, Campinas, v. 15, n. 1, p. 31-43, jan/abr 2003.

GUIMARÃES, Henrique; POMBO, Olga; LEVY, Teresa. Integração disciplinar: categorias de análise e modos de realização pedagógica. In: \_\_\_\_\_. **A interdisciplinaridade**: reflexão e experiência. Lisboa: Texto, 1994, p. 32-48.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Pesquisa discente em Biblioteconomia no Brasil: elementos para uma política em cursos de graduação. **Transinformação**, v. 14, n. 1, p. 55-62, janeiro/junho, 2002.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. A invenção do passado. **Nossa História**, v. 3, 2005, p. 24-26.

HECKHAUSEN, Heinz. Discipline et interdisciplinarité. In: CERI. **L'interdisciplinarité**: problèmes de l'enseignement et de recherché dans les universités. Paris: OCDE, 1972, p. 83-90.

JAMESON, Samuel Haig. **Administração de arquivos e documentação**. Rio de Janeiro: FGV, 1964.

JANTSCH, Erich. Vers l'interdisciplinarité et la transdisciplinarité dans l'enseignement et l'innovation. In: CERI. **L'interdisciplinarité**: problèmes de l'enseignement et de recherché dans les universités. Paris: OCDE, 1972, p. 98-125.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.



\_\_\_\_\_. **Questões epistemológicas**. Rio de Janeiro: Imago, 1981.

JARDIM, José Maria. A produção de conhecimento arquivístico: perspectivas internacionais e o caso brasileiro (1990-1995). **Ciência da Informação**, v. 27, n. 3, p. 243-252, set./dez. 1998.

\_\_\_\_\_. **Transparência e opacidade do Estado no Brasil: usos e desusos da informação governamental**. Niterói: EdUFF, 1999.

\_\_\_\_\_. In: CARDOSO, Julio Cesar. Entrevista com José Maria Jardim. **Arquivística.net**, v. 2, n. 1, 2006. Disponível em: <<http://www.arquivistica.net/ojs/index.php>>. Acesso em: 13 out. 2006.

JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila. As relações entre a Arquivística e a Ciência da Informação. **INFORMARE**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 41-50, jan./jun. 1995.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_.(orgs). **A formação do Arquivista no Brasil**. Niterói: EdUFF, 1999.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. A informação como campo interdisciplinar. **Núcleo Interdisciplinar de Estudos de Informação**. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <<http://www.uff.br/neinfo/artigoinfo.html>>. Acesso em: ago/2000.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. **ANCIB Ciência da Informação e Arquivologia**. Mensagem eletrônica de <[josemariajardim@yahoo.com.br](mailto:josemariajardim@yahoo.com.br)>, para <[ancib@yahoogrupos.com.br](mailto:ancib@yahoogrupos.com.br)>, de 22 de outubro de 2005.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: **História e memória**. Campinas, SP: UNICAMP, 1994.

LÓPEZ-CÓZAR, Emílio Delgado. ? Por qué ensinar métodos de investigación en las facultades de Biblioteconomía e Documentación? **Anales de Documentación**, n. 4, 2001, p. 51-71.

MACEDO, Flavia Lacerda Oliveira de. **Arquitetura da Informação**: aspectos epistemológicos, científicos e práticos. 2005. 190 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação e Documentação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

MACHADO, Helena Corrêa. Arquivologistas, bibliotecários e museólogos de mãos dadas. **Arquivo & Administração**, v. 3, n. 2, ago./1975, p. 26-27.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2005.

MARIZ, Anna Carla Almeida. Perfil do aluno de Arquivologia da Unirio no ano 2000. **Cenário Arquivístico**, v. 2, n. 1, p. 15-19, jan./jun. 2003.

\_\_\_\_\_. Relações interdisciplinares entre a Arquivística e a Ciência da Informação. **Cenário Arquivístico**, v. 3, n. 1, p. 29-36, jan./jun. 2004.

MARTELETO, Regina Maria; LARA, Marilda Lopez Ginez de; SMIT, Johanna G. **TAC-sugestões da ANCIB e representação da área junto à CAPES**. Mensagem eletrônica de <reginamar@eci.ufmg.br>, para <ancib@yahoogrupos.com.br>, de 31 de outubro de 2005.

MASSON, Sílvia Mendes. A Arquivística sob o prisma de uma Ciência da Informação: uma proposta de Silva & Ribeiro. **Arquivística.net**, v. 2, n. 1, p. 85-103, jan./jun. 2006. Disponível em: <www.arquivistica.net>. Acesso em 28 de set. 2006.

MATOS, Maria Teresa Navarro de Britto; AMARAL, Erenilda Custódio dos S.; RIOS, Isaac Rozas. O perfil dos estudantes do Curso de Graduação em Arquivologia da UFBA. **Cenário Arquivístico**, v. 1, n. 2, jul./dez. 2002, p. 50-55.

MATOS, Maria Teresa Navarro de Brito; CUNHA, Vanda Angelica da. Notas Acerca da Convergência da Formação Acadêmica e Profissional entre a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Ciência da Informação. In: IV **CINFORM**, 2003, Salvador. Anais... Salvador : UFBA/ICI, 2003. p. 167-177.

MEADOWS, A. J. **A Comunicação científica**. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

MENDES, Eliane Manhães. **Tendências para a harmonização de programas de ensino de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia no Brasil**: um estudo DELFOS. 1992. 300 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 1992.

MICHAUD, Guy. Problemes et solutions: conclusions générales. In: CERI. **L'interdisciplinarité**: problèmes de l'enseignement et de recherché dans les universités. Paris: OCDE, 1972, p. 293-300.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005a.

\_\_\_\_\_. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2005b.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado, PASSOS, Edilene J. L. (Orgs.). **Comunicação Científica**. Brasília: Departamento de Ciência da Informação e Documentação/Universidade de Brasília, 2000.

NEDER, Roberto Toledo. **A Iniciação Científica como Ação de Fomento do CNPq**: o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC. 2001. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2001.

NEHMY, Rosa Maria Quadros. et al. A ciência da informação como disciplina científica. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 1, n. 1, p. 9-25, jan./jun. 1996.

NUNES, Lina Cardoso. **Perspectivas de interdisciplinaridade nos cursos superiores**. Rio de Janeiro: Sotese, 2001.

OLIVEIRA, Marlene. **A investigação científica em Ciência da Informação**: análise da pesquisa financiada pelo CNPq. Brasília, 1998. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 1998.

OLIVEIRA, Eliane Braga de. et al. As universidades na produção e comunicação do conhecimento arquivístico no Brasil: construção de um novo eixo? In: VI Congresso de Arquivologia do Mercosul, 2005, Campos do Jordão - SP. **Anais...** São Paulo: CEDIC/PUC-SP 2005.

ORTEGA, Cristina Dotta. Relações históricas entre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. **DataGramZero**, v. 5, n. 5, out/2004. Informações disponíveis em: <[http://www.dgz.org.br/out04/F\\_I\\_art.htm](http://www.dgz.org.br/out04/F_I_art.htm)>. Acesso em: 18 jan. 2007.

PEDRAZZI, Fernanda Kieling; SILVA, Rosani Beatriz Pivetta da. Arquivo de memórias: fragmentos de histórias de vida sobre os 30 anos do Curso de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Maria. In: II Congresso Nacional de Arquivologia, 2006, Porto Alegre - RS. **Anais...** Porto Alegre: AARS, 2006.

PIAGET, Jean. L'epistemologie des relations interdisciplinaires. In: CERI. **L'interdisciplinarité: problèmes de l'enseignement et de recherché dans les universités**. Paris: OCDE, 1972, p. 131-144.

PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro. Campo interdisciplinar da Ciência da Informação: fronteiras remotas e recentes. In: Pinheiro, Lena V. Ribeiro (org.). **Ciência da Informação, Ciências Sociais e Interdisciplinaridade**. Brasília/Rio de Janeiro, IBICT/DDI/DEP, 1999, p. 155-182.

POBLACIÓN, Dinah Aguiar. Visibilidade da produção científica gerada pelos docentes e egressos dos Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação e as interfaces com os Grupos de Pesquisa da área, constantes do diretório do CNPq. In: **DataGramZero** – Revista da Ciência da Informação, v. 6, n. 1, fev/2005. Disponível em: <[http://www.dgzero.org/fev05/F\\_I\\_art.htm](http://www.dgzero.org/fev05/F_I_art.htm)>. Acesso em 14 fev. 2005.

POLITY, Yolla. La communauté scientifique des Sciences de l'Information. In: **SFSIC**, 2000, Paris: Université Pierre Mendès France, 2000. Disponível em: <[http://www.iut2.upmf-grenoble.fr/RI3/TPS\\_acteurs\\_SI.htm](http://www.iut2.upmf-grenoble.fr/RI3/TPS_acteurs_SI.htm)>. Acesso em 03 ago. 2006.

POMBO, Olga; GUIMARÃES, Henrique M.; LEVY, Teresa. **A interdisciplinaridade: reflexão e experiência**. Lisboa: ed. Texto, 1994.

RICHTER, Eneida Izabel Schirmer; CASTANHO, Denise Molon; GARCIA, Olga Maria Correa. Curso de Arquivologia da UFSM: vinte e cinco anos de história (1977-2002). **Cenário Arquivístico**, v. 1, n. 2, jul./dez. 2002, p. 42-49.

RODRIGUES, José Honório. In: MUELLER, S.; FEITH, A.; FRUIN, R. **Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos**. Tradução de Manoel Adolpho Wanderley. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça e Negócios Interiores; Arquivo Nacional, 1960.

\_\_\_\_\_. In: SCHELLENBERG, T. R. **Documentos públicos e privados: arranjo e descrição**. Tradução de Manoel Adolpho Wanderley. Rio de Janeiro: FGV, 1980.

RODRIGUES, Georgete Medleg. A representação da informação em Arquivística: uma abordagem a partir da perspectiva da Norma Internacional de Descrição Arquivística. In: RODRIGUES, Georgete Medleg e LOPES, Ilza Leite. (Orgs.). **Organização e representação do**

**conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação.** Brasília, Thesaurus, 2003, P. 210-229.

\_\_\_\_\_. A formação do arquivista contemporâneo numa perspectiva histórica: impasses e desafios atuais. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA**, XIV. 2006, Rio de Janeiro.

RODRIGUES, Georgete; APARÍCIO, Maria Alexandra. A pesquisa em arquivística na pós-graduação no Brasil: balanço e perspectivas. **Cenário Arquivístico**, Brasília, v. 1, p. 31-39, jan./jun. 2002.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. A pesquisa em arquivística na pós-graduação no Brasil: balanço e perspectivas. **Páginas A&B**, Lisboa: n.12, p. 115-130, 2003.

RODRIGUES, Georgete Medleg; MARQUES, Angelica Alves da Cunha. A inserção da Arquivística nos cursos de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil. **Revista Brasileira de Pós Graduação**, Brasília, v. 2, n. 3, p. 75-92, 2005a. Disponível em: <[http://www.capes.gov.br/rbpg/portal/conteudo/75\\_92\\_insercao\\_arquivistica\\_cursos\\_posgraduacao\\_strictosensu.pdf](http://www.capes.gov.br/rbpg/portal/conteudo/75_92_insercao_arquivistica_cursos_posgraduacao_strictosensu.pdf)>. Acesso em 12 set. 2006.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. A iniciação à pesquisa em Arquivística: mapeamento e análise dos projetos de Iniciação Científica dos Cursos de Arquivologia e Biblioteconomia no Brasil. In: VI Congresso de Arquivologia do Mercosul, 2005, Campos do Jordão - SP. **Anais...** São Paulo: CEDIC/PUC-SP 2005b. 1 CD-ROM.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. Questões sobre o Locus Acadêmico-Institucional da Arquivologia na Ciência da Informação. In: VI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 2005, Florianópolis - SC. **Anais...** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2005c. 1 CD-ROM.

\_\_\_\_\_ ; \_\_\_\_\_. Movimentos da Arquivística no processo de sua consolidação como disciplina: algumas considerações sobre interdisciplinaridade. In: II Congresso Nacional de Arquivologia, 2006, Porto Alegre - RS. **Anais...** Porto Alegre: AARS, 2006a. 1 CD-ROM.

\_\_\_\_\_ ; \_\_\_\_\_. A Arquivística no Brasil: emergência de uma profissão, nascimento de uma disciplina. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA**, XIV. 2006b, Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_ ; \_\_\_\_\_. Fronteiras institucionais e de identidade entre a Arquivística e a Ciência da Informação. In: VII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 2006, Marília - SP. **Anais...** Marília: UNESP, 2006c. 1 CD-ROM.

\_\_\_\_\_ ; \_\_\_\_\_. A formação dos docentes dos Cursos de Graduação em Arquivologia no Brasil e seu impacto na produção científica com temáticas arquivísticas e no diálogo interdisciplinar. In: VII Encuentro da Asociación de Educación e Investigación en Bibliotecología, Archivología, Ciencias de la Información y Documentación de Iberoamérica y El Caribe, 2006, Marília - SP. **Anais...** Marília: UNESP, 2006c. 1 CD-ROM.

RODRÍGUEZ BARREDO, Julia Maria. La formación de los archiveros en España: una propuesta para el siglo XXI. **COMMA**, *International Journal on Archives*, [s. l.], v. 1, n. 2, 2001, p. 127-133.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SANTOS, Gildenir Carolino; RIBEIRO, Célia Maria. **Acrônimos, siglas e termos técnicos: arquivística, biblioteconomia, documentação, informática**. Campinas/SP: Átomo, 2003.

SANTOS, Vanderlei Batista dos; SOUZA, Kátia Isabelli de Bethânia Melo de; CARNEIRO, Lucirene de Almeida (Orgs). **Arquivologia: 10 anos de Universidade de Brasília**. Brasília: ABARQ, 2001.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. Rio de Janeiro: FGV, 1974.

SCHWARTZMAN, Simon. **Um espaço para a ciência: a formação da comunidade científica no Brasil**. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 2001.

SÉRGIO, Nilo. Diplomas dos cursos avulsos e seminários têm pequeno valor. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 23 jul. 1972. 1º Caderno.

SILVA, Armando Malheiro da. Arquivística, Biblioteconomia e Museologia: do empirismo patrimonialista ao paradigma emergente da Ciência da Informação. IN: INTEGRAR, 1., 2002. São Paulo. **Anais...** São Paulo: Imprensa Oficial SP, 2002, p. 573-607.

SILVA, Armando Malheiro da. et al. **Arquivística: teoria e prática de uma Ciência da Informação**. Porto: Afrontamento, 1999.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda. **Das “ciências” documentais á ciência da informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular**. Porto: Afrontamento, 2002.

SILVA, Junia Guimarães e. **Socialização da informação arquivística: a viabilidade do enfoque participativo na transferência da informação**. 1996. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves da. **TAC, CINFOCAPES e ANCIB**. Mensagem eletrônica de <rubensri@ufba.br>, para <ancib@yahoogrupos.com.br>, de 14 de outubro de 2005.



SIXTO VÁZQUEZ, Félix. **La memória como acción social**: relaciones, significados e imaginario. Barcelona: Paidós, 2001.

SOARES, Marco Antonio Neves. et al. O que éramos e o que somos – O caso do Curso de Arquivologia da UEL: uma visão epistêmica. In: VI Congresso de Arquivologia do Mercosul, 2005, Campos do Jordão - SP. **Anais...** São Paulo: CEDIC/PUC-SP 2005.

SOBRAL, Fernanda A. da Fonseca. Ciência e poder: o caso da Economia. **Sociedade e Estado**, v. 2, n. 1-2, jan./dez. 1992, p. 98-117.

\_\_\_\_\_. A Economia e a Física no Brasil: campos científicos ou transcientíficos? In: BAUMGARTEN, Maíra (org.). **A era do conhecimento**: matrix ou ágora? Porto Alegre/Brasília: Ed. Universidade/UFRGS/Ed. UnB, 2001.

\_\_\_\_\_. Uma leitura da sociologia da ciência em Foucault e Bourdieu. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 19, n. 2, jul./dez. 1995, p. 269-275.

SOUSA, Renato Tarcísio Barbosa de. Os princípios arquivísticos e o conceito de classificação. In: RODRIGUES, Georgete Medleg, LOPES, Ilza Leite (Orgs.). **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação**. Estudos avançados em Ciência da Informação, v. 2, Thesaurus, Brasília: 2003.

SOUZA, Rosali Fernandez. Áreas do conhecimento. **DataGramZero**, v. 5, n. 2, abr./2004. Disponível em: <[www.dgzero.org/abr04/F\\_I\\_aut.htm](http://www.dgzero.org/abr04/F_I_aut.htm)>. Acesso em: 19 jan./2006.

TAVEIRA, Dyrce Barreto; ESPOSEL, José Pedro Pinto. Curso de Graduação em Arquivologia da UFF. **Arquivo & Administração**, v. 9, n. 1, jan./abr. 1981, p. 12-15.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Manual do Curso de Graduação em Arquivologia**. Brasília: UnB, 1998.

VALENTIM, Marta Lúcia. Construção de conhecimento científico. In: **Métodos qualitativos de pesquisa em Ciência da Informação**. São Paulo: Polis, 2005.

VERHELST, Jules; SCHEELING, Frank. La formation archivistique “traditionnelle” en Europe. **Archivum**, v. XLV, London/Paris, 2000.

VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregório. **TAC proposta UNESP**. Mensagem eletrônica enviada por <georgete@unb.br>. Acesso em 10 out. 2006.

WERNER, Michael; ZIMMERMANN, Bénédicte. Pensar a História Cruzada: entre a empiria e a reflexividade. **Textos de História**, Brasília, v. 11, n. 1/2 2003.

WORDREFERENCE.COM English Dictionary. Princeton University, 2003. Disponível em:<www.wordreference.com>. Acesso em 12 abr. 2006.

ZARUR, George de Cerqueira Leite. **A arena científica**. Campinas,SP/Brasília: Autores Associados/FRACSO, 1994.

## 7.2 Fontes primárias

### 7.2.1 Arquivo Nacional

ABRANTES, Nicolau. Arquivos: sua importância para o progresso brasileiro – Contribuição do Arquivo Nacional para a formação de recursos humanos. In: ARQUIVO NACIONAL. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano VII, v. 11, Rio de Janeiro, nov./1976.

ARQUIVO NACIONAL. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano I, v. 2, Rio de Janeiro, fev./1970a.

\_\_\_\_\_. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano I, v. 3, Rio de Janeiro, mar/1970b.

\_\_\_\_\_. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano I, v. 5, Rio de Janeiro, maio/1970c.

\_\_\_\_\_. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano III, v. 4, Rio de Janeiro, abr/1972a.

\_\_\_\_\_. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano III, v. 7, Rio de Janeiro, jul/1972b.

\_\_\_\_\_. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano IV, v. 3, Rio de Janeiro, mar/1973a.

\_\_\_\_\_. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano IV, v. 10, Rio de Janeiro, out/1973b.

\_\_\_\_\_. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano IV, v. 11, Rio de Janeiro, nov/1973c.

\_\_\_\_\_. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano V, v. 3, Rio de Janeiro, mar/1974a.

\_\_\_\_\_. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano V, v. 2, Rio de Janeiro, fev/1974b.

\_\_\_\_\_. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano V, v. 7, Rio de Janeiro, jul/1974c.

\_\_\_\_\_. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano V, v. 11, Rio de Janeiro, nov/1974d.

\_\_\_\_\_. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano VI, v. 3, Rio de Janeiro, mar/1975a.

\_\_\_\_\_. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano VI, v. 1, Rio de Janeiro, jan/1975b.

\_\_\_\_\_. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano VII, v. 11, Rio de Janeiro, nov./1976a.

\_\_\_\_\_. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano VII, v. 1, Rio de Janeiro, jan/1976b.

\_\_\_\_\_. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano VII, v. 2, Rio de Janeiro, fev/1976c.

\_\_\_\_\_. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano VII, v. 5, Rio de Janeiro, maio/1976d.

\_\_\_\_\_. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano VII, v. 3, Rio de Janeiro, mar/1976e.

\_\_\_\_\_. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano VII, v. 9, Rio de Janeiro, set/1976f.

\_\_\_\_\_. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano VIII, v. 5, Rio de Janeiro, maio/1977a.

\_\_\_\_\_. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano VIII, v. 2, Rio de Janeiro, fev/1977b.

\_\_\_\_\_. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano VIII, v. 6, Rio de Janeiro, jul/1977c.

\_\_\_\_\_. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano VIII, v. 11, Rio de Janeiro, nov/1977d.

BRANCHE, Henri Boullier de. **Relatório sobre o Arquivo Nacional do Brasil**. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça; Arquivo Nacional, 1975.

Carta de José Honório Rodrigues à Gabrielle Mineur, adido cultural da Embaixada da França [1958?].

Circular 1943/2, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores (20 de julho de 1943).

DE 433, da FGV (10 de fevereiro de 1947).

Decreto (s. n.), que “Modifica, no Arquivo Nacional, o curso tecnico destinado a habilitar os candidatos ao cargo de amanuense e dá outras providências”(março de 1932).

Documento n. 82, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores (14 de janeiro de 1914).

Documento solto, incompleto e sem data, aparentemente relacionado à Carta de José Honório Rodrigues à Gabrielle Mineur.

Documento, ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores (manuscrito).  
Exposição de Motivos (s/d.).

*Instruções para o curso de Diplomática no Arquivo Nacional* (s/d.).

Minuta n. 198, do *Arquivo Nacional* (29 de agosto de 1919).

Minuta n. 222, do *Arquivo Nacional* ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores (22 de março de 1932).

Minuta n. 245, do *Arquivo Publico Nacional* (6 de outubro de 1912).

Minuta n. 276, do *Arquivo Nacional* (9 de dezembro de 1913).

Minuta n. 381, do *Arquivo Nacional* (7 de dezembro de 1926).

Minuta n. 498, do Arquivo Nacional (25 de junho de 1934).

*Notícia p/ jornal* [1959?].

*Projeto do Elenco das Disciplinas do Concurso Oficial de Arquivologia* [1960?]

### 7.2.2 AAB

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS. **Arquivo & Administração**, v. 2, n. 2, Rio de Janeiro, dez. 1974a.

\_\_\_\_\_. **Arquivo & Administração**, v. 2, n. 3, Rio de Janeiro, ago. 1974b.

\_\_\_\_\_. **Arquivo & Administração**, v. 3, n. 1, Rio de Janeiro, ago. 1975.

\_\_\_\_\_. **Arquivo & Administração**, v. 6, n. 1, Rio de Janeiro, jan./abr. 1978.

\_\_\_\_\_. **Arquivo & Administração**, v. 7, n. 3, Rio de Janeiro, set./dez. 1979a.

\_\_\_\_\_. **Arquivo & Administração**, v. 7, n. 1, Rio de Janeiro, jan./abr. 1979b.

\_\_\_\_\_. **Arquivo & Administração**, v. 7, n. 1, Rio de Janeiro, maio./ago. 1979c.

\_\_\_\_\_. **Arquivo & Administração**, v. 7, n. 2, Rio de Janeiro, set./dez. 1979d.

\_\_\_\_\_. **CD Comemorativo XIV Congresso Brasileiro de Arquivologia: A Arquivologia e a construção social do conhecimento**. Rio de Janeiro, 2206.

CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, I. Associação dos Arquivistas Brasileiros. 1972, Rio de Janeiro, RJ. **Anais...** Brasília, 1979a.

\_\_\_\_\_, III. Associação dos Arquivistas Brasileiros. 1979, Rio de Janeiro, RJ. **Anais...** Brasília, 1979b.

\_\_\_\_\_, IV. Associação dos Arquivistas Brasileiros. 1979, Rio de Janeiro, RJ. **Anais...** Rio de Janeiro, 1982.

\_\_\_\_\_, X. Associação dos Arquivistas Brasileiros. 1994, São Paulo, SP. **Anais...** São Paulo, 1994. 1 CD-ROM.

\_\_\_\_\_, XIII. Associação dos Arquivistas Brasileiros. 2000, Salvador, BA. **Anais...** Salvador, 2000. 1 CD-ROM.

\_\_\_\_\_, XIV. Associação dos Arquivistas Brasileiros. 2006, Rio de Janeiro, RJ. **CD-ROM Comemorativo:** documentos digitalizados dos Anais e das Revistas Arquivo & Administração. Rio de Janeiro, 2006. 1 CD-ROM.



### 7.2.3 CNPq

Ata da 21ª Reunião do CCT (19 de abril de 1983).

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO.  
**Áreas do conhecimento:** classificação. Brasília: SEPLAN/CNPq, 1984.

---

**Avaliação e Perspectivas**, v. 8, Brasília: CNPq, 1978a.

---

**Avaliação e Perspectivas**, v. 9, Brasília: CNPq, 1983.

---

Classificação das áreas do conhecimento. **Cadernos de Informação em Ciência e Tecnologia**, n. 1, jun./1978b.

#### 7.2.4 UnB

CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UnB, I, 1995, Brasília. **Anais...** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995. 379 p.

\_\_\_\_\_, IV, 1998, Brasília. **Anais...** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

\_\_\_\_\_, VI, 2000, Brasília. **Anais...** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

\_\_\_\_\_, VII, 2001, Brasília. **Anais...** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

\_\_\_\_\_, VIII, 2002, Brasília. **Anais...** 1 CD-Rom.

Ata da Centésima Trigésima Terceira Reunião do CONSUNI (24 de setembro de 1990).

Documento encaminhado aos membros do CONSUNI, pelo Prof. Armando Bezerra, (24 de setembro de 1990).

O. FUB n. 496/90 (03 de agosto de 1990).

OE/FUB/473/90 (30 de julho de 1990).

Resolução do CONSUNI n. 32, (25 de setembro de 1990).

### **7.2.5 UNESP/Marília**

*Proposta de Criação do Curso de Arquivologia (2002).*

## 8. GLOSSÁRIO<sup>204</sup>

**Acervo** – Documentos de uma entidade produtora ou de uma entidade custodiadora.

**Acesso** – Função arquivística destinada a tornar acessíveis os documentos e a promover sua utilização.

**Acumulação** – Reunião de documentos produzidos e/ou recebidos no curso das atividades de uma entidade coletiva, pessoa ou família.

**Arquivista** – Profissional de nível superior, como formação em Arquivologia ou experiência reconhecida pelo Estado.

**Arquivo** – 1) Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte (fundo); 2) instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso a documentos.

**Autenticidade** – Característica que define os documentos como autênticos, porque são criados, mantidos e conservados sob custódia de acordo com procedimentos regulares que podem ser comprovados.

**Avaliação** – Processo de análise de documentos de arquivo, que estabelece os prazos de guarda e a destinação, de acordo com os valores que lhes são atribuídos.

**Catalogação** – Conjunto convencional de informações determinadas, a partir do exame de um documento e destinado a fornecer uma descrição única e precisa deste documento.

**Catálogo** – Instrumento de pesquisa organizado segundo critérios temáticos, cronológicos, onomásticos ou toponímicos, reunindo a descrição individualizada de documentos pertencentes a um ou mais fundos, de forma sumária ou analítica.

**Classificação** – Análise e identificação do conteúdo de documentos, seleção da categoria de assunto sob a qual sejam recuperados, podendo-se-lhes atribuir códigos.

**Código de classificação** – Código derivado de um plano de classificação.

**Conservação** – Promoção da preservação e da restauração dos documentos.

**Custódia** – Responsabilidade jurídica de guarda e proteção de arquivos, independente de vínculo de propriedade.

---

<sup>204</sup> De acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005), Santos e Ribeiro (2003), Duranti (1994) e Couture (2003).

**Descrição** – Conjunto de procedimentos que leva em conta os elementos formais e de conteúdo dos documentos para elaboração de instrumentos de pesquisa.

**Destinação** – Decisão, com base na avaliação, quanto ao encaminhamento de documentos para guarda permanente, descarte ou eliminação.

**Difusão** – É a ação de dar a conhecer, de valorizar, de transmitir ou de tornar acessível as informações contidas nos documentos de arquivo aos usuários conhecidos ou potenciais.

**Digitalização** – Processo de conversão de um documento para o formato digital por meio de dispositivo apropriado, como um escâner.

**Documento eletrônico** – Gênero documental integrado por documentos em meio eletrônico ou somente acessíveis por equipamentos eletrônicos, como cartões perfurados, disquetes e documentos digitais.

**Fundo** – Conjunto de documentos de uma mesma proveniência.

**Gestão da informação** – Administração do uso e circulação da informação, com base na teoria ou ciência da informação.

**Gestão de documentos** – Conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos em fase corrente e intermediária, visando sua eliminação ou recolhimento.

**Guia** – Instrumento de pesquisa que oferece informações gerais sobre fundos e coleções existentes em um ou mais arquivos.

**Imparcialidade** – Característica que define os registros como inerentemente verdadeiros, embora os leitores devam crer que eles reproduzem os fatos e atos dos quais são parte e parcela: o contexto mais amplo da atividade geradora dos documentos e o ambiente cultural no qual seus intérpretes vivem são fatores essenciais para a compreensão da verdade que pode ser extraída dos documentos.

**Indexação** – Processo pelo qual documentos ou informações são representados por termos, palavras-chave ou descritores, propiciando a recuperação da informação.

**Informação orgânica** – *Ver organicidade.*

**Instrumento de pesquisa** – Meio que permite a identificação, localização ou consulta a documentos ou a informações neles contidas.

**Inter-relacionamento** – Característica documental devida ao fato de que os documentos estabelecem relações no decorrer do andamento das transações e de acordo com suas necessidades. Cada documento está intimamente relacionado com outros tanto dentro quanto fora do grupo ao qual está preservado e seu significado depende dessas relações.

**Inventário** – Instrumento de pesquisa que descreve, sumária ou analiticamente, as unidades de arquivamento de um fundo ou parte dele, cuja apresentação obedece a uma ordenação lógica que poderá refletir ou não a disposição física dos documentos.

**Item documental** – Unidade documental fisicamente indivisível. Também chamada peça.

**Naturalidade** – Característica documental que diz respeito à maneira como os documentos se acumulam no curso das transações de acordo com as necessidades da matéria em pauta.

**Organicidade** – Relação natural entre documentos de um arquivo em decorrência das atividades da entidade produtora.

**Prazo de guarda** – Prazo, definido na tabela de temporalidade e baseado em estimativas de uso, em que documentos deverão ser mantidos no arquivo corrente ou no arquivo intermediário, ao fim do qual a destinação é efetivada.

**Preservação** – Prevenção da deterioração e danos em documentos, por meio de adequado controle ambiental e/ou tratamento físico e/ou químico.

**Princípio da Proveniência** – Princípio básico da Arquivologia, segundo o qual o arquivo produzido por uma entidade coletiva, pessoa ou família não deve ser misturado aos de outras entidades produtoras. Também chamado princípio do respeito aos fundos.

**Repertório** – Instrumento de pesquisa no qual são descritos pormenorizadamente documentos, pertencentes a um ou mais fundos e/ou coleções, selecionados segundo critérios previamente definidos.

**Restauração** – Conjunto de procedimentos específicos para recuperação e reforço de documentos deteriorados e danificados.

**Tabela de temporalidade** – Instrumento de destinação, aprovado por autoridade competente, que determina prazos e condições de guarda tendo em vista a transferência, recolhimento, descarte ou eliminação de documentos.

**Unicidade** – Característica documental a qual considera que cada registro assume um lugar único na estrutura documental do grupo ao qual pertence e no universo documental.

**Valor primário** – Valor atribuído a documento em função do interesse que possa ter para a entidade produtora, levando-se em conta a sua utilidade para fins administrativos, legais e fiscais.

**Valor secundário** – Valor atribuído a um documento em função do interesse que possa ter para a entidade produtora e outros usuários, tendo em vista a sua utilidade para fins diferentes daqueles para os quais foi originalmente produzido.

**APÊNDICES**

## **APÊNDICE A – Orientações para o preenchimento do questionário encaminhado aos docentes dos cursos de graduação em Arquivologia**

Brasília/DF, 05 de abril de 2006.

Prezado (a) Professor (a),

Venho desenvolvendo, sob a orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Georgete Medleg Rodrigues, uma pesquisa de mestrado, no Programa de Pós-graduação da Universidade de Brasília, intitulada "*A formação da Arquivística como disciplina no Brasil*" que, dentre os seus objetivos, busca historicizar a criação dos cursos de graduação em Arquivologia do Brasil, identificar a formação dos docentes da área e avaliar o *locus* institucional da disciplina nas universidades.

A fim de conseguir informações quanto ao histórico e ao corpo docente de cada curso, estou enviando, anexo, um questionário, que está dividido em quatro partes: a primeira refere-se aos dados de identificação do informante; a segunda parte, à identificação do curso; a terceira, à identificação do corpo docente e a quarta, versa sobre a avaliação dos docentes sobre o vínculo departamental do Curso de Arquivologia na sua universidade e com a grande área do conhecimento, conforme a classificação do CNPq.

Solicito, ao Coordenador do Curso ou um professor que conheça bem a sua história, a gentileza de responder todas as questões. Os demais professores deverão responder apenas as partes 3 e 4 do questionário.

Nesse sentido, conto com a sua imprescindível colaboração para, dentro do possível: responder e distribuir o questionário para que os demais professores do curso de Arquivologia o respondam, conforme as orientações acima (no caso de não haver professores específicos do curso, distribuí-lo aos professores que ministram disciplinas específicas de Arquivologia);

- enviar cópia da legislação de criação do curso, que será anexada no final da dissertação, tendo em vista o completo histórico de todos os cursos de Arquivologia do Brasil; e,
- no caso de algum professor não poder responder ao questionário, enviar-me seu(s) nome(s) e e-mail(s), para que o instrumento de coleta de dados lhes seja encaminhado.



Solicito, ainda, a gentileza de reunir todos os questionários respondidos, assim como as cópias dos documentos referentes à criação do curso e enviar para o endereço que consta no envelope, já selado.

Caso algum professor opte por responder via e-mail, coloco-me à disposição para enviar o questionário em meio eletrônico. Nesse caso, peço que entre em contato: [angelicalvesdacunha@yahoo.com.br](mailto:angelicalvesdacunha@yahoo.com.br) ou [angelicacunha@unb.br](mailto:angelicacunha@unb.br).

Agradeço antecipadamente a colaboração e a gentileza de todos.

Angelica Alves da Cunha Marques  
*Mestranda em Ciência da Informação – UnB*

**APÊNDICE B – Questionário encaminhado aos docentes dos cursos de graduação em Arquivologia**

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB**

**FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO – FACE**

**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO - CID**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

**PROJETO:** A formação da Arquivística como disciplina no Brasil

**MESTRANDA:** Angelica Alves da Cunha Marques (e-mail: angelicacunha@unb.br)

**ORIENTADORA:** Profa. Dra. Georgete Medleg Rodrigues

**I. IDENTIFICAÇÃO DO INFORMANTE (Esta parte deverá ser respondida pelo (a) Coordenador(a) do curso ou professor (a) que conheça bem a sua história)**

**01. Nome completo:**

---

---

**02. Formação acadêmica:**

Graduação     Mestrado     Doutorado     Pós-doutorado

**03. Graduação:**

- Administração
- Arquivologia
- Artes
- Biblioteconomia
- Ciência da Computação/processamento de dados
- Comunicação
- Direito
- Educação

Engenharia

História

Sociologia

Outros (Especificar) \_\_\_\_\_

**04.** Área da pós-Graduação: \_\_\_\_\_

**05.** Cargo no curso:

Coordenador atual de graduação     Ex-coordenador de graduação

Outros (Especificar): \_\_\_\_\_

**06.** Telefone do informante: \_\_\_\_\_

**07.** E-mail: \_\_\_\_\_

**II. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO (Esta parte deverá ser respondida pelo (a) Coordenador(a) do curso ou professor (a) que conheça bem a sua história)**

**08.** Estado: \_\_\_\_\_

**09.** Cidade: \_\_\_\_\_

**10.** Universidade: \_\_\_\_\_

**11.** Nome do curso: \_\_\_\_\_

**12.** Faculdade/Instituto/Centro: \_\_\_\_\_

**13.** Departamento: \_\_\_\_\_

**13.1.** Existem outros cursos neste Departamento?

Sim     Não

Se sim, quais cursos? \_\_\_\_\_

14. Data de criação do curso: \_\_\_\_\_

15. Data de início do curso: \_\_\_\_\_

16. Lei federal ou estadual de criação do curso: \_\_\_\_\_

17. Legislação interna (atos, resoluções, etc. das instâncias universitárias) de criação do curso:

\_\_\_\_\_

18. Horário de funcionamento do curso:

Diurno     Noturno

19. Endereço do curso: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

20. Telefone/fax: \_\_\_\_\_

21. E-mail do curso: \_\_\_\_\_

22. *Home page* do curso: \_\_\_\_\_

23. Quantidade de professores do curso: \_\_\_\_\_

24. Por que o curso de Arquivologia está neste departamento?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**III. IDENTIFICAÇÃO DO CORPO DOCENTE DO CURSO (Esta parte deverá ser respondida separadamente e individualmente por todos os docentes do curso)**

25. Nome completo do(a) professor(a) entrevistado(a): \_\_\_\_\_

26. Universidade a qual está vinculado (responder se não tiver respondido o item 10):

27. E-mail do(a) professor(a) entrevistado(a): \_\_\_\_\_

28. Formação do(a) professor(a) entrevistado(a):

**28.1. Graduação:**

Administração

Artes

Biblioteconomia

Ciência da Computação/processamento de dados

Comunicação

Direito

Educação

Engenharia

História

Sociologia

Outros (Especificar) \_\_\_\_\_

**28.2. Mestrado**

Administração

Biblioteconomia

Ciência da Informação

- Comunicação
- Direito
- Educação
- Engenharia
- História
- Informática/Ciência da Computação/Processamento de dados
- Memória Social e Documento
- Sociologia
- Outro (especificar o curso): \_\_\_\_\_

### **28.3. Doutorado**

- Administração
- Biblioteconomia
- Ciência da Informação
- Comunicação
- Direito
- Educação
- Engenharia
- História
- Informática/Ciência da Computação/Processamento de dados
- Memória Social e Documento
- Sociologia
- Outro (especificar o curso): \_\_\_\_\_

### **28.4. Pós-doutorado**

- Administração
- Biblioteconomia
- Ciência da Informação
- Comunicação

- Direito
- Educação
- Engenharia
- História
- Informática/Ciência da Computação/Processamento de dados
- Sociologia
- Outro (Especificar): \_\_\_\_\_

**29.** A pós-graduação do docente do curso de Arquivologia é (foi) realizada:

Na mesma universidade:  sim       não

Se sim, em qual (is) programa (s) de pós-graduação? \_\_\_\_\_

Se não, citar as universidades e os programas: \_\_\_\_\_

**IV. AVALIAÇÃO DO DOCENTE QUANTO AO VÍNCULO DEPARTAMENTAL ATUAL DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA NA SUA UNIVERSIDADE (Esta parte deverá ser respondida separadamente e individualmente por todos os docentes do curso)**

**30.** Você concorda que esse vínculo institucional da Arquivologia, no seu departamento, atende aos objetivos da disciplina? Você vê relação entre a Arquivologia e o(s) outro(s) cursos do departamento? Justifique suas respostas.

---



---

**31.** Com que área do conhecimento você acha que a Arquivologia tem mais identidade?

Ciências Sociais     Ciências Humanas     Outras (Especificar): \_\_\_\_\_

Justifique sua opção pela área.

---



---

## **APÊNDICE C – Roteiro de entrevista com as pessoas envolvidas na criação e implantação do curso de graduação em Arquivologia da Universidade de Brasília**

**1.** Identificação da entrevistada (nome completo, formação):

**2.** Histórico da criação do curso de Arquivologia (cronologia, o processo e os agentes envolvidos (pessoas e instituições), datas importantes, os antecedentes que desembocaram na iniciativa de criação do Curso de Arquivologia na Universidade de Brasília: como surgiu a idéia de se criar um Curso de Graduação em Arquivologia na UnB?

Quais foram as pessoas que participaram das negociações com a Universidade?

Quais foram as instituições que se envolveram/participaram dessas negociações?

Que argumentos foram evocados, à época, para justificar a criação do curso?

Quem seria, segundo esses agentes, a clientela do Curso?

**3.** As negociações com a Universidade de Brasília (os departamentos envolvidos, o grau de envolvimento da reitoria, etc.): quais foram os departamentos da UnB envolvidos nas negociações?

Além do Departamento de História e Geografia, houve outras negociações com outros departamentos?

Qual o grau de envolvimento da reitoria?

Qual era a posição da reitoria (a favor ou contra) a criação do Curso de Arquivologia?

**4.** Por que o Curso de Arquivologia não foi implementado no Departamento de História e Geografia no final da década de 70?

O que aconteceu a partir dessa data (1977) até 1990, quando o curso então foi aprovado e começou a funcionar no Departamento de Biblioteconomia?

Nesse ínterim, houve alguma tentativa de negociação/implementação do curso de Arquivologia em outro Departamento da UnB ou mesmo em outra instituição?

**5.** Já havia, de sua parte (e dos arquivistas brasileiros), a idéia de se vincular a Arquivologia à Ciência da Informação?



Qual a sua opinião sobre a vinculação da maioria dos cursos de Arquivologia a departamentos de Ciência da Informação/Biblioteconomia?

A senhora acha que o Curso de Arquivologia da UnB estaria abrigado de forma mais satisfatória em outro departamento? Justifique.

## **APÊNDICE D – Entrevista com Heloísa Liberalli Bellotto**

### **1. Identificação da entrevistada (nome completo, formação):**

Heloísa Liberalli Bellotto. Professora doutora da Universidade de São Paulo. Licenciada e doutora em História pela USP, bacharel em Biblioteconomia pela FESP e especialista em Arquivística pela Escuela de Documentalistas, da Espanha. Atualmente é professora na Pós-Graduação o Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, linha de Documentação e Historiografia; do Curso de Especialização em Organização de Arquivos do Instituto de Estudos Brasileiros e Escola de Comunicações e Artes da USP e da Maestria em Gestión de Documentos y Administración de Archivos da Universidade Internacional de Andaluzia, na Espanha.

**2. Histórico da criação do curso de Arquivologia (cronologia, o processo e os agentes envolvidos (pessoas e instituições), datas importantes, os antecedentes que desembocaram na iniciativa de criação do Curso de Arquivologia na Universidade de Brasília: como surgiu a idéia de se criar um Curso de Graduação em Arquivologia na UnB?**

Quais foram as pessoas que participaram das negociações com a Universidade?

Quais foram as instituições que se envolveram/participaram dessas negociações?

Que argumentos foram evocados, à época, para justificar a criação do curso?

Quem seria, segundo esses agentes, a clientela do Curso?

Os dados mais oficiais sobre a criação do curso de Arquivologia da Unb deverão ser obtidos nos arquivos do Departamento de Ciência da Informação ou da UnB. O que posso dizer como a primeira coordenadora do Curso, em 1991, e a autora do projeto de implantação do mesmo, é que fui convidada pela Professora Lídia Alvarenga, então professora do curso de Biblioteconomia, do Departamento de Ciência da Informação, com apoio do mesmo Departamento e da Reitoria, para estar em Brasília durante um mês, para discutir o currículo do curso, não só com o Departamento, mas também com outros que seriam envolvidos naquele currículo. Para tanto, enviaram-me a passagem aérea, pagaram-me um pro-labore, tendo eu me hospedado na casa de uma amiga. Não me lembro de outras instituições diretamente envolvidas, nem pessoas, embora arquivistas da

Câmara dos Deputados, Astréa de Moraes e Castro e Nilza Teixeira Soares, há muito tempo, já viessem batalhando pela criação do curso. O país, então, contava apenas com os cursos da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), no Rio Grande do Sul e os da Universidade Federal Fluminense (UFF) e da Universidade do Rio de Janeiro (UNI RIO), no Estado do Rio de Janeiro, todos surgidos na década de 70. Os argumentos de justificativa eram a grande falta de profissionais especializados em Brasília, dado o grande número de arquivos dos órgãos da administração federal. Os funcionários públicos e os jovens à procura de novas carreiras seriam os clientes do Curso, que seria necessariamente noturno, justamente visando os que trabalhassem tanto na área pública, como na privada.

**3.** As negociações com a Universidade de Brasília (os departamentos envolvidos, o grau de envolvimento da reitoria, etc.): quais foram os departamentos da UnB envolvidos nas negociações?

Além do Departamento de História e Geografia, houve outras negociações com outros departamentos?

Qual o grau de envolvimento da reitoria?

Qual era a posição da reitoria (a favor ou contra) a criação do Curso de Arquivologia?

Os Departamentos envolvidos foram os de História, o de Administração, o de Contabilidade e o de Direito, tendo havido conversações entre eu e os então chefes deles, para que fosse esclarecido o que era o novo curso e que tipo de profissionais queríamos formar. A posição pessoal do reitor de então, Professor Antonio Ibañez, era a de total apoio.

**4.** Por que o Curso de Arquivologia não foi implementado no Departamento de História e Geografia no final da década de 70?

O que aconteceu a partir dessa data (1977) até 1990, quando o curso então foi aprovado e começou a funcionar no Departamento de Biblioteconomia?

Nesse ínterim, houve alguma tentativa de negociação/implementação do curso de Arquivologia em outro Departamento da UnB ou mesmo em outra instituição?

Quanto ao fato de o curso não ter sido implantado em 1977 no Departamento de História eu não tenho nenhum conhecimento. Isto poderia ser perguntado a algum dos antigos professores

daquele Departamento. Se houve outras negociações com outros departamentos ou instituições, também desconheço totalmente.

**5.** Já havia, de sua parte (e dos arquivistas brasileiros), a idéia de se vincular a Arquivologia à Ciência da Informação?

Qual a sua opinião sobre a vinculação da maioria dos cursos de Arquivologia a departamentos de Ciência da Informação/Biblioteconomia?

A senhora acha que o Curso de Arquivologia da UnB estaria abrigado de forma mais satisfatória em outro departamento? Justifique.

A circunstância do Curso de Arquivologia ter sido criado no Departamento de Ciência da Informação foi em razão do interesse manifestado pelos professores que me fizeram o convite. Na minha opinião pessoal os cursos de Arquivologia deveriam ser vinculados aos Departamentos ou às Faculdades de Administração. E' nesta área, fundamentalmente, que o arquivo se situa, é a ela que ele serve e ela é diretamente beneficiada por ele.

## APÊNDICE E – Quadro 29

**Quadro 29: Dissertações e teses com temáticas relacionadas à Arquivística (1980 a outubro de 2006)**

Universidade/ Programa	Autor	Orientador	Título	M/D*	Ano	Financiamento
UFF/IBICT Ciências da Informação	FONSECA, Maria Odila Kahl	GONZÁLES DE GOMEZ, Maria Nelida	Arquivologia e Ciência da Informação: (re)definição de marcos interdisciplinares	D	2004	-
UFF Comunicação, imagem e informação	CARNEVALE, Maria da Conceição	LOPES, Luís Carlos	Os arquivos históricos e o trabalho arquivístico no Rio de Janeiro	M	2000	CAPES
	CRESPO, Cláudio Dutra	LOPES, Luís Carlos	O campo da Arquivística e os arquivos setoriais: conhecimentos e práticas	M	2000	FAPERJ
	PINTO, José Mauro da Conceição	LOPES, Luís Carlos	A teoria da classificação no campo comunicacional: um olhar sobre a comunicação em bibliotecas, museus e arquivos	M	2001	-
UFF História	MAESIMA, Cacilda	MARTINS, Ismenia de Lima	Documentação e Pesquisa Histórica Universitários: um estudo de caso no C.D.P.H. da Universidade Estadual de Londrina	M	2003	-
UFMG Ciências da Informação	CORTES, Maria Regina Persechini Armond	CARDOSO, Ana Maria Pereira	Arquivo Público e informação: acesso à informação nos arquivos públicos estaduais do Brasil	M	1996	-
	COTTA, André Henrique Guerra	CASTAGNA Paulo Augusto; SANTOS, Vilma Moreira dos	O tratamento da informação em acervos de manuscritos musicais brasileiros	M	2000	FAPEMIG
	CRUZ, Emília Barroso	PAIM, Isis	Memória governamental e utilização de documentos eletrônicos pela administração pública do Brasil: o caso da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais	M	2002	CNPq
	FREITAS, Maria Cristina Vieira de	SANTOS, Vilma Moreira dos	Tudo passa e tudo fica no caminho que se faz: um estudo qualitativo de acervo e fundo de arquivo de instituição cultural, sob o paradigma que insere a arquivologia no contexto de uma Ciência da Informação	M	2003	-
	GOMES, Maria do Carmo Alvarenga Andrade	FONTES, Lucy Gonçalves	A produção do conhecimento histórico e do documento: estudo da relação entre a historiografia mineira e as fontes - 1979/1990	M	1994	-

Universidade/ Programa	Autor	Orientador	Título	M/D*	Ano	Financiamento
UFMG Ciências da Informação	MOTTA, Vera Maria Rocha Vasconcello	FONTES, Lucy Gonçalves	Arquivos privados de titulares mineiros - 1930/1983: um estudo sobre a localização, composição e uso dos documentos	M	1993	-
	NEVES, Marta Eloísa Melgaço	HARGREAVES, Lucy Gonçalves Fontes	Em busca da organicidade: um estudo do Fundo da Secretaria de Governo da Capitania de Minas Gerais	M	1997	-
	PEDRAS, Beatriz Junqueira	SANTOS, Vilma Moreira dos	Uma leitura do I Livro de Tombo do Convento do Carmo de Salvador: contribuição à construção histórica da Ordem dos Carmelitas na Bahia Colonial	M	2000	CAPES/CNPq
	RODRIGUES, Ana Márcia Lutterbach	SANTOS, Vilma Moreira dos	Uma análise da teoria dos arquivos	M	2004	-
	THOMAZ, Katia de Pádua	ANDRADE, Maria Eugênia Albino	A preservação de documentos eletrônicos de caráter arquivístico: novos desafios, velhos problemas	D	2004	FAPEMIG
UFMG Artes Visuais	SOARES, Alexandre Martins	NAZARIO, Luiz Roberto Pinto	Memória audiovisual na sociedade informatizada: arquivos físicos e digitais	M	2003	CAPES - DS
UFPB Ciências da Informação	MELO, Josemar Henrique de.	GARCIA, Joana Coeli Ribeiro; SILVA, Sílvia Cortez.	Política do silêncio: o Sistema de Arquivos do Estado de Pernambuco	M	1999	CAPES/DS
UnB Ciência da Informação	ALVIM, Paulo César Rezende de Carvalho	TARAPANOFF, Kira Maria Antonia	Fundamentos de um sistema informacional para o apoio à tomada de decisão de inovação em empresas de base tecnológica	M	2002	-
	APARÍCIO, Maria Alexandra Miranda	RODRIGUES, Georgete Medleg	O acesso e a utilização da informação arquivística sobre a África no Arquivo do Itamaraty em Brasília	M	2001	CAPES
	CARVALHÊDO, Shirley do Prado	RODRIGUES, Georgete Medleg	Arquivo Público do Distrito Federal: contextos, concepções e práticas informacionais na trajetória de uma instituição arquivística	M	2003	-
	GOMES, Neide Aparecida	MIRANDA, Antonio Lisboa Carvalho de	O ensino de conservação, preservação e restauração de acervos documentais no Brasil	M	2000	-
	HOTT, Daniela Francescutti Martins	RODRIGUES, Georgete Medleg	O acesso aos documentos sigilosos: um estudo das comissões permanentes de avaliação e de acesso nos arquivos brasileiros	M	2005	-
	MENDES, Eliane Manhães	MIRANDA, António Lisboa Carvalho de	Tendências para a harmonização de programas de ensino de arquivologia, biblioteconomia e museologia no Brasil: um estudo Delfos.	M	1992	-

Universidade/ Programa	Autor	Orientador	Título	M/D*	Ano	Financiamento
UnB Ciência da Informação	OLIVEIRA, Eliane Braga de	ALVARENGA, Lúdia	A contratação de terceiros nos serviços arquivísticos da administração pública federal em Brasília	M	1997	CAPES
	PICCININI, Élvio José	ANTUNES, Walda de Andrade	Impacto da tecnologia da informação na atividade dos arquivos bancários: um estudo de caso	M	2001	-
	RAEL, Joacil Basílio	ROBREDO, Jaime	Tratamento da informação: integridade de informações em meios eletrônicos	D	2001	CAPES
	SANTOS, Vanderlei Batista dos	RODRIGUES, Georgete Medleg	Gestão de documentos eletrônicos sob a ótica arquivística: identificação das principais correntes teóricas, legislação e diagnóstico da situação nos Arquivos públicos brasileiros	M	2001	-
	SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de	LOPES, Luis Carlos	Os arquivos correntes e as massas documentais acumuladas: busca de novas soluções para velhos problemas	M	1995	-
UFRJ/IBICT Ciências da Informação	BOTTINO Mariza	SOUZA, Rosali Fernandez de	Arquivo Universitário: considerações em torno da questão. Panorama da situação no Brasil	M	1994	-
	FONSECA, Maria Odila Kahl	GONZÁLES DE GOMEZ, Maria Nelida	Direito à informação: acesso aos arquivos públicos municipais	M	1996	-
	FREITAS, Adda Drugg de	FRANCISCONI Clovis; SOUZA Paulo Roberto Vauthier de	Processamento de informações de registros médico-hospitalares	M	1972	-
	GOMES, Sandra Lucia Rebel	GONZÁLES DE GOMES, Maria Nelida	Lugares de memória e informação: os arquivos e centros de documentação sobre trabalho, trabalhadores e suas organizações	M	1996	-
	JARDIM, José Maria	MARTELETO, Regina Maria	Cartografia de uma ordem imaginária: uma análise do sistema nacional de arquivos	M	1994	-
	JARDIM, José Maria	GONZÁLES DE GOMES, Maria Nelida	Os arquivos (in)visíveis: a opacidade informacional do Estado Brasileiro	D	1998	-
UFRJ/IBICT Ciências da Informação	KURTZ, Clara Marli Scherer	SOUZA, Rosali Fernandes de; CARVALHO, Katia de	O Usuário do Arquivo Nacional e o seu relacionamento com os serviços oferecidos para a satisfação de suas necessidades de informação	M	1990	-
	LASMAR, Denise Portugal	FREIRE, Isa Maria; SOUZA, Rosali Fernandez de	Estoques de informação: o acervo imagético da Comissão Rondon no Museu do Índio como fonte de informação	M	2002	-

<b>Universidade/ Programa</b>	<b>Autor</b>	<b>Orientador</b>	<b>Título</b>	<b>M/D*</b>	<b>Ano</b>	<b>Financiamento</b>
	RONDINELLI, Rosely Curi	JARDIM, José Maria; GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide	O gerenciamento do documento eletrônico: uma abordagem técnica da diplomática arquivística contemporânea	M	2002	-
	SILVA, Junia Gomes da Costa Guimarães e	CHRISTOVÃO, Heloisa Tardin	Socialização da informação arquivística: a viabilidade do enfoque participativo na transferência de informação	M	1996	CAPES
	SOUZA, Helena de Miranda Rosa e	GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide	Rio de Janeiro: transferência da Capital Federal e seus impactos na esfera da informação/documentação	M	1992	-
	SOUZA, Rosale de Mattos	CORDEIRO, Geraldo Prado e Rosa Inês de Novaes	A representação do filme documentário institucional: testemunho histórico-científico no espaço informacional/acadêmico	M	2001	-
UFRJ Arquitetura	CARVALHO, Cláudia Suely Rodrigues de	COSENZA, Carlos Alberto Nunes	O controle ambiental para preservação de acervos com suporte em papel na concepção dos edifícios de arquivos e bibliotecas em clima tropical úmido	M	1997	-
UFRJ Comunicação	OLIVEIRA, Christianne Rose de Souza Oliveira	KOSOVSKI, Ester	Acesso à informação no Arquivo Público do Estado do Maranhão	M	2000	-
UFRJ/Educação	GAK, Luiz Cleber	MATA, Speranza Franca da	Rumos da educação arquivística	D	2004	-
UFRJ História	COSTA, Célia Leite	GUIMARÃES, Manoel Luiz Lima Salgado	Memória e administração: o Arquivo Público do Império e a consolidação do Estado brasileiro	D	1997	CAPES
UNIRIO Memória Social e Documento	DOTTO, Elizete Rosa	ESPOSEL, José Pedro Pinto	Arquivos históricos: problemas técnico-administrativos e práticos-morais e os fatores que contribuem para a sua ocorrência	M	1993	-
	GAK, Luiz Cleber	BELLOTTO, Heloísa Liberalli	Documentação cartorária: da identificação ao uso social	M	1995	-
	KAMINITZ, Sônia Helena da Costa	WEHLING, Maria José Mesquita Cavalleiro de Macedo	A necessidade da criação da instituição arquivo na primeira metade do século XIX	M	1998	-
	LINS, Júlia Bellesse da Silva	BELLOTTO, Heloisa Liberalli	O profissional arquivista no contexto sócio-cultural	M	1996	-
	MARIZ, Anna Carla Almeida	MAGALHÃES COSTA, Icléia Thiesen; ESPOSEL, José Pedro Pinto	O Correio eletrônico e seu impacto na formação dos arquivos empresariais: estudo de caso da Shell e do Club Mediterranée	M	1997	-



Universidade/ Programa	Autor	Orientador	Título	M/D*	Ano	Financiamento
UNIRIO Memória Social e Documento	SILVA, Flávio Leal da	COSTA Icléia Thiesen Magalhães; WEHLING, Maria José Mesquita Cavalleiro de Macedo	Arquivo, memória e fragmentação: a construção do acervo do Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz	M	1999	-
	SOUZA, Katia Isabelli de Bethânia Melo de	ESPOSEL, Jose Pedro Pinto	Os Arquivos no contexto educacional: novas perspectivas	M	1996	-
UNIRIO Música	FONSECA, Modesto Flávio Chagas	PINTO, Carlos Alberto Figueiredo	Catálogo temático de manuscritos musicais para a Semana Santa e Quaresma em Arquivos de Viçosa (MG)	M	2004	-
UFBA Departamento de Letras e Lingüística	SANTOS, Zeny Duarte de Miranda Magalhães dos	HAZIN, Elizabeth Andrade Lima	Arranjo e descrição do espólio de Godofredo Filho: estudo arquivístico e catálogo informativo	D	2000	CAPES
UFBA Educação	MATTOS, Maria Teresa Navarro de Britto	BOAVENTURA, Edivaldo Machado; JARDIM, José Maria	Memória institucional e gestão universitária no Brasil: o caso da Universidade Federal da Bahia	D	2004	-
UFAM Faculdade de Educação	FEITOSA, Maria Lenir Oran Fonseca	PINTO, Ernesto Renan Melo de Freitas	Arquivo Público do Estado do Amazonas: da missão à ação	M	1997	-
UFSM Engenharia de Produção	FLORES, Daniel	MÜLLER, Felipe Martins	Análise do Programa de Legislação Educacional Integrada – PROLEI: uma abordagem arquivística na Gestão Eletrônica de Documentos	M	2000	MEC
	MONTE, Antônio Carlos	LOPES, Luís Felipe Dias	A qualidade dos suportes da informação, uma visão arquivística	M	2003	-
	WEISSHEIMER, Astrid	SILVA, Maria Virginia dos Santos	Atitudes dos alunos em relação ao Curso de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Maria/RS	M	1982	-
	ANDRADE, Ana Célia Navarro de	CAMARGO, Ana Maria de Almeida	Inventário do Fundo Clamor: organização e descrição do Fundo Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os países do Cone Sul	M	2000	-
	KARPINSKI, Silvana	WITTER, José Sebastião	O laboratório do arquivista - FAPESP: a constituição dos arquivos permanente e intermediário, e o processo de avaliação, seleção e descarte	M	1995	-
	LO SCHIAVO, Rita de Cassia Martinez	CAMARGO, Ana Maria de Almeida	Roteiro para organização de arquivos de entidades de classe	M	1997	-

<b>Universidade/ Programa</b>	<b>Autor</b>	<b>Orientador</b>	<b>Título</b>	<b>M/D*</b>	<b>Ano</b>	<b>Financiamento</b>
USP História Social	LOPEZ, André Porto Ancona	CAMARGO, Ana Maria de Almeida	Partidos e associações políticas no Brasil contemporâneo: proposta de tipologia documental	M	1994	-
	LOPEZ, André Porto Ancona	CAMARGO, Ana Maria de Almeida	As razões e os sentidos: finalidades da produção documental e interpretação de conteúdos na organização arquivística de documentos imagéticos	D	2001	CAPES
	MONTIEL, Rosane	IOKOI, Zilda Márcia Gricoli	Movimento: a janela de uma geração. A organização do fundo de arquivo “Jornal Movimento”	M	1996	CAPES
	RODRIGUES, Ana Célia	BELLOTTO, Heloisa Liberalli	Tipologia documental como parâmetro para gestão de documentos de arquivo: um manual para o município de Campo Belo (MG)	M	2003	-
	RODRIGUES NETO, João Martins	CAMARGO, Ana Maria de Almeida	Caracterização tipológica dos documentos da Província Franciscana Imaculada Conceição do Brasil: subsídio para o processamento técnico de arquivos eclesiais regulares	M	1995	-
USP História Social	SANTOS, Paulo Elian dos	BELLOTTO, Heloísa Liberalli	Entre o laboratório, o campo e outros lugares: gênese documental e tratamento técnico em arquivos de cientistas	M	2003	-
USP Ciência Social (Antropologia Social)	CONSIGLIO, Vittorio	CUNHA, Maria Manuela Ligetti Carneiro da	Fontes missionárias e história indígena: um inventário analítico sobre textos jesuítas nos arquivos referentes a missão em Maranhão e Grã-Pará, século XVII-XVIII	M	1997	-
USP Ciências da Comunicação	CALDERON, Wilmara Rodrigues	KOBASHI, Nair Yumiko	Instrumentos de pesquisa nos arquivos públicos permanentes: um estudo sob a ótica da análise documental	M	2003	-
	FERNANDES, Angela Cristina	GUIDI, Mario Arturo Alberto	Teoria e prática na preservação e conservação de fotografias em pequenos acervos	M	2002	-
	INOJOSA, Rose Marie	CAMARGO, Nelly de	Comunicação em Arquivologia: análise do arquivo da Prefeitura Paulista como meio de comunicação	M	1980	-
	MARTINS, Maria Regina Reis	GUIDI, Mario Arturo Alberto	A fotografia de Mário de Andrade: projeto piloto para recuperação e preservação	M	2001	-
USP Educação	ZAIA, Iomar Barbosa	SCHMIDT, Diana Gonçalves	A história educacional em risco: avaliação e descarte dos documentos do arquivo da Escola de Aplicação (1958-1985)	M	2003	FAPESP

<b>Universidade/ Programa</b>	<b>Autor</b>	<b>Orientador</b>	<b>Título</b>	<b>M/D*</b>	<b>Ano</b>	<b>Financiamento</b>
UNESP Ciência da Informação	NASCIMENTO, Lúcia Maria Barbosa do	GUIMARÃES, José Augusto Chaves	A dimensão diplomática do documento jurídico digital	M	2002	UNESP
PUCCAMP Biblioteconomia e Ciência da Informação	CARVALHO, Elizabeth	LONGO, Rose Mary Juliano	Informação orgânica: recursos estratégicos para tomada de decisão pelos membros do Conselho de Administração da Universidade Estadual de Londrina	M	2001	CNPq
	GUIMARÃES, Maria de Fátima	VALIO, Else Benetti Marques	EJO - Uma metodologia para recuperação de informação em autos do judiciário	M	1995	-
	PEREIRA, Sandra Lucia	WITTER, Geraldina Porto	O conceito de arquivo na literatura e na opinião de gestores de arquivos privados	M	1995	-
	YANO, Sueli Mitiko	OLIVEIRA, Silas Marques de	Consultor em informação e documentação & <i>information broker</i> : perfil e formação no Estado de São Paulo	M	2001	CAPES
	ZANATA, Marisa Marques	VALIO, Else Benetti Marques	Instrumentos de pesquisa nos arquivos da UNICAMP	M	1997	-
UFSC Administração	GARCIA, Olga Maria Correa	SCHUCH JÚNIOR, Vitor Francisco	A aplicação da Arquivística Integrada considerando os desdobramentos do processo a partir da classificação	M	2000	-
	ROSSATTO, Carlos Aléssio	PATRÍCIO, Zuleica Maria	Percepções de usuário acerca do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul: um ambiente a ser descoberto	M	2001	-
	SILVA, Beatriz Aita da	WITTMANN, Milton Luiz	A preservação documental no Arquivo Geral e no Arquivo Histórico Municipal da Prefeitura Municipal de Santa Maria	M	2002	-
UERJ Departamento de Letras	FRAIZ, Priscila Moraes Varella...	MORICONI JÚNIOR, Ítalo	A construção de um eu autobiográfico: o arquivo privado de Gustavo Capanema	M	1994	-
CEFET Tecnologia	PEREIRA, Heloisa Esser dos Reis Tiago	BROCHADO, Marina Rodrigues	Contribuição ao diagnóstico de um Sistema de Informação Arquivística Aplicada	M	2001	-
PUC/RJ Letras	NASCIMENTO, Carla	COCO, Pina Maria Arnoldi	Uma mulher do século XIX disfarçada em século XX - um olhar crítico-biográfico sobre o acervo de Ana Cristina Cesar	D	2004	CAPES
PUC/SP Administração	MOREIRA, Ivani Joana D'arc Ferreira	JUNQUEIRA, Luciano Antonio Prates	A informação documental como recurso para a tomada de decisão na sub-unidades da UEL	M	2003	-

<b>Universidade/ Programa</b>	<b>Autor</b>	<b>Orientador</b>	<b>Título</b>	<b>M/D*</b>	<b>Ano</b>	<b>Financiamento</b>
Fundação João Pinheiro (Escola de Governo) Administração Pública	SANTANA, Marcelo Leone	SANTOS, Vilma Moreira dos	A digitalização de documentos de arquivo: o caso das plantas de parcelamento do solo de Belo Horizonte	M	2002	PRODABEL

\* M = Mestrado e D = Doutorado

**APÊNDICE F – Informações gerais sobre os Cursos de Arquivologia****UNIRIO**

**Endereço:** Av. Pasteur, 458 (4º andar), Urca, Rio de Janeiro/RJ

**Telefone:** (21) 2244-5557

**E-mail:** [arquivologia\\_cch@unirio.br](mailto:arquivologia_cch@unirio.br)

**Home page:** [www.unirio.br](http://www.unirio.br)

**UFSM**

**Endereço:** Campus Camobi, prédio 74, sala 2.174 – Santa Maria/RS

**Telefone:** (55) 3220-9256 e (55) 3220-9255 (fax)

**Home page:** [www.ufsm.br/arquivologia](http://www.ufsm.br/arquivologia)

**UFF**

**Endereço:** Rua Prof. Lara Vilela, 126, São Domingos - Niterói – RJ

**Telefone:** (21) 2629-9752 / 2629-9753

**E-mail:** [ggaa@vm.uff.br](mailto:ggaa@vm.uff.br)

**UnB**

**Endereço:** Campus Universitário, Edifício anexo BCE, Asa Norte – Brasília/DF

**Telefone:** (61) 3307-2422

**E-mail:** [cid@unb.br](mailto:cid@unb.br)

**Home page:** [www.cid.unb](http://www.cid.unb).

**UEL**

**Endereço:** Campus Universitário

**Telefone:** (43) 3371-4348

**E-mail:** [colarq@uel.br](mailto:colarq@uel.br)

**UFBA**

**Endereço:** Campus Universitário do Canela, Vale do Canela, s. n., Salvador - BA

**Telefone:** (71) 3336-6174

**E-mail:** [arquivol@ufba.br](mailto:arquivol@ufba.br)

**Home page:** [www.ici.uba.br/arquivologia.html](http://www.ici.uba.br/arquivologia.html)

**UFRGS**

**Endereço:** Rua Ramiro Barcelos, 2.705 – Porto Alegre/RS

**Telefone:** 3316-5067

**Home page:** [www.ufrgs.br/arquivologia](http://www.ufrgs.br/arquivologia)

**UFES**

**Endereço:** Av. Fernando Ferreira, s.n, Goiabeiras – Vitória/ES

**UNESP**

**Endereço:** Av. Hygino Muzzi Filho, s.n. – Marília/SP

**Telefone:** (14) 3402-1370

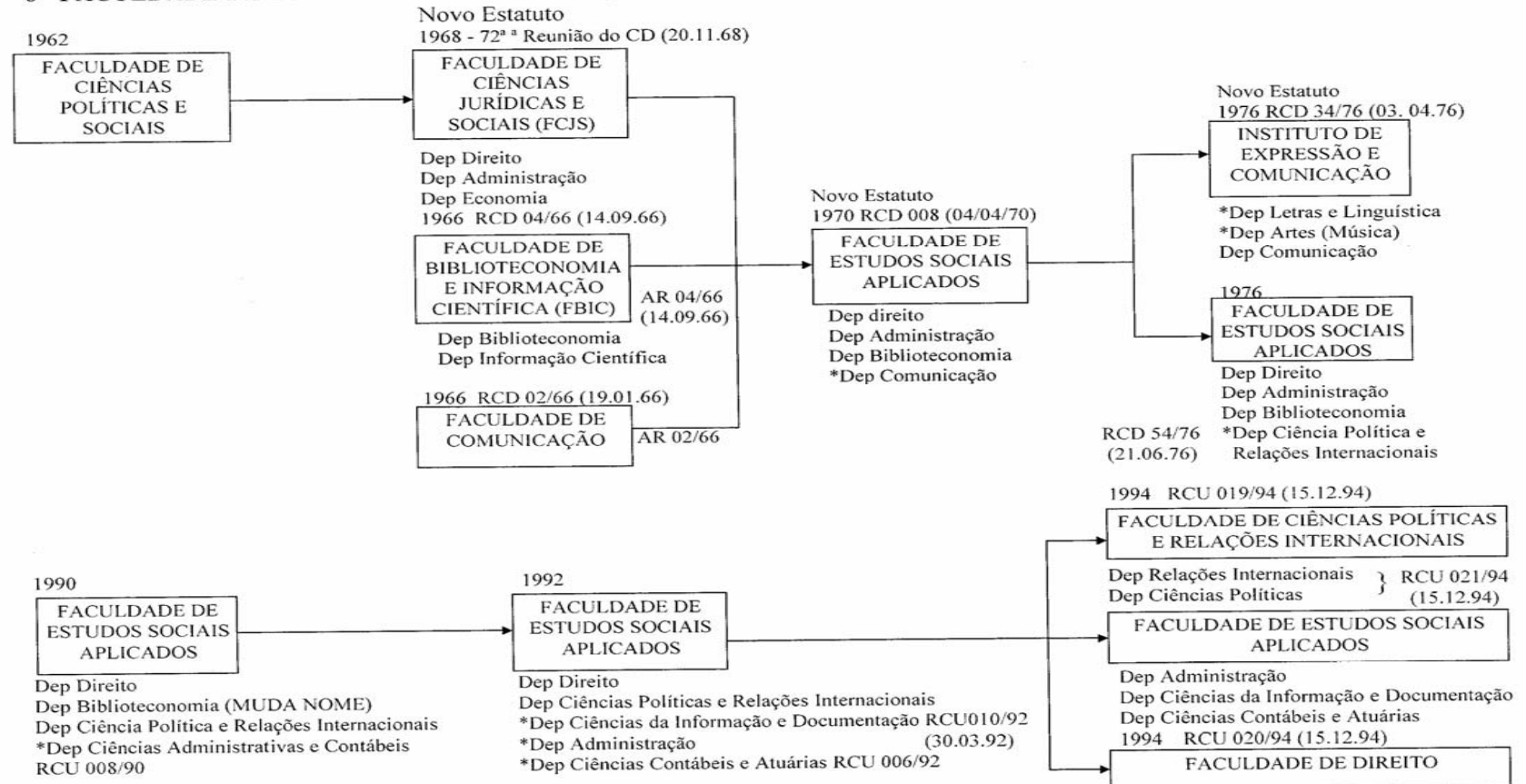
**Home page:** [www.marilia.unesp.br](http://www.marilia.unesp.br)

**UEPB****Endereço:** Rua Neusa de Sousa Salles, s. n., Mangabeira 7 – João Pessoa/PB**Telefone:** (83) 3238-9236

**ANEXOS**


## ANEXO A – Estrutura da Faculdade de Estudos Sociais Aplicados da UnB

### 6 - FACULDADE DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS - FA





## ANEXO B – Exposição de motivos, do Arquivo Nacional

 *Arquivo Nacional*

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Pelo Decreto n°15.596, de 2 de agosto de 1922, foi creado um Curso Técnico, destinado a habilitar candidatos ao cargo de amanuense, comum ao Museu Historico Nacional, a Bibliotheca Nacional e ao Arquivo Nacional, repartições estas então dependentes do Ministerio da Justiça e Negocios Exteriores.

Em virtude de varias causas esse Curso não entrou em funcionamento, ficando as respectivas repartições privadas do beneficio que teria no selecionamento dos candidatos ao posto inicial dos seus quadros.


Sobre a necessidade do preparo profissional de funcionarios num Curso sistematizado para essas repartições não ha duvida, podendo-se apenas discutir a conveniencia de adaptar tal Curso a cada uma das alludidas repartições.

O Governo Provisorio baixou decretos criando um curso de biblioteconomia para a Bibliotheca Nacional, outro especializado para o Museu Historico Nacional, agora é a vés de atender ás necessidades do Arquivo Nacional, que, como aquellas é uma repartição tecnica e precisa de funcionarios especialmente preparados.

Os estados europeus de alta cultura exigem dos funcionarios de seus arquivos preparo solido em materias especializadas, que são ensinadas em escolas para esse fim creadas, como a "École de Chartes", de que se gloria justamente a França.

Verdade é que não devemos imitar ás cegas essas peises, que vão na dianteira da civilização, mesmo porque na propria Europa nem todos os povos conseguiram estabelecer escolas para archivistas. Nossas condições, aliás, são bem diversas.

País novo, sem o fardo acobrunhador da historia de muitos seculos não precisamos ter archivistas capazes de decifrar palimpsestos, mas tambem não devem eles ignorar os elementos necessarios de paleografia, que lhes facilitem interpretar com segurança a grafia dos seculos XVI e XVII, sobretudo a primeira bastante diferente da usada posteriormente. O mesmo ocorre a respeito de diplomatica. - Como os documentos que possimos são relativa-

 TEXTO DETERIORADO E/OU  
ENCADERNAÇÃO DEFEITUOSA  
*Damaged text.  
Wrong binding*



# Arquivo Nacional

VLS. 2

relativamente recentes torna-se mais facil a apreciação, a critica dos mesmos, a descoberta dos vícios <sup>que</sup> os inquinam, portanto o julgamento do seu valor.

Mas é util ao candidato o conhecimento dos principios e métodos dessa sciencia, forjados em face de documentos milenarios. e da necessidade de seu estudo para a formação do arquivista.

O ensino dessas materias deverá ter no curso tecnico caracter elementar para não sobrecarregar o candidato com o estudo de pormenores, que lhe não serão uteis na vida burocratica, em prejuizo de outras que lhe são verdadeiramente indispensaveis e nas quais precisa aprofundar-se.

Entre estas ultimas figuram a Historia do Brasil, Bibliografia, especialmente Brasileira e Historia Administrativa e Arquivistica.

Claro é que um funcionario de Arquivo deve ter conhecimentos aprofundados de Historia do Arquivo Nacional, porque os Arquivos são os mananciais mais abundantes e preciosos de mesma, e não convem que sejam guardados por pessoas que desconhecem o seu valor e que, por falta de cultura, não os possam explorar em beneficio da coletividade. Esse conhecimento tambem é necessario para a organização de catalogos, indices e relações e para orientar buscas e fazer pesquisas com proveito.

Mas, não basta o conhecimento da historia geral; o funcionario de Arquivo deve familiarizar-se intimamente com a historia administrativa do país. Por isso, no curso que tenho a honra de propor, ao lado da Historia do Brasil, no primeiro ano, figura, no segundo, o estudo da Historia Administrativa em cadeira separada.

Os tratadistas de Arquivistica enunciam a importancia desse estudo, verdadeiramente indispensavel á formação intelectual do arquivista.

Finalmente, salta aos olhos a necessidade de uma disciplina de conjunto sobre Arquivos, na qual se estude a historia dos Arquivos, os metodos de sua organização, os problemas de classificação dos documentos, os cuidados para a boa conservação destes, e arte de restaura-los, de estrata-los, enfim o modo de considera-los como parte de um



TEXTO DETERIORADO E/OU  
ENCADERNAÇÃO DEFEITUOSA  
Damaged text.  
Wrong binding

FLS. 3

de um todo organico, que é o Arquivo. Essa disciplina é a Arquivística, matéria que não pôde deixar de figurar num Curso Técnico destinado á formação teórico-prática de funcionarios de Arquivo.

O Curso Técnico ficou ideado de maneira seguinte:-

1º Ano:- Historia do Brasil

Bibliografia, especialmente do Brasil

Paleografia

Diplomatica

2º Ano:- Arquivística

Historia Administrativa

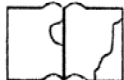
As disciplinas acima referidas serão ensinadas em quatro cadeiras:- A)- Historia do Brasil e Bibliografia, especialmente do Brasil; B)- Paleografia e Diplomatica; C)- Arquivística; D)- Historia Administrativa.

Esse Curso destina-se a preparar candidatos á vagas de amanuenses, que se forem dando no quadro da Repartição. Mas é de toda a conveniencia que os atuais amanuenses do Arquivo Nacional o possam frequentar, independentemente de matricula, o qual funcionará para elles como Curso de Aperfeiçoamento, constituindo a aprovação nas respectivas materias merecimento para a promoção a sub-arquivistas.

Para a matricula no Curso Técnico o candidato exhibirá certificado de aprovação nos exames da quinta serie do curso secundario, prestados no Colegio Pedro II, ou em estabelecimentos sob o regime de inspeção official, ou certidões de aprovação nos exames de português, francês, inglês, latim, arithmetica, geografia, historia universal, corografia e historia do Brasil, validos para a matricula nos cursos superiores.

A primeira vista parecerá rigoroso o Curso Técnico ora proposto para o Arquivo Nacional. Entretanto, convem assinalar que, relativamente ao estabelecido pelo Decreto nº 15.596, de 2 de agosto de 1922, está aliviado das seguintes materias:- Historia literaria, epigraphia, archaeologia e historia da arte, chronologia, numismatica e sigillographia, iconographia e cartographia.

O motivo da exclusão dessas materias foi:- serem algumas mais necessarias a funcionarios de Museus e Bibliotecas do que propriamente



TEXTO DETERIORADO E/OU  
ENCADERNAÇÃO DEFEITUOSA  
Damaged text.  
Wrong binding

FLS. 4

propriamente de Arquivo, e a conveniencia de não dificultar a aprendizagem de outras mais necessarias ao fim que se tem em vista, a boa formação de arquivistas.

O Curso Técnico virá com o tempo levantar o nível mental dos funcionarios do Arquivo, e muito lucrará com isto o Estado e o publico.

Si o Curso Técnico funcionar com a regularidade desejada, podemos alimentar a esperança que, em futuro não muito remoto, contará o Arquivo Nacional com um corpo de competentes arquivistas.

#



TEXTO DETERIORADO E/OU  
ENCADERNAÇÃO DEFEITUOSA  
Damaged text.  
Wrong binding

ANEXO C – Parecer do CFE incluindo a formação de arquivistas no sistema universitário

## ENSINO DE ARQUIVO NAS UNIVERSIDADES

O Conselho Federal de Educação em Brasília, em sua reunião de março último aprovou o seguinte parecer da Câmara de Ensino Superior, do qual foi relator o professor Vicente Sobrino Porto.

A Chefe do Arquivo Histórico da Câmara dos Deputados, em ofício protocolado neste Conselho, sob nº 456/70, sugere a criação de uma Escola Superior de Arquivo.

Em aditamento, assinala que o Curso teria três anos, divididos em 2 (dois) períodos letivos cada um, obedecendo a programação que consta dos autos.

Esclarece a Proponente que biblioteconomia e arquivo, embora tenham pontos de contato, não podem ser confundidos, e, em reforço de sua tese, cita T.R.Schellenberg, Vice-diretor dos Arquivos Nacionais dos Estados Unidos da América do Norte, quando distingue uma atividade da outra.

Menciona, a seguir, grandes centros de arquivística na França, Espanha, Itália, Inglaterra, para salientar que a inexistência desses estudos, em nível superior, no Brasil, é responsável por prejuízos insanáveis; inclusive no "descarte", quando são destruídos documentos antigos para dar espaços a novos, sem uma análise de interesse que possam os mesmos ter para cultura em geral.

### PARECER DO RELATOR

Julgo que a sugestão para que se crie no Brasil a carreira de Arquivista, em nível superior, não é despicienda, inclusive mesmo que se cogite, também, da preparação de auxiliares de arquivistas, em nível de 2º grau.

Ressalto, aqui, três considerações que merecem ser refletidas: - uma do historiador americano Charles Andrews, outra do arquivista inglês Hilary Jenkinson e, finalmente, a do diretor da biblioteca Nacional de Comunidade da Austrália, Harold White.

Escreveu o primeiro:

"Nenhum povo pode ser considerado mestre de sua própria história até que seus arquivos públicos, reunidos, cuidados e tornados acessíveis ao investigador, tenham sido sistematicamente estudados e determinada a importância de seu conteúdo".

Disse o segundo:

"A preservação do material histórico (deveria) ser encarada (...) como uma necessidade nacional".

Finalmente o terceiro:

"Um governo raramente reconhece o valor de seus documentos até depois de atingir a maturidade histórica, quando, ironicamente, muitos documentos relativos ao seu desenvolvimento provavelmente já desapareceram".

O problema não é novo. Quem lê Tito Lívio, surpreende, no livro VI de sua História Romana, justificativa por ter incluído, nos cinco tomos precedentes, um período tão extenso da história de Roma.

E a razão é óbvia: primeiro os acontecimentos são obscuros, por causa da sua antiguidade (*res cum vetustate nimia obscuras*) e, depois - e é a parte que nos interessa - pelos raros documentos escritos existentes, documentos estes que são, em verdade, únicos guardiães fiéis da lembrança dos fatos passados (*Tum quod parvae et rarae per eadem tempora litterae fuere, una custodia fidelis memorias rerum gestarum*).

As bibliotecas - tal a sua importância - levaram à criação de uma carreira em nível superior; os arquivos - tal a sua valia - poderão, também sugerir se percorra caminho similar.

Assim sendo, acho a sugestão da sra. Chefe do Arquivo Histórico da Câmara dos Deputados digna de maior atenção por parte das autoridades de Ensino.

Pessoalmente, dou meu inteiro apoio à idéia, admitindo, mesmo que se vier a ser concretizada será de grande proveito para o País.

#### VOTO DO RELATOR

Opino no sentido de que os programas anexados ao Processo em questão sejam, juntamente com o presente Parecer, enviados às Universidades para que as mesmas, com autonomia e prerrogativa que lhes reconhece a lei, e dentro dos recursos materiais e humanos de que dispõem, julguem de oportunidade de organizar, dentro das programações específicas respectivas, o Curso de Arquivo em nível superior.

Caso tal fato venha a ocorrer, poderão as Universidades, inclusive remeter ao CFE proposta de Currículo Mínimo para o referido curso para apreciação por parte deste Egrégio Colegiado.

Acresce considerar que o mencionado Curso pode ser enquadrado em uma das categorias do art. 18, da Lei nº 5.540/68, assim sendo poderá mesmo vir a ser reconhecido e seu diploma registrado no Ministério da Educação e Cultura, na forma do recente parecer nº 44/72, do Ilustre Conselheiro Newton Sucupira.

A Câmara de Ensino Superior (1º Grupo) aprova o parecer.

Brasília, 24/1/72. - Newton Sucupira, Presidente - Vicente Sobrino Porto, Relator - Mariano da Rocha - Martins Filho.

**ANEXO D – Parecer n. 249/72, de 08 de março de 1972**

(Reconhecimento da Arquivística como habilitação profissional no Ensino de 2º grau)

## ARQUIVÍSTICA NO ENSINO DE 2.º GRAU

O Arquivo Nacional recebeu do sr. Celso da Costa Franches, Secretário Geral do Conselho Federal de Educação comunicação de haver sido aprovado parecer da Câmara de Ensino de 1º e 2º Graus, transcrito a seguir:

"CÂMARA DE ENSINO DE 1º e 2º GRAUS - Arquivo Nacional - Arquivística como habilitação profissional no Ensino de 2º Grau - Parecer Nº 0249/72 - Aprovado em: 08/03/72 - CFE. Nº 885/71.

1 - HISTÓRICO: - O Sr. Diretor do Arquivo Nacional endereçou ofício a este Conselho solicitando estudos sobre a implantação, nos sistemas de ensino, dos cursos de Arquivística e Arquivologia, respectivamente, em nível de 2º grau e superior.

Quanto ao nível superior, melhor dirá a douta Câmara de Ensino Superior. No tocante ao 2º grau, cabe-nos o pronunciamento.

2 - VOTO: - O interesse na colocação do curso de Arquivística como habilitação profissional no ensino de 2º grau está demonstrado no processo, onde se lê que: "pela demanda que se verifica, todos os anos, de matrícula nos cursos ministrados pelo Arquivo Nacional, há, pelo menos neste Estado, acentuado interesse pelas técnicas de arquivo como qualificação profissional para empregos de empresa privada".

Os cursos do Arquivo Nacional, a que se refere o texto transcrito, devem dizer respeito a cursos livres.

Acresce que, além do mercado de trabalho empresarial, há também, para profissionais de Arquivística, um campo bastante atraente e em ampliação, que é o dos Museus, das Bibliotecas e dos Arquivos Públicos que, com a mudança dos métodos educacionais, repartem cada vez mais com a escola as tarefas do ensino, recebendo multidões de alunos, cujas pesquisas exigem monitores e assessores capazes de manusear documentos e peças os mais variados. Seriam eles, esses profissionais de nível médio, os técnicos auxiliares dos Historiadores, Arquivologistas, dos Museólogos e dos Documentaristas.

Há dois caminhos para a elaboração do currículo adequado ao curso de Arquivística, uma vez que não consta o mesmo do elenco baixado pela Resolução nº 2/72 do CFE: o primeiro seria a fixação das matérias e da carga horária, nos termos do § 3º do artigo 4º da Lei 5.692/71; o segundo seria a oferta do currículo pela entidade interessada nos termos do § 4º do artigo supracitado.

Desde que o Arquivo Nacional não adentrou a possibilidade contida na segunda hipótese, entendemos que se deve utilizar da primeira, razão pela qual oferecemos à apreciação do Colegiado esta proposta de currículo que, se aprovada, poderá ser incluída no rol dos amparados pelo parecer CFE nº 45/72.

#### HABILITAÇÃO: TÉCNICO EM ARQUIVO - 2.220 horas

##### I - EDUCAÇÃO GERAL

A - Comunicação e Expressão - 1) Língua e Literatura Nacional - 2) Língua Estrangeira - 3) Educação Artística - 360 Horas.

B - Estudos Sociais - 1) Geografia - 2) História - 3) Educação Moral e Cívica - 4) Organização Social e Política do Brasil - 300 horas.

C - Ciências - 1) Matemática - 2) Ciências - 180 horas.

##### II - FORMAÇÃO ESPECIAL

1) Documentação e Arquivo - 2) Elementos de Biblioteconomia - 3) Elementos de Museologia e Museografia - 600 horas,

4) - Ciências Auxiliares da História - 5) Organização e Técnica de Arquivo - 300 horas.

6) Estatística - 7) Processamento de Dados - 210 horas.

III - Educação Física - 270 horas.



**OBSERVAÇÃO:**

A inclusão de Geo-História ou de História do Brasil como matérias instrumentais, na parte de formação especial deixa de ser feita, apesar da recomendação de alguns especialistas, tendo em vista que se trata de um currículo mínimo, ao qual podem as escolas acrescentar novas matérias, segundo o seu plano e as exigências e possibilidades locais.

3 - PARECER: - É o nosso parecer que a matéria, relativamente ao curso de Arquivística, se encontra em condições de aprovação, tanto no que diz respeito aos aspectos de legalidade, quanto aos de conveniência.

No que diz respeito ao curso ou à habilitação de Arquivologia, deve o processo ser encaminhado à Câmara de Ensino Superior,

A Câmara de 1ª e 2ª graus adota o voto do Relator.

Sala das Sessões, em 7 de março de 1972

(as.) *José Vieira de Vasconcello Pe.* - Presidente, *Paulo Nathanael Pereira de Souza* - Relator, *Valnir Chagas, Edília Coelho Garcia, Maria Terezinha Tourinho Saraiva.*

**VOTO PLENÁRIO**

O Conselho Federal de Educação, em Sessão Plenária, aprova o parecer sobre o currículo mínimo do Curso de Arquivística e o inclui no elenco das habilitações profissionais no ensino de 2ª grau amparadas pelo Parecer nº 45/72, devendo o processo ir à CESu. para apreciar a sugestão quanto ao Curso de Arquivologia em nível superior.

Sala Barretto Filho, em 8 de março de 1972

(as.) *Roberto Figueira Santos* - Presidente, *José Vieira de Vasconcellos, Pe.* - Vice-presidente, *T. D. de Souza Santos, Vicente Sobrino Porto, Abgar Renault, Alberto Deodato, Newton Sucupira, Valnir Chagas, José Milano, Daniel Queima Coelho de Souza, Tarcísio Meirelles Padilha, Maria Terezinha Tourinho Saraiva, Paulo Nathanael Pereira de Souza, Edília Coelho Garcia, Eduardo Zaccaro Faraco, Alaor de Queiroz Araújo, Antônio Martins Filho, Lena Castello Branco Ferreira da Costa, José Mariano da Rocha Filho.*

**ANEXO E – Concessão de mandato universitário ao CPA**  
(ARQUIVO NACIONAL, 1973b, p. 3-5)

## **CURSO PERMANENTE DE ARQUIVO TEM MANDATO UNIVERSITÁRIO**

Realizou-se na Reitoria da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a assinatura do termo de acordo regulando o mandato Universitário, concedido pelo Conselho da UFRJ, ao Curso Permanente de Arquivo, entre o Magnífico Reitor Prof. Hélio Fraga e o Diretor do Arquivo Nacional, dr. Raul Lima. O ato contou com a presença do dr. João Moniz Barreto de Aragão, chefe de Gabinete da Reitoria, prof. José Pedro Pinto Esposel, Presidente da Associação dos Arquivistas Brasileiros, e mais os seguintes funcionários do Arquivo Nacional: Myrthes Ferreira da Silva, Chefe da Seção de Cursos, Deusdedit Leandro de Oliveira, Chefe do Serviço de Documentação Escrita, Regina Alves Vieira, Chefe da Seção dos Minis-

térios, Celina Coelho de Jesus, Professora de História do Cursos, Canagé G. Almeida, da Seção de Publicações, José da Cruz V. Oliveira, Chefe da Seção de Fotografia.

O Diretor do Arquivo Nacional expressou sua confiança em que o fim da longa tramitação do processo fosse o início de uma fecunda e prestigiosa colaboração da Universidade para o aperfeiçoamento das atividades pedagógicas do órgão.

Também usou da palavra o Prof. Esposel, representando a Associação dos Arquivistas para agradecer em seu nome e da organização que dirige, a outorga do mandato universitário ao Curso Permanente de Arquivos, o que em boa hora contribuiu para elevar ainda mais a profissão de arquivista.

Por fim, o Prof. Hélio Fraga agradeceu as palavras ouvidas e o comparecimento de todos, e declarou estar muito feliz por lhe ter cabido assinar o acordo, quatro semanas após ter assumido as funções de Reitor, pois a seu ver correspondia o mesmo a um alto objetivo.

O texto do acordo é o seguinte:

"Termo de Acordo - Termo de acordo entre a Universidade Federal do Rio de Janeiro e o Arquivo Nacional, para outorga de mandato Universitário ao segundo, nos termos do Decreto-lei nº 8.393 de 17 de dezembro de 1945, combinado com o Decreto nº 66.536 de 06 de maio de 1970.

A Universidade Federal do Rio de Janeiro, pessoa jurídica de direito público nos termos do Decreto-lei nº 8.393 de 17 de dezembro de 1945, representada por seu Reitor Professor Hélio Fraga, usando da faculdade que lhe confere o art. 143 e seu parágrafo único, do Estatuto respectivo, baixado com o Decreto nº 66.536 de 06 de maio de 1970, e na conformidade da autorização do Conselho Universitário, constante do processo nº 9.121/72, e o Diretor do Arquivo Nacional, representado pelo seu Diretor, Dr. Raul do Rego Lima, acordam o primeiro em conferir e o segundo em aceitar, o seguinte mandato Universitário:

**Primeira** - A Universidade Federal do Rio de Janeiro, reconhecendo o alto valor do CURSO PERMANENTE DE ARQUIVOS, criado em decorrência do Decreto nº 15.596, de 02 de agosto de 1922 e organizado conforme o Regimento aprovado pelo Decreto nº 44.862, de 21 de novembro de 1958 confere mandato universitário para realização do referido curso, sem quaisquer responsabilidades financeiras para a Universidade Federal do Rio de Janeiro.

**Segunda** - A Universidade Federal do Rio de Janeiro designa o INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS, como Unidade, que, através de um seu representante, designado pelo Diretor, ficará responsável pelo acompanhamento do curso, com o fim de verificar a obediência aos princípios didáticos, pedagógicos e a observância e preservação dos interesses da Universidade.

**Terceira** - O Arquivo Nacional colaborará com a Universidade Federal do Rio de Janeiro: a) franqueando o curso e suas instalações aos seminários das matérias afins do Ins-

tituto de Filosofia e Ciências Sociais, conforme programa de trabalho previamente comunicados; b) cooperação entre o curso e o mesmo Instituto e outros órgãos da Universidade, em tudo o que se refira aos estudos especializados constantes do seu "currículo"; c) aulas e conferências do interesse comum e visitas metódicas de professores e estudantes da Universidade ao Arquivo Nacional, onde encontrarão mostruários e roteiros pertinentes aos assuntos, que, interessando à história pátria, lhes suscitem pesquisas de caráter científico; d) outras formas de entendimento cultural que se revelarem úteis.

Quarta - O Arquivo Nacional, aceitando o mandato que lhe é conferido, assume a responsabilidade de manutenção de Cursos de Extensão Universitária com a organização atual, podendo futuramente introduzir na sua estrutura as modificações que forem acordadas pelas entidades signatárias do presente acordo.

Quinta - A Universidade Federal do Rio de Janeiro obriga-se a reconhecer o CURSO PERMANENTE, promovido pelo Arquivo Nacional, na conformidade da cláusula Primeira, e a expedir certificado de aprovação aos alunos que tenham frequentado, com aproveitamento devidamente apurado.

É, por estarem de pleno acordo, firmam o presente termo, as duas partes, na presença, das testemunhas abaixo.

Rio de Janeiro (GB) 28 de setembro de 1973 - (a.) Hélio Fraga - Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro. - (a.) Raul do Rego Lima - Diretor do Arquivo Nacional.

Testemunhas: - (as.) João Moniz Barreto de Aragão - José Pedro Esposel.



*O Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro e o Diretor do Arquivo Nacional quando assinavam o convênio*

**ANEXO F – Pessoal especializado em arquivos terá passo decisivo com funcionamento de Escola Superior**

(ARQUIVO NACIONAL, 1974d, p. 13-16)

**PESSOAL ESPECIALIZADO EM ARQUIVOS  
TERÁ PASSO DECISIVO COM  
FUNCIONAMENTO DE ESCOLA SUPERIOR**

Já dispondo de um Curso Permanente de Arquivos, de nível universitário, reconhecido pelo MEC e funcionando regularmente desde 1960 no Arquivo Nacional, com grande procura de candidatos oriundos dos mais diversos setores sociais e do País, a formação de pessoal especializado em Arquivologia, capaz de aplicar as modernas técnicas aos arquivos brasileiros, chegou ao primeiro semestre deste ano com as condições básicas julgadas essenciais à execução do projeto de criação de uma Escola Superior, segundo parecer aprovado pelo Conselho Federal de Educação.

Entre essas condições, além do reconhecimento legal para o funcionamento da Escola Superior de Arquivos, conforme de-

nominação que recebeu daquele órgão federal, são apontadas as de natureza técnico-pedagógicas e profissionais, já existentes e adquiridas com o primoramento do próprio Curso Permanente de Arquivos, através do seu corpo docente, e ainda as que se relacionam às possibilidades materiais de instalação e funcionamento em dependências do Arquivo Nacional.

#### Evolução do ensino especializado

O atual Curso Permanente de Arquivos, em funcionamento regular desde 1960 e ministrando matérias de currículo aprovado em resolução do Conselho Federal de Cultura, de 13 de maio deste ano, tem seus primórdios na própria evolução do ensino especializado em nosso País e que acompanha o desenvolvimento do Arquivo Nacional, a partir de 1922.

Pela legislação elaborada, desde aquele ano, com a publicação do Decreto nº 15.596, de 2 de agosto, virtualmente o primeiro curso para ensino especializado surgiu, no Brasil, com a autorização dada por esse diploma legal, de um curso técnico destinado a amanuenses do Arquivo Nacional, e cujo funcionamento possibilitou fossem ministradas matérias como História Política e Administrativa do Brasil, Cronologia e Diplomática. No referido decreto, foi também criado o Museu Histórico Nacional e determinada a criação de um curso técnico destinado a habilitar candidatos ao cargo de 3º oficial da mesma instituição.

Mas foi somente com a aprovação do Regimento do Arquivo, efetivamente, e a consequente atribuição que conferiu à sua Seção de Cursos o decreto que o aprovou, em 1958, que passaram a ser organizados e mantidos, com visão mais ampla do desenvolvimento das instituições de Arquivos, existentes em outros países, como Estados Unidos, França, Alemanha e Bélgica, cursos de formação de pessoal especializado em arquivos e pesquisadores de História. Foi depois de 1960, entretanto, que o referido curso passou a ter funcionamento regular e permanente.

Após essa fase inicial, um longo período decorreu, até que fosse considerado "de nível universitário", por analogia com os cursos de "Museologia e Biblioteconomia", já existente, ou seja em fevereiro de 1972, com a decisão respectiva, adotada pelo Departamento de Assuntos Universitários do MEC. Posteriormente, em março do mesmo ano e 28 de setembro do ano passado, o Curso Permanente de Arquivos foi conduzida a uma etapa considerada decisiva por seus dirigentes e professores, e que representa a aprovação, referida de início, do parecer da Câmara do Ensino Superior pelo Conselho Federal de Cultura, bem como a outorga que lhe conferiu a Universidade Federal do Rio de Janeiro, mediante assinatura de acordo com o Arquivo Nacional, correspondentes, respectivamente, à criação da Escola Superior de Arquivos e à concessão de "mandato universitário".

As resoluções aludidas acima, devem ser acrescentadas também a aprovação do currículo e duração do curso, pelo CFE, e que ensejou a complementação das medidas indispensáveis, no âmbito técnico-pedagógico, para a fase ulterior,

com a instalação e funcionamento da Escola Superior de Arquivos.

Presentemente, de acordo com as resoluções aprovadas e mediante convênio firmado com o DAC, que lhe proporciona recursos anuais da ordem de 30 mil cruzeiros, são ministradas no Curso, nos primeiros seis meses, de um total de três anos, fixado para sua duração, Introdução à Metodologia do Estudo do Direito, Introdução ao Estudo da História, Introdução à Metodologia Científica, Inglês, Estudo de Problemas Brasileiros e Arquivo.

A partir do 2º semestre, dependendo de aprovação da Comissão encarregada do seu funcionamento e supervisão, devem ainda ser mencionados os desdobramentos do programa de algumas daquelas matérias, bem como a inclusão de novas, como Paleografia e Diplomática, História da Historiografia Brasileira, Introdução à Comunicação, Notariado, Heráldica e Genealogia, Noções de Estatística, Documentação e Reprografia. Além do estudo dessas matérias, a todos que fazem o Curso é exigido pelo DAU um estágio supervisionado, em instituição especializada, cuja direção não pode ser inferior a 10% das 2.160 aulas previstas no seu decorrer.

#### Resolução aprova currículo

Divulgamos abaixo, na íntegra, a Resolução do Conselho Federal de Educação, que aprovou o currículo do Curso Permanente de Arquivos:

"Resolução nº 28, de 13 de maio de 1974

Fixa os mínimos de conteúdo e duração do Curso de Arquivologia.

O PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o Parecer nº 698/74, homologado pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação e Cultura,

#### R E S O L V E

Art. 1º - O currículo mínimo do curso de graduação em Arquivologia compreenderá as seguintes matérias:

- Introdução ao Estudo do Direito
- Introdução ao Estudo da História
- Noções de Contabilidade
- Noções de Estatística
- Arquivo I - IV
- Documentação
- Introdução à Administração
- História Administrativa, Econômica e Social do Brasil
- Paleografia e Diplomática
- Introdução à Contabilidade

- Notariado
- Uma língua estrangeira moderna.

Art. 2º - Integrarão o currículo mínimo do curso de Arquivologia Estudo de Problemas Brasileiros e Educação Física, com predominância desportiva, de acordo com a legislação específica,

Art. 3º - O curso de Arquivologia será ministrado com um mínimo de 2.160 horas-aula, distribuídas entre 3 e 5 anos, neles incluído o estágio supervisionado em instituição especializada, com 10% do total das horas previstas.

Art. 4º - Além da habilitação geral como Arquivologista, as Instituições poderão criar habilitações específicas (Arquivos Históricos, Oficiais, Empresariais, Escolares, Científicos etc), mediante intensificação de estudos em áreas correspondentes às matérias fixadas nesta Resolução e em outras que sejam indicadas nos currículos plenos.

Parágrafo único - A habilitação geral constará do anverso do diploma, e as habilitações específicas, não mais de duas de cada vez, serão designadas no verso e facultarão ao diplomado completar estudos para obtenção de novas habilitações.

Art. 5º - A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, DF, 13 de maio de 1974 - (a.) *Roberto Figueira Santos.*"

**ANEXO G – Transferência do CPA para o espaço universitário**  
(ARQUIVO NACIONAL, 1977d, p. 29-31)

## **TRANSFERÊNCIA DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA PARA A FEFIERJ**



Assinatura, pelo Diretor-Geral do Arquivo Nacional, do termo do convênio com a Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro sobre a transferência do Curso de Arquivologia para aquela instituição, conforme o decreto Interministerial a respeito. À direita (na foto) o Presidente da FEFIERJ, Prof. José Maria Bezerra Paiva, e à esquerda o Prof. Antonio Caetano Dias, do Centro de Ciências Humanas.



É o seguinte o texto do Convênio:

Termo de Convênio entre a Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro e o Arquivo Nacional, para a transferência do Curso permanente de Arquivo, deste para a FEPIERJ, com a denominação de Curso de Arquivologia, de acordo com o Decreto nº 79.329 de 02.03.77.

A FEPIERJ, Pessoa Jurídica de Direito Público nos termos do Decreto-Lei nº 773, de 20 de agosto de 1969, representada neste ato por seu Presidente José Maria Bezerra Paiva, no uso da faculdade que lhe confere o Art. 10, item 15 do Regimento Unificado, e na conformidade da autorização do Conselho Federativo e o Arquivo Nacional, órgão do Ministério da Justiça representado pelo Seu Diretor-Geral, Dr. Raul do Lago Lima, estabelecem o seguinte convênio:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A FEPIERJ congregará no seu Centro de Ciências Humanas, o Curso Permanente de Arquivo, com a denominação de Curso de Arquivologia, ficando este inteiramente subordinado à legislação do ensino superior vigente.

CLÁUSULA SEGUNDA - O Arquivo Nacional assegurará a permanência de Curso de Arquivologia nas dependências por ele atualmente ocupadas, durante o prazo necessário à FEPIERJ para dispor de local adequado à sua instalação.

CLÁUSULA TERCEIRA - As disciplinas constantes do currículo mínimo do Curso de Arquivologia serão distribuídas pelos departamentos já existentes no CCH, obedecidos os critérios previstos.

CLÁUSULA QUARTA - Deverá ser criado o ciclo básico, comum aos cursos de biblioteconomia, museologia e arquivologia.

CLÁUSULA QUINTA - As disciplinas profissionalizantes do Curso de Arquivologia constituirão o Departamento de Processos Técnicos de Arquivística do CCH da FEPIERJ.

CLÁUSULA SEXTA - Os estágios que complementam as disciplinas profissionalizantes serão realizados sob a supervisão do Arquivo Nacional, em suas dependências ou em outros locais, a critério e sob a Coordenação do Departamento de PTA.

CLÁUSULA SÉTIMA - O Arquivo Nacional dará assessoria ao Curso de Arquivologia, no que se refere à ministração das matérias técnicas e ciências auxiliares da História.

CLÁUSULA OITAVA - O Arquivo Nacional e a FEPIERJ propõem aos Ministros de Estado da Justiça e da Educação e Cultura os atos a que se refere o artº 4º do Decreto nº 79.329, de 2 de março de 1977.

CLÁUSULA NONA - A situação dos portadores de certificados expedidos pelo Arquivo Nacional, registrados na UFRJ, será examinada pelo Conselho de Coordenação do CCH que de-

terminará o modelo de apostila a ser adotada.

E por estarem de pleno acordo, as duas partes firmam o presente Convênio em 05 vias na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 21 de julho de 1977

*Prof. José Maria Bezerra Paiva*  
*Presidente da FEFIERJ*

*Dr. Raul do Rego Lima*  
*Diretor-Geral do Arquivo Nacional*

*Prof. J. Monteiro de Carvalho*  
*Decano do Centro de Ciências da Saúde*

*Prof. Pernambuco Gago S. de Oliveira*  
*Decano do Centro de Artes*

*Prof. Antonio Caetano Dias*  
*Decano do Centro de Ciências Humanas*

**ANEXO H – Proposta de criação do curso de graduação em Arquivologia da UnB**

---

Universidade de Brasília  
Faculdade de Estudos Sociais Aplicados  
Departamento de Biblioteconomia

**CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA**  
Proposta de criação de curso noturno para o 1º semestre de 1991

Brasília  
Departamento de Biblioteconomia  
1990

---

## S U M Á R I O

1. DADOS DO CURSO
2. JUSTIFICATIVA DE CRIAÇÃO
3. ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELO CURSO
4. CARGA HORÁRIA / ESTÁGIO SUPERVISIONADO
5. RELAÇÃO DE MATÉRIAS DO CURRÍCULO MÍNIMO DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA LISTADAS POR DEPARTAMENTO RESPONSÁVEL PELA OFERTA DA DISCIPLINA EQUIVALENTE NA UNB
6. CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO
7. ANEXOS
  - 7.1 - ANEXO 1: Cartas de entidades do País sobre a necessidade do curso em Brasília
  - 7.2 - ANEXO 2: Previsão Orçamentária para implantação e primeiro ano de funcionamento do curso.

## PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE CURSO NOTURNO

### 1. Dados do Curso:

**Nome:** Arquivologia  
**Nível:** Graduação  
**Grau:** Arquivista  
**Carga Horária:** 2.160 (duas mil cento e sessenta) horas/aula  
**Duração:** Plena  
**Órgão Responsável:** Departamento de Biblioteconomia  
**Turno de Funcionamento:** Noturno

### 2. Justificativa de criação:

Apenas nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro de Santa Maria, RS; existem cursos de Arquivologia, a nível de graduação no País.

"A instalação de um curso no DF, além de ser uma aspiração dos arquivistas, desde o final da década de 70, é uma necessidade para que se possa sanar a carência de profissionais no âmbito das repartições federais e consolidar os objetivos do Sistema Nacional de Arquivos, que, sob a direção do Arquivo Nacional tem procurado implantar uma política de gestão de documentos, no país". \*

"O curso deverá ser orientado para os arquivos administrativos, de gestão, atendendo com eficiência a necessidade de organização da documentação produzida atualmente pela administração federal e poderia, também, formar profissionais para o mercado de trabalho dos estados e municípios das regiões centro-oeste e norte que tanto carecem de profissionais na área". \*

Já são oferecidos, pela UnB, conteúdos de todas as matérias do Currículo Mínimo do Curso de Arquivologia estabelecidas pelo CFE, através do PARECER nº 698/74, aprovado em 07/03/74, e RESOLUÇÃO nº 28 de 13/05/74; neste sentido, considerando-se que a infra estrutura física comportaria, seguramente, os novos alunos, bastaria à Universidade a contratação de **02 (dois) professores Visitantes TP-20 - Assistentes**, para o planejamento necessário e oferecimento de 1 ou 2 disciplinas contendo as matérias ARQUIVO I - IV, e **02 (dois) Técnicos Administrativos**, de nível médio, para a secretaria do BIB à noite.

### 3. Órgão Responsável pelo Curso:

Propomos o Departamento de Biblioteconomia como órgão responsável pelo curso de Arquivologia respaldados nas seguintes justificativas:

- Pela afinidade das áreas de Biblioteconomia e Arquivologia, cujo objeto de estudo é comum: o documento; e por tratarem ambas dos processos de planejamento e administração de conhecimento humano registrado;
- Por ser o BIB detentor do maior número de disciplinas estabelecidas no Currículo Mínimo;
- Por já possuir instalado um laboratório de informática para a prática de aplicações da informática à arquivologia.

---

\* - Ver Anexo 1 - Parte 7.1.2 deste documento

- O oferecimento dos cursos de Arquivologia e Biblioteconomia, no mesmo Departamento possibilitaria um leque de opções mais amplo aos futuros profissionais da área de informação.

#### 4. Carga horária / Estágio Supervisionado:

O Curso terá uma carga horária de 2.160 (duas mil cento e sessenta) horas-aulas, correspondente a carga-horária mínima exigida pelo Conselho Federal de Educação - CFE, para o curso de Arquivologia, distribuídas entre o tempo de permanência mínimo de 03 (três) e máximo de 05 (cinco) anos.

Exigir-se-á a realização de Estágio Supervisionado, com duração mínima de 5% (cinco por cento) da carga horária total prevista para o curso, em instituições especializadas..

#### 5. Relação de Matérias do Currículo Mínimo do curso de Arquivologia listadas por Departamento responsável pela oferta da disciplina equivalente na UnB.

DEPARTAMENTO	MATÉRIAS DO CURRÍCULO MÍNIMO
Ciências Administrativas e Contábeis:	- Introdução à Administração - Noções de Contabilidade
História:	- Introdução ao Estudo de História - História Administrativa, Econômica e Social do Brasil
Direito:	- Introdução ao Estudo de Direito
Biblioteconomia:	- Documentação - Paleografia - Informática Documentária - Indexação e Tesaurus
Comunicação:	- Introdução à Comunicação
Letras Tradução:	- Uma Língua Estrangeira Moderna

#### 6. Cronograma de implantação

julho / 90 a janeiro / 91

- Aprovação pela Reitoria, Diretor da FA e demais órgãos da UnB;
- Aprovação dos Departamentos envolvidos, em reunião específica para apresentação de Proposta presidida pelo Decanato de Graduação;
- Gestões da UnB junto ao CFE;
- Contratação de 02 (dois) Professores TP-20, da área de Arquivologia, residentes em Brasília, para preparem programas, lista de ofertas, disciplinas introdutórias à Arquivologia;
- Contratação de 02 (dois) Agentes Administrativos, para a secretaria do BIB, em seu funcionamento noturno;
- Planejamento para Vestibular 1/91;
- Contatos com outros cursos de Arquivologia do País.

#### 7. ANEXOS

##### 7.1 - ANEXO 1:

- 7.1.1 - Carta do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro - Senhora Ana Maria de Lima Brandão - Supervisora do Curso de Aperfeiçoamento em Arquivos Públicos - CAAP
- 7.1.2 - Carta da Universidade Federal de Santa Maria - RS - Profª Clara Marli Scherer Kurtz - Coordenadora do Curso de Arquivologia

##### 7.2 - ANEXO 2

- 7.2.1 - Previsão Orçamentária para implantação e primeiro ano de funcionamento do curso.

7.1.1 - Carta do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro - Senhora Ana Maria de Lima Brandão - Supervisora do Curso de Aperfeiçoamento em Arquivos Públicos - CAAP

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Rio de Janeiro, 05 de outubro de 1989  
AN/CAAP - nº 286/89

Ilma. Sra.  
Lídia Alvarenga  
Chefe do Departamento de Biblioteconomia da  
Universidade de Brasília  
Faculdade de Estudos Sociais Aplicados  
Campus Universitário - Asa Norte  
Caixa Postal 15-3011  
70.919 - Brasília - DF

Prezada Senhora,

Em resposta a seu ofício C.BIB nº 63/89 de 28 de setembro de 1989 vimos felicitar a Universidade de Brasília por esta iniciativa.

A criação de cursos de graduação ou aperfeiçoamento em Arquivologia torna-se uma premissa indispensável à formação de recursos humanos capacitados a desenvolver trabalhos de gestão de documentos e informação.

O Brasil, país de dimensões continentais, possui 3 cursos de graduação em Arquivologia, sendo que 2 encontram-se no Grande Rio e 1 no Rio Grande do Sul. Existem alguns cursos de especialização e/ou aperfeiçoamento no Sul e Sudeste que exigem, em sua maioria, pré-requisito de graduação em Arquivologia, o que impossibilita a troca de experiências e vivências interdisciplinares, não permitindo também que servidores de instituições arquivísticas que trabalham com documentos de valor permanente, em sua maioria graduados em História, participem destes cursos.

Atendendo às necessidades de formação de pessoal na área, que suprisse às demandas crescentes dos arquivos estaduais, municipais e federais, o Arquivo Nacional vem desenvolvendo, desde o ano passado, o Curso de Aperfeiçoamento em Arquivos Públicos, com 660 horas/aula, financiado prioritariamente pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. A grande maioria dos candidatos inscritos são da região Nordeste, Norte e Centro do país. Neste sentido, e pelo fato de em Brasília se encontrarem os órgãos integrantes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário parece-nos de suma importância a criação de um curso no Distrito Federal. Aliam-se a estes o fato da Universidade de Brasília desenvolver um excelente trabalho na área de Biblioteconomia o que garante um corpo docente capaz de ministrar muitas das disciplinas inerentes a um curso de Arquivologia.

Tendo em vista o mercado local e o desenvolvimento de novas tecnologias o curso deverá ser orientado prioritariamente para as áreas de gestão de documentos e arquivos permanentes, devendo a Universidade firmar convênios de estágios curriculares com as principais instituições arquivísticas de Brasília, bem como com algumas instituições sediadas no Distrito Federal que possuem arquivos modelares.

O Arquivo Nacional terá o maior prazer em colaborar com a Universidade de Brasília em todos os momentos e etapas que se

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL - AN/CAAP - nº 286/89

2.

fizerem necessárias, desde a definição de currículo pleno, envio da bibliografia básica, indicação de especialistas aptos a ministrar as disciplinas até o recebimento de estagiários.

Na expectativa de havermos respondido às primeiras questões apresentadas aproveitamos o ensejo para colocarmo-nos a sua total disposição no telefone (021) 232-8376.

Atenciosamente,

*Ana Maria de Lima Brandão*  
ANA MARIA DE LIMA BRANDÃO  
Supervisora do IICAAP

Arquivo Nacional  
Curso de Aperfeiçoamento em Arquivos Públicos - CAAP  
Rua Azereão Coutinho, 77/406-A - Centro  
20.230 - Rio de Janeiro - RJ



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

Santa Maria, RS, 26 de outubro de 1989

Do: Coordenadora do Curso de Arquivologia  
 Ao: Chefe do Departamento de Biblioteconomia da Univ.de Brasília  
 Assunto:

Senhora Chefe:

Em resposta a sua carta de 28 de setembro, temos a informar do nosso total apoio quanto à implantação de um Curso de graduação em Arquivologia no DF. Os três cursos existentes no Brasil, ou seja, UFF, UNI-RIO e UFSM, têm estado, em constante, luta em prol do fortalecimento dos cursos - já implantados através da especialização dos docentes e, atualmente, pela reformulação dos currículos, visando um perfeito atendimento do mercado de trabalho.

A instalação de um Curso no DF além de ser uma aspiração dos arquivistas desde o final da década de 70, é uma necessidade, para que possamos sanar a carência de profissionais no âmbito das repartições federais e consolidar os objetivos do Sistema Nacional de Arquivos, que sob a Direção do Arquivo Nacional tem procurado implantar uma política de gestão de documentos, no país.

O Curso de Arquivologia no DF deveria ser orientado para os arquivos administrativos, de gestão, que viria atender, com eficiência, a necessidade de organização da documentação produzida atualmente pela administração federal e poderia, também formar profissionais para o mercado de trabalho dos estados e municípios das regiões centro-oeste e norte, que tanto carecem de profissionais da área.

Ilma.Sr<sup>ª</sup>.  
 Prof<sup>ª</sup>. LÍDIA ALVARENGA  
 M.D. Chefe do Departamento de Biblioteconomia  
 Universidade de Brasília  
 BRASÍLIA - DF.



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Temos o máximo interesse em colaborar com esta Instituição quanto à definição de currículo, de bibliografias especializadas bem como indicação de professores. Provavelmente, estaremos realizando, até o final de novembro, um encontro, no Rio de Janeiro com os Coordenadores dos Cursos da UFF e da UNI-RIO para tratarmos dos currículos dos Cursos e, talvez, fosse interessante a participação de Vossa Senhoria para entrosamento com os professores e com o trabalho que está sendo desenvolvido para reformulação dos atuais currículos.

Desde já, colocamo-nos à disposição de Vossa Senhoria para outras informações e nosso desejo que Brasília possa contar muito breve com um Curso de Arquivologia.

Os contatos podem ser feitos pelo telefone ( 055 ) 222.34.44 - ramal 01 e ( 055 ) 222.43.20.

Sendo o que tínhamos para o momento, subscrevo-nos

Atenciosamente

*Clara Marli S. Kurtz*

Prof<sup>ª</sup>. Clara Marli Scherer Kurtz  
- Coordenadora do Curso de  
Arquivologia/CCSH. -

## ANEXO 2

PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA PARA IMPLANTAÇÃO E  
PRIMEIRO ANO DE FUNCIONAMENTO DO CURSO

**Unidade Gestora:** Faculdade de Estudos Sociais Aplicados

**Código do Centro de Custo:** 182.1

**Nome:** Departamento de Biblioteconomia

**Nome do Projeto:** Curso de Graduação em Arquivologia (implantação)

**Data:** início 1º/01/90 fim 31/12/90

**Metas do Projeto / Atividade para 1991**

- Implantação do Curso Noturno de Graduação em Arquivologia
- Elaboração de Programa, lista de oferta, etc.
- Oferecer cerca de 16 créditos referentes às disciplinas que incluam matérias ARQUIVO I, II, III e IV, específicas da Arquivologia, conforme CFE.

## RECURSOS NECESSÁRIOS

<b>Elemento: 3.1.90.11</b>	<b>Vencimentos e Vantagens Fixas</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor Total/Ano</b>
<b>Discriminação</b>			
Salário Profº Visitante TP-20 - Assistente A <b>CONTRATAR</b> :			
Valor Unitário = 19.739,80 + ( G ) 7.570,61 = 27.310,41	02		710.070,66
Salário Assistente de Administração A <b>CONTRATAR</b> ou <b>REMANEJAR</b> :			
Valor Unitário = 19.847,81 + ( G ) 4.614,92 = 24.462,83	01		318.016,79
Salário Auxiliar de Administração A <b>CONTRATAR</b> ou <b>REMANEJAR</b> :			
Valor Unitário = 15.551,20 + ( G ) 4.400,08 = 19.951,28	01		259.366,64
Vigilante p/ o Departamento de Biblioteconomia A <b>CONTRATAR</b> ou <b>REMANEJAR</b>			
Valor Unitário = 19.951,28	01		259.366,64
<b>Total Anual (englobando 13º salário)</b>			<b>1.546.820,73</b>

<b>Elemento: 3.4.90.30</b>	<b>Material de Consumo</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor Total</b>
<b>Discriminação</b>			
Material para instalação de holofote		05 RE	6.700,00
Papel Ofício		01 Cx	400,00
Transparências		02 Cx	2.000,00
Stencil para duplicador à tinta		02 Cx	400,00
Giz Branco		01 Cx	500,00
Giz Colorido		20 DE	200,00
Envelope aéreo OF com timbre		200 PC	100,00
Envelope saco 18 x 25 cm		200 PC	3.100,00
Envelope saco 26 x 36 cm			13.400,00
<b>Total</b>			<b>13.400,00</b>

<b>Elemento: 3.4.90.33</b>	<b>Passagens e Despesas com Locomoção</b>		
<b>Discriminação</b>		<b>Quantidade</b>	<b>Valor Total</b>
Passagem POA/BSB/POA		01	26.298,00
Passagem RJ/BSB/RJ		01	15.655,00
Passagem POA/BSB/POA		01	26.298,00
<b>Total</b>			<b>68.251,00</b>
<b>Elemento: 3.4.90.34</b>	<b>Publicidade e Propaganda</b>		
<b>Discriminação</b>		<b>Quantidade</b>	<b>Valor Total</b>
Impressão de 01 folheto divulgação em 5 dobras		1.000	38.800,00
<b>Total</b>			<b>38.800,00</b>
<b>Elemento: 3.4.90.36</b>	<b>Outros Serviço de Terceiros - Pessoa Física</b>		
<b>Discriminação</b>		<b>Quantidade</b>	<b>Valor Total</b>
Consultoria Professor RGS/UFSM 24 horas			5.000,00
Consultoria Professor RJ/AM 24 horas			5.000,00
<b>Total</b>			<b>10.000,00</b>
<b>Elemento: 3.4.90.39</b>	<b>Outros Serviço de Terceiros - Pessoa Jurídica</b>		
<b>Discriminação</b>		<b>Quantidade</b>	<b>Valor Total</b>
Hospedagem/Alimentação		09	90.000,00
Serviço de Comunicação em Geral (correios)		500	4.350,00
<b>Total</b>			<b>94.350,00</b>
<b>Elemento: 3.4.90.52</b>	<b>Equipamento e Material Permanente</b>		
<b>Discriminação</b>		<b>Quantidade</b>	<b>Valor Total</b>
Refletor com capacidade para 1.000 WATTS		01	15.000,00
<b>Total</b>			<b>15.000,00</b>
<b>TOTAL GERAL</b> .....			<b>1.786.621,73</b>
<b>Consultoria Externa (UNESCO)</b>			
<b>Discriminação</b>		<b>Quantidade</b>	<b>Valor Total</b>
Consultor da UNESCO para avaliação do 1º ano do Curso			a ser cotado
Passagem França/BSB/França		01	a ser cotado
Hospedagem em Brasília			a ser cotado

## FINANCIAMENTO DO PROJETO: IMPLANTAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUIVO

## PLANO DE APLICAÇÃO - RESUMO

3.1.90.11 -	Vencimento e Vantagens Fixas	-	1.546.820,73
3.4.90.30 -	Material de Consumo	-	13.400,00
3.4.90.33 -	Passagens e Despesas com Locomoção	-	68.251,00
3.4.90.34 -	Publicidade e Propaganda	-	38.800,00
3.4.90.36 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	-	10.000,00
3.4.90.39 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	-	94.350,00
4.5.90.52 -	Equipamentos e Material Permanente	-	15.000,00
	TOTAL .....	-	1.786.621,73

**ANEXO I – Solicitação de auxílio à UNESCO para implantação do curso de Arquivologia da UnB**

(OF/FUB/473/90)

LIB

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
GABINETE DO REITOR

OE/FUB/473 /90

Brasília, 30 de julho de 1990.

Prezado Senhor,

Tenho a satisfação de entregar a Vossa Senhoria proposta do Departamento de Biblioteconomia desta Universidade, para a criação do Curso de Bacharelado em Arquivologia que virá, finalmente, suprir a ausência de formação dos profissionais encarregados da gestão dos arquivos públicos e privados existentes nos órgãos sediados nesta Capital.

Considerando ser este um programa que se enquadra dentre os Interesses da instituição que Vossa Senhoria representa, e certos do grande benefício que acarretará em prol da administração pública e da preservação da memória nacional, solicito o empenho de Vossa Senhoria para a obtenção do patrocínio da UNESCO para a implantação o primeiro ano de funcionamento do Curso, conforme documento anexo.

Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Senhoria minhas expressões de apreço e consideração.

Atenciosamente,

*Antonio Ibañez Ruiz*  
ANTONIO IBÁÑEZ RUIZ

Reitor

Ilmo. Sr.

GIL FERNANDES

M.D. Representante em Brasília da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - UNESCO

**ANEXO J – Solicitação de auxílio ao embaixador do Brasil na UNESCO para implantação do curso de Arquivologia da UnB**

(O. FUB n. 496/90)

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
GABINETE DO REITOR

O. FUB Nº 496/90

Brasília, 03 de agosto de 1990.

Sr. Embaixador,

Tenho o prazer de comunicar a Vossa Excelência que está sendo planejada, nesta Universidade, para o primeiro semestre de 1991, a implantação do CURSO NOTURNO DE BACHARELADO EM ARQUIVOLOGIA. O Curso, o terceiro existente no Brasil tem como objetivo suprir a Capital do País com profissionais de nível superior capacitados para a organização de arquivos, principalmente os administrativos.

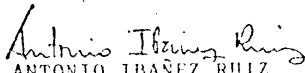
Venho solicitar, o apoio de V. Ex<sup>a</sup>. ao projeto, cuja proposta anexa também foi entregue ao Sr. GIL FERNANDES, mui digno representante da UNESCO em Brasília, em audiência nesta Reitoria no dia 30 de julho passado.

Informo, por oportuno, que o Curso de Arquivologia se insere no conjunto de experiências que visam abrir a Universidade de Brasília durante o período noturno e assim compatibilizá-la com antigo anseio da comunidade brasileira.

Contando com a adesão de V. Ex<sup>a</sup>. à nossa proposta, em carecemos ao Senhor Embaixador a importância de sua intervenção junto à UNESCO, no que respeita à defesa que dela por certo será servido de fazer, pois disso dependerá vermos assegurada, com o prestígio da colaboração institucional, a obtenção dos recursos solicitados.

Posso, com segurança opinar que se trata de causa revestida de incontestável valor acadêmico e interesse administrativo posto que afetará, de modo consistente, a preservação da memória de nosso País.

Digne-se V. Ex<sup>a</sup>. aceitar, com meus agradecimentos, saudações muito cordiais.

  
ANTONIO IBAÑEZ RUIZ  
Reitor

Exmo. Sr.  
Embaixador JOSÉ GUILHERME MERQUITOR  
MD. Embaixador do Brasil na UNESCO  
Aos c/ Sr. GIL FERNANDES  
MD. Representante da UNESCO em Brasília  
SCR - B1. "B" Q. 2  
70.710 - Brasília - DF.

**ANEXO L – Recomendação para a criação do Curso de Arquivologia da UnB**  
(Documento encaminhado aos membros do CONSUNI, pelo Prof. Armando Bezerra)

Brasília-DF., 24 de setembro de 1990

Senhores Membros do CONSUNI

Em agosto de 1990 a Profa. LIDIA ALVARENSA, chefe do Departamento de Biblioteconomia encaminhou ao Diretor da Faculdade de Estudos Sociais Aplicados solicitação de criação, na UnB, do Curso Noturno de Graduação em Arquivologia.

Da proposta de criação do citado curso destaca:

1) No Brasil apenas nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Santa Maria (RS) existem cursos de Arquivologia, a nível de graduação.

2) A instalação de um curso no DF, além de ser uma aspiração dos arquivistas, desde o final da década de 70, é uma necessidade para que se possa sanar a carência de profissionais no âmbito das repartições públicas e consolidar os objetivos do Sistema Nacional de Arquivos.

3) O curso deverá ser orientado para os arquivos administrativos, atendendo com eficiência a necessidade de organização da documentação produzida atualmente pela administração federal e poderia, também, formar profissionais para o mercado de trabalho dos estados e municípios das regiões centro-oeste, norte e nordeste que tanto carecem de profissionais na área.



4) Já são oferecidos, pela UnB, conteúdos de todas as matérias do currículo mínimo do Curso de Arquivologia estabelecidas pelo CFE,

5) O Departamento de Biblioteconomia seria o órgão responsável pelo curso de Arquivologia tendo em vista a afinidade das áreas, por ser o detentor do maior número de disciplinas estabelecidas no currículo mínimo e por já possuir um laboratório de informática aplicado à arquivologia.

Em 10 de setembro de 1990 o Prof. CARLOS MATHIAS, Chefe do Departamento de Direito da UnB, relatou o presente processo, com aprovação, em reunião do Conselho Departamental.

Destaco de seu parecer as seguintes considerações:

- 1) É evidente a necessidade do curso proposto.
- 2) É de manifesta evidência a oportunidade de sua criação.
- 3) "... se está votando favoravelmente não um curso ~~DATAPRO~~ de graduação em Arquivologia, mas um Curso de Arquivologia que funcionará à noite e, praça os céus, que logo, se evidenciada a necessidade, possa ser oferecido em outros horários também.

O presente processo vem instruído com cartas do Magnífico Reitor à UNESCO e ao Embaixador do Brasil junto à mencionada organização internacional, nas quais solicita apoio a criação do curso e orçamento para sua implantação. Contém também cartas, da Coordenadora do Curso de

Arquivologia da Universidade Federal de Santa Maria, da supervisora do Curso de Arquivos Públicos, do Arquivo Nacional, apoiando a criação do curso e oferecendo colaboração em todos os momentos e etapas que se fizerem necessários.

Em resumo:

1) O Curso, de 2.160 horas/aula, objetiva a formação de profissionais capazes de gerenciar adequadamente as informações arquivísticas. Estas, além de serem insusceptíveis ao processo decisório também o são para pesquisas, estudos e levantamentos históricos, além de propiciarem a preservação da memória administrativa do país.

2) O planejamento do curso procedeu-se de maneira criteriosa contando com o apoio de pessoas com larga experiência na área, destacando-se a Professora HELOISA BELLOTTO, cujo curriculum vitae, anexo a este processo, serve de credencial para sua contratação pela FUR. A Professora BELLOTTO é presentemente Professor Assistente-Doutor da Universidade de São Paulo.

3) A oferta do curso no turno noturno é extremamente conveniente já que sua clientela inicial será, sem dúvida, constituída por pessoas já inseridas no mercado de trabalho.

Assim, recomendo com entusiasmo, a implantação imediata do curso, desde que haja um comprometimento institucional para oferecer progressivamente todas as demais condições para seu funcionamento pleno.



Prof. ARMANDO BEZERRA

FS/UnB.

**ANEXO M – Ata da Centésima Trigésima Terceira Reunião do Conselho Universitário da  
Universidade de Brasília, de 24 de setembro de 1990**  
(Reunião de aprovação da criação do Curso de Arquivologia da UnB)

113

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
GABINETE DO REITOR



ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, realizada no dia vinte e quatro de setembro de mil novecentos e noventa, às quatorze horas e cinquenta e cinco minutos no Auditório da Reitoria, com a presença do Conselheiro ANTONIO IBÁÑEZ RUIZ, Reitor e Presidente; EDUARDO FLÁVIO OLIVEIRA QUEIROZ, Vice-Reitor; MARIA LUIZA FALCÃO SILVA, Decana de Administração e Finanças; CONCEIÇÃO ZOTTA LOPES, Decana de Assuntos Comunitários; ISOLDA HORA ACIOLI, Decana de Ensino de Graduação; LUÍS HUMBERTO MIRANDA MARTINS PEREIRA, Decano de Extensão; JOAQUIM PINTO DE ANDRADE, Decano de Pesquisa e Pós-Graduação; MURILO BASTOS DA CUNHA, Diretor da FA; WALDENOR BARBOSA DA CRUZ, Diretor do IB; ZUÍGLIO M. FAUSTINI, Representante da Diretora do IdA; DIANA BERNARDES, Diretora do IL; ANTONIO MOZAR MARTINS MONTEIRO, Diretor do IE; JOÃO DA ROCHA HIRSON, Diretor do IG; CELESTINO PIRES, Diretor do IH; TIMOTHY MARTIN MULHOLLAND, Diretor do IP; JOSÉ ANTONIO C. D'ARROCHELA LOBO, JACIRA DA SILVA CÂMARA, ARMANDO JOSÉ CHINA BEZERRA, SYLVIA FICHER, IVONE DINIZ REZENDE ROCHA, AGLAÉDA FACÓ VENTURA, NORAI ROCCO, JOSÉ CARUSO MORESCO DANNI, JOÃO GABRIEL LIMA CRUZ TEIXEIRA, MARIZA MONTEIRO BORGES, FRANCISCO ROGÉRIO FONTENELE ARAGÃO, respectivamente. Representantes das Congregações de Carreira dos Cursos das Faculdades de Comunicação, Educação, Ciências da Saúde e dos Institutos de Arquitetura e Urbanismo, Ciências Biológicas, Letras, Ciências Exatas, Geociências, Ciências Humanas, Psicologia e do primeiro ciclo de Ciências, ANTONIO AGENOR BRIQUET DE LEMOS, Representante de Órgãos suplementares; dos convidados ANTONIO JORGE RACHID, Diretor do CPD; ODILON PEREIRA DA SILVA, Diretor da BCE. Iniciada a sessão, foi apresentado para análise o OI-BIB 040/90, propondo a criação do curso noturno de graduação em Arquivologia. O Conselheiro ARMANDO BEZERRA, convidado a expor seu parecer, recomendou a implantação do curso, ressaltando a importância da formação de profissionais capazes de gerenciar as informações arquivísticas, imprescindíveis à tomada de decisões, às pesquisas e à consolidação do processo de preservação da memória administrativa e histórica do país. No decorrer da discussão manifestaram-se os Conselheiros J. D'ARROCHELA, ROGÉRIO ARAGÃO, ISOLDA ACIOLI, MURILO B. DA CUNHA, ANTONIO AGENOR BRIQUET LEMOS, DIANA BERNARDES, JOÃO HIRSON, NORAI R. ROCCO, MARIZA BORGES apresentando entre considerações e questionamentos os seguintes: a) qual o grau de envolvimento e comprometimento dos departamentos que oferecerão disciplinas (HIS-CAC-DIR-FAC-CIC-IL e BIB); b) sobre a existência de levantamen

Ab

114

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
GABINETE DO REITOR

to da demanda e absorção de mão-de-obra; c) acerca da necessidade do comprometimento institucional de oferecer progressivamente as demais condições para seu funcionamento pleno, e d) sobre o avanço da iniciativa, no sentido de modernizar a formação básica que persiste na UnB. Após estas colocações, foi aprovado o parecer do relator (ARMANDO BEZERRA) com vinte votos favoráveis e quatro abstenções, deliberando o Conselho aprovar a criação do curso noturno de graduação em ARQUIVOLOGIA, a ser implementado a partir do primeiro semestre de 1991. Sendo dezesseis horas e vinte minutos foi encerrada a sessão, da qual eu GILVA ALVES GUIMARÃES, Secretária do Conselho Universitário, lavei a presente Ata que depois de lida e aprovada será subscrita por mim e pelo Presidente.

Antonio Itany Ruiz  
Guimarães

**ANEXO N – Resolução do Conselho Universitário n. 32, de 25 de setembro de 1990  
(Aprovação da criação do Curso de Arquivologia da UnB)**

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
GABINETE DO REITOR

RESOLUÇÃO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO Nº 32 /90

O Reitor da Universidade de Brasília, Presidente do Conselho Universitário, no uso de suas atribuições, ouvidos o referido Órgão Colegiado, em sua 133ª reunião, realizada em 24.09.90, e tendo em vista o constante do OI 040/90,

RESOLVE :

Aprovar a criação do curso noturno de graduação em ARQUIVOLOGIA, a ser implementado a partir do 1º semestre de 1991.

Brasília, 25 de setembro de 1990.

*Antonio Ibañez Ruiz*  
ANTONIO IBÁÑEZ RUIZ  
Reitor

**ANEXO O – Aprovação da criação do Curso de Arquivologia da UFRGS**

**CONSUN**  
Conselho Universitário

240

**DECISÃO Nº 112/99**

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO, em sessão de 30.07.99, tendo em vista o constante no processo nº 23078.000398/95-75, nos termos do parecer nº 137/99 da Comissão de Ensino, Pesquisa, Extensão e Recursos

**DECIDE**

aprovar a criação e autorizar o funcionamento do Curso de Graduação em Arquivologia, condicionando sua continuidade à reavaliação a ser realizada em 2 (dois) anos.

Porto Alegre, 30 de julho de 1999.



WRANA MARIA PANIZZI  
Reitora.

**ANEXO P – Proposta de Criação do Curso de Arquivologia da UNESP/Marília**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**  
**Faculdade de Filosofia e Ciências**  
**Departamento de Ciência da Informação**

**PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE CURSO DE ARQUIVOLOGIA**

**Marília**

**Novembro de 2002**

## Sumário

1. Justificativa.....	3
1.1 O contexto .....	3
1.2 A política acadêmica do Departamento de Ciência da Informação (DCI) .....	5
1.3 A concepção curricular .....	11
2. Projeto pedagógico do curso .....	15
2.1 Perfil de profissional almejado .....	15
2.2 Objetivos do curso .....	17
2.3 Vagas .....	17
2.4 Período .....	17
2.5 Estrutura curricular do curso .....	18
2.5.1 Núcleo geral (comum a a Arquivologia e Biblioteconomia) .....	18
2.5.2 Núcleo específico de Arquivologia.....	19
2.5.3 Disciplinas optativas .....	21
2.5.4 Estágio curricular .....	23
2.5.5 Trabalho de conclusão de curso .....	23
2.6 Acompanhamento e avaliação.....	23
3. Corpo docente .....	24
3.1 Docentes da Unidade que comporão o corpo docente de Arquivologia .....	24
3.2 Previsão de docentes a serem contratados .....	26
4. Corpo técnico-administrativo .....	27
5. Acervo bibliográfico .....	27
6. Despesas adicionais .....	28
7. Outras observações .....	28



## 1. Justificativa

A presente proposta de criação de um curso de Arquivologia sob a responsabilidade acadêmica do Departamento de Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp - *campus* de Marília justifica-se por razões, respectivamente de ordem contextual, acadêmica e curricular propriamente dita.

### 1.1 O Contexto

Sob a vertente contextual, há de se considerar, de pronto, a cidade de Marília e a região na qual se insere, em suas características históricas, sociais, políticas e econômicas.

Fruto da expansão cafeeira paulista na década de 20, quando a Companhia Paulista de Estradas de Ferro expandia sua linha rumo a oeste, Marília assumiu, desde sua fundação em 1929, um protagonismo regional, transformando-se na capital da Alta Paulista. Tal fato deve-se, em grande medida, por sua posição geográfica (importante entroncamento de meios de comunicação, integrando o sul e o norte do país, por meio da BR 153, bem como o litoral com Mato Grosso e Paraguai, por meio da BR 294), aspecto que levou, inclusive, à criação dos Transportes Aéreos Marília, hoje TAM.

Em termos econômicos, a cidade diferenciou-se das demais da região por ter no algodão e no amendoim (e não especificamente no café) a base de sua economia agrícola, aspecto que a levou a um precoce e intenso processo de industrialização, fazendo com que, nos dias de hoje, possua importante parque industrial onde se verifica desde a indústria pesada (aço) até e predominantemente a indústria alimentícia (balas, confeitos e biscoitos), o que lhe valeu o atual cognome de Capital Nacional do Alimento.

Sob o ponto de vista político Marília, com a implantação da 11ª região administrativa na década de 70, assumiu uma liderança regional, congregando projetos conjuntos das administrações municipais.

A questão social, por sua vez, vem sendo objeto de preocupação da cidade, seja por meio de projetos como a Casa do Pequeno Cidadão (voltado para a educação de meninos de rua) sejam os investimentos com a melhoria da estrutura urbana (saneamento básico, traçado da cidade, projetos educacionais e de saúde pública). Isso se deve, em grande medida, ao fato de a cidade ser, hoje, um importante centro universitário, congregando mais de 15000 (quinze mil) estudantes

em uma universidade pública, uma universidade particular, uma IES isolada pública e duas IES confessionais.

Como decorrência de todo esse contexto, a questão da preservação da memória vem ganhando vulto no decorrer dos últimos anos, por meio de iniciativas que, pouco a pouco, vão se consolidando, como é o caso da Comissão Municipal de Registros Históricos, do Clube de Cinema de Marília, do Centro de Documentação Histórica e Universitária de Marília e do Museu Histórico e Pedagógico de Marília (estes dois últimos a cargo da Unesp, em convênios com a Administração Municipal), revelando uma dimensão arquivística..

Trazendo-se a questão para a dimensão da UNESP, verifica-se que a mesma não oferece o curso de Arquivologia em nenhuma de suas unidades. Alia-se a isso o fato de não haver, em todo o estado de São Paulo, nenhum curso de graduação em Arquivologia, registrando-se apenas um curso de especialização no Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo. A propósito, a área de Arquivologia dispõe hoje, no país, de poucos cursos de graduação, a saber: Universidade Federal de Santa Maria; Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Universidade Estadual de Londrina; Universidade do Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense, Universidade Federal do Espírito Santo, Universidade Federal da Bahia<sup>205</sup>. Dos referidos cursos, apenas a Universidade de Brasília e a Universidade Federal da Bahia possuem, também, curso de pós graduação *stricto sensu* em Ciência da Informação.

**Nesse sentido, a criação de um curso de Arquivologia vem exatamente ao encontro das necessidades do contexto em que se insere a FFC-UNESP-Marília, visto propiciar a formação de profissionais especializados para dar conta não apenas da gestão da documentação empresarial como também da documentação administrativa pública da região e da documentação histórica que reflete a memória regional. Registre-se, ainda, que tal aspecto tem sido objeto de constantes e reiteradas solicitações da comunidade, seja no que tange a cursos de curta duração, seja no tocante a uma formação específica. Desse modo, a criação do curso permitirá, à UNESP, não apenas responder a uma demanda regional efetiva mas permitirá o oferecimento de um curso de graduação até então inexistente, seja na própria universidade, seja no Estado de São Paulo, como um todo.**

---

<sup>205</sup> Ampliando-se tal realidade para os países do Mercosul, verifica-se a existência de apenas três cursos mais: Universidad de la República (Uruguai), Universidad Nacional de Córdoba (Argentina) e Universidad Nacional de Asunción (Paraguai).

## 1.2 A política acadêmica do Departamento de Ciência da Informação

O atual Departamento de Ciência da Informação da UNESP (criado em 1997 e até 2000 denominado Departamento de Biblioteconomia e Documentação) é o responsável pelo único curso de Biblioteconomia da UNESP e vem empenhando máximos esforços no sentido de sua consolidação acadêmica (ensino, pesquisa e extensão). Nesse sentido, há de se ressaltar uma política de capacitação acadêmica de seus docentes (e, conseqüentemente, de formação de massa crítica) levada a efeito no decorrer dos últimos dez anos, cujos resultados podem ser hoje verificados por meio de um corpo de docentes/investigadores composto por 01 livre-docente, 09 doutores, 03 mestres, todos em Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (e ainda com duas vagas, respectivamente em RTC e em RTP em andamento). Nesse grupo destaca-se, como principal tônica, a diversidade de formações, tendo em vista a importância da interdisciplinaridade para a formação de profissionais da informação. Dessa forma, observam-se formações em áreas como Administração, Biblioteconomia, Ciência da Computação, Direito, Educação, História e Letras, levando a um grupo em que, hoje, 54% possuem formação bibliotecária e 46% formação não bibliotecária.

Fruto desse processo, foram constituídas e consolidadas as cinco linhas de pesquisa departamentais até hoje existentes, a saber: *Novas tecnologias em informação*; *Organização da informação*; *Informação e sociedade*; *Formação e atuação profissional na área de Informação*, e *Administração de unidades de informação* as quais, a partir do desenvolvimento de projetos de pesquisa (docente e discente) e da geração de produção científica regular, levaram à estruturação dos quatro grupos de pesquisa hoje existentes no Departamento, devidamente cadastrados junto ao CNPq:

- a) Tecnologias em informação (vinculado à linha *Novas tecnologias em informação*);
- b) Análise documentária (vinculado à linha *Organização da informação*);
- c) Formação e atuação profissional na área de informação (vinculado à linha de mesmo nome); e
- d) Administração de unidades de informação (vinculado à linha de mesmo nome);

Como suporte ao desenvolvimento de tais atividades de investigação - consideradas, diga-se de passagem, prioritárias no âmbito das atividades departamentais - conta-se com os laboratórios de pesquisa: *Análise documentária*, *Tecnologias em Informação*, *Multimídia*, bem

como com o Centro de Documentação Histórica e Universitária de Marília - CEDHUM e o *Laboratório de Conservação e Restauro* (apoiados por projetos INFRA-FAPESP).

Um aspecto marcante nas referidas iniciativas é a visão abrangente **do profissional da informação** (norteadas basicamente pelas concepções de Mason<sup>206</sup>, de Homulos<sup>207</sup>, de Smit<sup>208</sup> e do Grupo MIP da então *Fédération Internationale d'Information et de Documentation*<sup>209</sup>) em que a Ciência da Informação atua como base teórico-metodológica dos saberes que nortearão os fazeres específicos de três profissionais: o arquivista, o bibliotecário e o museólogo

Na prática, essa concepção se concretiza por meio de fortes ações de incentivo à pesquisa na graduação, em que se destacam:

- a) o *Trabalho de Conclusão de Curso*, instituído pelo Conselho de Curso de Biblioteconomia em 1992, e de caráter obrigatório, constitui-se em uma dissertação de bacharelado, na qual o aluno cursa, do 2o. ao 8o. semestres, um conjunto de disciplinas relativas à Metodologia da Pesquisa Científica e, a partir do 3o. semestre, inscreve-se em uma linha de pesquisa, candidatando-se ao desenvolvimento de um projeto dentro de uma das temáticas de um orientador (com título mínimo de mestre) cadastrado junto àquela linha. Esse projeto passa pelo crivo de um *referee* e, no meio da pesquisa, realiza-se um exame de qualificação) para, ao final, com o depósito dos exemplares, ser objeto de defesa pública perante banca composta pelo orientador e outros dois docentes (todos com titulação mínima de mestre).

Nesse âmbito, a dimensão arquivística da informação já vem, desde há muito, sendo objeto de investigação, em aspectos como o impacto das novas tecnologias em arquivos, a aplicabilidade dos referenciais teóricos de análise documentária na organização de arquivos fotográficos, a aplicação do método diplomático a tipologias documentais, técnicas de distintas ordens (plantas arquitetônicas, documentação de pessoas, de indústrias, rótulos de shampoos, etc); à crítica diplomática de documentos oficiais municipais; e à pesquisa histórica em documentos arquivísticos municipais.

---

<sup>206</sup> MASON, Richard ° What is na information professional. *Journal of Education for Library and Information Science*, v.31, n.2, p.122-138, 1990.

<sup>207</sup> HOMULOS, P. Museums to libraries: a family of collecting institutions. *Art Library Journal*, v.15, n.1, p.11-13, 1990.

<sup>208</sup> SMIR, J.W. Archivología, biblioteconomía y museología: semejanzas y diferencias. *Ciencias de la información*, La Habana, v.30, n.3, p.3-10, 1999.

<sup>209</sup> Veja-se, para tanto, PONJUAN, Glória. Does the modern information professional have a life cycle? *FID news bulletin*, The Hague, v.43, n.3, p.61, mar. 1993.

Desde sua criação até 1998, registra-se uma produção de quase duas centenas de TCCs defendidos e aprovados observando-se, no aluno, um efetivo crescimento em termos de postura investigativa, de modo a permitir-lhe não apenas a curiosidade intelectual e a criatividade necessárias a uma vida profissional exitosa como também o rigor metodológico e a familiaridade com as estruturas de pós-graduação, necessárias àqueles que almejam a carreira acadêmica.

b) as *bolsas de iniciação científica*, seja por meio de bolsas individuais (FAPESP), seja ainda por meio de programas institucionais (PIBIC ou PAE/UNESP) ou no âmbito de projetos integrados de pesquisa (CNPq). Atualmente o Departamento conta com quatro projetos integrados de pesquisa, dos quais participam: 01 pesquisador 1A, dois pesquisadores 1B, um pesquisador 1C e ainda oito bolsistas de iniciação científica e dois de apoio técnico.

c) o *grupo PET/CAPES de Biblioteconomia*, um dos dois únicos existentes na área, no país, cuja atuação (investigativa e de extensão) encontra-se voltada, prioritariamente, para as questões das Novas Tecnologias em Informação e para a Formação e a Atuação de Profissionais da Informação.

De modo a divulgar a produção científica dessas instâncias, dispõe-se de um conjunto de eventos e publicações internos, dentre os quais pode-se destacar a efetiva participação nos *Simpósios Científicos da FFC-UNESP*, nas *Jornadas de Iniciação Científica da FFC-UNESP* e nos *Congressos de Iniciação Científica da UNESP*, assim como a promoção e participação nos *Simpósios Internacionais de Biblioteconomia “Prof. Dr. Paulo Tarcísio Mayrink”*, nos *Encontros de Biblioteconomia do Centro-Oeste Paulista*, nos *Seminários de Vivências Profissionais em Biblioteconomia* e no *Encontro de Biblioteconomia de Marília*.

Em termos de publicações registram-se não apenas os anais dos referidos eventos como a revista *Cadernos da FFC* e a *Revista de Iniciação Científica da FFC*. A tais veículos alia-se a participação em eventos nacionais e internacionais e a publicação em revistas igualmente de âmbito nacional e internacional.

Em decorrência do processo de consolidação científica do Departamento, bem como a essa visão integradora de áreas profissionais, o curso de Biblioteconomia como um todo lançou-se, ao final de 1995, na organização de um Curso de Mestrado em Ciência da Informação visando a dar continuidade a uma formação acadêmica de qualidade, bem como ao aperfeiçoamento do processo de pesquisa/geração do conhecimento. Assim, em agosto de 1998 foi instalado o curso de *Mestrado em Ciência da Informação da UNESP*, com duas linhas: *Informação e Tecnologia* e

*Organização da Informação.* No momento o curso dispõe de um corpo de 13 orientadores e 16 dissertações defendidas.

Nesse contexto, aspectos de Ciência da Informação de interesse científico e aplicabilidade didática no contexto arquivístico atual já foram objeto de dissertações, tais como a dimensão diplomática do documento jurídico digital, o papel da informação na universidade corporativa, a arquitetura da informação na WWW, a transferência e recuperação da informação em sistemas de Data Warehouse, a proteção dos direitos autorais e a questão da procedência informacional no contexto Internet, dentre outros. Igualmente se registra o oferecimento, desde 1998, do curso de *especialização Uso estratégico das tecnologias em informação.*

Cabe ainda registrar, no âmbito dessa trajetória acadêmica, a importância que o Departamento tem conferido aos contatos internacionais, seja pelas distintas oportunidades de apresentação de comunicações, por professores e alunos, em eventos científicos internacionais (em sua maioria com apoio de agências de fomento), seja por receber pesquisadores de distintos países, tais como Argentina, Cuba, Espanha, Estados Unidos, Inglaterra, Peru e Uruguai.

Mais especificamente no que tange ao desenvolvimento dessa política departamental rumo à formação de distintos profissionais da informação, observa-se que, desde 1993, vêm se verificando esforços sistemáticos de integração com a área de Arquivologia em que se destacam o oferecimento de cursos de extensão e de palestras na área, a articulação com o grupo responsável pelo Curso de Especialização em Arquivos da Universidade de São Paulo, a participação em eventos da área, com especial destaque para os Encontros de Ensino de Arquivologia do Mercosul, a participação de docentes em bancas acadêmicas da área de Arquivologia, e um diálogo muito profícuo com o CEDEM da UNESP por meio, inclusive, de visitas recíprocas, em distintos momentos acadêmicos.

Com esforço máximo do Departamento registra-se a criação do Centro de Documentação Histórica e Universitária de Marília - CEDHUM<sup>210</sup>.

Tendo por base a inexistência de qualquer órgão ou instância que se encarregasse do resgate da memória de Marília, a Dra. Palmira Petratti Teixeira deu início, em 1992, ao Projeto Memória, a partir de um conjunto de documentos administrativos (plantas, recibos, documentação policial, fotos, correspondências, jornais, etc) relativos à cidade de Marília no período de 1928 a 1960, recebido pela Unesp da Prefeitura Municipal.

---

<sup>210</sup> Fontes: Processo FAPESP 98/09386-7; Portarias FFC-UNESP 79/2000, 86/2000 e 22/200.

A referida documentação, arquivística por natureza e cuja proveniência reflete a própria cidade de Marília passou, então, a ser objeto de um processo de higienização e recuperação física, para posterior tratamento arquivístico em fundos, séries e sub-séries. Desse modo, em 1994 as atividades do projeto se instalam provisoriamente em uma no antigo prédio da UNESP, (Av. Vicente Ferreira, 1278) e em 1995 a Reitoria da Unesp dota o projeto com os primeiro equipamentos.

Considerando a importância da referida documentação, bem como o interesse acadêmico do Departamento rumo à área de Arquivologia, em final de 1998 o projeto, já sob a coordenação do Prof. Dr. José Augusto Chaves Guimarães, recebe o apoio da FAPESP, por meio de um Projeto INFRA, quando foi possível a total reforma, adequação física e a aquisição de equipamentos para a instalação, em uma área de 220 metros quadrados (igualmente localizada no antigo prédio da UNESP) de toda a referida documentação, ao que se aliou um projeto de resgate da memória acadêmica da unidade. Isso permitiu a criação do Centro de Documentação Histórica e Universitária de Marília - CEDHUM, que hoje abriga não apenas a documentação arquivística do município como também é depositário da memória acadêmica da unidade em termos de eventos e bolsas de iniciação científica. Igualmente o CEDHUM abriga o conjunto de plantas arquitetônicas da unidade.

A referida documentação ora se encontra em processo de tratamento e tem servido de fonte para inúmeras pesquisas de graduação e de pós-graduação para distintos cursos da unidade, assim como tem fornecido subsídios informacionais à Comissão Municipal de Registros Históricos.

Coordenado por um grupo de docentes do Departamento de Ciência da Informação, o CEDHUM dispõe hoje, de um servidor técnico administrativo e de diversos alunos na condição de bolsistas CNPq e PAE, aspectos que têm permitido a dinamização de suas atividades e o delineamento, para 2003, de um programa de educação continuada, juntamente com a Universidade do Livro, da Edunesp.

Reflexo indiscutível dessa política acadêmica tem-se, em 2000, a transformação do Departamento de Biblioteconomia e Documentação para Departamento de Ciência da Informação. Desse modo, na justificativa para tal transformação, o Departamento aponta aspectos significativos dentre os quais se destacam:

- a) as Diretrizes Curriculares do MEC, assim como as tabelas de classificação temática das instituições de fomento trabalharem com a concepção de uma grande área de estudos (ou ramo científico) - Ciência da Informação - no âmbito da qual se abrigam, tanto a Arquivologia como a Biblioteconomia;
- b) a possibilidade de se *oferecer espaço natural (administrativo e acadêmico) para abrigar novos cursos de graduação na área, como o de Arquivologia, por exemplo, tendo em vista todos os esforços de pesquisa e de extensão do DBD nesse sentido;*

**Desse modo, a criação de um curso de Arquivologia vem exatamente ao encontro da política acadêmica desenvolvida pelo departamento no decorrer dos últimos dez anos, em que se destacam a capacitação docente, os esforços investigativos (docentes e discentes) e a extensão universitária, por meio do CEDHUM, testemunho vivo (e dedidamente equipado para tal) de uma realidade arquivística (e, portanto, laboratório natural para um curso de Arquivologia), bem como a preocupação com um perfil departamental (administrativo e acadêmico) que possa abrigar tanto o curso de Biblioteconomia quanto o de Arquivologia.**

### *1.3 A concepção curricular*

Dentro da política acadêmica do então Departamento de Biblioteconomia e Documentação (e atualmente Departamento de Ciência da Informação) foi implantada, em 1997, uma nova estrutura curricular do curso de Bacharelado em Biblioteconomia, fruto de um novo Projeto Pedagógico para o curso, no qual registraram-se três anos de discussões que englobaram os segmentos docente e discente do curso, visando a propiciar uma formação que permita ao bacharel em Biblioteconomia atuar como um efetivo profissional de informação, ao lado do arquivista, por exemplo.

Tais discussões estiveram primordialmente voltadas para o delineamento de uma concepção curricular na qual a grade fosse encarada não como um fim em si mesmo mas como um instrumento para concretização de uma filosofia de ensino. Nesse sentido, o anteprojeto de



reformulação curricular do curso (BERTACHINI ; GUIMARÃES ; VIDOTTI, 1994<sup>211</sup>) aponta os seguintes aspectos <sup>212</sup>:

- a) *convívio diário com tecnologias de informação, enquanto ferramentas para toda e qualquer área de atuação profissional;*
- b) *preocupação com uma visão gerencial no âmbito da área de informação;*
- c) *abordagem dos suportes de informação como um todo, **desvincilhando-se da idéia de informação unicamente bibliográfica;***
- d) *preocupação (e postura) interdisciplinar, na qual aportes teórico-metodológicos de áreas de interface como Administração, **Arquivística, Diplomática, Lógica, Lingüística, Comunicação, História, Museologia, Psicologia, Sociologia e outras** concorrem para o desenvolvimento das atividades do MIP (Moderno Profissional da Informação);*
- e) *minimização do número de pré-requisitos entre disciplinas, de modo a garantir maior agilidade às grades curriculares;*
- f) *importância da pesquisa (Trabalhos de Conclusão de Curso, Iniciação Científica, PET) como elemento para a qualidade do ensino de graduação, permitindo ao educando uma vivência da atividade de investigação em um contexto acadêmico;*
- g) *importância da extensão, como espaço de socialização de conhecimentos e de oxigenação da ação educativa;*
- g) *preocupação com a educação continuada, pois o compromisso da Universidade com o educando é perene, ultrapassando os limites da educação formal. Assim,*

---

<sup>211</sup> BERTACHINI, Maria de Lurdes; GUIMARÃES, José Augusto Chaves ; VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti gregório. Anteprojeto de reformulação curricular do curso de Biblioteconomia da UNESP. Marília; FFC-UNESP, 1994.

<sup>212</sup> Os referidos aspectos encontram-se mais detalhadamente discutidos em:  
GUIMARÃES. J. A. C. Moderno profissional da informação: elementos para sua formação no Brasil. **Transinformação**, Campinas, v.9, n.1, p:124-137, jan./abr. 1997

*disciplinas optativas bem planejadas, refletindo áreas de excelência de pesquisa do curso, podem se constituir em excelentes instrumentos para atualização de egressos;*

*h) preocupação em se dar ao aluno uma visão integrada da estrutura curricular, na qual todos os conteúdos interdependem e concorrem para o objetivo final - o **Profissional da informação**;*

*i) importância da capacitação científica e pedagógica do docente para a operacionalização da grade curricular, sendo fundamentais questões como pós-graduação, dedicação integral à docência, à pesquisa e à extensão, e produção científica profícua e regular;*

*j) concepção do estágio como um espaço de vivência profissional, na qual o educando tem a oportunidade de aplicar os conteúdos veiculados pelo curso em situações concretas, devendo, para tanto, possuir objetivos pedagógicos próprios, com especial ênfase a questões ligadas à atuação profissional (postura ética, movimento associativo, atualização, etc.);*

*l) disciplinas obrigatórias voltadas para os conteúdos fundamentais, ficando as disciplinas optativas (objeto de cuidadoso planejamento) como forma para o educando se aprofundar em áreas específicas de seu interesse;*

*m) importância das instituições de ensino, enquanto instâncias acadêmicas, envidarem esforços no sentido de atuar junto a comissões, projetos de pesquisa interinstitucionais, eventos, cursos e órgãos científicos, pedagógicos e de classe, em nível nacional e internacional, para garantir a necessária "oxigenação", a integração e o intercâmbio de informações e, assim, evitar isolacionismos;*

Como decorrência de tal concepção, foi proposto e implantado um currículo pleno de Biblioteconomia<sup>213</sup> que, desde então, vem se operacionalizando em estreita ligação com as linhas de pesquisa departamentais.

---

<sup>213</sup> Registre-se, igualmente, que os conteúdos previstos pelo referido currículo encontram-se em adequação, ainda, com aqueles preconizados pelas Diretrizes Curriculares do MEC/SESu para a área de Ciência da Informação.

No decorrer desses cinco anos de vivência do novo currículo do curso, o que se pôde observar foi uma preocupação cada vez mais marcante em abordar a informação a partir de uma concepção macro, em que distintas ambiências levam a procedimentos distintos, porém complementares. Nesse sentido, aportes da própria Arquivologia foram trazidos para a discussão de aspectos biblioteconômicos, tais como o uso do método diplomático em Análise Documentária ou o conceito de Fundo para o Desenvolvimento de Coleções.

**Desse modo, a proposta de criação do curso de Arquivologia, ora apresentada, dá-se em moldes consonantes com a concepção curricular que vem norteando o curso de Biblioteconomia. Para tanto, e tendo em vista a concepção maior de formação de profissionais da informação que, a partir de uma base teórico-metodológica da Ciência da Informação possam, cada qual dentro e suas especificidades de área, dar conta de fazeres específicos (da Arquivologia ou da Biblioteconomia), propõe-se uma estrutura em dois troncos:**

**Em um primeiro, comum aos alunos de Arquivologia e de Biblioteconomia, espera-se propiciar um diálogo para um mútuo conhecimento das referidas áreas, tendo na Ciência da Informação sua base teórica comum. Cumpre ressaltar que a referida base comum foi possível pela própria característica da estrutura curricular de Biblioteconomia que, por já haver se preocupado com uma base mais abrangente, permite que um conjunto de disciplinas possam ser agora comuns aos dois cursos.**

**Os troncos específicos, por sua vez, partem do pressuposto que o reconhecimento das disciplinaridades próprias de cada área oferece uma bagagem específica ao futuro profissional, de modo a propiciar-lhe um determinado exercício profissional. Nesse sentido, e ainda que considerando a concepção arquivística de tradição ibérica (Cortez Alonso<sup>214</sup>, Heredia Herrera<sup>215</sup>, etc) de arquivo como espaço de testemunho e de memória, prioriza-se a concepção canadense do records management (Duranti<sup>216</sup>, Couture<sup>217</sup>, etc) que vê no arquivo um espaço específico de gerenciamento informacional pautado pela questão da produtividade institucional e pela cidadania.**

---

<sup>214</sup> CORTÉS ALONSO, Vicenta. Los documentos y su tratamiento archivístico. Madrid ; Asociación Española de Archiveros, Bibliotecarios, Museólogos y Documentalistas, 1981.

<sup>215</sup> HEREDIA HERRERA, Antonia. Archivística general: teoría y práctica. Sevilla : Diputación Provincial, 1988.

<sup>216</sup> DURANTI, Luciana. Diplomática: nuevos usos para una antigua ciencia. Carmona ; S&C, 1996.

<sup>217</sup> COUTURE, Carol ; ROUSSEAU, Jean-Yves. Les archives au XX siècle. Montréal : Université de Montreal, 1982.

**E é com base em duas formações específicas de graduação, marcadas por um rico diálogo curricular que o curso de Pós-graduação em Ciência da Informação poderá, efetivamente, verticalizar a discussão sobre a produção do conhecimento em Ciência da Informação, em uma verdadeira confluência de duas áreas.**

**À vista dos argumentos apresentados, este Departamento de Ciência da Informação da UNESP tem clara que sua proposta de criação de um curso de Arquivologia na Faculdade de Filosofia e Ciências - campus de Marília não se dá a partir de aspectos pontuais ou casuísticos, mas, a bem da verdade, como concretização material - e madura - de uma reflexão e de uma trajetória departamental de ensino, pesquisa, extensão e capacitação desenvolvida no decorrer dos últimos dez anos.**

## **2. Projeto pedagógico do curso**

### **2.1 Perfil profissional almejado**

A profissão de arquivista pressupõe a atuação de um profissional que, dentro de uma concepção humanística e pautado pela crítica, possa atuar continuamente entre a construção e a difusão do conhecimento.

De acordo com o Dicionário de Terminologia Arquivística<sup>218</sup>, arquivista é o profissional de arquivo de nível superior, que objetiva o conhecimento da natureza dos arquivos, das teorias, métodos e técnicas a serem observados na sua constituição, organização, desenvolvimento e utilização.

Desse modo, um curso de graduação na área busca primordialmente a implementação de sistemas de gestão da informação arquivística por meio do exercício de atividades técnicas e científicas voltadas para o processo de produção de difusão de conhecimentos, em uma reflexão crítica sobre a realidade que o envolve, buscar aprimoramento contínuo e observar padrões éticos de conduta social e pautada por uma conduta ética.

---

<sup>218</sup> CAMARGO, Ana Maria de Almeida ; BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Dicionário de tecnologia arquivística.** São Paulo : Associação dos Arquivistas Brasileiros. Núcleo Regional de São Paulo : Secretaria de Estado da Cultura, 1996, p.4-5.

Decorrendo da própria justificativa de criação do curso, almeja-se a formação de um perfil profissional que<sup>219</sup>:

- a) dê conta dos aspectos contextuais predominantes, quais sejam, a questão dos arquivos públicos, da documentação empresarial e da memória;
- b) possua boa base tecnológica e gerencial como subsídios fundamentais ao *record management*;
- c) possua boa base humanística, de modo a desenvolver políticas arquivísticas que levem em consideração a questão da memória e da cidadania;
- d) atue de forma harmônica e integrada com os demais profissionais da informação, notadamente o bibliotecário e o museólogo;
- e) assuma a dimensão coletiva de sua profissão, buscando a consolidação dos mercados existentes, e a abertura de novos mercados, hoje apenas potenciais;
- f) comprometa-se com a área em termos de geração de novos conhecimentos e produtos, para o que a vivência investigativa assume papel preponderante;
- g) conscientize-se da dimensão profissional de sua área, seja em termos de garantia de qualidade de serviços e produtos gerados, seja ainda pelo respeito às especificidades de áreas;
- h) tenha condições de reconhecer tanto o valor estratégico quanto social da informação; e
- i) tenha penetração social, atuando antes como um cidadão profissional que um profissional cidadão.

Como expressam as diretrizes curriculares para a área de Arquivologia, *o arquivista deve ter o domínio dos conteúdos da Arquivologia e estar preparado para enfrentar com proficiência e criatividade os problemas de sua prática profissional, particularmente as que demandem intervenções em arquivos, centros de documentação ou informação, centros culturais, serviços ou redes de informação, órgãos de gestão do patrimônio cultural.*

Para tanto, suas competências e habilidades específicas, ainda de acordo com o referido dispositivo legal, referem-se a: compreender o estatuto probatório dos documentos de arquivo; identificar o contexto de produção de documentos no âmbito de instituições públicas e privadas;

---

<sup>219</sup> Muitos dos aspectos acima abordados encontram-se mais detalhados em : GUIMARÃES, J.A . C. O profissional da informação sob o prisma de sua formação. In: VALENTIM, M.L.P. *Profissionais da informação: formação, perfil e atuação profissional*. São Paulo : Polis, 2000, p.53-70.

planejar e elaborar instrumentos de gestão de documentos de arquivo que permitam sua organização, avaliação e utilização; e realizar operações de arranjo, descrição e difusão.

No que tange aos conteúdos, vale destacar que as Diretrizes Curriculares da área referem-se ao *desenvolvimento de conteúdos como os relacionados com Metodologia da Pesquisa ou com as Tecnologias em Informação* e à possibilidade de as IES promoverem a articulação com outros cursos, seja ministrando matérias comuns seja complementando conhecimento auferidos em outras áreas. Tais aspectos, diga-se de passagem, encontram-se previstos na concepção curricular ora apresentada.

## **2.2 Objetivos do curso**

Conforme explicitado no item anterior, os objetivos do curso encontram-se voltados para as dimensões profissional e acadêmica da área de Arquivologia, na atualidade.

Nesse sentido destaca-se, no âmbito profissional, a busca por uma formação que possa aliar uma base humanística a conhecimentos tecnológicos e gerenciais, de modo a interagir adequadamente com a realidade arquivística em suas diferentes dimensões (arquivo corrente, arquivo intermediário, arquivo permanente, centros de memória etc), sempre pautada por compromissos éticos com a profissão e com a informação, de modo ampliar os horizontes da área em uma dimensão cidadã.

No tocante à dimensão acadêmica, busca-se formar profissionais que tenham na investigação científica uma das bases de seu pensar e de seu fazer, seja para uma atuação mais crítica e criativa no mercado profissional seja para a formação de recursos humanos para o ensino e para os centros de pesquisa na área.

## **2.3 Vagas : 30 (trinta) anualmente**

## **2.4 Período: diurno**

## 2.5 Estrutura curricular do curso

A estrutura curricular do curso de Arquivologia, dentro da concepção integradora de áreas defendida pelo departamento, ocorrerá todas na Justificativa, ocorrerá a partir de dois núcleos:

- a) um núcleo geral, comportando disciplinas (obrigatórias e optativas) e atividades comuns aos cursos de Arquivologia e Biblioteconomia e
- b) um núcleo específico, comportando disciplinas e atividades próprias ao fazer arquivístico.

Nesse contexto observa-se, ainda, a inexistência de pré-requisitos entre disciplinas de modo a permitir a total flexibilidade curricular.

Dessa forma tem-se o conjunto de disciplinas obrigatórias:

### 2.5.1. Disciplinas obrigatórias

**2.5.1.1 Núcleo geral** (comum a Arquivologia e Biblioteconomia e já existente e em funcionamento na atual estrutura curricular de Biblioteconomia):

1º semestre

- Introdução à Ciência da informação (04 créditos - 1º semestre)
- Introdução à ciência da computação (04 créditos - 1º semestre)
- Expressão escrita em língua portuguesa (08 créditos - anual)

2º semestre

- Análise documentária (04 créditos - 2º semestre)
- Metodologia da pesquisa científica (04 créditos - 2º semestre)
- Evolução dos suportes da informação (04 créditos - 2º semestre)

3º semestre

- Métodos quantitativos em ciências da informação I (04 créditos - 3º semestre)
- Normalização documentária (04 créditos - 3º semestre)
- História da cultura (04 créditos - 3º semestre)
- Inglês instrumental (08 créditos - anual)

#### 4º semestre

- História da cultura (04 créditos - 4º semestre)
- Teoria geral da administração (04 créditos - 4º semestre)

#### 5º semestre

- Redes de computadores e Internet (02 créditos - 5º semestre)
- Arquitetura da informação digital (02 créditos - 5º semestre)
- Dinâmica organizacional (08 créditos - anual)
- Metodologia do trabalho científico (02 créditos - 5º semestre)

#### 6º semestre

- Comunicação (04 créditos - 6º semestre)

#### 7º semestre

- Formação e atuação profissional (04 créditos - 7º semestre)
- Desenvolvimento do trabalho científico (08 créditos - anual)

#### 8º semestre

- História do Brasil contemporâneo (04 créditos - 8º semestre)

### **2.5.1.2 Núcleo específico de Arquivologia**

#### 1º semestre

- Introdução ao direito público e privado (04 créditos - 1º semestre)
- Arquivo, memória e sociedade (04 créditos - 1º semestre)

#### 2º semestre

- Paleografia (04 créditos - 2º semestre)

#### 3º semestre

- Reprografia (02 créditos - 3º semestre)



- Direito notarial (02 créditos - 3º semestre)

#### 4º semestre

- Diplomática (04 créditos - 4º semestre)
- 
- Documentação audiovisual (04 créditos - 4º semestre)

#### 5º semestre

- Classificação e arranjo documental (04 créditos - 5º semestre)
- Documentação contábil (02 créditos - 5º semestre)
- Produção documental (04 créditos - 5º semestre)

#### 6º semestre

- Arquivos correntes e intermediários (04 créditos - 6º semestre)
- Descrição documentária (04 créditos - 6º semestre)
- Planejamento e gestão de arquivos (04 créditos - 6º semestre)

#### 7º semestre

- História do Brasil: Colônia e Império (04 créditos - 7º semestre)
- Arquivos permanentes (04 créditos - 7º semestre)
- Organização & métodos em arquivos (02 créditos - 7º semestre)
- Conservação e restauração de documentos (02 créditos - 7º semestre)
- Elaboração de projetos para captação de recursos (02 créditos - 7º semestre)

#### 8º semestre

- Gestão eletrônica de documentos (04 créditos - 8º semestre)
- Arquivos especializados empresariais (04 créditos - 8º semestre)
- Automação em arquivos (04 créditos - 8º semestre)
- Prática profissional em arquivologia (04 créditos - 8º semestre)

### 2.5.2 Disciplinas optativas

As disciplinas optativas (comuns a ambos os cursos), serão em número de duas, a serem cumpridas respectivamente no 5º e no 7º semestre. Para tanto, apresenta-se o seguinte rol inicial, coma peculiaridade de integrar a atual estrutura do curso de Biblioteconomia, visto possuírem um caráter integrador de ambas as áreas:

- a) Criação e desenvolvimento de empresa júnior (2 créditos - 5º semestre)
- b) Elementos de gestão de qualidade (2 créditos - 5º semestre)
- c) Leitura crítica (2 créditos - 7º semestre)
- d) Elementos éticos do moderno profissional da informação (2 créditos - 7º semestre)

Veja-se, no Anexo 1 os planos de ensino de todas as disciplinas do curso.

## SIMULAÇÃO DE HORÁRIO DE ARQUIVOLOGIA

(As disciplinas em negrito são comuns a Arquivologia e Biblioteconomia)

Sem	2ª feira	3ª feira	4ª feira	5ª feira	6ª feira	Sábado
1º	<b>Introdução à Ciência da Informação (04)</b>	<b>Introdução à Ciência da Computação (04)</b>	<b>Expressão escrita em língua portuguesa (04)</b>	Arquivo, memória e sociedade (04)	Introdução ao direito público e privado (04)	
2º	<b>Análise documental (04)</b>	<b>Metodologia da pesquisa científica (04)</b>	<b>Expressão escrita em língua portuguesa (04)</b>	<b>Evolução dos suportes da informação (04)</b>	Paleografia (04)	
3º	<b>Normalização documental (04)</b>	<b>Inglês instrumental (04)</b>	<b>História da cultura (04)</b>	Reprografia (02) Direito notarial (02)	Métodos quantitativos em Ciência da Informação (04)	
4º	<b>História da cultura (04)</b>	<b>Inglês instrumental (04)</b>	<b>Teoria geral da Administração (04)</b>	<b>Documentação audiovisual (04)</b>	Diplomática (04)	
5º	<b>Dinâmica organizacional (04)</b>	<b>Metodologia do trabalho científico (02)</b> Documentação contábil (02)	<b>Optativas A / B (02)</b> Redes de computadores e internet (02)	Classificação e arranjo documental (04)	Produção documental (04)	
6º	<b>Dinâmica organiz. (02)</b>	<b>Comunicação</b>	Descrição documentária	Arquivos correntes e	Planejamento e gestão	

	) Arquitetura da informação digital (02)	<b>(04)</b>	a (04)	intermediários (04)	de arquivos (04)	
7°	<b>Formação e atuação profissional (04)</b>	<b>Desenv. do trab. Científico (04)</b>	<b>Optativas C / D (02)</b> Elaboração de projetos para captação de recursos (02)	O & M em Arquivos (02) Conservação e restauração de documentos (02)	Arquivos permanentes (04)	História do Brasil: Colônia e Império (04)
8°	<b>Hist. Do Brasil contemp. (04)</b>	<b>Desenv. do trab. Científico (04)</b>	Automação em arquivos (04)	Arquivos especializados empresariais (04)	G.E.D. (04)	Prática profissional em Arquivologia (04)

### **7.2.1 Estágio curricular**

Para fins de estágio, considera-se o percentual de 10% (dez por cento) da carga horária total do curso (2520 horas-aula), o que perfaz um total de 252 horas de estágio, a serem cumpridas em instituições ou em atividades arquivísticas da região entre o 5º e o 8º semestre do curso, prevendo-se a figura do coordenador e dos supervisores de estágio.

### **7.2.2 Trabalho de Conclusão de Curso**

O Trabalho de Conclusão de Curso encontra-se previsto como atividade conjunta para alunos de Arquivologia e de Biblioteconomia, a ser desenvolvida com os alunos de Biblioteconomia, entre o 5º e o 8º semestre, sendo o 5º e 6º semestres dedicados ao desenvolvimento do projeto de pesquisa, e o 7º e 8º semestres para o desenvolvimento da pesquisa, a realização do exame de qualificação e a defesa pública do T.C.C. perante banca. Igualmente ao curso de Biblioteconomia, o TCC dar-se-á a partir das linhas de pesquisa departamentais, prevendo-se um número máximo de três orientandos, por turma, por docente. A nota final do T.C.C. será atribuída na disciplina Desenvolvimento do Trabalho Científico.

## **2.6 Acompanhamento e avaliação**

O acompanhamento e avaliação de aprendizagem dos alunos dar-se-á não apenas no nível das disciplinas como, principalmente, em âmbito de Conselho de Curso de graduação que, como órgão paritário, promoverá ações nesse sentido. Para tanto, cumpre destacar a previsão de reuniões de docentes por classe, reuniões de alunos por classe, e fóruns de avaliação com docentes e discentes.

### **3. Corpo docente**

O corpo docente do curso de Arquivologia da UNESP será composto pelos atuais integrantes do departamento de Ciência da Informação (que, como já argumentado anteriormente, dispões de formação interdisciplinar) prevendo-se a contratação de apenas três novos docentes em R.D.I.D.P. dessa foram tem-se:

#### **3.1 Docentes do DCI que comporão o corpo docente de Arquivologia**

Integrarão o corpo docente de Arquivoloiga todos os atuais docentes do Departamento de Ciência da Informação, seja em disciplinas do núcleo comum a ambos os cursos (Arquivologia e Biblioteconomia) seja em disciplinas específicas de Arquivoloiga em áreas de interface. Desse modo apresenta-se, a seguir, a relação nominal dos docentes com dados quanto a titulação, cargo ou função e disciplinas que irão ministrar no curso de Arquivologia. Nesse sentido, cumpre esclarecer que todos os atuais docentes do departamento de Ciência da Informação encontram-se em R.D.I.D.P. e que aqueles docentes assinalados com \* terão sua carga horária completada por disciplinas específicas do curso de Biblioteconomia.

**CORPO DOCENTE**

Docente (*)	Titulação	Cargo ou Função	Regime de Trabalho	Disciplinas (créditos)
Daniela Pereira dos Reis*	Mestre	Professor Assistente	RDIDP	Dinâmica Organizacional (08) Desenvolvim. do Trab.Científico (04) Optativa (02)
Eduardo Ismael Murguia Maraion	Doutor	Professor Assistente Doutor	RDIDP	História da Cultura (08) Hist.do Brasil: Colônia e Império(04) Histór. do Brasil Contemporâneo(04) Desenvolvim. do Trab.Científico (04)
Ely Francina Tanuri de Oliveira*	Doutor	Professor Assistente Doutor	RDIDP	Métodos quantitativos em ciências da informação I (04) Desenvolvim. do Trab.Científico (08)
Helen de Castro Silva*	Doutor	Professor Assistente Doutor	RDIDP	História dos suportes da inform. (04) Metodologia da pesq. científica (04) Desenvolvim. do Trab.Científico (04)
João Batista Ernesto de Moraes*	Doutor	Professor Assistente Doutor	RDIDP	Expressão Escrita em Língua Portuguesa (08) Desenvolvim. do Trab.Científico (04)
José Augusto Chaves Guimarães	Livre Docente	Professor Adjunto	RDIDP	Análise Documentária (04) Form.e At.Prof.em Arq.e Bibliot.(04) Desenvolvim. do Trab.Científico (04) Diplomática (04)
Maria Helena Toledo Costa de Barros*	Doutor	Professor Assistente Doutor	RDIDP	Desenvolvim. do Trab.Científico (04)
Maria Isabel Asperti Nardi*	Doutor	Professor Assistente Doutor	RDIDP	Inglês Instrumental (08) Elaboração de projetos para captação de recursos (02)
Mariângela Spotti Lopes Fujita*	Doutor	Professor Assistente Doutor	RDIDP	Normalização Documentária (04) Metodologia do trab. Científico (02) Desenvolvim. do Trab.Científico (04)
Maura Duarte Moreira Guarido*	Mestre	Professor Assistente	RDIDP	Intr.à ciênc.da informação (04) Desenvolvim. do Trab.Científico (04)
Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa Santos*	Doutor	Professor Assistente Doutor	RDIDP	Comunicação (04) Desenvolvim. do Trab.Científico (04)
Rosângela Formentini Caldas*	Mestre	Professor Assistente	RDIDP	Teoria Geral da Administração (04) Organiz & Métodos em Arquivos (02) Desenvolvim. do Trab.Científico (04) Optativa (02)
Silvana Aparecida Borseti Gregório Vidotti	Doutor	Professor Assistente Doutor	RDIDP	Introd.à Ciência da Computação (04) Redes de computadores e internet(02) Arquitetura da inf.digital em arq.(02) Automação em unid.de inform. (04) Desenvolvim. do Trab.Científico (04)

(\*) Encontram-se ainda previstas duas contratações em substituição (uma em RTC e outra em RTP) para disciplinas específicas da área de Biblioteconomia

(\*\*) Docentes que têm sua carga horária complementada por disciplinas do núcleo específico de Biblioteconomia

### 3.2 Previsão de docentes a serem contratados

A previsão de três contratações docentes em R.D.I.D.P. para o Departamento de Ciência da Informação torna-se necessária em virtude da especificidade temática exigida pelo curso, bem como por questões de carga horária docente. **Como se pode observar, há necessidade de apenas uma contratação concomitante ao início de funcionamento do curso, ao passo que as outras são necessárias no segundo ano do curso.**

Pela distribuição de disciplinas, podem-se observar três perfis distintos de docentes:

Docente I: voltado para questões ligadas à técnica arquivística e a sua dimensão jurídica

Docente II: voltado para questões arquivísticas ligadas à documentação histórica

Docente III: voltado para questões gerenciais e tecnológicas na área

Docente	Disciplinas	Créd.	Sem.	Sem./Ano de contratação	Titulação	Regime de trabalho
I	Instituições de direito público e privado	04	1	1 <sup>o</sup> Sem. 2004	Mestre* ou Doutor	RDIDP
	Direito notarial	02	3			
	Documentação contábil	02	5			
	Arquivos correntes e intermediários	04	6			
	Descrição documentária	04	6			
	Classificação e arranjo	04	5			
II	Paleografia	04	2	1 <sup>o</sup> Sem. 2004	Mestre* ou Doutor	RDIDP
	Arquivo, memória e sociedade	04	1			
	Arquivos permanentes	04	7			
	Conservação e restauro	02	7			
	Reprografia	02	3			
	Prática profissional em Arquivologia	04	8			
III	Automação em arquivos	04	8	2 <sup>o</sup> Sem. 2005	Mestre* ou Doutor	RDIDP
	Arquivos especializados e empresariais	04	8			
	Gestão eletrônica de documentos	04	8			
	Planejamento e gestão de arquivos	04	6			
	Documentação audiovisual	04	4			

(\*) A previsão de titulação subsidiária de mestre decorre de uma especificidade da área de Arquivologia, que ainda conta com poucos profissionais com pós-graduação *stricto sensu*.



#### 4. Corpo técnico-administrativo

Participarão direta e especificamente do desenvolvimento do curso de Arquivologia os seguintes funcionários técnico administrativos:

Funcionário	Cargo ou função	Atividades desempenhadas no curso	Órgão de lotação
Elisete Arantes Rodrigues Marconato	Secretária	Apoio às atividades de administração departamental	Departamento de Ciência da Informação
Margareth de Fátima Colombo Pigozzi	Oficial de administração universitária	Apoio às atividades de extensão, de estágio e de pesquisa discente	Diretoria geral (CEDHUM)

A Unidade dispõe, ainda, da servidora Walderez Aparecida Pires, que atua na secretaria dos conselhos de Curso de graduação, em apoio direto aos coordenadores de curso nas atividades ligadas a ensino.

**Dada a estrutura funcional existente, não será necessária a contratação de outros servidores técnico-administrativos.**

#### 5. Acervo bibliográfico

O curso de Arquivologia contará, em termos de apoio bibliográfico, com todo o acervo existente na Biblioteca da FFC-UNESP referentes à área de Ciência da Informação. Nesse sentido, merece destaque o acervo de apoio às temáticas gerais do curso de Biblioteconomia - Formação e atuação profissional, ética profissional, conceito, suportes e fluxos informacionais e tecnologias da informação bem como aquel que dá base teórica às atividades do mestrado em Ciência da Informação (Anexo 2).

Nesse contexto, merece ainda destaque, como materila de apoio, os TCCs e as dissertações até então defendidas.

Em termos de coleções correntes de periódicos, alguns títulos existente na Biblioteca merecem destaque, por fornecerem subsídio teórico às questões arquivísticas e biblioteconômicas:

*Títulos nacionais:*

- Ciência da informação
- Informação e sociedade
- Palavra-chave
- Perspectivas em Ciência da Informação
- Transinformação

*Títulos estrangeiros:*

- The archivist / L'archiviste
- Ciencias de la Información
- Documentaliste
- Informatio
- Journal of the American Society for Information Science and Technology
- Journal of documentation
- Knowledge organization
- Revista española de documentación científica
- Scire

**6. Despesas adicionais**

Considerando-se o fato de o curso de Arquivologia ora proposto aproveitar-se, em grande medida de toda a estrutura (recursos humanos, instalações e equipamentos) já existente, as despesas previstas residem basicamente na aquisição de material bibliográfico específico, apresentando-se, em Anexo 3, uma relação de material bibliográfico a ser adquirido.

**7. Outras observações**

**Cumprе destacar que a estrutura curricular proposta, tendo em vista os objetivos do curso e o perfil de profissional almejado, deu-se ainda a partir de criterioso estudo das estruturas curriculares de Arquivologia vigentes em IES brasileiras de modo a que haja a devida consonância para fins de diálogo acadêmico bem como para facilitar questões relativas a transferências de alunos.**